UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RENATA RIBEIRO FRANCISCO

A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo

Renata Ribeiro Francisco

Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Horacio Gutiérrez

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F814m Francisco, Renata Ribeiro
A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo /
Renata Ribeiro Francisco ; orientador Dario Horacio
Gutiérrez Gallardo. - São Paulo, 2018.
286 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Maçonaria. 2. Abolição. 3. Cidade de São Paulo.
4. Memória. I. Gallardo, Dario Horacio Gutiérrez,
orient. II. Título.

Em memória de meu pai, Djair Francisco.

Nome: FRANCISCO, Renata Ribeiro.

Título: A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo

Aprovada em: 29/06/2018

Banca examinadora

Prof. Dr. Dário Horacio Gutierrez Gallardo

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Célia Maria Marinho de Azevedo

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Jonis Freire

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Suely Robles Reis de Queiroz

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer ao professor doutor Horacio Gutiérrez por ter aceitado orientar este trabalho e por todo seu empenho, dedicação e atenção despendidos ao longo de todo o processo de elaboração e escrita da tese.

À agência de fomento CNPq financiadora da pesquisa.

À professora doutora Célia Maria Marinho de Azevedo pelas preciosas considerações feitas na banca de qualificação que deram novos contornos à pesquisa. À professora doutora Ligia Fonseca Ferreira, membro da banca de qualificação, que trouxe novos elementos e ampliou o horizonte bibliográfico da pesquisa. Não poderia deixar de agradecer ao professor doutor Celso Thomas Castilho, da Universidade de Vanderbilt, pelo incentivo e pelas indicações bibliográficas. Tive também a oportunidade de partilhar com as pesquisadoras Ana Flávia Magalhães Pinto e a professora doutora Beatriz Lones questões que atravessavam a pesquisa, mas que escapavam de minhas reflexões, no seminário temático: Abolição e pós-abolição, realizada na ANPUH (Associação Nacional de História) entre os anos de 2011-2013-2015, sob a coordenação da professora doutora Maria Helena Machado, professor doutor Flávio Gomes e professor doutor Celso Thomas Castilho. No seminário temático tive a oportunidade de incluir novas questões na tese.

Na árdua tarefa de reunir a documentação da pesquisa contei com o auxílio de muitas pessoas, entretanto, gostaria de destacar a ajuda e o apoio incondicional oferecido por Concília, bibliotecária da Loja Piratininga. Sempre gentil e prestativa, apresentou-me toda a documentação disponível então depositada no arquivo da organização. Seu apoio foi fundamental para que eu tivesse acesso às atas da loja. Devo agradecer também a todos os irmãos da Loja Piratininga por terem aberto as portas do templo a essa pesquisa. Outro nome importante a ser mencionado nesse longo processo de levantamento das fontes é o do maçom Wagner, membro da Loja América e responsável pelo acervo do templo. Desde a primeira vez que procurei pela loja, mostrou-se muito solícito, permitindo o meu acesso a todos os livros de atas disponíveis.

Nessa longa jornada de quase cinco anos, contei com a generosidade e o apoio de muitos colegas e amigos que com palavras e gestos atenuaram o sofrimento da escrita solitária. Gostaria por isso de agradecer meu amigo de longa data Christian Moura. Aos

colegas da Revista Sankofa (Apoena, Helena, Eva, Eduardo, Márcia, Danilo, Duarte, Gabriel, Helena, Muriatan, Danilo, Rosa) com quem desfrutei boas conversas.

Agradeço imensamente o apoio e a amizade de Regina e Nilton, queridos amigos que não estão mais entre nós, mas que foram importantes durante essa longa jornada.

Ao Eduardo Januario, pela leitura atenta da pesquisa e pela ajuda com as tabelas de Excel, bem como meus primos Pamela e Willian que também me salvaram com suas habilidades com tabelas. Agradeço ainda meus companheiros de orientação Eduardo, Marcelo, Carlos, Gisele, Adir e Monique. Aos bons momentos de lazer desfrutados na companhia dessas figuras alegres: Batista, Laércio, Márcio Macedo, Uvanderson, Kenya, Jaqueline, Adriana, Galdino, Flávia, Matheus e Vânia.

As companheiras de congressos: Clícia, Débora, Marília, Maíra, Lorena e Débora.

Ao meu amigo Helder Dias que me inspira sempre com a sua luta. Não poderia deixar mencionar minha amiga Meire sempre pronta para aventuras festivas.

À minha mãe Maria Lúcia que sempre esteve ao meu lado nos dias felizes e tristes e aos meus irmãos, grandes companheiros de vida, Flávio e Camila.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de estudar o movimento abolicionista de São Paulo pela perspectiva de duas lojas maçônicas existentes na cidade, Piratininga e América. Num universo de cinco lojas maçônicas existentes na cidade, optou-se por analisar as Lojas Piratininga e América em razão de ambas reunirem as principais lideranças abolicionistas da capital da província, Luiz Gama e Antonio Bento. Na primeira parte da pesquisa, investiga-se a atuação dessas lojas no movimento abolicionista, considerando que cada uma delas possuía diretrizes distintas sobre como deveriam proceder perante o tema do encaminhamento da extinção do trabalho escravo. Na segunda parte, com o intuito de compreender em que medida as narrativas maçônicas sobre a memória da abolição superestimaram a atuação perpetrada pela organização no processo abolicionista desencadeado entre as décadas de 1870 e 1880, é feita uma análise da literatura maçônica e de outros espaços que cumpriram o papel de consagrar a memória da abolição maçônica em São Paulo. Para o desenvolvimento do presente estudo tomou-se como referência os livros de atas produzidos entre os anos de 1850 e 1880, bem como documentos avulsos, cujos acervos encontram-se depositados nos arquivos particulares das referidas lojas. Embora os livros de atas correspondam à documentação principal da pesquisa, outras fontes maçônicas encontradas também em arquivos públicos como jornais, regulamentos e constituições foram incorporados ao estudo, assim como, jornais não maçônicos, de larga circulação na época, que oferecem dados sobre o cotidiano das atividades maçônicas.

Palavras-chave: Maçonaria; Abolição; Cidade de São Paulo; Memória maçônica.

ABSTRACT

This thesis aims to study the abolitionist movement in São Paulo through the perspective of two masonic lodges, Piratininga and America. In a political universe of five masonic lodges, we decided to analyze those lodges because they harbored the most prominent abolitionist leaders of the city, Luiz Gama and Antonio Bento. In the first part of this research, we will look at the performance of the masonic lodges, considering the fact that they had different guidelines for procedures regarding the end of slavery. In the second part, with the goal of understanding how the narratives of the masonic lodges about the memory of abolition overestimated their actions in the decades between 1870 e 1880, we will analyze the masonic literature and other institutions that played a major role in consecrating the memory of masonic abolition in São Paulo. This study is based on minute books written between 1850 e 1880 and others primary sources found in the archives of Masonic Lodges. Though the minute books is the main source of this research, we will analyze other public archives, newspapers, and documents that had a wide circulation and provide us with details of the daily procedures of Masonic lodges.

Keywords: Freemasonic; Abolition; São Paulo city; Memory of masonic.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
LISTA DE MAPAS, FIGURAS, QUADROS E TABELAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
PRIMEIRA PARTE: A maçonaria paulistana frente à abolição	25
1. A Maçonaria no Brasil e os seus reflexos nas lojas maçônicas paulistanas	26
1.1 Os primórdios da Maçonaria no Brasil	26
1.2 A ruptura do Grande Oriente do Brasil (1863-1883)	30
1.3 Saldanha Marinho e o Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos.....	40
1.4 A maçonaria na província de São Paulo (1830-1888)	50
1.5 Os bastidores da administração maçônica	62
2. Imprensa maçônica, emancipação e busca pela liberdade	70
2.1 As lojas maçônicas e a imprensa na questão da emancipação	70
2.2 Escravos ao templo: uma busca pela liberdade	81
2.3 A emancipação nos bastidores da maçonaria	91
2.4 Antonio Bento e a Loja Piratininga	96
2.5 Luiz Gama e a Loja América	103
3. O perfil dos maçons das Lojas Piratininga e América.....	108
3.1 Crescimento maçônico e a diversificação dos membros.....	110
3.2 Pautas políticas na maçonaria: monarquistas, republicanos, escravistas e abolicionistas.....	141
3.3 “Homens de cor” nos templos maçônicos.....	145
3.4 Os libertos e o decreto maçônico de 1876.....	160
3.5 Mulheres ao templo: a presença feminina nas lojas.....	172

SEGUNDA PARTE: Maçonaria, abolição e construção da memória.....	178
4. Memória da abolição na maçonaria paulista.....	179
4.1 A luta pela recuperação da memória maçônica.....	179
4.2 A memória maçônica da abolição através da construção de museus	185
4.3 Memórias da abolição nas páginas maçônicas.....	195
5. Os heróis maçônicos na memória da abolição em São Paulo.....	207
5.1 A criação dos heróis maçônicos na história da abolição paulista.....	208
5.2 Usos do passado e a apropriação das memórias maçônicas de Luiz Gama e de Antonio Bento.....	218
5.3 O cemitério como espaço da construção da memória da abolição maçônica.....	231
5.4 O centenário da abolição na memória da maçonaria paulista.....	237
6. Considerações Finais.....	242
7. Fontes.....	247
8. Referências Bibliográficas.....	249
9. Anexo 1: Glossário.....	261
9.1 Anexo 2: Tabela Perfil da Loja Piratininga.....	264
9.2 Anexo 3: Tabela Perfil da Loja América.....	278

LISTA DE ABREVIATURAS

Aug.: - Augusta
Ausp.: - Auspícios
Cl.: Ou Cir.: - Círculo
Cons.: - Conselho
Const.: - Constituição
E.: V.: - Era vulgar
Gr.: - Grande
Gr.: Mest.: - Grão-Mestre
Gr.: Or.: - Grande Oriente
I.: - Irmão
II.: - Irmãos
L.: - Luz
Loj.: - Loja
LM.: - Livre maçom ou Loja maçônica
LL.: - Lojas
Maç.: - Maçonaria
MMaç.: - Maçons
GGr.: OOr.: - Grandes Orientes
G.: O.: B.: - Grande Oriente Brasílico ou do Brasil
G.: O.: U.: - Grande Oriente Unido
G.: L.: - Grande Loja
Ob.: - Obediência
Obb.: - Obreiros
Ord.: - Ordem
Pod.: Gr.: Mest.: - Poderoso Grão-Mestre
Prof.: - Profano
PPran.: - Pranchas
Sap.: - Sapientíssimo
Sob.: - Soberano
Sup.: Cons.: - Sublime Conselho
Val.: - Vale
Ven.: - Venerável

LISTA DE MAPAS, QUADROS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 1.1 As lojas maçônicas na Província de São Paulo.....	58
Quadro 1.2 Cargos Maçônicos nas Lojas Piratininga e América, São Paulo, segunda metade do século XIX.....	64
Mapa 2.1 Localização das lojas maçônicas na cidade de São Paulo.....	84
Quadro 2.2 Diretoria da Sociedade Caixa Emancipadora Luiz Gama e da Loja América.....	106
Tabela 3.1 Ocupação dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873).....	111
Tabela 3.2 Ocupação dos maçons da Loja América (1868-1873).....	112
Tabela 3.3 Ocupação dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888).....	119
Tabela 3.4 Ocupação dos maçons da Loja América (1874-1888).....	121
Tabela 3.5 Nacionalidade dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873).....	125
Tabela 3.6 Nacionalidade dos maçons da Loja América (1868-1870).....	126
Tabela 3.7 Nacionalidade dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888).....	126
Tabela 3.8 Nacionalidade dos maçons da Loja América (1874-1888).....	127
Tabela 3.9 Idade dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873).....	136
Tabela 3.10 Idade dos maçons da Loja América (1868-1870).....	137
Tabela 3.11 Idade dos maçons da Loja Piratininga (1873-1888).....	137
Tabela 3.12 Idade dos maçons da Loja América (1874-1888).....	138
Tabela 3.13 Estado conjugal dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873).....	138
Tabela 3.14 Estado conjugal dos maçons da Loja América (1868-1870).....	139
Tabela 3.15 Estado conjugal dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888).....	139
Tabela 3.16 Estado conjugal dos maçons da Loja América (1874-1888).....	140
Figura 3.17 Joaquim Saldanha Marinho.....	148
Figura 3.18 Benedicto Graco Pinto da Gama.....	149
Figura 3.19 Ferreira de Menezes.....	151
Figura 3.20 José do Patrocínio.....	153
Figura 4.1 Réplica da pena usada pela Princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea.....	187
Figura 4.2 Museu do Grande Oriente de São Paulo.....	190
Figura 4.3 Biblioteca do Museu do Grande Oriente de São Paulo.....	191
Figura 4.4 Sede da Loja América.....	192

Figura 4.5 Galeria dos veneráveis históricos da Loja América.....	192
Figura 4.6 Sala de Reunião da Loja América.....	193
Figura 4.7 Sala de Reunião da Loja Piratininga.....	193
Figura 4.8 Joaquim Ignácio Ramalho.....	194
Figura 4.9 Destaques maçônicos da Loja América: Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.....	195
Figura 5.1 Lápide de Joaquim Nabuco.....	210
Figura 5.2 Busto de Luiz Gama.....	218
Figura 5.3 Princesa Isabel.....	221
Figura 5.4 Busto de Luiz Gama.....	226
Figura 5.5 Escultura da Mãe Preta.....	228
Figura 5.6 Celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama.....	231
Figura 5.7 Lápide de Luiz Gama.....	233
Figura 5.8 Lápide de Antonio Bento.....	234
Figura 5.9 Lápide coletiva da Loja Piratininga.....	236

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta análise é compreender as convergências construídas entre duas forças avassaladoras, dois corpos distintos que se coadunaram com energia na segunda metade do século XIX. De um lado, encontra-se a maçonaria, organismo fortemente hierarquizado, geograficamente localizado, atuando através de seus templos, cercado de muito mistério e segredos, movido por regras rígidas. Do outro, destaca-se o movimento abolicionista, força civil, que comportava vozes múltiplas, abarcando projetos diversos (uns mais conservadores, e outros menos), adotando formas individuais e coletivas, construído de forma orgânica, viva, visceral, marcado por ampla fluidez e disseminado por amplo território.

A aproximação entre as duas frentes foi consequência do avanço do movimento abolicionista, como campanha social de alcance em todo território brasileiro, que se generalizou em sua face mais popular na década de 1880, enquanto a organização maçônica buscava legitimar-se como instituição civil, tornando-se porta-voz de causas importantes e de grande visibilidade. Nesse processo, a maçonaria, em franco crescimento experimentava, ao mesmo tempo, avanços e crises de legitimidade em decorrência da cisão advinda em 1863 que ocasionara disputas internas na organização.

Da mesma forma que a maçonaria revelava fissuras e fragilidades, o movimento abolicionista carecia de um espaço onde pudesse estruturar suas ações, ainda que tais ações se caracterizassem como antiescravistas e se manifestassem de formas adversas, com diferentes atores, espaços diversos, em ações coletivas e individuais.

Como numa relação mutualista, maçons abolicionistas, como Luiz Gama, Saldanha Marinho e Antonio Bento, acreditaram que a organização maçônica pudesse fornecer um ponto de solidez física, recursos financeiros e logísticos às suas ações. Em que medida os templos atenderam às expectativas dos Irmãos abolicionistas é uma das questões que se examina neste estudo.

A presente tese parte da premissa de que tanto a historiografia acadêmica da abolição, quanto a literatura maçônica não têm retratado de forma plausível a participação da maçonaria paulista no processo abolicionista. Para tanto, este estudo lançou as seguintes hipóteses:

- As narrativas produzidas por pesquisadores maçons teriam exagerado no papel desempenhado pela organização no processo abolicionista;
- A dificuldade dos historiadores em acessar os arquivos maçônicos, bem como a crença de que a organização era fechada e secreta, teriam levado os pesquisadores a se dedicarem tangencialmente ao tema;
- Uma provável guerra de narrativas entre a literatura maçônica e a historiografia acadêmica da abolição teria impedido a maçonaria de ser analisada em sua integralidade;
- A construção de uma memória da abolição maçônica teria produzido uma imagem superdimensionada da organização.

Este trabalho aborda o tema, fazendo uso, especialmente, de fontes primárias oriundas de arquivos privados da maçonaria. O estudo analisou a rotina e o debate em torno do tema da escravidão, tratando nas sessões das lojas maçônicas, bem como identificou o perfil dos Irmãos frequentadores da organização. O trabalho investigou ainda como a memória da abolição maçônica paulista se constituiu e as razões que levaram a organização a mudar reiteradas vezes suas narrativas.

A presente tese, portanto, está dividida em duas partes. Na primeira, composta por três capítulos, pretendeu-se investigar as ações antiescravistas, realizadas pelas Lojas Piratininga e América, na cidade de São Paulo. Abordou-se também a relação de ambas as lojas com a sociedade, bem como o perfil de seus frequentadores com o propósito de compreender o efetivo papel desempenhado pela maçonaria, oferecendo, com isso, uma interpretação alternativa à literatura maçônica e à historiografia acadêmica da abolição. Vale ressaltar que paralelamente a essas duas vertentes historiográficas havia ainda a literatura antimaçônica, que teve como um dos seus principais expoentes Gustavo Barroso. Aliado da Igreja católica, o autor publicou alguns títulos que circularam com grande destaque entre as décadas de 1930 e 1940. Essa produção, em alguns aspectos, foi incorporada pela literatura maçônica celebrativa e pela historiografia acadêmica da abolição, como se verificou no desenvolvimento da tese.

Na segunda parte do trabalho, composta por outros dois capítulos, buscou-se realizar um amplo debate a respeito do contexto de produção da literatura maçônica, a fim de compreender como essas narrativas colaboraram para a consolidação de uma imagem enaltecida da organização.

Nota-se que a historiografia maçônica preocupou-se em atribuir protagonismo a sua participação no processo abolicionista. A proposta levou a organização a construir uma versão particular do papel desempenhado pela maçonaria no movimento que pôs fim à escravidão, assim como também a impulsionou, no século XX, a criar espaços como museus e templos que transmitissem essa ideia.

No jogo de construção de narrativas maçônicas alguns maçons eram evocados, enquanto outros eram apagados temporariamente da literatura, conforme as circunstâncias. De maneira geral, a construção da memória maçônica em relação ao processo de abolição revelava-se superdimensionada.

A criação de monumentos-museus, bem como a elaboração de um acervo com objetos dedicados à memória maçônica da abolição e a edificação de narrativas são parte integrante do projeto de revitalização da memória maçônica, dedicado a superar reminiscências do desgaste do tempo.

A dissertação de mestrado de Alice Aguiar de Barros Fontes, 1976, produziu uma das primeiras interpretações dedicadas especificamente ao tema da abolição em São Paulo¹. Em seu trabalho, Fontes analisou o grupo abolicionista caifazes, liderado pelo maçom Antonio Bento, sediado na Igreja da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.

O estudo de Fontes foi também o primeiro a conferir à maçonaria um papel de destaque no movimento abolicionista. A autora atribuiu à organização a função operacional empregada nas ações estratégicas e táticas utilizadas pelos caifazes no incremento da fuga de escravos. Segundo ela, a maçonaria oferecia aos caifazes “um sistema de sinais e convenções que lhes permitia uma ação rápida e eficiente”². Conforme a historiadora, o sistema de sinais e gestos, assim como a dimensão do segredo e do mistério, eram elementos próprios da tradição maçônica que, provavelmente, teriam sido incorporadas pelos caifazes. Para a autora, a preservação da identidade do grupo era um princípio herdado da tradição maçônica. A suspeita de uma possível ligação entre a ação dos caifazes e a maçonaria era reforçada, sobretudo, pela vinculação maçônica de Antonio Bento, criador e líder do grupo.

A pesquisa de Fontes seguiu na esteira historiográfica das pesquisas produzidas sobre a abolição na década de 1960. Um dos estudos clássicos dessa historiografia foi *Da*

¹ FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.

² Idem., p. 60.

Senzala à Colônia, de Emília Viotti da Costa³. A autora atribui o processo de desorganização da escravidão ao desenvolvimento urbano que teria proporcionado as condições necessárias à ascensão de novos grupos sociais desvinculados dos interesses agrários, elementos capazes de modernizar o país. Nessa perspectiva analítica, os profissionais liberais teriam assumido o papel de redentores da escravidão.

Em artigo publicado em 1994, Célia Maria Marinho de Azevedo afirmava que a historiografia da abolição produzida até a década de 1980 era herdeira direta de uma concepção histórica forjada por Joaquim Nabuco, o qual atribuiu à elite branca e intelectual a hegemonia absoluta na articulação do movimento abolicionista, não concedendo qualquer protagonismo aos escravizados⁴.

O estudo de Fontes seguiu nessa direção. Na análise da autora, os caifazes assumiram o posto de redentores da escravidão, representando os profissionais liberais em ascensão na cidade. Conforme ela, os caifazes, sob a liderança de Antonio Bento, agiam de forma “revolucionária” e “radical” promovendo ações ilegais, apoiando a fuga em massa dos escravizados e, em dadas circunstâncias, acoitando-os em suas residências ou na própria Confraria Nossa Senhora dos Remédios, com o objetivo final de enviar os cativos fugidos ao Quilombo do Jabaquara, em Santos.

As pesquisas sobre a abolição, produzidas no período de 1980 a 1990, colocaram em xeque as análises que conferiam às lideranças abolicionistas urbanas o posto de heróis e de redentores dos escravos, trazendo à tona também as ações praticadas por libertos, homens livres pobres e cativos.

A crítica à análise de Fontes afastava o interesse em compreender o papel da maçonaria no movimento abolicionista paulista, haja vista que a organização era reconhecidamente um representante de um pequeno e seletivo grupo da sociedade. Além disso, a crença de que apenas indivíduos das camadas mais ricas poderiam integrar a maçonaria contaminou, certamente, toda a historiografia da abolição que, de forma progressiva passou a deixar na penumbra possíveis vinculações entre a maçonaria e o movimento abolicionista.

A crença de que a maçonaria comportava apenas indivíduos oriundos das camadas mais enriquecidas da sociedade era alimentada também pela própria literatura produzida

³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. 5ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.

⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Abolicionismo e Memória das Relações Raciais. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, set. 1994, p. 5-19. Ver também uma versão resumida deste artigo publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 17 de outubro de 1988, p. 6-7.

pelos pesquisadores maçons que, em seus relatos, exaltavam as biografias de grandes personagens políticos iniciados na organização (D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, entre outros), deixando à margem a participação de homens comuns oriundos das camadas mais pobres da sociedade.

A literatura maçônica produzida, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, tinha o objetivo de exaltar a instituição e os seus integrantes, além de, evidentemente, demonstrar a força que a organização possuiu no passado, evocando, sistematicamente, o papel de protagonismo da maçonaria no processo abolicionista.

Os pesquisadores maçons José Castellani e Nicola Aslan são os grandes expoentes desse tipo de produção. Tanto o estudo *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*, de Nicola Aslan, quanto à pesquisa de José Castellani, *Os maçons que fizeram a história do Brasil*, ambas publicadas em 1973, haviam sido encomendados pela organização no ano anterior, com o propósito de comemorar o sesquicentenário da Independência do Brasil que, por sua vez, coincidia com o sesquicentenário de criação do Grande Oriente do Brasil, em 1822. A produção correspondia ao período em que a maçonaria buscava recuperar a imagem dos tempos em que a organização estava em franco crescimento e disputava por espaço na sociedade, entre as décadas de 1850 a 1880. Esses estudos, assim como outros da época, revelavam o empenho maçônico em evocar um passado de visibilidade social e política.

Se, por um lado, a literatura maçônica cumpria o papel de construir narrativas superdimensionadas de seu passado, por outro, a historiografia antimaçônica tinha o claro objetivo de solidificar a ideia de que a maçonaria configurava uma organização subversiva e secreta, com o envolvimento de um pequeno grupo de homens que conspiravam contra a Igreja Católica e o Estado.

Na década de 1980, Célia Maria Marinho de Azevedo⁵ apresentou um novo viés interpretativo a respeito da perspectiva dos atores políticos e sociais envolvidos no processo abolicionista. Em sua pesquisa *Onda Negra, Medo Branco*, publicada em 1985, a autora procurou demonstrar que emancipacionistas e abolicionistas não tinham projetos revolucionários e radicais. Pelo contrário, suas propostas caracterizavam-se por serem conservadoras na medida em que previam um fim lento e gradual da escravidão e por serem fortemente influenciadas pelas teorias racialistas, incorporadas no país nas últimas décadas do século XIX.

⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Em 1991, Maria Helena Machado produziu sua tese de doutorado, centrando sua análise nos grupos populares que se envolveram no movimento abolicionista paulista na década da abolição, no contexto em que a desorganização do sistema escravista havia sido instalada. Para Machado, a pressão popular envolvendo homens livres pobres, libertos e escravos, no campo, como também revoltas e fugas em massa de cativos, não necessariamente contaram com o apoio das camadas formadas por intelectuais liberais brancos. A autora ilumina sua análise destacando o protagonismo de escravos, homens livres pobres e libertos que atuavam em ações coordenadas.

A valorização das camadas populares no processo abolicionista de São Paulo diminuiu uma possível discussão em torno da participação maçônica no movimento social. A presença de maçons no processo abolicionista não foi completamente negada no estudo de Machado, no entanto, a crença na ideia de que a organização representava uma parcela da elite política da sociedade, envolvendo uma instituição oculta, foi um elemento determinante para que essa investigação mencionasse e não desse maior relevo a figuras carismáticas abolicionistas que orbitavam os templos maçônicos⁶. Machado apenas cita a Loja América por ter sido a associação da qual Luiz Gama fora membro.

Em 1999, a historiografia da abolição em São Paulo ganhou novos contornos com a pesquisa de Elciene Azevedo⁷. O estudo da autora desmistificou a crença de que a maçonaria era uma organização elitista e enigmática ao analisar a trajetória de um negro, ex-escravo e maçom abolicionista. Azevedo comprovou que a instituição não era um espaço exclusivo, integrado apenas pela elite branca. Sua análise sobre a experiência de Luiz Gama como líder maçônico figura muito mais como uma exceção na organização do que como algo corriqueiro no contexto da segunda metade do século XIX.

Em 2001, Ligia Fonseca Ferreira⁸ produziu um importante estudo sobre Luiz Gama. Nele abordou com mais profundidade a experiência maçônica dessa figura, trazendo à tona novos elementos e evidências que comprovavam que a maçonaria não era

⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Tese de doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1992., p.144.

⁷ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

⁸ FERREIRA, Ligia Fonseca. *Luiz Gama, franc-maçon, Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un Noir citoyen, poète et militant antiesclavagiste au Brésil*, tese de doutorado, Paris, Université Sorbonne Nouvelle, 2001.

uma organização completamente fechada e oculta, que abrigou apenas um “homem de cor”.

Em 2010, Elciene Azevedo deu mais uma importante contribuição ao tema da abolição em São Paulo e à maçonaria paulista. Em sua tese de doutorado, *O direito dos escravos*⁹, a autora, recuperando a cena urbana como pano de fundo de seu estudo. Fazendo uso de processos de criminais e de outros documentos da justiça, a estudiosa propôs uma análise matizada sobre os atores sociais envolvidos no movimento abolicionista paulista, encontrando vestígios do protagonismo escravo na década anterior a 1880.

Azevedo demonstrou não apenas esse protagonismo dos cativos, que procuravam pela justiça e que conheciam muitos de seus direitos, mas também fez questão de não somente salientar a consciência que os escravizados tinham de seus direitos, como também registrou a existência de uma rede de solidariedade rica e diversificada que reuniu múltiplos atores sociais, provenientes de diferentes camadas da sociedade, e que, em alguma medida, haviam contado com a proteção maçônica. Seu estudo lançou sobre a ampla ponte construída entre escravizados e membros da maçonaria.

A dificuldade de acesso à documentação maçônica por muitas décadas foi apontada como um dos motivos da reduzida produção de estudos sobre o tema em âmbito acadêmico. Os acervos por longo período de tempo mantiveram-se afetivamente fechados ao grande público, permitindo apenas que membros da organização contassem com autorização para manusear esses documentos, problema que ainda ocorre na atualidade, embora em menor medida. Contudo, é possível encontrar parte dos registros maçônicos, como jornais e boletins. No Arquivo da Biblioteca Nacional, por exemplo, encontra-se parte do material produzido pela maçonaria jornais, regulamentos, constituições, anuários, circulares, discursos, conferências e manifestos. Essa documentação, no entanto, revela muito pouco sobre a rotina individual das lojas. No Brasil, ainda não existe o interesse em tornar público parte desse material, como os livros de atas e as correspondências.

Quando uma loja “abate coluna”¹⁰, toda a documentação produzida por ela é transferida à respectiva obediência¹¹ ou distribuída entre os membros pertencentes à

⁹ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2010.

¹⁰ Na terminologia maçônica o termo “abater colunas” é usado na organização toda vez que uma loja é desmantelada. Entre as décadas de 1830 e 1840, muitas delas foram abatidas e os seus antigos membros migraram para outras lojas. Ao longo do século XIX, era prática comum os maçons mudarem de loja maçônica.

diretoria da organização. Os livros de atas são documentos extraordinários pela riqueza de informações. Esses registros imprimem a identidade de cada loja, revelam o perfil de seus integrantes, suas finanças, os conflitos entre os Irmãos, os processos eleitorais, as atividades e os projetos desenvolvidos em seu quadro.

Poucas lojas criadas na segunda metade do século XIX resistiram à passagem do tempo. Em São Paulo, entre as décadas de 1850 e 1880, funcionavam no total cinco lojas maçônicas: Amizade, Piratininga, Sete de Setembro, América e a Humildade. Contudo, apenas as Lojas Piratininga e América permanecem ativas na cidade após esse período¹².

A documentação principal desta tese são as atas, as correspondências e documentos avulsos encontrados nas duas lojas referidas. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram reunidos 21 livros de atas, em que 18 desse total pertenciam à Loja Piratininga e 2 à América.

Quando o candidato era submetido ao processo de iniciação na maçonaria, obrigatoriamente informava aos membros da loja seus dados pessoais, a cidade ou país de origem, idade, estado conjugal etc. Essas informações encontram-se registradas nas atas e muito contribuíram para a construção do perfil dos maçons iniciados nas lojas analisadas. As atas oferecem uma radiografia detalhada de todos os passos dos maçons e das lojas, permitindo a construção de uma nova perspectiva a respeito da organização.

Os documentos avulsos que foram encontrados no arquivo da Piratininga ofereceram dados sobre outras lojas, como a América, além de uma lista completa de Irmãos iniciados entre os anos de 1868 e 1870. Esse material complementar referente à América foi de considerável relevância uma vez, que seus livros de atas encontram-se incompletos para esse período. O documento, publicado na tipografia do jornal *Correio Paulistano*, de propriedade do maçom da Loja América, José Maria Azevedo Marques, registra nome, idade, cidade de origem, nacionalidade, data de iniciação e estado conjugal de seus iniciados, o que permitiu ampliar ainda mais o perfil desses Irmãos.

¹¹ Obediência é a denominação dada ao organismo maçônico responsável por regular as lojas maçônicas. Cada obediência liderada por um grão-mestre possui seus próprios regulamentos e constituições que as lojas vinculadas a ela devem seguir. ver: CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010, p. 291.

¹² O primeiro contato com a Loja maçônica Piratininga aconteceu em 2008, na ocasião desenvolvia a minha dissertação de mestrado. Ao longo desse período tive a oportunidade de conhecer o acervo da organização. Todo o material produzido pelas Lojas Piratininga e América encontram-se em arquivos particulares. O conteúdo disponibilizado pelos Irmãos das Lojas Piratininga e América à pesquisa consiste em livros de atas e pasta de correspondências.

As atas e os documentos avulsos consultados nos arquivos maçônicos são as principais fontes desta tese, entretanto, não são os únicos materiais utilizados para a pesquisa. Usou-se também como suporte jornais maçônicos, como *A Semana Maçônica* e *O Vigilante*, além de periódicos não maçônicos, mas administrados por maçons das lojas analisadas, como é o caso do *Correio Paulistano*, *Jornal Redenção* e *A província de São Paulo*.

Entre os jornais maçônicos, destacam-se os boletins, periódicos oficiais da organização e principais canais de comunicação entre as lojas maçônicas e suas respectivas ordens. *O Boletim do Grande Oriente do Brasil*, surgido em dezembro de 1871, ano da sanção da Lei do Ventre Livre, trazia em suas páginas os debates travados pelos parlamentares em torno do tema da aprovação da lei emancipacionista.

Na busca de uma explicação sobre a origem do protagonismo maçônico no abolicionismo, verificado na memória e na literatura maçônica optou-se por avançar cronologicamente do arco temporal da abolição, estudando-se a construção da memória maçônica desse processo em São Paulo, no século XX.

Assim, a tese está estruturada em cinco capítulos:

No Capítulo 1 “A maçonaria paulista e a adesão ao movimento abolicionista”, são analisados, de forma sintética, os caminhos percorridos pela organização maçônica desde a sua introdução no Brasil, seu crescimento e a formação das obediências para, em seguida, estudar mais de perto a maçonaria em São Paulo. A organização paulista tardou em desenvolver-se comparada a outros centros maçônicos, como o Rio de Janeiro. No entanto, ganhou papel de destaque no contexto da cisão maçônica de 1863.

As lojas Piratininga e América incorporaram o tema da abolição de forma distinta em suas agendas e atividades e isso acabou gerando conflitos locais. Em 1883, contudo, a obediência liderada por Joaquim Saldanha Marinho foi extinta e teve início o processo de unificação das obediências, colocando um ponto final nas rivalidades entre as lojas. O Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, criado por Joaquim Saldanha Marinho em 1863, comportava uma agenda política republicana e abolicionista mais ativa se comparada à obediência do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, liderada por José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco).

O Capítulo 2, “Imprensa maçônica, emancipação e busca pela liberdade”, aborda a inserção maçônica no tema da abolição e o modo como a organização, representada pelas Lojas Piratininga e América, instrumentalizou a imprensa em seu benefício. Um dos

efeitos colaterais do uso da imprensa foi a presença recorrente de escravos nas portas dos templos maçônicos. Embora, a ação emancipacionista das lojas fosse limitada, os escravizados compreendiam que os templos eram espaços onde virtualmente poderiam conquistar algum pecúlio em benefício de sua liberdade.

No Capítulo 3 “O perfil dos maçons das Lojas Piratininga e América” desenhou-se o perfil dos maçons. O intuito aqui não é simplesmente ilustrar o perfil dos participantes iniciados nas duas lojas, mas, sobretudo, tecer as principais diferenças entre elas, além de evidenciar uma dinâmica interna intensa que mobilizou amplos setores da sociedade paulista. O perfil socioeconômico da organização caracterizou-se pela diversidade. Pertencentes a obediências distintas, as Lojas Piratininga e América trataram o tema da abolição de forma diferente. Com as informações das atas foi possível compreender como a maçonaria organizava-se do ponto de vista socioeconômico.

No Capítulo 4 “A memória da abolição na maçonaria paulista”, discutiu-se a perda de autonomia e a difusão de ideias antimaçônicas promovidas pela Igreja católica e por setores da sociedade civil que acarretaram a desestruturação da organização e a sua subsequente reação reestruturante. Um dos aspectos dessa reestruturação foi sua recuperação simbólica, no século XX, por meio da criação de narrativas que evocavam as imagens de maçons de larga visibilidade pública, que pudessem dar vazão a um protagonismo maçônico no contexto da abolição da escravidão. Na tentativa de lapidar essa memória da abolição maçônica paulista, observou-se uma explícita preocupação de sua literatura em evocar a imagem de alguns membros da organização, considerados capazes de validar o protagonismo maçônico no contexto da abolição e, na mesma proporção, ocultar - ou mesmo sepultar - a figura de outros personagens que, de alguma maneira, comprometessem o projeto de recuperação da imagem na direção assinalada. Além da produção de uma literatura especializada, a maçonaria preocupou-se em marcar sua presença nos espaços públicos com a edificação de monumentos-museu. Aqui, faz-se referência à criação do grande centro maçônico na cidade de São Paulo que abriga em seu interior outros cinco templos, além de uma biblioteca com o acervo da organização, contendo objetos que acompanham os rituais, bandeiras, livros e outros.

Seguindo na mesma direção, o Capítulo 5, “Os heróis maçônicos na memória da abolição em São Paulo”, foi dedicado à análise de outros elementos que colaboraram para a construção da memória maçônica, como a criação da figura do herói, bem como a evocação de suas imagens expressas através dos espaços, como os cemitérios e as praças públicas. A maçonaria paulista zelava pela evocação de um herói capaz de incutir na

memória maçônica da abolição uma representação positiva e grandiosa de si mesma. O esforço da promoção desses candidatos, entretanto, não seria tarefa simples, uma vez que poucos irmãos reuniam as qualidades necessárias ao desempenho do pretendido papel de herói.

PRIMEIRA PARTE

A maçonaria paulistana frente à abolição

1. A Maçonaria no Brasil e os seus reflexos nas lojas maçônicas paulistanas

Neste capítulo será analisada a introdução da maçonaria no Brasil, seu crescimento, a formação e a sua influência sobre a agenda emancipacionista de suas lojas¹³. A disputa entre os organismos maçônicos promoveu uma batalha por legitimidade e, conseqüentemente, a busca que determinou o crescimento da instituição no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. As duas principais lojas paulistanas, temas dessa pesquisa, pertenciam a ordens distintas; por essa razão, suas agendas e método de trabalho eram diferentes. Enquanto a Loja Piratininga manteve-se discreta em suas ações emancipacionistas, a Loja América caracterizou-se por promover práticas antiescravistas explícitas, aliando-se a outras lojas (Amizade, Sete de Setembro e Humildade).

1.1 Os primórdios da Maçonaria no Brasil

Por muito tempo no Brasil especulou-se que em fins do século XVIII já havia registros da presença de maçons atuando em eventos históricos importantes, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Contudo, notícias do envolvimento de maçons entre os insurretos nesses movimentos nunca foram comprovadas, sendo inclusive refutadas pelas narrativas maçônicas produzidas na década de 1970¹⁴.

A história da maçonaria comprovadamente inicia-se no Brasil em 1801, com a criação da Loja Reunião, instalada na cidade do Rio de Janeiro. Essa loja estava vinculada

¹³ A loja é a menor unidade da organização maçônica e possuía certa autonomia em relação à obediência ao qual estava inserida.

¹⁴ José Castellani em seu livro faz uma breve observação sobre Tiradentes. ver: CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica São Paulo, 1973, p.152. Em outro estudo, o autor reiterou essa ideia refutando a possibilidade da participação de maçons na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana. “Existem autores que, aproveitando um período nebuloso e de total falta de registros históricos falam da existência de lojas, principalmente na Bahia, nos meados do século XVIII, o que, por falta de qualquer prova documental, é uma afirmação tão temerária quanto aquela dos que apontam os conjurados mineiros, principalmente o Tiradentes, como maçons, sem que haja nenhum apoio histórico documental para tal afirmação”. Ver. CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009, p.27.

ao Oriente da Ilha de França¹⁵ e outras surgiram em sequência, como a Loja Virtude e Razão, na Bahia.

Após a introdução da obediência francesa, outra obediência buscava expandir seu poder maçônico no Brasil, a portuguesa Grande Oriente da Lusitânia, que em 1804 fundou duas novas lojas: Constância e Filantropia, no Rio de Janeiro. Conforme Célia Barreto, as lojas maçônicas que, inicialmente, se concentravam na cidade do Rio de Janeiro, após a vinda da Corte para o Brasil em 1808 evitaram instalar-se no Rio, passando a se concentrar na região nordeste, principalmente em Pernambuco¹⁶.

A maçonaria passou por diversas fases desde sua instalação no país, até finalmente expandir-se por todos os cantos do Brasil e consolidar-se entre o final do século XIX e início do XX¹⁷. O desenvolvimento da organização foi marcado por longos períodos de perseguições. Em 31 de maio de 1818, D. João VI sancionou um decreto proibindo o funcionamento de todas as sociedades secretas no Brasil, medida tomada após comprovação do envolvimento de integrantes de lojas maçônicas na Insurreição Pernambucana, em 1817. A medida ameaçava com pena de morte e interdição dos bens os indivíduos que continuassem ligados a essas organizações¹⁸.

A maçonaria ficaria interdita no Brasil até 1821, mas no ano seguinte “um novo esforço dos maçons foi empreendido com a finalidade de fundar um poder central maçônico no país, autônomo em relação ao Grande Oriente Lusitano”¹⁹. Em 17 de junho de 1822 surgiu o Grande Oriente Brasílico ou do Brasil, sob a liderança de José Bonifácio de Andrada, no Rio de Janeiro²⁰. Conforme as regras maçônicas internacionais, para a

¹⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. In: *Revista USP*, 1996/97, dez/fev. nº32, pp. 178-189.

¹⁶ BARRETO, Célia. Ação das sociedades secretas, in: Holanda, Sérgio Buarque de (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, t.II, vol.3.

¹⁷ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870-1920)*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, Centro de Memória Unicamp. (Coleção Tempo e Memória), 1999, p.76.

¹⁸ O modelo de sociedade secreta fornecido pela maçonaria teria contribuído para a configuração de outras associações (Jardineira, Academia Literária, Academia Científica do Rio de Janeiro, Areópago de Itambé, Universidade Secreta Antonio Carlos, Apostolado, entre outras). Ver: BARRETO, Célia. Ação das sociedades secretas. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t.2, vol.3, 2003.

¹⁹ BARATA, Mansur Alexandre. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2002, p.89.

²⁰ O Grande Oriente do Brasil havia adotado o Rito Francês Moderno então criado em 1783 constituído por sete graus e dividida em cinco categorias: (Lojas azuis) 1º Aprendiz; 2º Companheiro; 3º Mestre; (Primeira Ordem da Rosa-Cruz) 4º Mestre Eleito; (Segunda Ordem de Rosa-Cruz) 5º Mestre Escocês; (Terceiro Ordem

formação de uma obediência era necessário que no mínimo três lojas se reunissem. Na hierarquia maçônica, obediência ou ordem é o órgão supremo com autoridade para regulamentar as lojas²¹. Para ela ser considerada legítima deve obrigatoriamente estar vinculada a uma ordem.

Para viabilizar a criação do primeiro Oriente no Brasil, os maçons da Loja Comércio e Artes decidiram estrategicamente desmembrá-la em outras três novas lojas: Idade de Ouro, União e Tranquilidade – e Esperança de Niterói; era necessário também que o Grande Oriente do Brasil, recém-criado, fosse reconhecido por obediências estrangeiras²². As primeiras obediências a reconhecerem o Grande Oriente do Brasil foram os Grandes Orientes da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos²³.

Em manifesto publicado em 1831, José Bonifácio afirmava que a criação do Grande Oriente do Brasil estava associada à necessidade de distanciar-se do Império português. O manifesto de José Bonifácio era uma tentativa de imprimir protagonismo maçônico na ação que resultou na emancipação política do país. O evento histórico, assim como o processo abolicionista e a mudança de regime político monárquico para o republicano, seria também evocado pela maçonaria como um dos acontecimentos articulados nos bastidores da organização maçônica.

Em 1822, logo após a declaração de independência do Brasil, José Bonifácio articulava o ingresso de D. Pedro I no Grande Oriente do Brasil, promovendo-o logo em seguida ao cargo de grão-mestre da obediência. José Bonifácio nutria a esperança de que a instituição ganharia vantagens e influência sobre a administração do governo por causa da presença do imperador na organização. Entretanto, em vez de vantagens políticas, a maçonaria teve seu fechamento determinado pelo próprio D. Pedro I, ainda em 1822.

As atividades maçônicas ficaram suspensas ao longo de todo o primeiro Império (1822-1831). Somente após a abdicação de D. Pedro I, houve um processo de abertura política, dando início ao florescimento das lojas maçônicas, abrindo espaço para a criação

de Rosa-Cruz) 6º Cavaleiro Rosa Cruz; (Quarta Ordem de Rosa-Cruz) 7º Soberano Príncipe Rosa-Cruz. Ver: MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 94.

²¹ CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010, p. 291.

²² BARATA, Mansur Alexandre. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*., op.cit., p.89.

²³ CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009, p.76.

de novas obediências. O período entre as décadas de 1830 a 1860 foi marcado pelo crescimento maçônico no país. As novas obediências diversificavam suas tendências, ideias e projetos, provocando com isso frequentes cisões e disputas entre as principais lideranças maçônicas emergentes²⁴. De acordo com Alexandre Barata, as “dificuldades de formação de um consenso normalmente provocavam cisões, divisões que irão marcar a história da maçonaria no decorrer dos séculos XIX e XX”²⁵.

Entre as décadas de 1830 e 1860, surgiram cinco novos Grandes Orientes, todos no Rio de Janeiro: o Grande Oriente Brasileiro; a Grande Loja Brasileira também conhecida por Moderno Oriente (composto pelas lojas União; Sete de Abril; União e Vigilância); o Grande Oriente do Brasil (formado por seis lojas maçônicas, a Comércio e Artes; União e Tranquilidade; Esperança de Niterói; Amor da Ordem; Imparcialidade e Caridade e Beneficência), reinstalado por José Bonifácio Andrada em 1831, após seu retorno do exílio; e, por fim, o Grande Oriente do Lavradio, que recebeu essa denominação por ter sido instalado na rua de mesmo nome²⁶.

As Lojas Comércio & Artes e Beneficência, por questões ideológicas e por desejarem adotar um novo rito²⁷, desvincularam-se do Grande Oriente do Brasil, então dirigido por José Bonifácio. As Lojas Comércio e Artes, Beneficência e a Loja Amizade Fraternal, unidas, formaram a quinta obediência maçônica, chamado de Supremo Conselho do Brasil²⁸. Esse último Oriente também ficou conhecido como Grande Oriente ou, ainda, Grande Loja Central²⁹.

Não bastava formar novas obediências simplesmente se as mesmas não fossem reconhecidas internacionalmente. Assim, a fim de obter legitimidade institucional de sua

²⁴ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.132.

²⁵ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870-1920)*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, Centro de Memória Unicamp. (Coleção Tempo e Memória), 1999, p. 261.

²⁶ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria*., op.cit., p.136-137.

²⁷ Cada Oriente buscava vincular-se a uma obediência internacional à qual tivesse maior identificação, da mesma maneira ocorria com a escolha dos ritos maçônicos. Toda loja maçônica seguia o próprio rito independentemente da obediência à qual estivesse filiada, adotando um novo rito sempre que desejasse. No início da instalação das unidades no Brasil, o rito mais popular era o Francês Moderno, com sete graus. Entretanto, a partir de 1835, Montezuma introduziu no Brasil o rito Escocês Antigo e Aceito, de origem belga, constituído por 33 graus, que passou a ser utilizado pela maioria das lojas maçônicas. Além deles, havia o Adoniramita, o York, o Schroeder, o Brasileiro e a Adoção.

²⁸ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria*., op.cit, p.141.

²⁹ Idem., p.142-143.

obediência, Montezuma solicitou filiação ao Grande Oriente da França, que foi obtida após longa negociação. Todavia, o maçom fundador do Supremo Conselho, acabaria sendo expulso de sua própria obediência, após acusação de utilizar a organização com o objetivo de obter vantagens políticas. Em 1842, o Supremo Conselho deixaria de existir após a fusão com o Grande Oriente Brasileiro do Passeio. No intervalo de tempo entre 1842 e 1853, a obediência do Passeio se transformou no Oriente mais importante, mas, no ano de 1854, acabaria adormecendo³⁰. Consequentemente, o Grande Oriente do Brasil (GOB), do vale do Lavradio, se tornaria a única obediência legítima no país até 1863. Muitos maçons e lojas maçônicas, então filiadas aos Orientes extintos, migraram para o Grande Oriente do Brasil.

1.2 A ruptura do Grande Oriente do Brasil (1863-1883)

A existência de uma única obediência limitava as ambições de líderes que não estavam ideologicamente alinhados à ordem; dentro da mesma obediência havia grupos com ideologias, interesses e projetos diferentes. O Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, seguia orientações conservadoras, preferindo não intervir nas questões políticas e sociais vigentes no país.

A parcela de maçons e lojas que não concordava com o programa do Grande Oriente do Brasil protagonizariam a sua cisão, em 7 de julho de 1863, durante o processo eleitoral que escolheria o novo grão-mestre³¹ da obediência. O grupo liderado por Joaquim Saldanha Marinho mobilizou 1.500 maçons que abandonaram a obediência do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, para compor uma nova obediência³². O desligamento dos maçons ocorreu após as supostas irregularidades nas eleições para a escolha do novo grão-mestre. Durante o processo eleitoral, Joaquim Saldanha Marinho tentou validar os votos dos maçons honorários que não tinham direito efetivo de participarem do processo. As irregularidades levaram à anulação do processo e à convocação de uma nova eleição prevista para acontecer em 14 de agosto do mesmo ano.

³⁰ “Adormecer” na terminologia maçônica significa suspensão das atividades maçônicas por um período de tempo. ver: CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. 3ª edição. São Paulo: Madras, 2010. p.23.

³¹ Grão-mestre representa no universo maçônico a autoridade máxima eleita anualmente para representar uma obediência maçônica.

³² CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. *História do Grande Oriente do Brasil*., op.cit. p.117.

O grupo de Joaquim Saldanha Marinho não concordou com o resultado da nova eleição. O maçom eleito acabou renunciando e em seu lugar assumiu o barão de Cayru, Bento da Silva Lisboa, então grão-mestre adjunto. Descontente com o novo resultado, Saldanha Marinho reuniu sete lojas maçônicas (Comércio, Caridade, Estrela do Rio, Silêncio, Dezoito de Julho, Imparcialidade, Filantropia e Ordem), que assinaram o termo de desfiliação do Grande Oriente do Lavradio. É válido destacar que, antes mesmo da assinatura do documento, Saldanha Marinho já tinha informado sua intenção de criar uma obediência com orientação distinta do Lavradio. Como será visto mais adiante, o Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, atendia a uma agenda política compatível com os interesses particulares de Saldanha Marinho. Por essa razão, sua liderança na ordem foi suprema, levando-o a ocupar o cargo de grão-mestre da nova obediência até a sua extinção (1863-1882).

A nova obediência recebeu o mesmo nome: Grande Oriente do Brasil, e se localizava na Rua dos Beneditinos ou Vale dos Beneditinos, ficando por isso conhecida como Oriente dos Beneditinos. A criação de uma nova obediência atendia às ambições de Saldanha Marinho³³.

A cisão repercutiu internacionalmente e o Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, rapidamente solicitou o apoio do Grande Oriente Lusitano e do Grande Oriente da França. O reconhecimento das obediências estrangeiras era imprescindível para a legitimação da nova ordem. O discurso de Saldanha Marinho, proferido em 16 de maio de 1865, celebrava o suporte dessas duas obediências³⁴.

Saldanha Marinho fez com que parte significativa das lojas maçônicas então filiadas à obediência do Lavradio, abandonasse aquele Oriente para seguir a sua obediência. A criação da nova obediência provocaria uma ampla disputa entre os dois Orientes por legitimidade³⁵. Tal querela seria demonstrada de diversas maneiras, como: 1º) as disputas pelas lojas maçônicas já existentes e o interesse na criação de novas com o propósito de impor hegemonia e legitimidade; 2º) a busca incessante por apoio de obediências estrangeiras; 3º) diferenças ideológicas (enquanto a ordem liderada por Saldanha Marinho “defendia uma atuação mais vigorosa e política da maçonaria na defesa

³³ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras.*, op.cit. p. 70.

³⁴ CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil.*, op.cit. p. 119.

³⁵ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras.*, op.cit. p. 73.

do racionalismo, da liberdade de consciência, enfim, dos princípios caros à ‘modernidade’”, em contrapartida o Oriente do Lavradio “assumia uma posição mais identificada com a corrente inglesa”, adotando uma linha menos politizada)³⁶.

As lojas maçônicas dividiram-se entre uma obediência e outra, havendo mudança de oriente na maioria das vezes. O *Boletim do Oriente Unido* da ordem chefiada por Saldanha Marinho não deixaria de celebrar em 1873 a migração de lojas do oriente rival para a obediência dos Beneditinos: “eleva-se hoje a vinte e seis o número de oficinas”³⁷.

Em 4 de março de 1864, na cidade de São Paulo, a Loja Piratininga realizou uma sessão extraordinária para decidir se permaneceria vinculada à obediência do Lavradio ou seguiria as orientações da nova ordem. A decisão dos maçons da Loja Piratininga foi unânime sobre manter fidelidade à obediência do Lavradio³⁸. As Lojas Amizade e Sete de Setembro, então pertencentes ao Oriente do Lavradio, mudaram para a ordem chefiada por Saldanha Marinho. As lojas América (1868) e Humildade (1877), criadas após a fundação da obediência dos Beneditinos, filiaram-se imediatamente a essa obediência. A Loja Piratininga tornou-se a única representante do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, na cidade de São Paulo, recebendo por isso o título de *fidelíssima* da ordem³⁹.

A divisão das lojas provocada pela cisão alimentaria os conflitos entre elas até o final de 1882, quando a obediência liderada por Saldanha Marinho foi extinta, dando início ao processo de unificação das obediências, colocando um ponto final nas rivalidades entre as lojas.

A ordem Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, criada por Joaquim Saldanha Marinho, em 1863, comportava uma agenda política republicana e emancipacionista mais ativa se comparada à obediência do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, liderada por José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco).

Embora Marco Morel afirmasse que “as maçonarias se definiam mais por determinada concepção de organização (demarcada por vocabulários, rituais e símbolos) do que por uma ideologia definida”⁴⁰, nota-se que as obediências e suas respectivas lojas

³⁶ Idem., p. 70.

³⁷ Boletim do Grande Oriente Unido do Supremo Conselho. p.181. nº 2 e 3. Fevereiro e março, 1873. 2ºano.

³⁸ Ata da Loja Piratininga 4 de março de 1864.

³⁹ CASTELLANI; José; CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil.*, op.cit. p.76.

⁴⁰ MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº28, 2001, p.3-22, pp.18.

seguiram orientações sensivelmente distintas em relação a determinados assuntos. É necessário pontuar essas diferenças para que se compreenda a dimensão da atuação das duas principais lojas maçônicas paulistanas em relação ao movimento abolicionista na cidade.

O tema da escravidão seria tratado de modo distinto pelas obediências Grande Oriente do Brasil (Lavrado) e Grande Oriente do Brasil (Beneditinos), certamente, porque o tema da escravidão ligava-se intrinsecamente ao modo como ocorreu a cisão em 1863. A cisão maçônica que resultou na criação do Grande Oriente do Brasil (Beneditinos) catalisou a vontade expressa de um determinado grupo de Irmãos descontentes com o modo como a ordem do Lavrado procedeu em sua integralidade em relação às disputas de poder e a própria agenda maçônica.

A cisão ocorrida em 1863 estimularia o crescimento da organização maçônica por todo o país. Conforme Alexandre Barata, entre 1861 e 1865, o número de lojas em funcionamento alcançou a marca de 180⁴¹. Em 1872, a cisão, no entanto, ficaria suspensa por um breve período e unida passaria a ser denominada de Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.

A unificação temporária dos Orientes tinha o propósito de combater a Igreja católica que havia proibido o ingresso de padres na maçonaria, prática até então muito comum. Na cidade de São Paulo, por exemplo, as Lojas Amizade e Piratininga foram as que mais abrigaram maçons membros da Igreja católica. Além dessa proibição, a instituição pretendeu impedir que maçons fossem enterrados nos cemitérios administrados por ela. O conflito envolvendo a Igreja católica, o Estado e a maçonaria receberia o nome de Questão Religiosa.

Para compreender as etapas desse conflito deflagrado em 1872 é necessário que se acompanhe, ainda que superficialmente, as transformações sofridas pela instituição religiosa entre as décadas de 1860 e 1870. Nesse período, a Igreja católica passou por algumas reformas por sentir que a instituição no país estava perdendo espaço político, econômico e espiritual. Do ponto de vista político, o padroado que atribuía certos privilégios à Igreja católica foi se enfraquecendo em decorrência dos abusos praticados por religiosos. Do ponto de vista econômico, toda a hierarquia católica – desde arcebispos até os padres das paróquias mais pobres –, sustentada pelo Estado, queixava-se dos poucos recursos destinados à instituição. Por fim, a Igreja católica enfrentava o avanço do

⁴¹ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras.*, op.cit. p. 76.

Protestantismo. Todos esses elementos corroboraram para que ela desse início a um processo de modernização denominado romanização⁴².

O processo de romanização popularizou-se nas últimas décadas do século XIX e pregava a centralização do poder eclesiástico na figura do Papa⁴³. De acordo com essa vertente, as determinações papais deveriam se sobrepor às leis do Império. O movimento religioso internacional colaborou com o fortalecimento da Igreja. A romanização condenava a maçonaria e as manifestações religiosas, como o Protestantismo e as religiosidades africanas. Em contrapartida, nesse mesmo contexto, verificava-se o crescimento da maçonaria. A organização, que se inspirou nas ideias ilustradas, defendia o Estado laico, a liberdade de culto e a educação não religiosa⁴⁴.

No decorrer da década de 1860, o conflito entre as duas instituições ganhou corpo⁴⁵, eclodindo como conflito nacional em 2 de março de 1872. O movimento recebeu o nome de Questão Religiosa, mobilizando as duas obediências do Lavradio e dos Beneditinos. O conflito se tornou público quando o padre maçom Almeida Martins realizou uma celebração em homenagem a José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio e presidente do Conselho de Estado.

O objetivo da celebração era homenagear Visconde do Rio Branco pela aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871. Muitos maçons interpretaram o gesto como triunfo da maçonaria, mas, particularmente do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio. Mesmo visto como uma conquista da obediência do Lavradio, os maçons da ordem rival não se constrangeram em homenagear a conquista da Lei do Ventre Livre. No *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho* do Brasil, dos Beneditinos, reconhecia-se a importância de Rio Branco, mesmo sendo ele um representante do Oriente rival. No jornal do *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho*, Rio Branco foi comparado a Lincoln:

(...) animada pela voz honesta de Lincoln, o povo americano rega com o seu sangue a terra fértil, coberta até então de riquezas agrícolas e industriaes, para dar a liberdade a quatro milhões de homens retirados da

⁴² BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras.*, op.cit. p. 100.

⁴³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980, p.33.

⁴⁴ BARATA, Mansur Alexandre. *Luzes e sombras.*, op.cit. p.100.

⁴⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.*, op.cit. p.74-75.

escravidão. (...) o hábil Rio Branco encaminha pacificamente a solução da escravidão no Brasil, no mesmo terreno que lhe apontou Lincoln⁴⁶.

A decisão do padre maçom Almeida Martins de homenagear o maçom Rio Branco revoltaria os bispos de Olinda e Belém do Pará, D. Vital Maria de Oliveira e D. Antonio Macedo da Costa, que exigiam a condenação da maçonaria pelas bulas papais. Os religiosos determinaram ainda que todos os padres maçons abandonassem a organização ou seriam expulsos da Igreja. O conjunto documental sancionado pela Igreja católica, contudo, não era reconhecido em território nacional pelas leis do Império. D. Pedro II não validou as bulas papais e ainda determinou a prisão dos líderes do movimento, D. Vidal e D. Macedo. A partir desse instante, o conflito entre a Igreja católica e a maçonaria se generalizou, envolvendo também o Estado.

Durante a celebração em homenagem a Visconde de Rio Branco, Antonio Alves Pereira Coruja, maçom da Loja Esperança, proferiu um discurso exaltando a atuação da maçonaria na libertação dos escravos:

Há meio século, quando se tratava de dar uma autonomia ao povo brasileiro, o Grande Oriente do Brasil viu, à frente desse movimento, o seu finado Grão-Mestre José Bonifácio, de saudosa memória, movimento que terminou com a gloriosa independência, a 7 de setembro de 1822. Vinte e oito anos mais tarde, quando se tratava de estancar a perniciosa fonte de importação africana, foi ainda um ilustre membro da Maçonaria do Brasil, pertencente à Loja “Regeneração”, quem promoveu a lei que proibia e punia, com severas penas, os importadores da geração escrava: a lei de 4 de setembro de 1850 está referendada pelo sempre lembrado conselheiro Euzébio, cujo vulto tão grande nome adquiriu em nossas lides políticas, cujas cinzas ainda hoje respeitamos e cujo nome, por uma providencial coincidência, a Igreja católica soleniza, no dia de hoje, em seus cânticos dirigidos ao Altíssimo. Agora, depois que se tem passado quase meio século da nossa emancipação política, um novo movimento se opera em favor da liberdade e é ainda a um membro proeminente da nossa Maçonaria que se deve seu êxito feliz⁴⁷.

No discurso, o maçom evocava o protagonismo maçônico nas primeiras medidas em direção ao encaminhamento da questão servil, tendo como ponto de partida a representação exibida pelo deputado maçom José Bonifácio, na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sobre a Escravatura, em 1823. Em seu

⁴⁶ Boletim do Grande Oriente Unido Supremo Conselho. Rio de Janeiro. Ano 2, mês de outubro de 1872, p. 213.

⁴⁷ Discurso de Antonio Alves Pereira Coruja, 2 de março de 1872. Ver: CASTELLANI, José. CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil.*, op.cit.

manifesto Bonifácio posicionava-se contra o tráfico e contra a própria vigência da escravidão:

Este comércio de carne humana é, pois um cancro que rói as entranhas do Brasil, comércio, porém, que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que os muitos escravos, que já temos, possam, às asas de um governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, uma vez que possam bem sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio; uma vez que se cuide enfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.[...] Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males⁴⁸.

José Bonifácio questionava a permanência da escravidão, mas, assim como a maçonaria, seguiu defendendo a emancipação lenta e gradual. As Leis Eusébio de Queirós (1850) e do Ventre Livre (1871) seguiam nessa direção. Uma grande comoção social foi gerada no momento em que o projeto da Lei do Ventre Livre foi apresentado. Parte dessa comoção resultava da retomada da discussão sobre uma nova lei emancipacionista após um longo período de silêncio, quebrado pela repercussão da Guerra Civil norte-americana (1861-1865). O conflito havia colocado ponto final na escravidão no país, fazendo do Brasil a última nação a prosseguir com esse modelo de trabalho⁴⁹. Nesse momento, abolicionistas e emancipacionistas pressionavam o Parlamento para que uma nova lei emancipacionista fosse aprovada. No entanto, paralelamente, explodiu a Guerra do Paraguai (1864-1870). O conflito retardou o debate sobre o encaminhamento de mais um passo em direção à emancipação dos escravizados. Ao término da Guerra do Paraguai, as discussões no Parlamento foram retomadas e um amplo debate nacional foi evidenciado.

O desfecho da Guerra Civil americana, que tinha colocado ponto final na escravidão nos Estados Unidos, era visto com cautela pelos parlamentares. A proposta que resultou na Lei do Ventre Livre apresentou-se em sua versão mais conservadora, uma vez que, temia-se que um conflito semelhante ocorresse no país.

Assim como no Parlamento, o círculo maçônico concordava que era necessária a aprovação de uma lei emancipacionista conservadora que assegurasse a ordem. *O Boletim*

⁴⁸ SILVA, José Bonifácio de Andrada e, (1763-1838). *Projetos para o Brasil*. (org) Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras: Publifolha, 2000, p. 31.

⁴⁹ Em 1865, além do Brasil, o sistema escravista vigorava na colônia cubana. Ver: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.117.

do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, expunha o temor de uma guerra civil como a ocorrida nos Estados Unidos.

Nos Estados de Lincoln, a Idea custou-lhe a vida, e a libertação do homem de côr teve o seu baptismo em rios de sangue, que arrastaram na torrente as ruínas de cidades carbonisadas em vandálico incêndio, ou demolidas no abalado tremendo de uma lucta fratricida; enquanto na Terra de Santa Cruz, e no remanso da paz, o bom senso, a philosophia e a civilização proclamam o que um grande paiz acceita com applauso; embora ao estrondo desse grito libertador estremecessem mesquinhos e illicitos interesses, adquiridos à sombra fatal duma lei iníqua, e que há-de vir a parecer tanto mais fabulosa, quanto mais o mundo se-adiantar em idade e no caminho do seu progresso. Si a nova lei brasiliense não é ainda tão radical, como seria para desejar, dado já esse passo gigantesco, quem sabe até onde poderia o gigante levar a sua marcha? (...) A lei da extinção dos morgados que eram entre nós o captiveiro da propriedade também teve as suas gradações, até que um traço mais rasgado, quase de súbito e para sempre apagou do nosso código esse anachronismo social. Não poderiam os infelizes, que ainda hoje continuam a ser escravos, ir amortizando, com o valor do seu trabalho futuro, e num praso determinado, a importância da vergonhosa mercadoria, que um tráfico infame os-obrigou a representar? Mas nem tudo se faz num dia, e o tempo fará o resto. Si a Idea de ser escravo é bastante para anullar ou perverter as mais felizes disposições, não seria a esperança de liberdade um poderoso incentivo para o melhoramento moral e industrial? Mas nem tudo se faz num dia, e o tempo fará o resto. O que é incontestável é que o Brazil acaba de dar ao mundo philosophico a demonstração mais evidente de quanto ali predomina o espírito deste século, quanto induz ao caminho a verdadeira civilização; e por isso devem ser saudados com respeito e entusiasmo um grande povo e um sábio governo, que, vencendo difficuldades e opposição, conseguiram effectuar com tanta glória, e sem nodoa de sangue, o acontecimento mais notável que naquelle importante paiz se-tem realizado⁵⁰.

Enquanto discutia-se o projeto de lei no Parlamento, nas ruas havia grande mobilização, com a realização de conferências públicas nos teatros, ao passo que na imprensa, de todas as regiões do país, debatia-se e encampavam-se campanhas favoráveis à medida. Conforme Robert Conrad, 57 jornais discutiram o projeto de lei⁵¹. Havia grande expectativa para que uma nova lei de emancipação fosse aprovada.

Internacionalmente, o desfecho da Guerra Civil americana (1865), que resultou no fim da escravidão no país, tornava o Brasil o último país a persistir com o sistema⁵².

⁵⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brasil, jornal oficial da maçonaria brasileira*, 1ºano, fevereiro, 1872, p.122-124.

⁵¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.117.

⁵² Conforme Robert Conrad “uma série de acontecimentos no exterior ajudou a estimular as atitudes reformistas da década de 1860”. Em 1861, Lincoln havia proposto a implementação da emancipação do

Contudo, antes mesmo desse conflito ser iniciado, houve outro acontecimento que teria colaborado para acender o debate sobre a substituição do trabalho servil: tratava-se da “Questão Christie”, que provocou em 1863, a ruptura diplomática entre o país e a Grã-Bretanha⁵³.

A pressão internacional teria sido abrandada com a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870). O combate teria levado o governo imperial a justificar a paralisação das discussões que seriam retomadas após o fim do conflito. Vale ressaltar, contudo, que o debate não foi completamente paralisado. Segundo Celso Thomas Castilho, em Recife, por exemplo, a Assembleia Legislativa de Pernambuco “aprovou um Fundo de Emancipação Provincial”⁵⁴, meses antes do desfecho da Guerra do Paraguai.

D. Pedro II retomou o debate sobre a reforma do trabalho servil em 1871, convocando para o encaminhamento do projeto de lei emancipacionista o Visconde de São Vicente que, por sua vez, recusou o convite propondo ser substituído então pelo senador Visconde de Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio. Contudo, pouco tempo antes de assumir o projeto que levaria à sanção da Lei do Ventre Livre, Rio Branco “não via justificativa para mudanças”. Sua posição sobre o tema mudou depois de sua experiência no exercício da função de diplomata no Ministério dos Estrangeiros, do Gabinete do Marquês de Itaboraí. Em visita aos países que faziam parte da região do Prata (Paraguai, Uruguai e Argentina) Rio Branco sentiu-se diversas vezes constrangido diante da pressão internacional contra a escravidão. Em um de seus discursos, lembrou-se: “quantas vezes a permanência desta instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro”⁵⁵.

Nascido na Bahia, em 1819, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1836. Lá cursou a Academia da Marinha e a Escola Militar, sendo encarregado de assinar o tratado de paz com Assunção, em 1870. Somente após seu retorno ao Brasil, o Visconde do Rio Branco mudaria sua percepção

ventre em Delaware. Ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*, op.cit. p.91.

⁵³ Idem., p.89.

⁵⁴ CASTILHO, Celso Thomas. Propõem-se a qualquer consignação, menos de escravos: o problema da emancipação em Recife, 1870. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. (org) Maria Helena P. T. Machado; Celso Thomas Castilho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p.277-292. Sobre o Fundo de Emancipação ver: *Abolitionism Matters: the Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*, Tese de doutorado, Berkeley, Universidade da Califórnia, 2008, p.1-40.

⁵⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*, op.cit. p.126.

sobre a questão escravista e reconheceria a necessidade de retomar a discussão sobre a reforma do trabalho servil.

O Visconde do Rio Branco acreditava que a reforma recuperaria a imagem do país no estrangeiro, mas o temor de que a extinção do sistema escravista culminasse numa guerra civil semelhante à ocorrida nos Estados Unidos levaria à sanção de uma lei intermediária, a do Ventre Livre, que preservaria ainda muitos dos interesses dos senhores de escravos.

A larga repercussão causada pelo debate parlamentar sobre a implementação da nova lei emancipacionista, em certo sentido atribuiu prestígio também à maçonaria, uma vez que Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, estava à frente do projeto. Assim, após a aprovação da lei, os maçons entendiam que o encaminhamento do projeto havia protagonizado um momento histórico na vida do país.

Três meses após a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, o Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, colocava em circulação o seu jornal, o *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. A folha, em questão, não por acaso, trazia em seu primeiro número um artigo dedicado à lei emancipacionista.

O principal patriarcha da nossa emancipação política, o primeiro Gr.: Mest.: de Maç.: do Brasil, foi quem primeiro tomou sob a sua proteção a raça escrava. No projecto da constituição, propunha a lenta emancipação servil e em uma representação a Constituinte indicou alguns meios, que o corpo legislativo devia promulgar para attingir aquelle fim. O grande pensamento de José Bonifácio foi esquecido pelo poder durante bastante tempo. Começou porém no reinado actual a incutir-se no espírito dos filhos da liberdade a necessidade da emancipação da escravidão e nesse sentido fundaram-se sociedades emancipacionistas. (...) A Mac.:., sem política, nem partidos, dirigiu também a resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destróe infelizmente a nossa sociedade, era preciso mais um complemento a obra tão dignamente encetada, e eil-o sustentado vigorosamente no parlamento pelo nosso actual Gr.: Mest.: e a presente administração tornando-se credora das benções da humanidade e do paiz por levar a effeito a lei geral que concedeu desde 28 de setembro a liberdade a milhares de infelizes que nascerem no Brasil. Não nos cumpre investigar qual seria o melhor meio pratico da realisação da ideia; o governo do estado certamente reformará a lei (...) ⁵⁶.

O jornal intencionalmente vinculava a aprovação da Lei do Ventre Livre a uma ação gerada no interior do círculo maçônico. A reprodução da mesma pauta que, discutida no Parlamento, ajudaria, na perspectiva maçônica, a colar a ação contra a escravidão à própria história da organização.

⁵⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal official da Maçonaria Brasileira. ano 1. nº1 dezembro. p.8-9.

Aos olhos da maçonaria, a Lei do Ventre Livre havia assegurado grande avanço em direção ao encaminhamento da substituição do trabalho servil pelo trabalho livre. A lei, de caráter reformista, parecia satisfazer os anseios de boa parte dos Irmãos, muitos dos quais proprietários de escravos, que vislumbravam a possibilidade de adiar por mais algumas décadas a extinção da instituição escravista. Vale ressaltar que, se por um lado alguns deputados escravocratas e também maçons relutaram até o último instante em suas campanhas para não votarem a favor da Lei do Ventre Livre, por outro havia a explícita intenção de muitos maçons de transformar a nova lei em conquista maçônica, num contexto em que a organização crescia e que existiam forças contrárias a sua existência.

Para proteger a instituição maçônica, surgiram jornais e folhas diretamente ligados a ela que, segundo Thiago Werneck Gonçalves, “A partir de 1870, (...) começaram a priorizar temas que abalassem a estrutura da escravidão”⁵⁷. Esse tema apareceu nos principais jornais das duas obediências vigentes no período, no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, do Vale do Lavradio, e no *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho*, também conhecido como Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos⁵⁸.

1.3. Saldanha Marinho e o Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos

A criação do Oriente dos Beneditinos refletia a conformação de uma agenda política de seu idealizador Saldanha Marinho, maçom republicano e abolicionista. Conforme Alexandre Barata, “a maçonaria, embora fosse uma sociedade iniciática, portanto de caráter fechado e muitas vezes secreta, desde o início procurou construir um discurso para além do espaço maçônico”⁵⁹.

A agenda política convergia com as práticas executadas no interior de sua obediência e, por essa razão, antes de tratar o objeto desse estudo, é importante atentar-se aqui para a conjuntura política e as transformações que determinaram a constituição de

⁵⁷ GONÇALVES, Thiago Werneck. *Periodismo maçônico e cultura Política da corte Imperial brasileira (1871-1874)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, Rio de Janeiro, 2012, p. 96.

⁵⁸ O Boletim do Grande Oriente do Brasil, ao Valle do Lavradio” entrou em circulação no mês de fevereiro de 1870 e encerrou sua publicação em junho de 1883, já o Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho fundado em 1873 circulou até 1877.

⁵⁹ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil.*, op.cit, p. 110.

uma nova ordem, que influenciou diretamente as atividades maçônicas na cidade de São Paulo.

No ano de 1868, com a queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góis e a ascensão dos conservadores ao poder, sob a chefia de Visconde de Itaboraí, criou-se uma profunda crise de legitimidade da monarquia, abrindo, conseqüentemente, espaço para novos diálogos políticos e sociais fora do Parlamento⁶⁰.

No ano seguinte surgiram por todo o país movimentações antimonárquicas, como a formação de clubes radicais que exigiam mudanças importantes: amplas reformas eleitorais descentralizadas, liberdade religiosa, ensino laico, extinção do poder moderador e a substituição do trabalho escravo pelo livre. Tratava-se de questões levantadas por um grupo de liberais radicais que havia saído do Partido Liberal com o propósito articularem a criação do Partido Republicano. Saldanha Marinho foi um dos principais articuladores do Partido Republicano, ao lado de outros maçons como Quintino Bocaiuva, Luiz Gama, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Bernardino de Campos.

Saldanha Marinho, assim como muitos outros políticos do século XIX, exerceu diversas funções simultaneamente. Advogado de formação, o maçom enveredou pelos caminhos da imprensa, exerceu a função de redator chefe e de co-proprietário do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860. Fundou o jornal *A República*, em 1870, folha em que pôde encampar uma agenda política em defesa da República, do Estado laico e da instrução pública. Em 1870, o grão-mestre elaborou o *Manifesto Republicano*, ao lado de Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça e outros. Em 1873, após a Convenção de Itu, surgiu o Partido Republicano Paulista. Essa ampla plataforma política orientou os trabalhos de todas as lojas maçônicas vinculadas ao Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, que, após o breve período de unificação, sofreu uma nova cisão ainda em 1872, adotando, a partir de então, o nome de Grande Oriente Unido do Supremo Conselho.

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em 4 de maio de 1816, em Pernambuco. Filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e de dona Ágata, Joaquim Saldanha Marinho mudou-se para o Rio de Janeiro em 1860, onde instalou seu escritório de advocacia⁶¹.

⁶⁰ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁶¹ FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Saldanha Marinho: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1878, p.12.

Desde 1869, a ordem de Saldanha Marinho “dirigiu uma energética campanha educacional”⁶², incentivando a criação de estabelecimentos de ensino por todo o país via lojas maçônicas⁶³. O objetivo de Saldanha Marinho era promover a educação laica. O líder maçônico compreendia que o domínio católico sobre o ensino poderia ser uma barreira ao ingresso de imigrantes europeus protestantes no país. Por essa razão, impulsionou as lojas a encamparem projetos educacionais, visando a criação de escolas populares. No ano de 1876, Saldanha Marinho determinou que todas as lojas maçônicas vinculadas à sua obediência isentassem das taxas e das mensalidades os iniciados que exercessem a atividade docente e que não possuísem recursos econômicos para arcar com tais despesas; com isso, a ordem pretendia atrair a iniciação de profissionais que pudessem atender seus projetos educacionais⁶⁴.

O maçom havia criado várias frentes de combate à Igreja católica. Sob o pseudônimo de Ganganelli, publicou um conjunto de artigos críticos contra a Igreja católica, entre eles o texto “A Igreja e o Estado”, estampado no *Jornal do Comércio*. A essa última pauta, Saldanha Marinho dedicou-se com afinco, tornando-se por isso um dos principais porta-vozes do anticlericalismo no país⁶⁵.

O Brasil como país oficialmente católico não permitia que outros cultos religiosos fossem manifestados publicamente. O protestantismo só podia ser praticado pelos estrangeiros em âmbito privado, em língua estrangeira⁶⁶. A luta pela consagração de um Estado laico tinha relação direta com a questão servil e a política imigrantista. Saldanha Marinho, assim como uma parcela significativa de imigrantistas, apostava na medida como forma de modernizar o país. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, o pensamento dos imigrantistas seguia na seguinte direção:

O negro precisava de liberdade para se educar e também para que o país como um todo pudesse se elevar moralmente. Porém, só a emancipação do negro não bastava. Era neste ponto que surgia a

⁶² VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria, e a questão religiosa no Brasil.*, op.cit. p.153.

⁶³ Nesse mesmo ano, a Loja América fundou uma escola noturna, dedicada aos trabalhadores da cidade.

⁶⁴ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicanos*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011, p. 56.

⁶⁵ VIEIRA, David Gueiros, *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.*, op.cit p. 287-288.

⁶⁶ Idem., p.123.

necessidade de um órgão de propaganda da imigração europeia, voltado exclusivamente para a sua promoção. Trabalhando permanentemente com estes três temas – liberdade, trabalho e nacionalidade, os imigrantistas reunidos em torno da Sociedade Promotora da Imigração deixavam claro que o trabalho digno ou a mentalidade positiva do trabalho só poderia se consubstanciar em liberdade. Porém, liberdade e trabalho submetiam-se ao tema maior da nacionalidade, e a ênfase constante era no sentido de que o governo não descuidasse da formação de um povo inteligente e ativo, com base na imigração maciça de europeus e na concessão de direitos que lhes permitissem reconhecer o Brasil como a sua pátria⁶⁷.

Entre os diversos direitos que deveriam ser assegurados aos trabalhadores imigrantes estava o direito de culto, uma vez que muitos deles eram europeus e praticavam o protestantismo. Portanto, para Saldanha Marinho, fundador da ordem do Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, a liberdade religiosa seria fator determinante para estimular a vinda de imigrantes. O abolicionista, em particular, tinha predileção pela imigração proveniente dos Estados Unidos e de europeus de partes específicas da Europa, como Suíça, Alemanha, Inglaterra e Irlanda⁶⁸. O maçom acreditava que os valores culturais desses povos e o modelo republicano de governo pudessem ser difundidos pelos imigrantes. Assim como outros imigrantistas, Saldanha inspirou-se nos exemplos de imigração adotados em países como Estados Unidos e Argentina. Muitos imigrantes, entretanto, acabaram privilegiando os Estados Unidos e as repúblicas do Prata, porque temiam não terem suas crenças respeitadas pelo Estado brasileiro⁶⁹.

Os imigrantistas encontraram certa resistência entre os próprios deputados, que, ideologicamente, não estavam alinhados aos projetos que previam a vinda de imigrantes, especialmente na década de 1870. Alguns parlamentares temiam que os estrangeiros não se adaptassem às condições de trabalho do Brasil. Algumas nacionalidades eram vistas como insubordináveis e responsáveis por revoltas no campo, um pensamento nascido de algumas experiências mal sucedidas realizadas em fazendas da província de São Paulo, como a registrada no município de Amparo⁷⁰. Mas se havia, por um lado, uma resistência quanto aos trabalhadores imigrantes, por outro, temia-se ainda mais os trabalhadores nacionais em sua maioria forros, mestiços e negros nascidos livres vistos como indisciplinados e vadios.

⁶⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*; o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.87.

⁶⁸ FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Saldanha Marinho.*, op.cit. p.13.

⁶⁹ Idem., p.176.

⁷⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco.*, op.cit., p. 107.

Conforme Azevedo, para explicar o imperativo da imigração, os políticos favoráveis à iniciativa recorriam ao argumento da falta de braços, ignorando assim a mão de obra nacional que permanentemente era vista “como uma última e desprezível cartada, caso o grande lance da imigração não fosse alcançado”⁷¹. Sobre a imigração, disse Saldanha Marinho:

O que resta da escravidão vai desaparecer mais cedo do que calculam os que illudiram a questão com o simples nascimento livre. Os que foram escravos, ou os que restam escravos no paiz, nem são sufficientes e nem se acham nas condições de bem se prestarem ao que se necessita de braços vigorosos e inteligentes. Admittir, portanto, homens livres, e conosco interessa-los, é o que devemos fazer para o desenvolvimento industrial e agrícola, e por consequente para a não decadência do Brazil. Isto já não pode, não deve ser adiado. O adiamento nesta matéria é a morte. Mas como póde a immigração ser animada; como póde Ella desenvolver-se e realizar-se entre nós?⁷².

Saldanha Marinho, embora fosse “homem de cor”, partilhava das mesmas ideias dos demais imigrantistas, que acreditavam nas limitações dos descendentes de escravos, bem como dos estrangeiros de origem asiática e africana⁷³. Muitos desses políticos foram ideologicamente influenciados pelas teorias racialistas poligenistas introduzidas no Brasil na segunda metade do século XIX⁷⁴.

Dentre as teorias científicas poligenistas correntes no Brasil e em outras nações da América no final do século XIX, encontravam-se o evolucionismo social, que postulava a ideia de que havia desigualdade e hierarquia entre os homens, e o darwinismo social, que pregava a divisão da humanidade em espécies, em raças⁷⁵. Essas correntes de pensamento⁷⁶, amplamente difundidas no país por instituições como o Museu Paulista e o Museu Nacional, rejeitavam profundamente a população negra e mestiça.

O propósito dessas teorias era confirmar a superioridade dos europeus em relação aos povos africanos. De acordo com essas correntes de pensamento, os mestiços eram uma

⁷¹ Idem., p.116.

⁷² FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Saldanha Marinho*, op.cit., p.174.

⁷³ Idem., p.174.

⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.55.

⁷⁵ Idem., p.81.

⁷⁶ Essas correntes de pensamentos haviam sido forjadas no século XVIII, mas difundidas efetivamente, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*, op.cit., p. 55.

população ainda mais degenerada porque eram frutos da junção de duas raças distintas. Assim, à inferioridade da população negra e mestiça, fundamentada na ciência, somava-se ainda a degradação social decorrente da submissão da população composta por escravizados, libertos e ingênuos⁷⁷.

Os ingênuos, perante as leis do Império, não possuíam os mesmos direitos que os libertos não podiam, por exemplo, frequentar instituições de ensino. Célia Maria Marinho de Azevedo lembra que, para alguns positivistas e imigrantistas, “a instituição escravista garantia o lugar social do negro na esfera dos dominados”⁷⁸. Esse pensamento, transposto para a realidade social brasileira, transformaria o tema racial numa questão política primordial a ser debatida no contexto da substituição do trabalho servil para o livre.

Se, por um lado, Saldanha Marinho se opunha à vinda de imigrantes africanos e acreditava na inferioridade de negros e mestiços, por outro, permitiria que libertos ingressassem em sua ordem, contrariando, desse modo, as próprias determinações maçônicas que não aceitavam em sua organização a iniciação de indivíduos que não tivessem nascido livres. Como se vê, a plataforma política de Saldanha Marinho conflitava em alguns aspectos com seus desejos maçônicos.

Sua vontade de por fim à escravidão era, no entanto, um tema explorado em seus discursos dentro e fora do círculo maçônico. Em uma de suas falas, proferida em sua obediência, em 16 de maio de 1865, Saldanha Marinho, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, declarou que a emancipação dos escravos seria fruto da ação maçônica⁷⁹. Mas, quando aludia à maçonaria, Saldanha Marinho evidentemente se referia a sua própria obediência, a qual acreditava ser a legítima, mesmo quando reconhecia a conquista do oriente rival, na sanção da Lei do Ventre Livre.

No jornal que representava a sua obediência, Saldanha Marinho deixava explícita a rivalidade com a ordem do Grande Oriente do Brasil, ao Vale do Lavradio. Na ocasião em que Visconde de Rio Branco foi homenageado por ter sido o responsável pela sanção da

⁷⁷ Conforme Lilia Schwarcz, quando as ideias racialistas chegaram ao Brasil, na segunda metade do século XIX, elas já estavam ultrapassadas, uma vez que tais pensamentos viviam “um claro processo de descrédito, o que em si já indicava uma apropriação tardia” pelos políticos e intelectuais brasileiros. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*, op.cit., p. 55.

⁷⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra medo branco*, op.cit. p. 69.

⁷⁹ CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil*, op.cit. p. 119.

Lei do o Ventre Livre, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* publicou o seguinte artigo:

Confessamos antes de tudo que temos mais prazer em louvar do que em censurar. É assim que todas as vezes que conhecemos actos maçônicos dignos de elogios apressamo-nos em assignal-os, sem haver-mo-no preocupado de saber se os auctores destes actos eram ou não regulares. A opinião do Monde Maçonique acerca de questões de regularidade de potências maçônicas, é bastante conhecida para que tenhamos a necessidade de insistir sobre este ponto. Felicitamos, pois calorosamente o gram-mestre Visconde do Rio Branco por sua iniciativa para a abolição gradual da escravidão. Teríamos certamente preferido, com todos os espíritos generosos, a abolição immediata e total. Approvamos no entanto a medida parcial, em attenção a certas necessidades sociaes, que não nos é permittido aqui desenvolver. Quando o gram mestre dos Beneditinos, o irmão Saldanha Marinho, tomou a defeza do grande orador do Lavradio violentamente atacado, applaudimos este acto de confraternidade maçônica, no qual presagiamos a união que deveria se operar alguns mezes mais tarde entre os dous centros. Nós não fizemos mais do que assignalar os factos notáveis, lembrando-nos sempre que os maçons deviam ser julgados por seus actos e não por sua origem; nem mesmo conservamos rancor ao Grande Oriente do Lavradio pelos ataques violentos e irreflectidos que elle tinha publicado contra a maçonaria franceza, à qual nos honramos de pertencer. Não procuramos senão o que podia realçar a nossa ordem ou servir de ensino a nossos irmãos⁸⁰.

O tema da escravidão acendia a rivalidade entre as obediências. A sanção da Lei do Ventre Livre assinada por Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, em 1871, serviu como fagulha do conflito entre as ordens, uma vez que Saldanha Marinho vinha reunindo esforços para que a extinção da escravidão fosse mérito de sua obediência.

Desde a fundação do Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, Saldanha teve como grande desafio resguardar uma agenda que contemplasse, ao mesmo tempo, uma plataforma antiescravista e que também defendesse a liberdade de culto, a educação laica e o regime republicano. Para tanto, o grão-mestre adotou algumas estratégias, atuando simultaneamente no Parlamento, na imprensa, no Partido Republicano e na maçonaria⁸¹. Em 1880, o jornal *Gazeta da Tarde*, de José Ferreira de Menezes, questionou o modo como os parlamentares reagiam perante o discurso, proferido por Saldanha Marinho em defesa da abolição.

⁸⁰ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. 2º ano. nº7-9. Julho a Setembro, 1873.

⁸¹ FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Saldanha Marinho*., op.cit.

O grande patriota Conselheiro Saldanha Marinho levantou ontem na Câmara dos deputados um brado ingente a favor da abolição. A resposta que obteve da câmara liberal, e do liberal governo que nos felicita, foi o immediato encerramento da discussão. Não é característico este fato? O senado emenda profundamente à proposição da Câmara quer na parte da despesa, quer na da receita, e a Câmara vota tudo isso em silêncio. Nem a voz de Saldanha Marinho a desperta do seu topor!⁸².

As posições do abolicionista foram radicalizadas com o tempo. Em 1885, ano em que foi aprovado a Lei Saraiva Cotegipe, mais conhecida com a Lei dos Sexagenários, o maçom reeditou o folheto, *O rei e o Partido liberal*, incluindo nele o tema da substituição do trabalho servil⁸³. Para ele, havia descaso do poder judiciário que não cumpria com sua responsabilidade, permitindo que muitos africanos desembarcados no país, após a sanção da lei de 1831, acabassem mantidos na condição de escravizados.

Os inventários, as partilhas, as praças públicas, as doações, as permutas, as compras e vendas, e Hypothecas, que por ahi formigam, e que se referem, e em grande quantidade, a africanos tem se feito sem reparo. Nenhum juiz, salvas raras excepções, ou tribunal, tem procurado saber se esses africanos chegaram ao Brasil de 1831 em diante. Se cumprissem o seu dever conheceriam que a maior parte desses infelizes está nas condições legaes de ser declarada livre ipso jure, e que tem direito a salários além das comunicações penaes a que os respectivos intitulados donos estão sujeitos, salvo provada boa fé, o que não é fácil (...)⁸⁴.

Embora Saldanha Marinho cobrasse das autoridades respeito à lei de 1831, o maçom, ao lado de Luiz Gama, engrossava o coro daqueles que defendiam a abolição imediata, postulando que “o único caminho a seguir nas condições gravíssimas em que se acha o paiz, [era] a adopção de uma lei que sem rodeios, sem disfarces, [dissesse] em respeito a verdade e ao direito – fica extinta a escravidão no Brazil”⁸⁵.

Em abril de 1884, um ano da publicação do manifesto, o maçom integrou o grupo de advogados residentes na cidade do Rio de Janeiro que articulou a criação do Clube dos Advogados Contra a Escravidão. O documento, de autoria de Araripe Júnior, estabelecia a necessidade do cumprimento das leis de 1831 e de 1871. Esses advogados declaravam recusar “o patrocínio de quaesquer causas que directa ou indirectamente sejam contrárias a

⁸² Gazeta da Tarde, 14 de outubro de 1880.

⁸³ MARINHO, Joaquim Saldanha. *A monarchia ou a política do rei*. Rio de Janeiro: Typographia. De G. Leuzinger & Filhos, 1885, p.144.

⁸⁴ Idem., p.138.

⁸⁵ Ibidem., p.144.

libertação dos escravos”⁸⁶. O registro trazia ainda a assinatura de Liberato Barroso, Silveira da Motta, Ubaldino do Amaral, João Marques, Catta Preta, Valentim Magalhães, Carlos Perdigão, Bittencourt Sampaio, Adolfo de Barros, João Pedro Belfort Vieira e Ciro de Azevedo.

Saldanha Marinho tinha escritório na Rua do Rosário, nº 41, na Corte, onde atendia diferentes causas, como anunciava, em 1869, o jornal *O’Ypiranga*: “Encarrega-se de recursos ao Conselho do Estado, apelações, crimes cíveis, de causas comerciais, civis, eclesiásticas e de negócios”⁸⁷. Embora não se apresentasse como advogado de ações de manumissão, algumas de suas ações, demonstrava sua dedicação à causa abolicionista. Dois casos em particular ilustravam o seu comprometimento: o primeiro deles foi a ação de liberdade, movida em favor da escrava Generosa, e o segundo uma ação perpetrada em defesa do padeiro abolicionista João de Mattos.

A cativa, de nome Generosa, havia procurado pelos serviços de Saldanha Marinho, na Corte em 1880, sob a alegação de ser ela africana livre, de nação Benguela, que havia desembarcado no Brasil depois de 1831. Conforme a Lei anti-tráfico de 7 de novembro de 1831, todo africano que chegasse no país depois dessa data e, cumprisse os 14 anos de prestação de serviços ao Império seria considerado livre. Generosa pediu a proteção do abolicionista, que logo requereu providências à autoridade competente na Corte. Tomando conhecimento do trâmite, e correndo o risco de perder sua propriedade, o suposto proprietário de Generosa não encontrou outra solução se não vendê-la a um comprador de outra província⁸⁸. Embora o abolicionista não tivesse conseguido garantir a liberdade de Generosa, sua atuação jurídica em relação ao tema deve ser posta em relevo⁸⁹.

⁸⁶ MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 102; MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista: 1879-1888*. 2ª Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

⁸⁷ O ypiranga de 14 de maio de 1869.

⁸⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*. 2ª Edição. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2008, p. 152.

⁸⁹ A luta por liberdade de Generosa não havia acabado, após sua venda a um proprietário da província de São Paulo, em Campinas. A cativa construiria novos laços de solidariedade, buscando um novo curador para encampar sua batalha. Foi assim que Generosa acabou sob a tutela de Luiz Gama. O abolicionista solicitou que a cativa não fosse devolvida para seu proprietário campineiro, até que conseguisse provar que ela havia entrado no país depois da lei de 1831. Gama conseguiu dar entrada ao processo de arbitramento de Generosa, assegurando à cativa seu retorno a Campinas e um curador que a representasse, o doutor Augusto Ribeiro. Contudo, após longa jornada a cativa acabaria retornando ao cativo. Ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*. 2ª Edição. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2008, p.152.

O segundo episódio ilustrativo nessa direção foi o caso do padeiro João Mattos, defendido em 1885⁹⁰. O réu era dono de uma extensa ficha criminal, em que lhe pesavam acusações de falsificação de cartas de alforria e de facilitação da fuga de escravizados⁹¹. Adotando sempre a mesma estratégia, João de Mattos peregrinou por várias cidades, acumulando crimes contra a propriedade escrava. Primeiro passou por São Bernardo, onde organizou um levante e foi preso, escapando na sequência, rumo à cidade de Santos. Nela, Mattos colaborou com a fuga de outros escravizados, todos trabalhadores, de cinco padarias distintas. O abolicionista providenciou ainda aos cativos fugidos cartas de alforria falsas para que pudessem trabalhar como libertos. Encarcerado novamente por mais três meses, seguiria após a liberdade com destino à cidade de São Paulo (1877). Mudando-se posteriormente para a Corte, foi novamente preso, dessa vez em decorrência de um delator, que recebeu 100 mil réis para informar à polícia seu paradeiro⁹².

Os anos de crime tinham transformado João de Mattos em foragido e o colocado na lista de homens procurados pela justiça. Os crimes praticados pelo acusado levaram as autoridades a oferecer recompensa por sua captura⁹³. O abolicionista era visto como uma ameaça à propriedade. Ainda assim, Saldanha Marinho prontificou-se a defendê-lo e, diferente do caso anterior, o maçom conseguiu com sucesso assegurar a liberdade do padeiro, num contexto de fermentação das fugas, que enfureciam os senhores de escravos⁹⁴.

Como se vê, Saldanha Marinho atuou contra a escravidão em diversas frentes (imprensa, parlamento, partido republicano, Clube dos Advogados Contra a Escravidão e

⁹⁰ Histórias verdadeiramente epopeicas, assim como a de João Mattos, são mais comuns do que supomos. Podemos citar a narrativa de Vicente de Paula, mulato e figura popular que esteve entre as principais lideranças da Cabanada - revolta que começou como movimento de elite e depois radicalizou-se através de seus líderes populares. No levante ocorrido em Pernambuco e Alagoas, entre 1832 e 1835, seu líder Vicente de Paula percorreu diversos engenhos aliciando e ajudando na fuga de escravos, que na sequência os seguiam pelas matas e passaram a compor seu exército particular, denominados de “papa-méis”. Vicente de Paula chegou a fundar um povoado em torno de seus escravos. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832- 1835. In: *Revoltas, Motins e Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. (Org) Monica Duarte Dantas. São Paulo: Alameda, 2001, p. 169-200.

⁹¹ MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº2, Jan/abril, 2004, p. 229-251, p.245.

⁹² Idem., p.246.

⁹³ Ibidem., p.246.

⁹⁴ Em 1886, João de Mattos criaria uma associação em defesa dos interesses dos padeiros, cujo lema era “Pão e Liberdade”. Ver: MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX., op.cit., p. 250.

na maçonaria). Ele havia criado sua própria ordem em 1863 e a transformado no principal instrumento de divulgação das ideias republicanas e abolicionistas, estimulando a criação de lojas maçônicas e incorporando outras já existentes. Com isso, modificou a paisagem maçônica nacional.

Vale ressaltar, contudo, que Saldanha Marinho era abolicionista de ideias contraditórias. Defendeu a liberdade dos escravizados e o direito dos libertos de participarem da maçonaria, ao passo que, era contrário ao aproveitamento da mão de obra cativa e liberta após a extinção da escravidão. O abolicionista havia deixado explícita sua preferência pelos imigrantes.

1.4 A maçonaria na província de São Paulo (1830-1888)

A maçonaria desenvolveu-se tardiamente na província de São Paulo, comparada às demais localidades. A Loja maçônica Inteligência foi a primeira a ser instalada em São Paulo, na cidade de Porto Feliz, em 1831, e não demorou muito até que o Grande Oriente Brasílico enviasse emissário, solicitando que os obreiros da Inteligência iniciassem novos Irmãos e fundassem novas lojas⁹⁵. Assim, em 13 de maio de 1832, era fundada na capital da província de São Paulo a Loja Amizade, com sede na Rua Tabatinguera⁹⁶.

Entre as décadas de 1830 e 1840, a Loja Amizade reinou absoluta na cidade de São Paulo, concentrando todo o poder maçônico. Na época, o local possuía cerca de 20 mil habitantes, apresentando feições rurais, com pouca infraestrutura - paisagem que seria modificada somente depois da década de 1870. Conforme Denise Soares Moura, a capital da província de São Paulo, entre as décadas de 1808 a 1850, caracterizou-se por ser apenas um lugar de passagem aos tropeiros que seguiam com destino a outras localidades⁹⁷.

A dinâmica social e econômica do lugar nesse período era balizada pelo curso jurídico, fundado em 1827, no Convento de São Francisco. A vinda de estudantes para a

⁹⁵ BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Editora Parma, 1982, p.61.

⁹⁶ Muitas lojas maçônicas surgiram no interior da província de São Paulo: a Loja União e Fraternidade, da cidade do Bananal, criada em 1834; a Loja Amor da Ordem Respeitada, fundada em 1837; a Loja União Paranaguense, de Paranaguá, no Paraná (na época pertencia à província de São Paulo), também criada em 1837; a Loja Sete de Setembro, de Santos, fundada em 1840. A maioria delas, contudo, teve duração efêmera. ver: CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente de São Paulo*., op.cit., p.20.

⁹⁷ MOURA, Denise Soares. *Sociedade movediça*., op.cit. p. 54.

capital da província transformaria completamente a rotina do local, influenciando inclusive na composição da loja⁹⁸.

Como pioneira na cidade, a loja Amizade recebeu a missão de fundar outros templos. A loja, contudo, levaria 18 anos até tomar a decisão de criar uma nova loja. A medida viria em 24 de agosto de 1850, quando os maçons Joaquim Ignácio Ramalho, Ildefonso Xavier Ferreira, José Martini, o cônego Joaquim Anselmo d'Oliveira, Manoel José Chaves, entre outros, reuniram-se no templo da Rua Tabatinguera, sede da Loja Amizade, para oficializar a inauguração do novo templo, a Piratininga⁹⁹.

A nova loja não tinha sede própria e, por essa razão, realizou suas atividades temporariamente no templo da Loja Amizade até que encontrasse um local adequado para desenvolver seus trabalhos. Um ano após a inauguração do templo, no entanto, a Loja Amizade solicitou a retirada da Piratininga do local. O proprietário do imóvel onde eram desenvolvidas as atividades maçônicas havia solicitado a devolução do estabelecimento; assim, a Piratininga viu-se obrigada a alugar um espaço¹⁰⁰.

Após fixar-se em outro local¹⁰¹, a loja deu início a um amplo processo de iniciações, atraindo para o círculo muitos estudantes do curso jurídico. Nesse contexto a Loja Piratininga cresceu significativamente, alcançando grande prestígio, mas sem prejuízo à Loja Amizade¹⁰².

A presença constante dos Irmãos da Loja Amizade nas sessões da Piratininga revelava haver harmonia entre os dois templos. Em sintonia, realizaram projetos em

⁹⁸ A Loja Amizade foi fundada por estudantes, advogados, professores da Faculdade de Direito, mas vale ressaltar que a presença de religiosos foi também bastante representativa entre eles: o Padre Manoel Emygdio Bernardes (1832); Padre José Joaquim Roiz (1832); Padre Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1832); Padre José Joaquim dos Quadros Leite (1832); Padre Maximiliano José Corrêa da Silva (1837); Padre Bento Antônio de Barros (1837); Padre Joaquim Bento do Carmo (1838); Frei Joaquim de Monte Carmelo (1837); Padre Joaquim Bento do Carmo (1838) Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário; Cônego Joaquim Anselmo de Oliveira (1849); Padre Simplicio Bueno de Siqueira (1849); Padre Antônio Joaquim de Sant'Anna (1851); Padre Thomaz de Molina (1852); Padre Thomaz Inocêncio Lustoza (1853); Padre Tertuliano Dias Baptista (1853); Padre Sipião Goulart Ferreira Junqueira (1859) e o Cônego João Nunes Ramalho. Ver: CASTELLANI, José. *Piratininga: história da loja maçônica tradição de São Paulo*. Edição comemorativa do ano do Sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000, p.10.

⁹⁹ CASTELLANI, José. *Piratininga*., op.cit., p.10.

¹⁰⁰ Ata da Loja Piratininga. 4 de agosto de 1851.

¹⁰¹ O primeiro templo da Loja Piratininga, inaugurado em 1853, localizava-se na antiga Ladeira do Acu (atual Avenida São João). Ver: CASTELLANI, José. *Piratininga*., op.cit., p.42.

¹⁰² As Lojas Piratininga e Amizade estiveram vinculadas ao Grande Oriente de Caxias até 1858, depois deixaram a obediência para seguirem o Grande Oriente do Passeio, que em 1861 foi incorporada ao Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio.

conjunto, compartilhando informações confidenciais sobre iniciações, filiações e eliminações dos seus respectivos quadros, prerrogativas estabelecidas em acordo firmado entre elas, em 1º de outubro de 1851.

As Comm:. Das AA:. LL:. Amizade e Piratininga offerecem às Loj:. respectivas os seguintes artigos, para serem reputados como leis, afim de se perpetuar a harmonia entre as Off:.

1º - Immediatamente que for algum prof:. proposto em qualquer das LL:., o Secret:. fará a participação a outra Off:.

2º - Dentro de um mez, contado da data da participação, a outra Off:. não poderá admitir proposta do mesmo prof:., nem dar andamento a qualquer proposta, que já houvesse apparecido.

3º - Se o prof:. for reprovado na L:., que primeiramente o propôs, considerar-se-há reprovado em ambas, para cujo effeito haverá regularmente participação das reprovações. Isto se entende também com as filiações e regularizações.

4º - Se o prof:., regul:. Ou filiand:. Tiver sido approvedo findo o mez, na forma supra, poderão ser approvedos, iniciados, ou admittidos na outra. Se nesta segunda proposta for reprovado, nem por isso caduca a prévia approvação da outra Loj:.. A prudência dos Ven:. M:. vedará taes admissões.

5º - O prof:. Paulino José Soares de Souza (3), sobre quem há dúvida, e os que se acharem em iguaes circumstancias, poderão desde já serem iniciados em qualquer das Off:.

6º - Os casos pendentes, isto é, os prof:. approvedos em qualquer das Off:. ficão sujeitos às regras agora estabelecidas, contando-se o mez da assignatura e data deste convenio¹⁰³.

O acordo entre elas não se restringiu apenas à composição do quadro maçônico, mas também envolveu ações conjuntas de demanda social. Em 1854, as Lojas Piratininga e Amizade ofereceram juntas o valor necessário para a compra da liberdade da escrava Gertrudes¹⁰⁴.

A aliança harmônica existente entre os dois templos mudaria com a instalação de novas lojas na cidade e com a cisão do Grande Oriente do Brasil, ao Vale do Lavradio, em 1863. Este fato, na verdade, foi determinante para a mudança da configuração maçônica na província de São Paulo. Até aquele período, a organização caminhou sem grande destaque maçônico em São Paulo, afinal, a efervescência das atividades nos primeiros tempos concentrou-se nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco¹⁰⁵.

Entre 1863 e 1882, a obediência de Saldanha Marinho havia impulsionado a criação de novas lojas que se espalharam por todos os cantos do país. Na capital da província de

¹⁰³ Ata da Loja Piratininga, 1 de outubro de 1851.

¹⁰⁴ Ata da Loja Piratininga. 24 de agosto de 1854.

¹⁰⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*., op.cit., p.75-76.

São Paulo havia nada menos do que cinco lojas: Amizade (1832), Piratininga (1850), Sete de Setembro (1863), América (1868) e Humildade (1877)¹⁰⁶. As duas últimas lojas maçônicas estiveram vinculadas à obediência de Saldanha Marinho desde a fundação. A supremacia do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, seria abalada pela pressão maçônica imposta pela obediência de Saldanha Marinho.

Em 7 de setembro de 1863, os membros da Loja Amizade se reuniram com o propósito de fundar mais uma loja, a Sete de Setembro. Entre os membros fundadores estavam Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles, Vicente Mamede de Freitas, Jorge Miranda e Francisco Quirino dos Santos¹⁰⁷.

As poucas informações que se dispõe a respeito da Loja Sete de Setembro foram encontradas nos almanaques, nos jornais e nos indicadores sobre as associações fundadas na cidade naqueles anos¹⁰⁸. O primeiro venerável dela foi Vicente Mamede de Freitas. Sabe-se que a Sete de Setembro, inicialmente, esteve vinculada ao Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, assim como a Piratininga e a Amizade. No período entre 1863 e 1873, no entanto, as pistas sobre a Sete de Setembro desaparecem dos documentos. Sendo assim, não é possível precisar quando exatamente a loja migrou de obediência. Sabe-se, no entanto, que em 1878, a Loja Sete de Setembro já não pertencia mais a obediência do Lavradio, visto que em 1873, como será verificado mais adiante, a Loja Piratininga havia se isolado completamente das demais, após decreto expedido por Rio Branco, grão-mestre da ordem do Lavradio, que havia proibido o contato de suas lojas com as da ordem rival.

A Loja Sete de Setembro foi a primeira e única da cidade a incorporar em suas tradições a loja de Adoção¹⁰⁹, em 1873. Por meio dela oficializou-se a participação das mulheres na ordem maçônica¹¹⁰.

¹⁰⁶ A fundação da Loja Humildade foi anunciada na Loja América, mas não há muitas informações sobre seus membros. Sabe-se apenas que esteve vinculada ao Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos.

¹⁰⁷ MARQUES, Abílio. *Indicadores de São Paulo*: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.146-148.

¹⁰⁸ Idem., p.146-148.

¹⁰⁹ As lojas de adoção são espaços maçônicos criados com o objetivo de incluir as mulheres nas atividades maçônicas. Surgiram oficialmente na França em 1772. Ver: CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário Maçônico*., op.cit., p.252.

¹¹⁰ A direção da loja feminina também chamada de Sete de Setembro teve como primeira grã-mestra Francisca Carolina de Carvalho, no cargo de inspetora Dona Carlota da Rocha Lima, Maria do Carmo de Andrade exerceu a função de depositária, para a posição de oradora Dona Constantina, para tesoureira Henriqueta de Cerqueira de Lima Faro e para o cargo de secretária Guilhermina Clotilde de Oliveira Campos.

Em 9 de novembro de 1868 surgiu na cidade a Loja América, fundada pelos maçons Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (lente da faculdade de Direito); Vicente Rodrigues da Silva (negociante); Ignácio Achilles Betholdi (médico); Salvador Furtado de Mendonça Drumond (advogado); Rufino Mariano de Barros (negociante); José Maria de Andrade (advogado); Olimpio da Paixão (advogado); Cyriaco Antonio dos Santos e Silva (empregado público); Antonio Louzada Antunes (empregado público); Joaquim Tavares Guerra (estudante); e Jeronymo José de Andrade, negociante. Em 17 de julho de 1869, a Loja América regularizava-se, subordinando seu templo à ordem fundada por Saldanha Marinho¹¹¹.

Assim como a Loja Piratininga a América quando foi inaugurada não possuía seu próprio templo. Suas atividades eram desenvolvidas na Loja Piratininga, entre os anos de 1868 a 1873. Nesse período, embora pertencessem a obediências diferentes, havia harmonia entre as duas lojas. A relação entre elas transformou-se em 1873, quando a Piratininga decidiu cumprir a determinação sancionada pelo grão-mestre Visconde do Rio Branco.

Entre os anos de 1871 e 1873, as Lojas Amizade e Sete de Setembro decidiram seguir a Loja América, medida que acirrou ainda mais as rivalidades entre as ordens maçônicas, uma vez que a Loja América havia sido a primeira instalada na cidade a vincular-se à ordem de Saldanha Marinho. A presença de uma loja subordinada à obediência dos Beneditinos na capital da província de São Paulo simbolizava a força do Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos.

Aos poucos a Loja América ganhou espaço na cidade. Muitos de seus fundadores pertenciam ao círculo íntimo de amizade de Saldanha Marinho, favorecendo assim o prestígio da Loja América perante a obediência fundada pelo maçom. Entre os amigos do grão-mestre estavam Bernardino de Campos, Luiz Gama, José Ferreira de Menezes, Américo Brasiliense, Rangel Pestana e Ubaldino do Amaral¹¹².

Ver: Almanaque da Província de São Paulo de 1873, p. 112. (A loja de adoção Sete de Setembro incluiu em sua agenda o alforriamento de escravizados).

¹¹¹ No ano de 1870, eram iniciados na Loja Luiz Gama, Américo de Campos e Américo Brasiliense. Embora tivessem ingressado depois, os três são lembrados pelos irmãos como membros fundadores.

¹¹² Ubaldino do Amaral era membro fundador honorário da Loja América. Nascido na Lapa, Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1843. Entre os anos de 1863 e 1869, o maçom passou uma temporada na cidade de São Paulo para cursar direito. Nesse período teria participado da fundação da Loja América. Em 1879, quando já não estava mais na cidade, o maçom ocuparia o cargo de delegado da loja. (como registrado na ata da Loja América em 2 de setembro de 1879). Em Sorocaba, Ubaldino chefiou a campanha para a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana.

Não demoraria até que a ordem fundada por Saldanha Marinho se tornasse hegemônica na cidade de São Paulo. A Loja Piratininga, que havia crescido significativamente na década de 1850, passaria por uma severa crise, no período de 1º de julho de 1867 até 7 de agosto de 1869. Período marcado por sessões esporádicas das atividades.

No período em que esteve “adormecida”¹¹³, a Loja Piratininga perdeu força, abrindo espaço para que outras lojas maçônicas ganhassem destaque. Quando retomou aos seus trabalhos, deparou-se com a presença de mais uma loja na cidade, a América. Enquanto esta representava um braço da ordem dos Beneditinos, a Piratininga era uma extensão da obediência do Lavradio na cidade.

A América era reconhecida como loja mãe da ordem de Saldanha Marinho, visto que fora a primeira da ordem a se estabelecer na capital da província paulista. O prestígio e a liderança local da Loja América¹¹⁴ só se tornou evidente, no entanto, depois que as Lojas Amizade e Sete de Setembro migraram para a ordem do Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos.

A decisão das Lojas Amizade e Sete de Setembro de mudarem de obediência maçônica prejudicaria a Loja Piratininga somente a longo prazo. Inicialmente, a retirada das lojas da obediência do Lavradio não interferiu na dinâmica maçônica na cidade, pois os membros de diferentes lojas continuaram frequentando as sessões de uma e outra, mesmo

¹¹³ Uma Loja maçônica quando se encontra nessa condição significa que ela havia interrompido suas atividades maçônicas, mas não deixou de existir. ver: CAMINO, Rizzardo da Camino. *Dicionário maçônico*., op.cit., p.23.

¹¹⁴ O prestígio e a popularidade da Loja América pode ser percebido nos registros de ata. Lojas de todos os cantos do país corresponderam-se com ela na expectativa de obter qualquer tipo de apoio, desde ajuda financeira a um Irmão, até apoio para a ocupação de cargos públicos. A Loja América havia se correspondido (enviado pranchas) ao longo do período analisado com cerca de 21 lojas maçônicas: Firmeza e Humanidade (PA); Amparo e Virtude (MG); Triunfo do Barão (RS); Humanidade (?); Mossoró (RN), Cruzeiro do Sul de Uruguayana (?); Atalaia do Norte (MG); Caridade 3º (?); União Constante (RS); União e Segredo (BA); Amor e Caridade de Ribeirão Preto (SP); Santa Vitória do Palmar (RS); Perseverança 3º; União e Progresso (ES), Estrela do Sul (?); União da Verdade (MG); Fraternidade e Progresso (PE); Esperança (SP); Caridade e União (?); Bragança (SP), Philotimia (PE), Fraternidade de Santos (SP), além das Lojas paulistas: Amizade, Sete de Setembro e Humildade. As correspondências ou pranchas, como eram chamadas no círculo maçônico, trocadas entre a Loja América e outras possibilitaram a criação de uma larga rede de solidariedade e de circulação de informações entre elas. Em 23 de outubro de 1874, a Loja Caridade 3º pedia que a Loja América, “pelos meios de seu alcance, favorecesse João Manoel de Carneiro Bastos para o cargo de delegado de polícia daquela cidade”. Essa mesma loja solicitava ainda proteção da Loja América a fim de conseguir a nomeação definitiva para o lugar de escrivão de Órfãos da Villa de Paranapanema ao Irmão Antonio Joaquim de Azevedo do Amaral, que já exercia o cargo interinamente (Ata da Loja América 23 de outubro de 1874). Outro pedido de ajuda vindo de fora da Loja América foi solicitado pela Perseverança 3º que solicitava à Luiz Gama, que desse auxílio de 25 mil réis ao Irmão Pedro Felislino Roiz. Como não dispunha do valor, a Loja ofereceu 20 mil réis (Ata da Loja América, 20 de outubro de 1878). Pessoas não ligadas à maçonaria também solicitaram recursos.

pertencendo a obediências rivais. Oficialmente, em 1871, as lojas maçônicas pertencentes ao Grande Oriente do Lavradio proibira o trânsito de Irmãos da ordem rival em seus templos. Essa determinação, no entanto, só foi cumprida dois anos depois, quando o venerável Joaquim Ignácio Ramalho determinou a retirada da Loja América de seu prédio.

A Loja Piratininga a essa altura havia se tornado a única representante do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio. Em 1873, os laços que a ligavam às outras lojas maçônicas foram rompidos efetivamente e só foram retomados em 1883, após a reunificação das obediências.

(...) desde já fique extinto o exercício e funcionamento da Loja: América – neste edifício e propriedade da Loja: Cap: Piratininga -, significando-se esta resolução aquella Loja: e que dentro do prazo de trinta dias remova os objetos que lhe dizem respeito e que ficaram acondicionados, por ora, em uma das acomodações desta offic:., à escolha do ir: Architetto. Não convém o funcionamento da Loja: América no edifício da Loja: (...) Ainda mais: Quando não é compatível tal exercício aqui de uma Loja: que, não pertencendo ao Oriente a que pertence a Loja: Piratininga, ainda Ella a hostiliza e o não reconhece. Por isso, e por que não há contracto nem condições escriptas pela Loja: e sendo a bem dos interesses e boa ordem desta offic:., o não admittir em seu edifício outras funções que não as suas, submetto a consideração das Loja: a presente indicação e peço urgência para ser discutida subjeta e approvada na presente sessão na forma dos artigos 290 e 292 da constituição (...)¹¹⁵

A Loja América foi obrigada a deixar o templo da Loja Piratininga, que acatou a determinação de sua obediência. Essa determinação que exigiu a saída da América não diminuiu os conflitos, mas gerou novas confusões. A primeira delas se referia ao acerto de contas entre as duas lojas. Os maçons da Loja América demoraram a enviar o valor equivalente a 707 mil réis referentes aos 23 meses e dezessete dias ainda pendentes de aluguel do prédio, localizado na Ponte do Açu¹¹⁶.

O segundo problema ocorreu porque o maçom Vicente Rodrigues da Silva, membro fundador da Loja América e também membro da Loja Piratininga¹¹⁷, insistia em continuar participando das sessões de ambas as lojas. Por essa razão, o maçom Martins de Almeida pediu com urgência que esse membro fosse retirado das dependências da loja. À revelia da

¹¹⁵ Ata da Loja Piratininga. 30 de agosto de 1873.

¹¹⁶ Ata da Loja Piratininga. 25 de setembro de 1873.

¹¹⁷ Vicente Rodrigues da Silva iniciado na Loja Piratininga pertenceu à alta cúpula da loja, ocupando o cargo de segundo vigilante em 1864. Ata da Loja Piratininga 23 de fevereiro de 1864.

decisão, o Irmão permaneceu no recinto, causando desconforto e mal-estar entre os membros que desejavam dar início às atividades.

Pelo ir.: ven.: foi então declarado ao ir.: Vicente que íamos trabalhar em sess.: esc.: e que por isso á Ella não podia elle assistir visto se achar eliminado desde quadro como lhe fora communicado pela secretaria (...) não se retirando contudo o ir.: Vicente, declara o ir.: vener.: que, para não haver perturbação e irregularidade em nossos trabalhos suspenderia os mesmos e dissolvia a presente reunião¹¹⁸.

O episódio sacramentou a divisão entre as Lojas Piratininga e América. Não por acaso, a América tornou-se a principal representante da obediência de Saldanha Marinho em São Paulo, assim como a Loja Piratininga passou a ser a grande representante da obediência chefiada por Rio Branco.

Quando as Lojas Amizade e Sete de Setembro mudaram de obediência, a rotina de suas atividades se modificou. Ambas tornaram-se mais ativas e envolveram-se intensamente com as atividades sociais incentivadas pela América. A Amizade, por exemplo, após a mudança de obediência, fundou uma sociedade emancipacionista denominada Fraternização. A Sete de Setembro seguiu na mesma direção, criando uma loja de Adoção homônima, com o objetivo de alforriar escravizados.

As determinações propostas pela obediência refletiam nas atividades maçônicas de suas respectivas lojas. A Loja América tornou-se mais ativa quando o assunto era a questão da emancipação escrava, ao passo que a Piratininga manteve discrição de suas atividades em relação ao mundo exterior, concedeu cartas de alforrias, evitando, contudo, a publicação da notícia nos jornais. A Loja América, em 15 de julho de 1870, oportunamente elogiou a iniciativa da Sete de Setembro, sua nova aliada, que promoveu a libertação de duas crianças cativas, criticando, ao mesmo tempo, o posicionamento discreto da Piratininga em relação ao tema da substituição do trabalho servil.

A Loja Sete de Setembro demonstrou com este ato que compreende o papel da maçonaria, cujos sublimes deveres não podem limitar-se, como aliás pensa muita gente, às estéreis vaidades das pompas, veludos e candelabros de seus templos. (...) Nossos parabéns aos maçons da Sete de Setembro porque compreenderam esta grande aspiração, e tão dignamente colocaram-se na estacada em que batalham há muito os obreiros da Loja América¹¹⁹.

¹¹⁸ Ata da Loja Piratininga. 2 de outubro de 1873.

¹¹⁹ Correio Paulistano, 10 de junho de 1870.

As lojas maçônicas, vinculadas à obediência de Saldanha Marinho, ganhavam incentivos por combaterem com maior vigor a escravidão. Embora isso não significasse que no Grande Oriente Unido, do Vale dos Beneditinos, houvesse apenas abolicionistas. No mesmo contexto em que as lojas América e Sete de Setembro movimentavam-se e debatiam o tema da emancipação, o projeto da Lei do Ventre Livre era retomado e discutido no Parlamento entre aqueles que o defendiam e aqueles que eram contrários a ele, e ganhou as páginas dos principais jornais.

Em 1871, ainda havia resistência à sanção de uma nova lei emancipacionista por parte de um pequeno grupo minoritário de opositores, ao passo que o governo injetava na imprensa vultosa quantia em recursos para que houvesse ampla divulgação da mesma¹²⁰. As vozes dissonantes tornavam públicas suas insatisfações. Diversas organizações agrícolas e comerciais das províncias cafeeiras (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) emitiram 22 requerimentos às câmaras da Assembleia em defesa da permanência da legislação vigente¹²¹.

O debate da emancipação cresceu na maçonaria em decorrência do novo cenário imposto pelas obediências. A cisão do Grande Oriente do Brasil, em 1863, faria com que as ordens maçônicas lutassem por legitimidade e, conseqüentemente, essa busca esteve assentada na representatividade das lojas. Quanto maior fosse o número de templos que uma obediência possuía, maior seria sua legitimidade. Essa dinâmica levaria a uma ampla expansão da organização na província de São Paulo. No Quadro 1.1, como se pode verificar a seguir, o crescimento da organização ocorreu sob forte influência do Grande Oriente dos Beneditinos, obediência na qual as ideias emancipacionistas tiveram mais espaço para circular. Das 46 novas lojas criadas na província de São Paulo, no período entre o ano da cisão 1863 e o período de reunificação das obediências, oficializada em 1883, 42 delas estiveram vinculadas ao Grande Oriente dos Beneditinos.

Quadro 1.1 As lojas maçônicas na Província de São Paulo

Loja	Data de fundação	Rito	Jurisdicção	Cidade
Sete de Setembro	1863	Escocês	Grande Oriente do Passeio	São Paulo
Fraternidade	30/05/1865	Escocês	Grande Oriente Unido	Taubaté
União e	17/04/1866	Escocês	Grande Oriente	Mogi Mirim

¹²⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil.*, op.cit., p.117.

¹²¹ Idem., p. 117.

Fraternidade Mogimiriana			Unido	
Fraternidade 2	11/07/1868	Escocês	Grande Oriente Unido	Iguape
Feliz Lembrança América	01/09/1868	Escocês	Grande Oriente Unido	Iguape
	09/11/1868	Escocês	Grande Oriente Unido	São Paulo
Fidelidade	14/11/1868	Escocês	Grande Oriente do Passeio	Campinas
Fraternidade Areense	12/01/1869	Escocês	Grande Oriente Unido	Areas
Fraternidade 3	27/01/1869	Escocês	Grande Oriente Unido	Rio Claro
25 de Março	27/01/1869	Moderno	Grande Oriente Unido	Limeira
Perseverança III	19/07/1869	Escocês	Grande Oriente Unido	Sorocaba
Lealdade	05/04/1870	Escocês	Grande Oriente Unido	Jundiaí
Amor à Virtude	1872	Escocês	Grande Oriente Unido	Franca
Trabalho	06/04/1872	Escocês	Grande Oriente Unido	Amparo
Cruzeiro do Sul	20/10/1872	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Pirassununga
Beneficência Ituana	20/02/1873	Escocês	Grande Oriente Unido	Itu
Liberdade 2	14/02/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	São Carlos do Pinhal
Integridade	14/02/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Capivari
Triunfo e União	29/03/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Descalvado
Araritaguaba	13/06/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Porto Feliz
Caridade III	12/08/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Tatuí
Ganganelli 2	05/09/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Brotas
Amor da Pátria	22/10/1874	Escocês	Grande Oriente Unido	Bragança Paulista
Washington Lodge	19/11/1874	York	Grande Oriente Unido	Santa Bárbara
Amor e Caridade Paulista	12/12/1874	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Ribeirão Preto
	13/02/1875	Escocês	Grande Oriente Unido	Jundiaí
Cinco de Março	10/04/1875	Escocês	Grande Oriente Unido	Tietê
Regeneração	01/10/1875	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Tatuí

Cruz do Oeste	01/10/1875	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Araraquara
Piracicaba	24/11/1875	Escocês	Grande Oriente Unido	Piracicaba
Marquês de Pombal	13/12/1875	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Jaú
Saldanha Marinho	12/06/1876	Escocês	Grande Oriente Unido	Lençóis
Fé e Perseverança	30/06/1876	Escocês	Grande Oriente Unido	São Carlos
Guia do Futuro	28/07/1876	Escocês	Grande Oriente Unido	Botucatu
Deus, Pátria e Liberdade	12/12/1876	Moderna	Grande Oriente do Brasil	São João da Boa Vista
Regeneração III	14/12/1876	Escocês	Grande Oriente Unido	Campinas
Humildade	21/08/1877	Escocês	Grande Oriente Unido	São Paulo
Asilo de Beneficência	08/01/1878	Escocês	Grande Oriente do Brasil	Guaratinguetá
Deus e Humanidade	11/03/1878	Escocês	Grande Oriente Unido	Sorocaba
Araçoiaba	21/05/1878	Escocês	Grande Oriente Unido	Santos
Vinte de Julho	20/07/1878	Escocês	Grande Oriente Unido	Itaporanga
Esperança	22/04/1879	Escocês	Grande Oriente Unido	Casa Branca
União e Liberdade	13/06/1882	Escocês	Grande Oriente Unido	Itapeva
Trabalho e Honra	31/07/1882	Escocês	Grande Oriente Unido	Casa Branca
São João	01/08/1882	Escocês	Grande Oriente Unido	Guaratinguetá
Segredo 2	20/12/1882	Escocês	Grande Oriente Unido	Limeira

Fonte: Castellani, José. *História do Grande Oriente de São Paulo*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1994. p.63-80.

Segundo Alexandre Mansur Barata, o crescimento maçônico tornou-se expressivo nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, principalmente entre 1861 e 1920¹²². O aumento do número de lojas ocorreu em razão das disputas e dos conflitos travados entre as duas ordens maçônicas vigentes no país, Lavradio e Beneditino, ambas interessadas em impor sua hegemonia sobre “a comunidade maçônica”¹²³.

¹²² BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira., op.cit., p.75.

¹²³ Idem., p. 83.

Nessa contenda, a ordem dos Beneditinos obteve vantagem, pois esteve comprometida em transformar os temas políticos e sociais em assuntos de interesse maçônico. Como bem destacou Barata, a maçonaria incorporou os valores e os ideais do pensamento ilustrado brasileiro¹²⁴, trazendo ao círculo assuntos como o anticlericalismo, o republicanismo e mesmo o abolicionismo, debates que haviam sido abordados com força nas lojas ligadas à ordem dos Beneditinos. De acordo com Colussi, “à medida que se acirravam as relações entre maçonaria e Igreja católica, cresciam os movimentos abolicionista e republicano, os maçons optavam pela corrente mais politicamente engajada”¹²⁵, o que, dentro desse contexto, significava, conseqüentemente, ingressar na ordem dos Beneditinos. Por essa razão, em 1872, o número de lojas ligadas a ela ultrapassaria ao da ordem do Lavradio¹²⁶. Dessa forma, é possível concluir que, entre as décadas finais do século XIX, as lojas ligadas ao Oriente dos Beneditinos tenham contemplado de modo expressivo os grupos urbanos empobrecidos, como imigrantes, “homens de cor” nascidos livres e até mesmo libertos, que poderiam preencher as “vagas” que se abriam nessas lojas.

Para Saldanha Marinho, a grande demanda por maçons só poderia ser suprida, caso as lojas recrutassem seus membros também das camadas remediadas e pobres, que cresciam de forma significativa. Muito provavelmente, por essa razão, o grão-mestre da ordem dos Beneditinos teria sancionado a lei que permitia o ingresso de libertos nas lojas maçônicas vinculadas à sua obediência. Vale ressaltar, contudo, que a medida se restringiu ao Oriente dos Beneditinos, uma vez que com a extinção dessa obediência, em 1882, e a sucessiva unificação dos orientes prevaleceu a vontade e o interesse do grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, que acatou a proibição da iniciação dos libertos na maçonaria.

A presença preponderante das lojas maçônicas ligadas à obediência de Joaquim Saldanha Marinho na província de São Paulo uniformizaria uma prática maçônica específica em relação ao tema da emancipação escrava no interior das lojas. Como registrado no Quadro 1, as Lojas Amizade, Sete de Setembro, América e Loja Humildade, surgidas na cidade de São Paulo, vincularam-se ao Grande Oriente do Brasil (Oriente dos

¹²⁴ Ibidem., p. 84.

¹²⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX.*, op.cit., p. 133.

¹²⁶ Idem., p.127.

Benedictinos). O incômodo com o crescimento de lojas maçônicas na província de São Paulo ligadas à ordem de Saldanha Marinho logo seria criticado pelo Oriente rival.

O tema da emancipação escrava seria terreno fértil de disputa entre as duas obediências, sobretudo, no âmbito do discurso. *O Boletim do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio*, acusava as lojas maçônicas de São Paulo de servirem como clubes políticos¹²⁷. *O Boletim do Grande Oriente Unido e Conselho Supremo*, respondendo à provocação, afirmou: “Não nos surpreende. As lojas da província, onde a iniciativa individual há lançado fundas raízes, tem para o Directorio o grave defeito de serem independentes, entusiastas da emancipação”¹²⁸.

As obediências maçônicas regulamentavam o funcionamento das lojas, mas não tinham controle absoluto sobre seus passos. Algumas delas se identificavam mais que outras com as ordens ao qual estavam vinculadas. O grã-mestre Joaquim Saldanha Marinho as estimulou a concederem cartas de alforrias, contudo, nem todas seguiram às suas recomendações.

1.5 Nos bastidores da administração maçônica

O controle sobre as lojas maçônicas por suas respectivas ordens acontecia por meio de eleições. O processo eleitoral demandava que os “Irmãos apresentassem à loja os seus competentes títulos”¹²⁹. Após o encerramento do pleito, a ata com o resultado das eleições era encaminhada à respectiva obediência a fim de concluir o procedimento, pois afinal, elas deveriam passar pelo crivo do grão-mestre da ordem para serem legitimadas¹³⁰. Esse dispositivo permitia a obediência ter o controle das atividades maçônicas realizadas em todas as lojas. *O Boletim do Grande Oriente Unido* publicava notas com informações relativas às atividades de todas as lojas pertencentes ao seu círculo maçônico. Em 6 de agosto de 1877, a obediência de Saldanha Marinho fez circular a seguinte informação sobre a Loja América: “ao Oriente de São Paulo, admitiu, de 6 de agosto de 1876 a 6 de

¹²⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio*, Rio de Janeiro, n11. p.438. Outubro/novembro. 1877.

¹²⁸ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Rio de Janeiro, n6. p. 567. maio/agosto. 1877.

¹²⁹ *Correio Paulistano*, 4 de dezembro de 1873.

¹³⁰ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Rio de Janeiro, janeiro a abril 1876. ano 5. p. 27.

agosto de 1877, mais 20 obreiros, em seu seio; sendo 15 iniciados, 2 filiados e 3 regularizados”¹³¹.

O documento sintetizava a rotina de cada loja. Consequentemente, o grão-mestre identificava as lojas que tinham mais afinidade com a ordem que seguiam, surgindo assim as preferências das obediências por determinadas lojas. A menção frequente à América nos relatórios publicados no Boletim demonstrava que os projetos propostos por ela estavam alinhados com a obediência chefiada por Saldanha Marinho.

A loja, como menor unidade da organização maçônica, possuía certa autonomia em relação à ordem a que estava inserida. Segundo a Constituição de Anderson, “Uma loja é um lugar onde os maçons se reúnem e trabalham (...) cada Irmão deve pertencer à uma loja e se submeter a seu regulamento particular e aos regulamentos gerais (...)”¹³².

Além de submeter-se a uma obediência que possuía determinados regulamentos, as lojas deveriam escolher um rito. Na cidade de São Paulo, todas elas (Amizade, Piratininga, Sete de Setembro, América e Humildade) seguiram o rito Escocês Antigo e Aceito¹³³, composto por 33 graus, cada um, simbolizando um nível de conhecimento. As funções administrativas, por sua vez, eram influenciadas diretamente pela hierarquia dos graus maçônicos, que simbolizavam a ritualística maçônica e, ao mesmo tempo, definiam o lugar e a posição do Irmão na loja. No Brasil, vigoravam mais de um rito: Adoramita, Francês Moderno e o Rito Escocês Antigo e Aceito, sendo esse último o mais popular. Segundo Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, os ritos eram um conjunto de normas que orientavam:

As cerimônias, os ornamentos do templo e todas as demais prescrições necessárias à realização dos trabalhos maçônicos. É o rito adotado que estabelece o número máximo de graus (posição hierárquica ocupada dentro da liturgia que estabelece o nível de conhecimento dos ministérios e da filosofia maçônica) a que um membro pode ambicionar. Os três iniciais, também chamados de “graus simbólicos”, correspondem em todos os ritos aos de: aprendiz, companheiro e mestre¹³⁴.

¹³¹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Rio de Janeiro, n6. p. 563. maio/agosto, 1877.

¹³² ANDERSON, James. *Constituição de Anderson*. Tradução João Nery Guimarães. São Paulo: A Fraternidade, 1982, p.55.

¹³³ É o rito adotado que estabelece o número máximo de graus (posição hierárquica ocupada dentro da liturgia que estabelece o nível de conhecimento dos mistérios e da filosofia maçônica) a que um membro pode ambicionar. Os três graus iniciais, também chamados de “grau simbólicos”, correspondem em todos os ritos aos de: aprendiz, companheiro e mestre.

¹³⁴ MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.18.

Os maçons com os graus mais elevados ocupavam também os cargos mais altos na loja. O crescimento do maçon na hierarquia maçônica também tinha determinação econômica, afinal, para a elevação de grau, o obreiro, além de comprovar conhecimento, deveria arcar com os custos da nova posição na loja.

Figura 1.2 Cargos maçônicos nas lojas Piratininga e América, São Paulo, segunda metade do século XIX.

Fonte: Carvalho, Francisco de Assis. Caderno de estudos maçônicos. 3ª Edição. Paraná: Londrina: Editora Trolha, 1988.

Os cargos maçônicos estavam distribuídos e representados pelos seguintes cargos: venerável, primeiro vigilante, segundo vigilante, orador, secretário, tesoureiro, chanceler, mestre de cerimônia, hospitaleiro, primeiro diácono, segundo diácono, guarda do templo, cobridor, experto, porta-estandarte, porta espada, arquiteto e ex-venerável.

Todos os cargos eram eletivos na hierarquia maçônica; os cargos de venerável, primeiro e segundo vigilante, tesoureiro, secretário e orador constituíam os mais prestigiados e importantes da loja. Para ocupar o cargo de venerável, o mais importante da ordem hierárquica de uma Loja, era preciso que o candidato tivesse antes desempenhado a função de vigilante e fosse mestre, um pré-requisito que excluía muitos maçons iniciantes. Cabia ao venerável nomear membros para as comissões, iniciar e encerrar os trabalhos, assinar todos os documentos financeiros, presidir todas as reuniões, fiscalizar as finanças, elaborar pautas de trabalhos, além de contar com o privilégio e o poder de suspender, quando julgasse necessário, por até três sessões, a leitura da prancha. A imagem do venerável colava-se à da loja, de modo que “um venerável sem os atributos do cargo, leva[va] uma oficina ao marasmo e à inutilidade, à dissensão e ao aniquilamento total”.

Assim sendo, os Irmãos transferiam ao venerável toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da oficina. Por essa razão, em muitas lojas prevaleceram a vontade coletiva de manter o mesmo maçom à frente da oficina por anos ou décadas a fio, sobretudo os Irmãos mais carismáticos ou autoritários. A estrutura organizacional maçônica favorecia a criação de líderes maçônicos, uma vez que nela vigorava um modelo democrático eletivo e direto. Conforme Barata, “a maçonaria era assim espaço privilegiado de discussão e de articulação política, mas também um espaço de confronto entre diferentes projetos políticos que mobilizavam aqueles homens”¹³⁵.

A constituição maçônica não proibia o acúmulo de poder na loja. Até 1763, por exemplo, o cargo de venerável manteve-se vitalício e, mesmo depois, não se estabeleceu nenhuma norma ou regulamento expresso capaz de limitar a candidatura de um obreiro ao cargo de venerável. A manutenção do maçom no cargo de venerância era mais comum do que se supunha. Joaquim Ignácio Ramalho, maçom e venerável da Loja Piratininga, fundada em 1850, conservou-se por quarenta anos consecutivos à frente da loja.

O cargo de primeiro vigilante figurava como um dos mais importantes na sucessão hierárquica, substituindo o venerável numa eventual ausência. Na subordinação maçônica, abaixo do segundo vigilante, seguia o orador, cargo criado pela maçonaria francesa, com vistas ao cumprimento de todos os deveres dos Irmãos. Era também sua função ler todos os decretos e leis expedidos pelo Grão-Mestre, receber todas as correspondências, comunicar as elevações de graus, além de inventariar todos os pertences da loja, registrar no livro de matrícula o nome de todos os Irmãos iniciados, filiados, regulados e eliminados do quadro.

¹³⁵ BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira., op.cit., p. 84.

O orador, como assessor do venerável, estava incumbido de limitar e evitar o abuso de poder do venerável da loja, enquanto o secretário registrava em ata todas as pautas discutidas na reunião, além de apresentar-se como elo entre a loja e a obediência; o tesoureiro estava incumbido de controlar as finanças; o chanceler era responsável por guardar a documentação da loja; o mestre de cerimônia deveria executar o ritual de iniciação no templo; o hospitaleiro tinha a função de recolher as arrecadações do tronco beneficente; o diácono tinha a função de servir e de auxiliar o venerável e os vigilantes; a função do experto era preparar os iniciados; o cobridor externo deveria proteger o templo maçônico dos profanos; o cobridor interno era responsável por controlar a entrada dos maçons na loja; o cargo de porta-estandarte tinha a função de guardar e transportar o estandarte da loja; o mestre de harmonia ficava responsável por selecionar as músicas para o ritual; era responsabilidade do arquiteto ornamentar o templo, enquanto a função de porta-espada só era exercida durante as sessões de iniciação e elevação de grau.

Na dinâmica das disputas internas por cargos, os maçons dissidentes acabavam isolados ou neutralizados. As eleições para os cargos maçônicos eram anuais, estimulando, assim, a configuração de um cenário bélico cercado por tensão entre os Irmãos todos os anos. A convocação para essas eleições eram publicadas nos jornais profanos de grande circulação. A Loja Amizade publicou no jornal *Correio Paulistano* o chamado para um novo pleito: “os obb.: desta off.: para a eleição dos funcionários que devem servir no anno de 1875”¹³⁶. Albino Soares Bairão, secretário da Loja América, também convidava os obreiros de outras lojas para acompanharem a posse dos novos funcionários: “de ordem do resp.: ir.: ven.: communico aos irr.: do quad.: Que, em sess.: de maio para ter logar a sess.: mag.: De posse para essa sess.: convida os irr.: do nosso e dos demais quadr.: afim de abrilhantarem o acto, que terá lugar ás 7 ½ horas da noite do dia referido”¹³⁷, ao passo que a Sete de Setembro avisava “os Irmãos que não puderem comparecer por motivo justificado, remetterão as suas cédulas em carta fechada, como facilita o artigo 18 do reg.: De 23 de set.: do corrente anno”¹³⁸.

Na Loja América, os mesmos cargos maçônicos foram recorrentemente ocupados pelos mesmos Irmãos. Assim, Luiz Gama ocupou o posto de segundo vigilante (1871, 1872, 1874, 1875), e de venerável no período de 1876 a 1880; Américo de Campos, a

¹³⁶ *Correio Paulistano*, 30 de novembro de 1874.

¹³⁷ *A Província de São Paulo*, 3 de maio de 1881.

¹³⁸ *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1873.

saber, por diversos anos consecutivos aparece exercendo o cargo de orador (1874, 1876, 1877, 1878) e em outros desempenhou a função de primeiro vigilante (1875 e 1887). Na sessão de 13 de dezembro de 1874, Américo de Campos substituiu o venerável ausente¹³⁹. Ao que parece, a legitimidade desses obreiros à frente da loja era inquestionável e inabalável. Além de Américo de Campos, surge o nome de Jesuíno Antonio de Castro como primeiro vigilante (1877, 1878, 1879) e de João Fernandes da Silva Júnior ocupando a vaga de primeiro vigilante (1875) e segundo vigilante (1877, 1878 e 1879)¹⁴⁰. Entre os anos de 1883 e 1885, João Fernandes da Silva Júnior finalmente ocuparia o tão prestigiado posto de venerável, cargo de maior prestígio e que só poderia ser ocupado por aqueles que já haviam antes exercido a função de vigilante. Ferreira de Menezes foi orador em 1870¹⁴¹ e, no período de 1872 a 1878, ocupou o posto de representante maçônico da Loja no Rio de Janeiro. Albino Soares Bairão conquistou a vaga de secretário em 1879, 1881¹⁴² e, em 1884, aparece como orador da loja. O médico italiano Ignácio Ichiles Betholdi, um dos fundadores da Loja América, exerceu o posto de segundo vigilante entre 1877 e 1879.

Na Loja Piratininga, os cargos maçônicos tinham configuração semelhante. Joaquim Ignácio Ramalho perpetuou-se no cargo de venerável por quarenta anos consecutivos. Já para os cargos de primeiro e segundo vigilantes nos anos de 1865 e 1866, destacaram-se, respectivamente, os Irmãos Manuel Dias de Toledo e Carlos Martins. Em 1867, Vicente Rodrigues da Silva ocupou o cargo de segundo vigilante¹⁴³, enquanto José Couto de Magalhães ocupou durante diversos anos consecutivos o cargo de orador (1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870).

Cada sessão maçônica significava novas oportunidades de articulação, negociações e novas alianças para a manutenção do poder por determinados grupos. O grupo hegemônico recorrentemente à frente da loja impunha seus projetos à revelia do restante dos obreiros. Nas duas lojas maçônicas analisadas, é possível observar que os cargos mais importantes estiveram nas mãos dos mesmos Irmãos, de modo que não é nenhuma surpresa

¹³⁹ Ata da Loja América. Livro 2. 13/12/1874.

¹⁴⁰ Ata da Loja América. Livro 2. 8 de maio de 1877. No mesmo processo eletivo João Fernandes da Silva Junior concorreu para dois cargos distintos, primeiro vigilante e segundo vigilante, nos dois casos recebeu 3 votos ocupando afinal a de segunda vigilante.

¹⁴¹ Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

¹⁴² Correio Paulistano, 3 de maio de 1881.

¹⁴³ Ata da Loja América. 6 de junho de 1867.

encontrar denúncias de abuso de poder, como neste registro da acusação contra o Irmão Vianna, da Loja Piratininga:

(...) extravasava de suas atribuições, extendendo muito além do que devia o mandato que lhe confiara o irmão dr. Ottoni, e que por este motivo pretendião cevar os seus protestos ao conhecimento da loja:. Amante da observância da lei, e inimigo daqueles que costumão intringil-a desejava que a loja:. tomasse conhecimento do facto, e que em sua sabedoria decidisse se elle tinha commettido um abuso, senão um crime e que está prompto a obedecer a sua opinião qualquer que Ella seja, esperando com toda a severidade a punição da loja:. no caso de amortecer, que o seu procedimento não foi offensivo as leis maçônicas¹⁴⁴.

Casos de abusos de poder ocorriam com frequência e podiam culminar na expulsão do maçom. Outros motivos podiam levar ao afastamento maçônico, como a incompatibilidade ideológica. Os Irmãos, cujas filiações ideológicas eram incompatíveis com as de seus dirigentes, dificilmente ocupavam cargos de destaque na loja e tampouco conseguiam encampar e articular projetos de seu interesse. Uma demonstração da falta de afinidade ideológica entre dirigentes e maçom foi constatada na Loja Amizade, quando Américo de Campos teve um de seus projetos negados pela loja. Na ocasião, Campos, juntamente com Vitorino Carmilo e outros Irmãos, propuseram que na Loja Amizade “só fossem admitidos e a ela filiados aqueles que se comprometessem, sob juramento, a darem liberdade aos filhos de suas escravas nascidos na Paróquia da Sé”¹⁴⁵. O parecer negado pela Loja Amizade¹⁴⁶ frustrou Américo de Campos. O Irmão desligou-se do quadro tempos depois e se filiou à Loja América, em 15 de julho de 1870¹⁴⁷. Nela, Campos encontrou outros Irmãos com quem partilhou das mesmas bandeiras políticas e sociais, facilitando, assim, seu acesso aos cargos mais importantes na organização.

Essas predileções internas dividiam as lojas de acordo com o interesse dos maçons. Entretanto, pensar as lojas de modo dicotômico limitaria esta análise. Nesse sentido, seria

¹⁴⁴ Ata da loja Piratininga. 3 de maio de 1854.

¹⁴⁵ EGÍDIO, Paulo. *A Província de São Paulo em 1888*, São Paulo, 1889, p. 12.

¹⁴⁶ No período em que Américo de Campos frequentou a Loja Amizade, a organização estava vinculada ao Oriente do Grande Oriente do Lavradio, ordem que não permitia que as lojas intervissem em questões políticas e sociais em nome da maçonaria. Depois que a Loja Amizade vinculou-se a ordem de Saldanha Marinho, pouco tempo depois da saída de Américo de Campos, a organização passou a ser socialmente mais ativa, criando inclusive uma sociedade emancipacionista, denominada Fraternização, que tinha o objetivo de alforriar escravizados. Ver: BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal.*, op.cit., p. 104.

¹⁴⁷ Segundo Brasil Bandecchi, a proposta de Américo de Campos apresentava algumas falhas, haja vista que contemplava apenas a paróquia da Sé, facilitando com que a lei fosse burlada pelos senhores de escravos. Ver: BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal.*, op.cit., p. 104.

forçoso dizer que uma loja tivesse sido capaz de reunir apenas abolicionistas, visto que representavam camadas diversificadas da sociedade.

Neste estudo verificou-se em uma mesma loja a presença de maçons emancipacionistas, maçons abolicionistas, escravistas ou ainda maçons que não pretendiam se posicionar em relação à escravidão. A configuração administrativa e os respectivos projetos encampados e legitimados pelas lojas dependiam da dinâmica estabelecida no interior delas, ou seja, os maçons que conseguiam assegurar um cargo de poder ditavam os rumos dos trabalhos da loja. Dessa maneira, não seria exagero supor que alguns maçons mais habilidosos se impusessem com o apoio de outros Irmãos para transformar pautas políticas em pautas maçônicas.

2. Imprensa maçônica, emancipação e busca pela liberdade

Notícias de alforrias de escravizados, realizadas por lojas maçônicas, repercutiam nas páginas dos jornais paulistas na segunda metade do século XIX, num contexto de expansão da Maçonaria e de disputas entre obediências, tornando-se a imprensa o principal veículo de sua legitimação. Parte dessa legitimidade teve como pano de fundo o tema da emancipação escrava. A maçonaria voltaria suas ações para grandes temas sociais, como a crise do sistema escravista. Moralmente condenada, a escravidão era um dos principais assuntos que dominavam a cena social e política do país, levando a maçonaria a tomá-la como mote nesse cenário. Neste capítulo será investigada a maneira como o tema da emancipação repercutiu nas Lojas maçônicas América e Piratininga de São Paulo.

2.1. As Lojas maçônicas e a imprensa na questão da emancipação

O uso da imprensa como veículo de divulgação das atividades maçônicas tornou-se uma prática recorrente no país, sobretudo, na segunda metade do século XIX. A maçonaria, tanto quanto outras formas de associações, constituiu-se com força no Brasil oitocentista, como expressão da expansão do espaço público¹⁴⁸.

Novas formas de sociabilidades foram sendo forjadas e os atores sociais estiveram atentos a essas transformações. Conforme Marco Morel, após a Revolução Francesa, as associações do tipo maçônico “começaram, cada vez mais, a pleitear espaço”. O segredo maçônico, nesse contexto de mudança e de expansão da “esfera pública”, seria compreendido como paradoxo do progresso, da modernidade, da civilização. Morel ainda afirma que “o segredo maçônico marcava a fronteira entre a esfera pública e a privada”¹⁴⁹. Desse modo, o segredo maçônico como princípio progressivamente perderia força.

A organização maçônica não apenas abandonaria o segredo como tentaria dominar a opinião pública que, por sua vez, passaria a funcionar como um “recurso para a legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões

¹⁴⁸ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos.*, op.cit., .

¹⁴⁹ Idem., p. 246.

individuais ou setoriais em opinião geral”¹⁵⁰. Na maçonaria brasileira, a relação com o espaço público ganharia relevo na década de 1830, quando os maçons começaram a realizar as primeiras publicações e, ao mesmo tempo, controlar as redações dos jornais convencionais com o objetivo de legitimarem-se num contexto de ampla censura à organização. Entre 1848 e 1889, “a maçonaria passaria a inserir-se na ordem imperial, por meio da filantropia e do ingresso de figuras importantes da sociedade oitocentista”¹⁵¹. A imprensa se tornaria parte integrante da experiência maçônica na segunda metade do século XIX.

A publicação das atividades maçônicas a partir de então se tornou uma prática comum a muitas lojas. Algumas criaram seus próprios jornais, enquanto outras utilizavam os espaços dos periódicos tradicionais, onde conseguiam exercer forte influência, ocupando cargos importantes na alta cúpula da redação. Vale ressaltar, contudo, que nem todas as lojas se associaram à imprensa. Segundo Marco Morel, as lojas maçônicas seguiam tendências distintas e podiam ser classificadas da seguinte maneira: a primeira delas definida como apolítica e secreta, que optava por não expor-se na esfera pública; a segunda que preservava o segredo, mas era intervencionista; e uma terceira, na qual as lojas maçônicas abandonavam o segredo e radicalizavam a exposição pública¹⁵².

A Loja América pertenceu a essa última tendência e, ao longo de toda a década de 1870, utilizou a imprensa como principal instrumento para a divulgação de sua agenda, mobilizando a opinião pública paulista. Os jornais *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano* e *A Província de São Paulo*, embora não fossem jornais maçônicos, estiveram sob a influência de maçons da Loja América.

Desde a fundação da Loja América, a imprensa teve papel fundamental na divulgação dos trabalhos realizados por ela. O jornal diário *Correio Paulistano*, criado em 1854, pelo tipógrafo maçom Joaquim Roberto de Azevedo Marques, recorrentemente trazia em suas páginas notícias sobre a rotina da Loja América. Os articulistas desse periódico tinham uma íntima relação com ela. O maçom Américo de Campos, dessa mesma loja, foi redator do *Correio Paulistano*, entre os anos de 1865 e 1874.

Américo de Campos era filho de Bernardino José de Campos e irmão de Bernardino de Campos. Natural da Bahia, nasceu em 1834 e mudou-se para a cidade de

¹⁵⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos.*, op.cit., p.200.

¹⁵¹ BARATA, Alexandre. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência.* (Brasil, 1790-1822)., op.cit., p. 221.

¹⁵² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos.*, op.cit., p. 255.

São Paulo para cursar direito na Faculdade de Direito, entre os anos de 1855 e 1860. Após seus anos de formação, seguiu para Itu como promotor público, onde permaneceu até 1863¹⁵³. Em 1865, retornou à cidade de São Paulo para dedicar-se ao jornalismo.

De volta à capital paulista, fundou o semanário humorístico e satírico *Cabrião* editado por Ângelo Agostini e Antônio Manoel dos Reis, folha que circulou entre os anos de 1866 e 1867¹⁵⁴. Participou “ativamente da articulação e da fundação do jornal *O Radical Paulistano*, órgão representante do Clube Radical, criado em 1868 pela ala radical do Partido Liberal, após a queda do Gabinete de Zacarias de Góes”¹⁵⁵. Além de Américo de Campos a folha reuniu outros nomes da loja maçônica, como Luiz Gama, Joaquim Nabuco, José Ferreira de Menezes, Bernardino de Campos e Américo Brasiliense.

Em 4 de janeiro de 1875, Campos desligou-se do *Correio Paulistano* com o propósito de fundar outra folha, *A Província de São Paulo*¹⁵⁶. O periódico pertencia a uma associação composta por Américo Brasiliense, João Francisco de Paula e Souza, Campos Salles, Tobias de Aguiar e Castro, João Tibiriça Piratininga, José Vasconcellos de Almeida Prado, Martinho Prado Junior, Cerqueira César, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos¹⁵⁷. O periódico era um dos jornais que a Loja América recorria para divulgar suas atividades.

O poder que alcançaria na esfera pública, desde a sua fundação até a década de 1880, se deveu a sua estratégia de recrutamento, que permitia a reunião de figuras importantes da sociedade paulistana, assim como a relação que construiu a partir da ocupação estratégica nas redações dos principais jornais que circularam na cidade de São Paulo, além dos vínculos estabelecidos com outras lojas maçônicas da cidade, como a Amizade e a Sete de Setembro, que lhe afiançaram ampla visibilidade na esfera pública. Todas elas estiveram vinculadas ao Grande Oriente do Brasil, do vale dos Beneditinos,

¹⁵³ NOGUEIRA, Almeida. *Tradições e Reminiscências*: estudantes, estudantões, estudantadas. Edição Comemorativa do cinquentenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, 1952. vol. 3. p. 219.

¹⁵⁴ Cabrião: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2000. O Cabrião foi impresso na Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

¹⁵⁵ SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. p.13.

¹⁵⁶ O jornal *A Província de São Paulo*, de orientação republicana, foi criado com o intuito de representar as decisões tratadas na Convenção Republicana de Itu. Ver: RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2011. p. 43.

¹⁵⁷ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo*., op.cit., p. 43.

com exceção da Loja Piratininga, a segunda mais antiga da cidade de São Paulo e a única a representar o Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio no local. Sob orientação da obediência, a Loja Piratininga seguiu a tendência maçônica não intervencionista e secreta, mantendo-se, por isso, distante da imprensa. Por essa razão, não se encontram registros dessa loja nos jornais.

Em São Paulo, a Loja América certamente foi a que mais investiu em propaganda. Ao longo de toda a década de 1870, a loja divulgou sua agenda de atividades, destacando a emancipação dos escravos e a instrução pública como temas principais.

A questão da emancipação escrava foi apoiada firmemente por uma parcela dos maçons, como Rui Barbosa e Luiz Gama. Em 4 de abril de 1870, Rui Barbosa havia proposto e encaminhado um projeto de lei à obediência dos Beneditinos, estabelecendo o comprometimento da Loja com a questão da substituição do elemento servil e com a educação popular, conforme o artigo 1º do projeto:

Artigo 1º - Sendo verdade incontestável que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes ideias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, na Maçonaria brasileira declara-se solenemente obrigada a manter e propagar estes dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização destas ideias entre nós (...)¹⁵⁸.

A proposta de Rui Barbosa, embora tenha contado com o apoio de uma parcela significativa de maçons da Loja América, não foi transformada em lei. As iniciativas emancipacionistas da loja ficariam a cargo do grupo que apoiou o jurista, como Luiz Gama e Américo de Campos, que juntos compunham a comissão de manumissão. Vale observar que internamente havia resistência dos maçons escravistas e conservadores em assumir um posicionamento favorável à emancipação dos escravizados, no entanto, as notas publicadas nos jornais geravam outro entendimento, pois apresentavam um comprometimento com uma agenda emancipacionista que, na prática, não vigorava na loja. A intenção parecia ser mais de propagar ideias do que agir efetivamente. Como se observa no trecho:

A Loja América, installada em novembro de 1868, além de rigorosa observância das obrigações maçônicas, conforme aos Est.: G.: da Ord.: e Rit.: Esc.: Ant.: e Aceit.: resolveu trabalhar no intuito de promover a propagação da instituição primaria e emancipação dos escravos pelos limites legais. (...) No mesmo anno tomou a loj.: as seguintes resoluções – 1º que todos os sócios eram obrigados a declararem livres os filhos de seus escravos; compromisso este que devia

¹⁵⁸ Rui Barbosa – Projeto apresentado pela Loja Américo ao Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos. Casa de Rui Barbosa – PI 3 (1).

ter execução desde a organização da sociedade quanto a seus fundadores, e quanto a outros desde a iniciação. 2º sustentar e auxiliar causas de manumissão perante os tribunais e autoridades em favor das pessoas ilegalmente detidas na escravidão. 3º realisar e favorecer as alforrias dando preferência às escravas de menor idade. Quanto a primeira deliberação já deixou de conter uma obrigação especialmente imposta aos membros da loja., desde que foi promulgada a lei nº 2040 declarando de condição livre todas as filhas da mulher escrava nascidas desde a data da lei. Para fiel cumprimento da segunda não se limitou a off.: a fornecer recurso pecuniários exigidos pelo andamento dos processos; o patrocínio destes corre sob os cuidados de advogados, sócios d'ella, ou estranhos por Ella incumbidos. (...) O número dos libertandos por via de acções no foro desta capital, e em outros por determinação da loja.: sobe a mais de trezentos (...)¹⁵⁹.

A comissão de manumissão da Loja América parecia ser bastante atuante, divulgando as ações da loja, contudo, as atas pouco trataram desses assuntos nas sessões. Vale salientar que o trabalho realizado nos tribunais por Luiz Gama antecedia a criação da Loja América. Desde 1869, o abolicionista oferecia gratuitamente seus serviços de advogado provisionado aos africanos ilegalmente escravizados, servindo, ao mesmo tempo, de intermediário nas transações nos processos de alforriamento, agenciando os menores preços a fim de beneficiar os cativos no encaminhamento da liberdade. Nos jornais *Correio Paulistano* e *Radical Paulistano*, o abolicionista divulgava seu trabalho em favor da liberdade dos escravizados. “Luiz G. P. da Gama, continua a tratar causas de liberdade. Outro sim, responde consultas para fora da capital, tudo sem retribuição alguma”¹⁶⁰. Notas como essas atraíam escravizados de todas as partes da província paulista.

Luiz Gama possuía uma coluna denominada “Foro da Capital” no *Radical Paulistano*, onde abordava litígios de outras localidades da província¹⁶¹. Em outubro de 1869, a fama de “advogado dos escravos” havia se alastrado para além da cidade de São Paulo, o que teria levado, por exemplo, o africano Jacinto a deslocar-se de Jundiaí até a cidade de São Paulo à procura dos serviços do abolicionista, na esperança de comprovar a ilegalidade de sua condição de cativo. O africano alegava ter chegado ao Brasil depois da regularização da lei de 7 de novembro em 1831¹⁶². Assim como Jacinto, outros africanos

¹⁵⁹ Correio Paulistano 10 de novembro de 1871.

¹⁶⁰ Correio Paulistano, 14 de agosto de 1869.

¹⁶¹ AZEVEDO, Elciene. *Direito dos Escravos.*, op.cit., p. 101.

¹⁶² A ação em defesa de Jacinto culminou na demissão de Luiz Gama do cargo de amanuense da delegação de São Paulo. Os detalhes dessa ação movida no tribunal por Luiz Gama em defesa do escravo Jacinto

“buscavam na justiça a legitimação de seus direitos, encontravam por isso nos tribunais o respaldo de homens letrados dispostos a utilizar criativamente seu saber em favor do princípio de liberdade”¹⁶³.

Nas ações de arbitramento judicial, realizadas com o fito de definir o valor a ser pago na carta de alforria, o juiz determinava que cada uma das partes indicasse um perito para a realização da avaliação do escravizado. Caso as avaliações fossem muito diferentes, cabia ao juiz convocar um terceiro perito e escolher por uma delas. O papel do juiz era justamente impedir que o valor do escravizado fosse muito elevado ou muito baixo¹⁶⁴. Em contrapartida, curadores e advogados, estrategicamente, tentavam rebaixar o máximo possível o valor do escravizado, convocando um médico abolicionista disposto a forjar um laudo favorável aos interesses do cativo, inventando doenças crônicas debilitantes, física e mental. Quanto maior fosse a deficiência do escravizado menor seria o seu valor e maiores seriam as suas chances de alcançar a liberdade¹⁶⁵.

Se, por um lado, a presença do abolicionista na organização direcionou ou ampliou as ações da Loja, por outro, Gama passaria a contar com uma extensa rede de apoio, constituída em torno da Loja América a partir de 1870, e sua imagem estaria cada vez mais vinculada à organização, salientada com o apoio oferecido por outros maçons abolicionistas que o acompanharam nas ações de manumissão, como Américo de Campos, Albino Bairão, José Ferreira de Menezes, Jaime Serva, Antonio Arcanjo, Ignácio Emílio Achilles Betholdi entre outros.

No período em que atuou na cidade, o maçom Olimpio da Paixão, da Loja América, adquiriu larga experiência em ações de liberdade realizadas, individualmente e ao lado de Luiz Gama¹⁶⁶.

Na cidade de São Paulo, Paixão atuou como curador da cativa Eugracia Bueno, escrava de cor preta, libertada pelo finado Cônego José Custódio da Siqueira Bueno e que

encontram-se pormenorizado nos livros de Elciene Azevedo e de Ligia Fonseca Ferreira. Ver: AZEVEDO, Elciene. *Direito dos Escravos*., op.cit., p. 98- 108.; Ligia Fonseca Ferreira transcreveu os artigos referentes a demissão de Luiz Gama e os analisou. Ver: FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*., op.cit.,

¹⁶³ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*., op.cit., p.93.

¹⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 6ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.163.

¹⁶⁵ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*., op.cit., p.93.

¹⁶⁶ Olimpio da Paixão cursou direito na cidade de São Paulo entre os anos de 1864 e 1868. Paulistano, filho de Luiz Maria da Paixão, proprietário de uma farmácia localizada na rua São Bento. Era membro fundador da Loja América, republicano e abolicionista. Ver: NOGUEIRA, Almeida. *Tradições e Reminiscências*., op.cit., p.248.

teve a sua liberdade ameaçada pelos herdeiros do seu doador que pretendiam dela obter serviços ou a quantia de 400 mil réis para entrar em pleno gozo de alforria. Intervinha, assim, Olimpio da Paixão, que deu entrada no mandado de manutenção de liberdade de Eugracia Bueno¹⁶⁷.

Essas ações irradiavam por toda a província de São Paulo, mas não com o mesmo sucesso que na capital paulista. As experiências de Olimpio da Paixão, contudo, não foram bem sucedidas no período em que esteve em Atibaia. Quando o abolicionista mudou-se para lá, onde atuou como promotor público, percebeu que o cenário e os atores eram outros e que a força exercida pelos fazendeiros locais não o deixariam agir com a mesma tenacidade antes praticada na cidade de São Paulo. Em Atibaia, Olimpio da Paixão viu-se acuado e ameaçado perante as forças locais.

O fato era que o abolicionista não contava com uma rede de apoio que pudesse protegê-lo da violência e ameaça dos senhores locais, como desfrutava na cidade de São Paulo, representada pela Loja América. Por essa razão, evitou ao máximo se envolver em ações nas quais os senhores de escravos eram réus.

Em duas ocasiões Olimpio da Paixão recusou-se a atuar em casos envolvendo morte de escravos que tinham como réus senhores de escravos de grande poder e influência. O senhor Bernardo Avelino se tornou réu após ser acusado de “exagerar nos castigos” que resultaram na morte de sua cativa. Levar um senhor a julgamento por causa da morte de sua propriedade não seria tarefa fácil, mas, sim, um desafio, do qual poucos tinham coragem de enfrentar. Por essa razão, no transcorrer do processo registrou-se o afastamento de diversas autoridades, entre elas, os juízes municipais Doutor Henrique Porchat de Assis, do primeiro suplente Capitão Francisco de Assis Valle, depois do segundo suplente, Procópio Ferreira do Apocalipse, que alegou estar doente. Restando a nomeação do maçom para ocupar o posto de juiz, o mesmo alegou conflito de interesse por ser amigo íntimo do sogro do réu¹⁶⁸.

O caso ocorrido no termo de Bragança, que, na época, abarcava a comarca de Atibaia, ilustra o modo como os senhores operavam coagindo a ação dos representantes da justiça na tentativa de saírem impunes, fazendo valer seu poder e lugar de privilégio. As

¹⁶⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. 03/04/1869. Caixa 121.

¹⁶⁸ SILVA, Jacinto. *No Tempo da Escravidão: Experiências de Senhores e Escravos em Bragança Paulista*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. p.134-141.

ações dos abolicionistas maçons se irradiavam pelos municípios e cidades da província, mas, muitas vezes, as ameaças locais os faziam recuar.

Olimpio da Paixão envolveu-se em outros casos de liberdade de africano ilegalmente escravizado, como o da africana Leonor, que afirmava ter desembarcado no Brasil depois de 1831. No transcorrer do processo, o abolicionista, no entanto, decidiu abandonar o caso diante das constantes ameaças do suposto proprietário, que conhecia a fama do abolicionista nos tempos em que trabalhou ao lado de Luiz Gama¹⁶⁹. Além da aproximação de Paixão com o Partido Liberal, as ações de manumissão incomodavam a elite local. Em 1873, a casa do abolicionista foi alvejada. E as ameaças não pararam aí. A esposa do maçom recebeu um bilhete, deixado de baixo da porta, que trazia a seguinte informação: “quem avisa amigo é, saia de Atibaia senão você morre, e os liberais não lhe darão a vida”¹⁷⁰.

Os maçons abolicionistas que atuavam nos tribunais fora de São Paulo temiam por sua segurança. Desprovidos da proteção de suas redes maçônicas, recusavam a atuar como curadores e advogados dos cativos em ações de liberdade porque temiam sofrer intimidações por parte das autoridades locais que compreendiam essas práticas como uma afronta ao poder dos senhores de escravos locais¹⁷¹.

Em suma, para que as ações de liberdade fossem efetivadas era preciso mais do que a atuação de advogados e curadores. Era necessária uma ampla rede de apoio. E muitos abolicionistas que atuaram na cidade de São Paulo não encontraram fora dela¹⁷². Na capital Paulista, como destacou Elciene Azevedo, essa rede de proteção entre os abolicionistas foi bastante eficiente¹⁷³, ou seja, a presença da Loja América serviu de base de sustentação às ações abolicionistas.

A dedicação da Loja América e de seus integrantes nas ações de liberdade em São Paulo, com a criação de uma comissão específica dedicada a esse fim e que era constituída por uma ampla rede de apoio, não foi uma ação que se reproduziu da mesma forma em

¹⁶⁹ AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. 2007. Vol. 13. pp.123-143. p.135.

¹⁷⁰ AESP – Públicas Formas e Requerimentos de Atibaia. CO3842, ano 1873. Op.cit., AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão., op.cit., p.135.

¹⁷¹ AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. 2007. Vol. 13. pp.123-143. p.135.

¹⁷² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade.*, op.cit., p.152-153.

¹⁷³ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos.*, op.cit., p. 194.

outras lojas maçônicas. A Loja Amizade se aproximou da América ao criar uma sociedade emancipacionista, a Fraternização, em 1870¹⁷⁴, mas suas ações se encerraram aí. Já a Sete de Setembro criou uma loja de adoção¹⁷⁵, em 1877, composta por mulheres, em sua maioria, esposas, filhas e Irmãs de maçons. Ela encarregou-se de alforriar cativos¹⁷⁶. A Loja América, embora tenha dado grande contribuição com suas atividades filantrópicas pela cidade, beneficiando inclusive cativos de outras cidades e municípios, não chegou a criar uma loja de adoção, mas foi responsável pela fundação da sociedade emancipacionista Redemptora, em 1869, frequentada apenas por mulheres.

Há notícias de que essa sociedade no seu primeiro ano tenha alcançado o número de 113 matriculadas¹⁷⁷, o que pareceu ser uma iniciativa muito celebrada: “a primeira reunião foi um verdadeiro acontecimento social, com direito a discursos, banda de música e salas devidamente adornadas”¹⁷⁸.

Outros projetos importantes foram desenvolvidos pela Loja América, como o financiamento de escolas públicas e a criação de uma biblioteca. O estímulo à instrução gratuita foi tão importante para a Loja América quanto o tema da emancipação escrava. Na verdade, os projetos eram complementares, pois havia o interesse de que os libertos frequentassem a escola. Conforme os integrantes da Loja, “os libertados pela oficina são protegidos por ela (...) e são convidados a matricularem-se nas escolas e frequentá-las”¹⁷⁹.

A Loja América parecia ter dado maior relevo e visibilidade às ações filantrópicas que as demais, haja vista que tornou pública suas iniciativas emancipacionistas. Práticas, devidamente alinhadas as práticas filantrópicas propostas pela obediência de Saldanha Marinho. De acordo com Marco Morel, a filantropia maçônica instaurou um sentido

¹⁷⁴ Correio Paulistano, 10 de abril de 1870.

¹⁷⁵ As primeiras Lojas de adoção surgiram na França em 1772 e permitiam o ingresso de mulheres. ver: CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico.*, op.cit., p.252.

¹⁷⁶ A Loja de Adoção Sete de Setembro funcionou no mesmo endereço da Loja Sete de Setembro, na rua Riachuelo. Não encontramos muitos registros sobre as integrantes da Loja de adoção, sabemos apenas que ela foi a primeira e a única a funcionar na cidade de São Paulo no período. Em 1885, o nome das mulheres que compunham a diretoria da Loja foi publicado no Almanaque da Província de São Paulo de 1885. Grã-mestre: D. Francisca Carolina de Carvalho; Inspetora: D. Carlota da Rocha Lima; Depositara: Maria do Carmo de Andrade; Oradora: D. Constantina de Oliveira Campos; Thesoureira D. Henriqueta de Cerqueira Lima.

¹⁷⁷ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha.*, op.cit., p.97.

¹⁷⁸ Idem., p.97.

¹⁷⁹ Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

próprio de caridade que se distanciava da prática caritativa católica, indo muito além da ação de ofertar donativos aos necessitados. Conforme o autor:

(...) a filantropia constitui-se num dos mais possantes motores do movimento associativo no século XIX (...) A filantropia é distinta tanto da tradicional prática da caridade cristã quanto da fraternidade revolucionária. Tocada pelo espírito das Luzes, a filantropia era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era forma de expansão da civilização ocidental e, ao mesmo tempo, um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientelares¹⁸⁰.

Uma associação, segundo Morel, poderia “cumprir simultaneamente várias funções”¹⁸¹, atuando como organização “filantrópica, econômica, pedagógica, corporativa, política e cultural”¹⁸². A maçonaria poderia desempenhar vários papéis. Algumas lojas, no entanto, optaram por deixar em segundo plano as grandes questões sociais, embora existissem personagens genuinamente dedicados e comprometidos a extinguir a escravidão como Luiz Gama, Albino Soares Bairão e Olimpio da Paixão. Para muitos maçons, o sentido filantrópico limitava-se à ajuda mútua proporcionada a outros Irmãos que frequentavam a loja ou no oferecimento, eventual, de esmolas para pobres e escravizados.

A filantropia maçônica era parte integrante da tradição desse grupo. Todas as lojas possuíam um fundo de solidariedade, denominado tronco beneficente¹⁸³. O auxílio não se estendia apenas aos membros da loja. Nas atas da América, por exemplo, há registros de pedidos de ajuda, solicitado por membros de lojas de outras cidades e províncias. Nesta pesquisa, notou-se que cerca de 25 lojas enviaram pranchas¹⁸⁴ à América, com o intuito de solicitar algum tipo de auxílio, que iam desde assistência às viúvas e filhos de maçons, até Irmãos doentes, em situação de fragilidade financeira, que solicitavam proteção, bem como indicação a cargos públicos¹⁸⁵. Como se vê, a Loja América exerceu forte influência sobre

¹⁸⁰ MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da 1ª metade do século XIX. *Estudos Históricos*, op.cit., p. 6.

¹⁸¹ Idem., p.5.

¹⁸² Idem. p.6.

¹⁸³ O objetivo do fundo era reunir recursos e oferecê-los aos irmãos, familiares, amigos e em algumas circunstâncias escravizados. Ver: CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. op.cit., p.396.

¹⁸⁴ Na terminologia maçônica o termo Prancha é o nome utilizado para designar as correspondências que eram trocadas entre as lojas coirmãs, bem como, com o Grande Oriente. Ver: CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. op.cit. p. 38.

¹⁸⁵ Amizade (SP); Sete de Setembro (SP); Humildade (SP); Firmeza e Humanidade (PA); Amparo e Virtude (MG); Triunfo do Barão (RS), Humanidade (SP), Mossoró (RN), Cruzeiro do Sul de Uruguayana; Atalaia do

as demais, demonstrando possuir amplos recursos. O mesmo não se reproduziu na Loja Piratininga que influenciou por volta de dez lojas¹⁸⁶.

Em 23 de outubro de 1874, a Loja Caridade III pedia que a Loja América “pelos meios de seu alcance favorecesse João Manoel de Carneiro Bastos para o cargo de delegado de polícia daquela cidade”¹⁸⁷. A Caridade III pedia ainda apoio para que o Irmão Antonio Joaquim de Azevedo do Amaral conseguisse ser nomeado definitivamente para o cargo de escrivão de Órfãos da Villa de Paranapanema. Na ocasião esse irmão exercia a função de escrivão interino¹⁸⁸. Em 20 de outubro de 1878, a Loja Perseverança III solicitava por prancha que a Loja América oferecesse um auxílio de 25 mil réis ao Irmão Pedro Felislino Roiz; como o tronco beneficente estivesse esgotado, a loja doou o valor de 20 mil réis.

Até mesmo indivíduos não ligados à maçonaria poderiam ser contemplados pelo tronco beneficente. A Loja Piratininga também ofereceu donativos de seu tronco, em 1855: doou 10 mil réis à senhora Joaquina Maria, moradora da Rua da Palha; 5 mil réis à senhora Theresa Maria Domiciliana, que residia na rua da Cadeia; e 10 mil réis à viúva de Constantino José Pereira.¹⁸⁹ As pranchas com pedidos de auxílio circulavam não apenas entre as lojas maçônicas. Elas também eram enviadas ao Grande Oriente aos quais as lojas estavam ligadas. Joaquim Saldanha Marinho autorizou, em 1876, que a tesouraria do Grande Oriente do Brasil, do vale dos Beneditinos, saísse em socorro de um Irmão, da Loja América, cuja identidade não foi revelada, concedendo-lhe o valor de 50 mil réis¹⁹⁰.

O tronco beneficente era abastecido costumeiramente com donativos ofertados pelos próprios membros após o encerramento de todas as sessões. O valor dos donativos

Norte (MG), Caridade III; União Constante (RS); União e Segredo (BA); Amor e Virtude (SP); Amor e Caridade de Ribeirão Preto (SP); Santa Victoria do Palmar (RS); União e Progresso (ES); Estrela do Sul (?); União da Verdade (MG); Fraternidade e Progresso (PE); Esperança (SP); Caridade e União (?); Bragança (SP); Philotimia (PE).

¹⁸⁶ (Fidelidade (?); Humildade (SP); Fraternidade (SP)). Com o desaparecimento do Oriente do Brasil, do vale dos Beneditinos, em 1883, as Lojas maçônicas América, Amizade e Sete de Setembro voltariam a se comunicarem com a Loja Piratininga.

¹⁸⁷ Ata da Loja América. 23 de outubro de 1874.

¹⁸⁸ Ata da Loja América. 23 de outubro de 1874.

¹⁸⁹ Ata da Loja América. 8 de agosto de 1855.

¹⁹⁰ Boletim do Oriente Unido Supremo Conselho. nº 6. Ano 3. Fevereiro. p.24.

depositados não tinha destino certo. Ora dispunha-se à viúva de um maçom e seus herdeiros, ora era oferecido a um mendigo, ou, ainda, era destinado aos escravizados.

Esses valores oscilavam, pois dependiam do número de maçons que participavam das sessões¹⁹¹. As doações eram livres e cada Irmão poderia oferecer o valor que desejasse. Muitos, no entanto, se esquivavam da contribuição. Na Loja Piratininga, havia aqueles que tentavam escapar, assinando o livro de presença pouco antes do encerramento da sessão¹⁹².

2.2 Escravos ao templo: uma busca pela liberdade

As notícias de emancipação estampadas nos jornais, embora tivessem o propósito de propagar uma imagem positiva da maçonaria perante a opinião pública, atingindo emancipacionistas, abolicionistas ou simpatizantes da causa, acabaram repercutindo também entre os escravizados, de forma indireta. Provavelmente, os cativos desconheciam as intenções e as motivações filantrópicas por trás das práticas emancipacionistas dos maçons, no entanto, capturaram a ideia de que naqueles templos teriam alguma chance de obter algum recurso ou auxílio para fins pecuniários.

A prática maçônica de conceder recursos aos escravizados parecia descolar-se da agenda emancipacionista e vincular-se muito mais a um costume maçônico de ofertar recursos aos cativos, especialmente em datas celebrativas. Tratava-se, na verdade, de uma prática comum a todas as lojas, independentemente, da obediência à qual estivessem vinculadas. A Loja Piratininga, por exemplo, não se manifestou publicamente sobre o tema da emancipação. Toda a discussão sobre o tema estabeleceu-se internamente entre os Irmãos, muito diferente da América, que possuía uma comissão dedicada a essa questão e da qual tomaram parte Luiz Gama, Américo de Campos e Ferreira de Menezes. As ações realizadas pela Loja América ganharam ampla visibilidade na cidade e no Grande Oriente do Unido, do vale dos Beneditinos, ao qual esteve vinculada até dezembro de 1882. As manumissões conquistadas pelos irmãos da loja eram reproduzidos no *Correio Paulistano*.

Os cativos moradores dos centros urbanos tinham o domínio efetivo do espaço urbano. A circulação não era apenas física. Esses homens e mulheres viviam no espaço público, efetivamente, conheciam a dinâmica social, tinham acesso às notícias publicadas

¹⁹¹ Em 13 de dezembro de 1874, a Loja América recolheu o valor de 2. 300 mil réis. Na sessão de 28 de janeiro de 1875 o tronco beneficente arrecadou 17 mil duzentos e quarenta réis. Em 15 de abril de 1875, a contribuição atingiu o montante de 200 mil réis.

¹⁹² Ata da Loja Piratininga. 5 de setembro de 1851.

nos jornais de modo indireto, sobretudo por meio dos burburinhos que circulavam no boca a boca, visto que a maioria dos escravizados não era letrada. Os estabelecimentos comerciais eram importantes espaços de sociabilidade onde personagens de diferentes origens sociais estudantes da Faculdade de Direito, advogados, funcionários públicos, comerciantes, africanos livres, libertos e até escravos se encontravam para conversar e interar-se das notícias¹⁹³. De lá, as informações corriam para as ruas, misturando-se entre quitandeiras (livres e escravizadas), cocheiros, libertos, escravos de ganho e de aluguel.

As notícias circulavam no âmbito formal e informal e eram interpretadas por todos de maneiras distintas. Não foi apenas a Loja América, com seus artigos e notas, que contribuiu significativamente para alimentar o imaginário dos escravizados a respeito da possibilidade de conquistarem algum recurso nos templos maçônicos. Em 10 de abril de 1870, o *Correio Paulistano* informava a criação da sociedade Fraternização, organismo patrocinado pela Loja Amizade, que se dedicaria a libertar escravizados¹⁹⁴. O mesmo jornal anunciou, meses depois, que a Loja América havia, em sessão magna, ortogado, no segundo aniversário de sua fundação, vinte cartas de alforrias¹⁹⁵. Em 1871, a Loja América publicou a concessão de auxílio para libertandos no valor de 2 mil réis. Notícias como essas, seguramente, atraíram outros escravizados para as portas dos templos maçônicos.

Certamente a mobilidade física desfrutada pelos escravizados que viviam nos centros urbanos favorecia iniciativas dessa natureza. Nas cidades, prevaleceu a pequena posse do escravo atrelada à modalidade da escravidão de ganho e de aluguel. A prática de alugar escravos, embora fosse comum no campo e na cidade, difundiu-se com força no espaço urbano¹⁹⁶. O escravo de ganho e de aluguel era empregado nas atividades de serviços, comércio e pequena agricultura¹⁹⁷. Atividades como essas demandavam a locomoção do cativo pelos arredores da cidade.

Vale ressaltar que a população cativa na cidade de São Paulo era reduzida e diminuiu significativamente nos anos finais da escravidão. Conforme Maria Odila Leite da Silva Dias, o número de cativos não ultrapassava a marca de 30% da população em 1836, e

¹⁹³ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁹⁴ *Correio Paulistano*, 10 de abril de 1870.

¹⁹⁵ *Correio Paulistano*, 10 de novembro de 1871.

¹⁹⁶ DIAS, Maria Odila Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.*, op.cit. p. 96.

¹⁹⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez, *Sonhos africanos, vivências ladinhas*. op.cit., p. 115.

foi reduzindo cada vez mais com o passar do tempo. Em 1874, o contingente de cativos caiu ainda mais, correspondendo a 16%. Essa permaneceu, Santa Efigênia e Consolação reuniram o total de 2.722 escravos. Essa primeira era a mais antiga e mais urbanizada freguesia e onde se concentrou quase metade dos escravizados (49,8%)¹⁹⁸. Em 1886, às vésperas da abolição, o número de cativos chegou a 493¹⁹⁹.

Nos pontos mais urbanizados da cidade, onde circulavam os escravizados, era também o local onde estavam concentradas as lojas maçônicas (ver Mapa 2.1). A Loja Amizade (nº 60), mais antiga da cidade, estava mais distante do centro urbano da capital, localizada na Rua Tabatinguera, à esquerda da Rua do Trem e à direita da Rua das Flores. A Loja América (nº 61) estava situada no Largo do Riachuelo, à esquerda da Ladeira do Meio e à direita da Rua São José. A quarta loja maçônica, a Sete de Setembro (nº 62), também estava localizava no Largo do Riachuelo.

As Lojas América e Sete de Setembro eram praticamente vizinhas, como se vê na ilustração 2.1. Situada mais ao norte do mapa, a Loja Piratininga (nº63) fixou-se na Rua São José, atravessada pela Ladeira de São João. Nas costas da loja emergia a Rua Anhangabaú, que cortava a Loja América, localizada mais ao sul. Os templos maçônicos estavam concentrados na região central da cidade, ao alcance dos escravizados que circulavam na região.

Na cidade de São Paulo, a pobreza delineou um modelo de escravidão urbana precária e reduzida, marcada pela coexistência do trabalho livre e cativo. Embora a região central da cidade apresentasse característica semirrural, distinguindo-se de grandes centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro que reuniam população escrava expressiva na capital paulista a população cativa também se concentrou no setor de comércio e serviços.

As formas urbanas de viver dos escravizados propiciariam a muitos cativos a autonomia necessária para se lançarem na busca pela liberdade. A circulação nesse espaço garantia a eles a possibilidade de “reconstruírem laços primários, para além do espaço doméstico, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência, que permitia a sua sobrevivência e devolvia às suas vidas a dimensão social arrebatada pelo tráfico” .

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005, p.99. op.cit. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, S.Paulo, Tipografia King, 1888, p.54.

¹⁹⁹ Idem., p.54.

Mapa 2.1 Localização das lojas maçônicas na cidade de São Paulo.

Fonte: Planta das ruas da capital da província de São Paulo, ano 1877. Arquivo municipal de São Paulo.

O acordo firmado entre senhor e cativo normalmente isentava o proprietário de subsidiar a alimentação e a moradia do escravizado, que deveria reunir o jornal do dia ou da semana e entregar ao senhor²⁰⁰. Conforme Maria Odila Dias, em São Paulo, “cerca de 15% dos escravos moravam independentes dos senhores”²⁰¹. A autonomia proporcionada assegurava a eles a possibilidade de amearhar recursos para uma futura obtenção de carta de alforria.

O Boletim do Grande Oriente Unido e do Grande Oriente do Brasil registraram inúmeros casos de escravizados que procuraram os templos maçônicos em busca de recursos. Em 1871, a folha maçônica *O vigilante*, vinculada ao Grande Oriente do Brasil, publicou:

Enviando junto a carta de liberdade para ser entregue ao libertado n’aquele acto. Não se achando presente o libertado, por estar enfermo ligeiramente, foi entregue a carta de liberdade ao Ir:. Cunha, filho do libertado de Gaudencio, sendo-lhe agradecida a parte que tomou naquella acto de seu honrado pai. Por ocasião, uma escrava pediu permissão para apresentar uma petição ao Ir:. Gr:. Mest:., o que concedido, entrou a dita escrava no templ: e apresentou um memorial em que pedia ser socorrido com o que faltava para sua liberdade, o Ir:. Gr:. Mest:. mandou deixar este memorial para o Supr:. Cons:. tomar conhecimento d’elle, e tratar da liberdade da peticionaria, a quem foi entregue a autorização dada por seu senhor, para tratar da sua libertação (...)²⁰².

O Boletim do Grande Oriente Unido, folha produzida pelo Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos, também noticiou que “circulou o tronco de beneficência em favor de uma libertanda, que se achava a porta do templo, produzindo uma boa quota que lhe foi entregue”²⁰³. Notícias como essas foram fortemente difundidas na imprensa,

²⁰⁰ Os diversos aspectos da escravidão urbana foi largamente explorado pela historiografia dedicada ao tema ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbano no Rio de Janeiro 1808-1821*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1983; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1), p.211-21, jan./abr. 1983. DIAS, Maria Odila L. da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15, 1985, p. 89-109.; REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 18, jun.jul.ago/1993. P. 7-29. MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.; WISENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998. BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

²⁰¹ DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. op.cit., p. 125.

²⁰² *O vigilante*, 24 de setembro de 1871.

²⁰³ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Jornal oficial da maçonaria brasileira. 2º ano. nº7-9, julho a setembro, 1873. P. 677.

principalmente, na década de 1870. Essas informações não eram destacadas nos jornais comuns, somente nos periódicos maçônicos é que foi possível encontrar comunicados dessa natureza.

O *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, do vale do Lavradio, publicou a notícia de que, após conceder cinco cartas de alforrias a escravizadas, o venerável da Loja Regeneração de Recife dirigiu-se a uma das libertas dizendo:

Sabes tu quem te dá neste momento a tua liberdade? É a Maç.: e não os jesuítas, é a Maç.:, sociedade que os intrigantes e malevolos dizem conspirar contra o bem, contra a ordem e contra a religião, que é inimiga do homem e de Deus, etc”²⁰⁴.

Mensagens como essas, dirigidas aos cativos, repercutiam rapidamente e se espalhavam entre os escravizados. A liberdade nesse processo não era uma iniciativa apenas definida pela iniciativa dos Irmãos, mas também dos cativos, que seguiam em direção aos templos. De acordo com a documentação analisada, os escravizados procuravam pelos templos constantemente e, durante as celebrações maçônicas, as investidas dos cativos eram ainda maiores²⁰⁵.

As festividades, portanto, não passaram despercebidas pelos escravizados, visto que reuniam uma quantidade expressiva de pessoas. Nas festas de inauguração dos novos templos, por exemplo, era comum que maçons de outras lojas participassem da cerimônia. Como ilustração, é válido destacar a inauguração do novo templo da Loja Amizade, realizada em 4 de janeiro de 1873, à rua Tabatinguera, que chegou a reunir cerca de 400 Irmãos²⁰⁶, movimentação que certamente não foi ignorada pelos escravos²⁰⁷.

Durante as celebrações de inauguração e de aniversário de fundação das lojas maçônicas; nas iniciações; nas sessões magnas de posse da nova administração da loja; nas

²⁰⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, jornal oficial da maçonaria brasileira, nº8, 1 ano, julho, 1872. p.317.

²⁰⁵ Cada loja maçônica possuía seu próprio calendário de festividades. A rigor, toda a celebração de iniciação constituía uma festividade, pois depois do encerramento das atividades, a Loja reunia os irmãos em banquete. Na Maçonaria Filosófica, outras festividades são programadas, como a data de aniversário da fundação do Supremo Conselho a que está filiada e as das cerimônias de investidura das novas administrações. ver: CAMINO, Rizado de. *Dicionário maçônico*., op.cit., p. 175.

²⁰⁶ MARTINS, Antonio Egídio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*., op.cit., p.297.

²⁰⁷ As celebrações maçônicas eram marcadas pela presença de bandas, orquestras, recitais de piano regados a grandes banquetes, com a presença de maçons de diversas Lojas. Os festejos eram organizados pelas senhoras, esposas, irmãs e filhas de maçons. Ver *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Jornal Oficial da maçonaria brasileira. nº10 a 12. Outubro a dezembro. 1873. p. 840.

regularizações; nos aniversários dos irmãos; e até mesmo nas celebrações fúnebres, costumeiramente as lojas maçônicas concediam cartas de alforria ou ofereciam algum valor em dinheiro aos escravizados que apareciam nas portas dos templos. Esses cativos, contudo, muitas vezes tinham que disputar os recursos com os cativos de propriedade de maçons da loja. Richard Graham, analisando a memória de um viajante, menciona o relato de uma escravizada que teria caminhado em direção à porta de um templo, implorando por alguma esmola, justamente na ocasião em que um grupo de maçons enterrava um dos seus irmãos, numa cerimônia assistida por “muitos da mais elevada posição social”²⁰⁸. A cativa, estrategicamente, aproveitou-se da situação de fragilidade e comoção coletiva dos Irmãos presentes na ocasião, apelando aos sentimentos daqueles homens para obter algum benefício.

Assim, a costumeira prática maçônica de conceder cartas de alforrias em datas festivas fez com que muitos cativos ficassem atentos à rotina e à movimentação ao redor dos templos. As obediências maçônicas seguiam sempre o mesmo ritual de alforriamento. Bernardino Pamplona Menezes, em correspondência, afirmava ter sido convidado por Joaquim Saldanha Marinho para assistir a uma sessão do Grande Oriente dos Beneditinos, no qual seriam libertados 16 escravos²⁰⁹.

Embora a imprensa tenha noticiado inúmeras concessões de cartas de alforrias praticadas pela Loja América, não há muitos registros dessas doações em ata. Os poucos documentos encontrados nesta pesquisa, por exemplo, apontam o período em que Luiz Gama ocupou o cargo de venerável, com exceção do pedido realizado em 23 de setembro de 1874, que foi pessoalmente solicitado pelo próprio Luiz Gama, quando ocupava o cargo de segundo vigilante. Na ocasião, o abolicionista solicitou em sessão “esmola de vinte mil réis, a favor da liberdade de Umbelina, escrava da herança de Alexandrina G. de Carvalho”²¹⁰. Em 1876, a Loja América aprovou em sessão o pedido de auxílio para alforriar duas escravas. A aprovação aconteceu no ano em que Luiz Gama ocupou pela primeira vez o cargo de venerável²¹¹. Somente dois anos depois, foi possível identificar

²⁰⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.45.

²⁰⁹ Casa Rui Barbosa, Correspondências, 953/ 1(4).

²¹⁰ Ata da Loja América 23/09/1874.

²¹¹ Ata da Loja América 06/07/1876.

uma nova doação de pecúlio, no valor de 5 mil réis, registrada nas atas da Loja América. Após a morte de Luiz Gama nenhum outro pedido de pecúlio foi registrado.

Já na Loja Piratininga, o único pedido de pecúlio solicitado por um escravizado estava depositado na pasta classificada como “documentos avulsos”. Nela consta o pedido feito pelo próprio cativo de nome Benedicto que bateu na porta do templo em 26 de maio de 1880.

O escravo Benedicto, pertencente a D. Francisca de Moraes Pinto, pede uma esmola em benefício de sua liberdade a Loja Capitular Piratininga. A comissão de finanças é de parecer que se lhe de 10\$000. Feita em Loj.: aos 26 de maio de 1880. José Manuel Rodrigues, Augusto Lisboa de Aguiar. Grau 18:.. Candido Roberto Segurato. Grau 30:.²¹²

O valor concedido em benefício de Benedicto pode não ter sido suficiente para cobrir a sua carta de liberdade, mas era o bastante para alimentar as suas esperanças de obtenção de liberdade, sobretudo, num período em que “os preços dos escravos caíam acentuadamente desde o início dos anos 1880”²¹³.

A procura pelos templos maçônicos por escravizados ocorreu de forma sistemática e se reproduziu em lojas maçônicas de diversas partes do país. O jornal *Diário da Bahia* chegou a publicar a seguinte nota: “apareceu o escravo Manuel, cabra, à porta do edifício, pedindo que alguém se interessasse por sua liberdade”²¹⁴. A reportagem relata que os maçons presentes na loja soteropolitana teriam contribuído com o pecúlio do cativo em questão “depositando em mãos do venerável para ser-lhe entregue oportunamente”²¹⁵. No Pará, notícias como essa também circulou na imprensa. *O Pelicano*, de Belém, fundado em 24 de junho de 1872, pela Loja maçônica Harmonia, publicou, em 1878, que “uma pobre

²¹² Pasta de Documentos avulsos da Loja Piratininga (1879-1888). Arquivo Particular da Loja Piratininga.

²¹³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. op.cit., p.167. Vale ressaltar que a partir de 1880, a desarticulação do sistema escravista generalizava-se e era sentida no campo e nas ruas do centro urbano paulista. A cidade de São Paulo havia se transformado em lugar de passagem para muitos escravizados fugidos das fazendas próximas a capital da província. As rotas de fugas dos escravizados variavam, alguns cativos seguiram em direção a outros municípios menores. A cidade de São Paulo poderia ser apenas lugar de passagem para aqueles que seguiam para o quilombo do Jabaquara, muito embora, como destacou Alexandre Otsuka, não há muitos registros relativos ao número de escravizados que seguiram com destino a cidade de Santos.

²¹⁴ Jornal da Bahia Op.cit. MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará (1870-1888)*. São Paulo: Madras, 2012, p.75.

²¹⁵ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará*, op.cit., p.80.

escrava, a quem faltava cerca de 200 mil réis para completar o valor porque seus senhores estimaram sua liberdade bateu a porta do templo”²¹⁶.

A suposta falta de critérios e preferências à concessão de cartas de alforria, certamente, estimulou escravos e escravas, jovens e adultos e até os de idade avançada, a procurarem os templos maçônicos. As crianças também eram alforriadas nas datas celebrativas e, em geral, eram filhos das escravizadas que pertenciam aos próprios maçons. Essa população, então, passou a identificar o templo maçônico como um espaço no qual podia depositar suas esperanças de libertação e, por esse motivo, procurava pela organização²¹⁷. Essa prática se popularizou ainda mais muito depois de 1871, quando se tornou um direito do escravizado acumular pecúlio²¹⁸.

Manuela Carneiro da Cunha afirma que, o ato de alforriar escravizados em datas festivas era uma prática costumeira na sociedade escravista, mas que, antes de 1871, dependia exclusivamente da vontade do senhor, uma vez que o escravizado não tinha direito de acumular pecúlio²¹⁹. “Apenas com a lei, em 1871, a liberdade configurou-se como conquista legal do escravo, quando o proprietário deixou de ser o único que podia decidir pela carta de alforria”²²⁰.

Os escravizados logo incorporaram a cultura da alforria legal e, assim, construíram suas próprias estratégias e táticas mediante as possibilidades que se apresentaram, depois de 1871. Sidney Chalhou, em seu estudo *Visões da Liberdade*, investigou o sentido de liberdade forjado pelos escravizados, bem como as estratégias e as resistências utilizadas pelos mesmos para alcançá-la. Um dos aspectos salientados em sua pesquisa é o protagonismo exercido pelos cativos sobre seus destinos, características que apareciam explicitamente nas ações dos escravizados que procuravam os templos maçônicos²²¹. Conforme Chalhou, o escravo “vive sobre si, através de determinadas estratégias e nas

²¹⁶ O jornal Pelicano op.cit MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *A Maçonaria e a campanha abolicionista*. op.cit., p.65.

²¹⁷ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Jornal oficial da maçonaria brasileira. 2º ano. nº7-9, julho a setembro, 1873. p. 677.

²¹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, abril, 1983.

²¹⁹ Idem.,

²²⁰ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*., op.cit., p.148.

²²¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*., op.cit., p. 252.

táticas desenhadas no cotidiano encontra espaço para reivindicar e resistir à dominação”²²², “a violência da escravidão não transformava os negros em seres incapazes de ação autônoma”²²³. Segundo a documentação, os cativos compreendiam que o templo maçônico poderia ser também um espaço de resistência. Adotando suas próprias estratégias em sua busca pela liberdade, eles construíram em torno de si uma ampla rede de solidariedade que envolvia parentes, conhecidos, organizações emancipacionistas e até mesmo os templos maçônicos.

Antes da Lei de 1871, a forma como os escravizados procuravam os templos maçônicos era com menor autonomia. Em sessão ocorrida em 15 de abril de 1853, foi o Irmão Vianna quem pediu “a palavra, e pediu a loja uma quantia, ainda que fosse módica para a liberdade de um individuo, e que se a loja não pudesse, pedia para que cada irmão em particular concorresse com uma quantia”²²⁴. Nesse período, o escravizado não tinha o direito de acumular pecúlio e sua liberdade dependia exclusivamente da vontade do senhor. Com a aprovação da Lei nº 2040, os escravizados ganharam autonomia e puderam movimentar redes de solidariedade mais eficientes; o artigo 2º do parágrafo 4º da Lei de 1871 dizia que “o escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria”²²⁵.

Se, por um lado, a iniciativa dos cativos de baterem à porta do templo reforça a ideia amplamente discutida pela historiografia da abolição a respeito de seu protagonismo na luta cotidiana contra a escravidão²²⁶, por outro, revela o desejo dos Irmãos das lojas maçônicas de se verem vinculados ao tema da emancipação escrava. Vale ressaltar, contudo, que as notas e os artigos tratando da concessão de alforrias se tornaram escassos com o avanço da década de 1880.

Alguns fatores colaboraram para essa nova cena: o aumento das fugas em massa de escravos, (que cresciam ano a ano), e a mudança de comportamento de muitos escravistas que passaram a conceder carta de alforria a seus cativos na tentativa de forjarem novas

²²² Idem., p. 41.

²²³ Ibidem., p.42.

²²⁴ Ata Loja Piratininga 05 de outubro de 1853.

²²⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, (1850-1888)*, op.cit., p.55.

²²⁶ MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, op.cit., ;Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, op.cit., ; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, op.cit.,

relações de dependência. Conforme Enidelce Bertin, essa modalidade de alforria cresceu significativamente nos últimos anos de vigência da escravidão em São Paulo²²⁷.

2.3. O tema da emancipação nos bastidores da maçonaria

Embora as lojas maçônicas concedessem cartas de alforrias e doassem recursos pecuniários aos escravizados, internamente o que se observou nesta pesquisa foi um movimento de resistência que buscava a manutenção da escravidão. O comprometimento maçônico com a causa abolicionista não encontrou unanimidade no interior das lojas, principalmente, porque uma parcela dos maçons era composta por senhores de escravos e por membros que possuíam algum vínculo com setores agrários e que resistiam a qualquer tomada de decisão que implicasse a extinção da escravidão. A Loja Piratininga, no ano de sua fundação, em 1850, determinou a proibição da iniciação de indivíduos que comercializassem escravizados, mas só às vésperas da escravidão, em 1887, debateu a posse de cativos entre os Irmãos. Na Loja América o decreto contra o ingresso de indivíduos que comercializavam escravizados só foi proibido em 1875 e, nenhuma discussão sobre a posse de escravos entre Irmãos foi registrada em ata.

Na Loja América, o grupo formado por maçons abolicionistas, entraria em conflito com a ala maçônica ligada ao universo agrário e, portanto, com maior interesse na manutenção do sistema escravista, especialmente nos anos em que a América envolveu-se com a articulação da criação do Partido Republicano Paulista.

Embora não se tenha encontrado nenhuma menção na documentação da Loja América sobre uma agenda de atividades efetivamente republicana, parte significativa dos maçons era declaradamente republicana: Luiz Gama, Américo de Campos, José Ferreira de Menezes, Américo Brasiliense, Olímpio da Paixão, entre outros. Muitos deles participaram ativamente da criação do Partido Republicano, na província de São Paulo. Conforme Alexandre Barata, o círculo dos Beneditinos “defendia uma atuação mais vigorosa e política da maçonaria” enquanto “o círculo do Lavradio assumiu uma posição regalista e monarquista”²²⁸.

A obediência comandada por Joaquim Saldanha Marinho havia cumprido o papel de difundir as ideias republicanas. Em meio a esses debates formaram-se dois grupos

²²⁷ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*. op.cit., p.148.

²²⁸ BARATA, Alexandre Mansur. *Os maçons e o movimento republicano (1870-1970)*. op.cit..

antagônicos: de um lado, os maçons republicanos abolicionistas e, do outro, os republicanos escravistas. De acordo com José Maria dos Santos, o primeiro grupo, formado por Luiz Gama, Bernardino de Campos e Américo de Campos, pretendia incluir na agenda do novo partido a pauta abolicionista. Já o segundo, encabeçado pelo maçom Américo Brasiliense, era contrário ao tema da abolição dentro da agenda republicana, haja vista que alguns maçons eram fazendeiros do Oeste Paulista e representavam o número mais expressivo de integrantes do partido.

A inclusão da abolição como pauta política poderia afugentar os republicanos escravocratas que possuíam alta representatividade no partido²²⁹. Conforme destacou Barata, a “adesão de fazendeiros paulistas à causa republicana transformou o movimento em uma força política expressiva”²³⁰.

Marcadamente, a propaganda republicana ganhou adesão, sobretudo entre as províncias do centro-sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), ligadas especialmente, ao setor cafeeiro em expansão, grupo insatisfeito com o governo monarquista e que tinha ligação direta e indireta com a escravidão. Por essa razão, o tema da abolição foi excluído da pauta do novo partido. Havia prevalecido o desejo do grupo liderado por Américo Brasiliense que era contrário à inclusão da pauta abolicionista como forma de atrair mais fazendeiros paulistas para o partido.

Os clubes e as lojas maçônicas foram mais que difusores das ideias republicanas, esses espaços reuniram os principais nomes de articuladores do Partido Republicano Paulista que estiveram presentes na Convenção de Itu. As Lojas maçônicas Perseverança 3º, de Sorocaba, e as Lojas Amizade e América, de São Paulo, enviaram seus representantes²³¹.

A Convenção de Itu limitou-se a criar uma representatividade para o próximo evento republicano previsto para acontecer na capital paulista. Em 1872, um ano antes da realização do encontro, o grupo formado pelos republicanos abolicionistas protestou contra a decisão de excluir o tema da abolição da agenda republicana. Luiz Gama esteve entre os republicanos maçons que boicotaram a Convenção de Itu, em 1873²³². A formação do PRP

²²⁹ Conforme Santos, o Partido Republicano estava dividido entre republicanos abolicionistas e republicanos escravocratas. Ver: SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

²³⁰ BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1970). op.cit., p.136.

²³¹ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo*. op.cit.,

²³² AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. op.cit., p.153.

evidenciaria as discordâncias de pensamento entre os membros da Loja América. A articulação do partido republicano com a ampla participação de maçons da América teria, de algum modo, causado mal estar entre os Irmãos dos dois grupos no que dizia respeito ao tema da abolição.

As diferenças ideológicas entre os maçons eram comuns a todas as lojas. Na Piratininga, por exemplo, as divergências de opinião sobre o encaminhamento da abolição parecia ser o principal ponto de discórdia. Às vésperas da abolição, em 31 de agosto de 1887, correu em sessão da loja um parecer proibindo a iniciação de novos membros possuidores de escravos. O documento previa ainda que os maçons proprietários de escravos usufruíssem por mais algum tempo dos serviços de seus cativos, estabelecendo a sua libertação somente a 6 de janeiro de 1889, data que, não por acaso, correspondia ao aniversário do então venerável Joaquim Ignácio Ramalho²³³. O ano de 1889 também havia sido escolhido como ano limite para a extinção da escravidão por diversos parlamentares “por coincidir com o centenário da *Declaração dos Direitos do Homem*”²³⁴.

Na Câmara, o intervalo de tempo que separava a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, e a Lei do Sexagenário, sancionada em 1885, reforçava o desejo dos escravocratas de estender ao máximo possível a instituição escravista. Somente em junho de 1884, o Imperador decidiu conceber um ministério reformista a fim de retomar o debate sobre a sanção de uma nova lei emancipacionista. Para chefiar o novo ministério, o imperador convocou o Senador Manoel Dantas. A iniciativa do imperador acontecia num contexto em que a escravidão estava moralmente desacreditada e socialmente condenada por amplos setores sociais envolvidos, direta ou indiretamente nos movimentos abolicionistas que começavam a se intensificar²³⁵.

A retomada do debate emancipacionista no Parlamento ocorreu sob pressão austera de organizações escravocratas e com a assembleia dividida. Muitos agricultores do centro-sul reagiram negativamente ao Projeto Dantas, uma vez que nesse contexto o preço dos cativos caíra e o valor das fazendas também. Os agricultores reagiram à desvalorização de suas propriedades e muitos atribuíram suas perdas à ação dos abolicionistas que haviam obtido uma importante conquista ao assegurarem o fim da escravidão no Ceará. Os

²³³ Ata da Loja Piratininga. 6 de Janeiro de 1887.

²³⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Etiópe resgatado: abolicionismo e suas conexões internacionais*. São Paulo: Annablume, 2016. p. 272.

²³⁵ MACHADO, Maria Helena T. P. *O plano e o pânico*. op.cit.,

fazendeiros das províncias do café, antes mesmo da subida de Dantas à chefia do ministério, exigiram que a Assembleia Geral adotasse medidas repressivas contra os excessos abolicionistas e ainda defendiam a inclusão de uma legislação que obrigasse os antigos cativos a trabalharem. Diversas denúncias contra as ações mais radicais de abolicionistas foram feitas na Assembleia²³⁶.

Segundo Robert Conrad, a reação dos agricultores do centro-sul ao movimento da abolição refletia a forte pressão das ações que não podiam mais ser facilmente controladas²³⁷. Assim, a contrapartida ao avanço abolicionista foi a rejeição do Projeto, uma proposta emancipacionista que havia sido bem recebida entre os parlamentares abolicionistas. Conforme avaliou Joseli Nunes Mendonça, a rejeição ao projeto Dantas proposto em 1884, tinha o objetivo de impedir que mais um passo fosse dado em direção ao encaminhamento final da escravidão, haja vista que para muitos parlamentares, sobretudo para os representantes da província de São Paulo “a questão servil estava devidamente encaminhada pela lei de 1871”²³⁸.

A Lei Saraiva Cotegipe, sancionada no lugar do projeto do Senador Manoel Dantas, em 28 de setembro de 1885, conforme Conrad, era uma distorção da primeira proposta²³⁹, considerada pelos parlamentares pró-abolição uma lei conservadora, que ainda favoreceria os interesses dos escravocratas.

A contrapartida das discussões encaminhadas no Parlamento era vista nas ruas das cidades e no campo, onde as fugas em massa de escravos já não podiam mais ser controladas pelos fazendeiros. O caos já havia se instalado com larga campanha abolicionista na imprensa, que visava deslegitimar moralmente a instituição escravista²⁴⁰, com o envolvimento de setores sociais distintos e os próprios escravizados que continuavam a fugir das fazendas da província de São Paulo em direção à capital paulista.

²³⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²³⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. op.cit., p.256.

²³⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008. p. 119.

²³⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.256.

²⁴⁰ Idem., p.256.

Vale destacar que, nos últimos anos da escravidão São Paulo ficou conhecido como a Meca dos escravos fugidos²⁴¹.

Embora os maçons concedessem cartas de alforrias e colaborassem com recursos pecuniários aos escravizados, eles desejavam retardar ao máximo o fim da escravidão. Dois meses após a sanção do decreto de 31 de agosto de 1887, novamente na Loja Piratininga, o tema da propriedade privada voltou à cena no debate em uma das sessões realizadas na loja. Dessa vez, o objetivo era pressionar os maçons escravocratas a alforriarem seus cativos:

O 3º Parecer da Comissão de finanças relativamente a proposta de uma multa mensal aos Iir.: possuidores de escravos obrigando-os a libertar os seus escravos em prazo estipulado sendo o mesmo parecer desfavorável em atenção a que o Sap.: Ir.: Or.: do Brazil em sess.: de 9 de Setembro do corrente como deixou de attender a uma proposta de um de seus membros no sentido de estabelecer certo prazo fatal, alem do qual nenhum maç.: poderia mais possuir escravos, sendo a isso levado o mesmo Ir.: Or.: pela única consideração de que, já o Estado tem feito tudo quanto julgou sufficiente em relação a abolição gradual do elemento servil abolição hoje auxiliada tanto pela iniciativa individual como até pelo empenho do clero, só nos cumpre cooperar na medida de nossas forças para que o empenho do Estado se torne cada vez mais fecunda nos desorganizando de chofre o trabalho agrícola fonte abundante da riqueza nacional por isso a comissão é de parecer que o off.: deverá levar os conhecimentos dos Iir.: Or.: o trabalho feito por Iir.: no sentido de libertação de escravos pelos meios legais a fim de obterem a devida recompensa e quanto a multa entende não estabelecê-la. Em discussão o parecer pediu a palavra o Ir.: Orador D. Alberto que manifestou-se de acordo (...)²⁴².

Embora um pequeno grupo de maçons dessa Loja desejasse a punição aos Irmãos que possuíssem escravos, ao final da sessão, os maçons consideraram a possibilidade de retomar o tema da libertação dos escravizados desde que as ações tramitassem em âmbito legal, permitindo que os Irmãos proprietários de escravos tivessem direito à indenização²⁴³. Todas as lojas maçônicas, independentemente da obediência a que estavam vinculadas, se comprometeram com a emancipação legal, lenta e gradual da escravidão. Esse fato permite considerar que o embate entre grupos distintos nas lojas maçônicas eram constantes. Por razões distintas, o discurso de moderação prevaleceria nas lojas maçônicas, ainda que

²⁴¹ MACHADO, Maria Helena T. P. *O plano e o pânico*. op.cit., p.57.

²⁴² Ata da Loja Piratininga. 26 de outubro de 1887.

²⁴³ Ata da Loja Piratininga. 26 de outubro de 1887.

contassem com a participação de personagens menos moderados, como Luiz Gama e Antonio Bento.

2.4 Antonio Bento e a Loja Piratininga

A imagem de Antonio Bento como herói radical da abolição tem sido revista em estudos mais recentes. Elciene Azevedo, em *Direito dos Escravos* contestou o seu protagonismo durante o funeral de Luiz Gama. Conforme a autora, o discurso supostamente proferido por ele, jurando sobre o caixão de Gama de que o sucederia na luta contra a escravidão, teria sido de autoria do médico Clímaco Barbosa, maçom abolicionista, que prestou assistência ao finado em diversas ações de liberdade²⁴⁴. Seguindo na mesma direção, Alexandre Otsuka, em seu estudo *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880*, questionou a imagem de herói radical construída em torno da liderança de Antonio Bento sobre o grupo dos caifazes. Essa imagem de herói, segundo o autor, teria sido edificada com base nos testemunhos de supostos caifazes e memorialistas simpáticos às práticas exercidas pelo maçom contra a instituição da escravidão. Seriam, na verdade, personagens que teriam superdimensionado a ação do grupo e a própria liderança de Antonio Bento. De acordo com Otsuka, a liderança de Bento à frente dos caifazes se mantém nebulosa, uma vez que as fontes principais sobre o assunto se resumem a relatos de testemunhas e memorialistas que não revelaram maiores detalhes das ações do grupo ou tampouco, nem a identidade de seus agentes²⁴⁵. O que se tem registrado e servido de fonte aos historiadores são apenas relatos póstumos carregados de narrativas fantasiosas²⁴⁶.

Esses registros, em alguma medida, refletiram sobre a imagem de Antonio Bento e de sua experiência como maçom. Alice Aguiar de Barros Fontes, em seu estudo *A prática abolicionista em São Paulo*, afirma que Antonio Bento tinha ampla circularidade na

²⁴⁴AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*. op.cit., p.45.

²⁴⁵ Sobre o modo como a imagem de Antonio Bento foi cristalizada ver: AMARAL, Tancredo do. *História de São Paulo Ensinada pela Biografia dos seus vultos mais notáveis*. 2ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo, Alves & Cia, Editores, 1895.; ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. *Publicações páginas esquecidas*; *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, LXXVII, Junho-julho, 1941.; SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1937. Vol.2.; SCHMIDT, Afonso. *A Marcha; Romance da Abolição*. Editora Anchieta Limitada, 1941.

²⁴⁶ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015. p.73-138.

maçonaria paulista e que havia contado com o apoio financeiro de diversas lojas maçônicas para a realização de suas atividades junto ao grupo dos caifazes²⁴⁷. Essa percepção sobre a experiência maçônica de Bento, atrelada à ação dos caifazes, não se confirmou na prática. Nas informações colhidas nas atas da Loja Piratininga para este estudo, que trataram do período em questão, não se encontrou nenhum registro referente a doações destinadas aos caifazes.

Alice Aguiar Fontes sugere ainda que Antonio Bento e outros maçons, os quais haviam integrado a organização dos caifazes, teriam adotado os sinais maçônicos. Segundo ela, “entre os caifazes da capital vigorava um sistema de sinais e convenções que lhes permitia uma ação rápida e eficiente. Supõe-se que este sistema, bem como o hábito de codificar mensagens, fosse de origem maçônica”²⁴⁸.

Na documentação consultada não se confirma a suposição feita por Fontes. A Loja Piratininga, embora contasse com a presença de Antonio Bento em seu quadro, incorporou, na prática de sua organização, o núcleo mais conservador da sociedade paulista. Além disso, as aparições de Antonio Bento na referida loja foram raras por um longo período de tempo. Nas atas, seu nome quase não aparece. O abolicionista não foi um membro assíduo. Filiado à Loja Piratininga em 1868, manteve-se afastado da organização entre os anos de 1868 e 1877.

Antonio Bento de Souza Castro, vale lembrar, nasceu na capital da província de São Paulo em 17 de fevereiro de 1843. Ingressou no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito em 1864 e tornou-se bacharel em 1868. Em seguida, assumiu o posto de promotor público na comarca de Botucatu, sendo, na sequência, transferido para Limeira, onde permaneceu até 1871, Logo depois foi nomeado juiz municipal de Atibaia.

A passagem de Antonio Bento por Atibaia foi marcada por conflitos e desavenças contra os abusos e desmandos de autoridades locais. As decisões tomadas no exercício de sua função contra figuras locais poderosas quase lhe custou a própria vida. Como destaca Elciene Azevedo, ao exercer também a função de delegado de polícia, Antonio Bento ficaria ainda mais exposto à fúria dos proprietários locais²⁴⁹. A dificuldade do abolicionista

²⁴⁷ FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática abolicionista em São Paulo*. op.cit., p.60.

²⁴⁸ Idem., p.60.

²⁴⁹ AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. Vol. 13. p. 123-143, 2007.

em construir redes de proteção em Atibaia tornava a sua permanência no local insustentável.

Havia grande resistência da elite local em aceitar as determinações vindas de um juiz forasteiro que não conhecia a dinâmica política local ali estabelecida. “Antonio Bento não era nem um pouco bem quisto por grande parcela dos homens de alguma influência em Atibaia (...) Por sua personalidade, por suas posturas profissionais, e suas ideias políticas, batia de frente com muitos interesses de gente importante da cidade”²⁵⁰.

Por diversas vezes, ficou na mira de seus desafetos em Atibaia, mas, em 1871, sua vida efetivamente esteve em risco quando Carlos Álvares da Cruz, proprietário local, após ser condenado pelo abolicionista, em uma ação, anunciou em praça pública que o mataria. Dias depois, Antonio Bento sofreria um atentado em sua casa. A justiça, no entanto, nunca comprovou a suspeita de que o proprietário tivesse efetivamente encomendado o atentado contra o abolicionista²⁵¹.

Se para muitos historiadores o retorno de Antonio Bento à cidade de São Paulo, em 1877, marcava o início da militância do maçom à causa abolicionista, na maçonaria o seu retorno poderia significar uma tentativa de se “infiltrar” na alta cúpula da Loja Piratininga. Um ano após retornar de São Paulo, Antonio Bento foi eleito segundo vigilante, o terceiro cargo mais importante na loja. A tentativa de demarcar território na Piratininga parece ter sido em vão, pois ele não conseguiu destacar-se e sustentar-se nos cargos mais importantes nas eleições seguintes.

Nas consultas realizadas nas atas da Loja Piratininga não se localizou nenhum registro que comprovasse a visibilidade do abolicionista nos principais cargos da organização no período analisado. Suas participações nas sessões também foram esporádicas.

Entre 1868 e 1877, período em que esteve fora da cidade, Antonio Bento compareceu à Loja Piratininga em 6 de setembro de 1873 para justificar suas ausências nas sessões: “o Ir. Dr. Souza e Castro servindo de 2º vigilante obtendo a palavra, congratula-se com esta offic:. (...) a ella pertencendo (ilegível) saudava como seu operário que ausente se tem achado e, de cujo quadro não deixará, de fazer parte e por isso presente se achava”²⁵².

²⁵⁰ Idem., p. 130.

²⁵¹ Ibidem., p.131.

²⁵² Ata da Loja Piratininga. 6 de setembro de 1873.

O medo da eliminação do quadro maçônico fez com que Antonio Bento retornasse à cidade para apresentar as suas justificativas. Ao que tudo indica, o abolicionista havia estabelecido uma forte ligação com a Loja Piratininga e não pretendia solicitar filiação à outra. Conforme Barata, era comum que os espaços de sociabilidade se tornassem lugares de referência geográfica e afetiva para os membros que, “ao estabelecer (em) relações de adesão e/ou rejeição, acaba (vam) por criar uma certa “sensibilidade ideológica”²⁵³. Antonio Bento certamente foi tomado por esses sentimentos, mas não deixou escapar uma outra importante dimensão do significado de pertencimento maçônico: a possibilidade de construir uma rede de proteção e ajuda mútua capaz de resguardá-lo de uma eventual situação de perigo²⁵⁴. Esta era uma preocupação comum entre os membros da organização que mudavam para outras cidades e que buscavam criar novos vínculos orientados pelas próprias lojas maçônicas às quais já estavam ligados.

A Loja América, por exemplo, recebeu uma prancha²⁵⁵ da Loja Amor e Virtude, da cidade de Franca, solicitando apoio e proteção ao Irmão Alferes José Teixeira Álvares, que ocuparia a vaga de Tabelaio de notas no termo de Ribeirão Preto²⁵⁶. Temendo o isolamento e a hostilidade, muitos maçons preferiam filiar-se à loja maçônica do local da nova residência.

A proteção maçônica e a ajuda mútua eram os princípios mais antigos compartilhados pelos membros da organização, de modo que todo maçom esperava que sua loja o socorresse em situação de perigo ou necessidade. Segundo Alexandre Barata, a motivação principal para o ingresso ao círculo maçônico era justamente a ideia de que “o pertencimento à maçonaria facultasse ao iniciado uma ampla rede de auxílios mútuos”²⁵⁷, sobretudo num tempo em que os meios de comunicação eram precários²⁵⁸. Antonio Bento frustrou-se nesse sentido ante as negativas do venerável Joaquim Ramalho, da Loja

²⁵³ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. op.cit., p. 16.

²⁵⁴ Idem., p. 111.

²⁵⁵ A palavra “Prancha” no vocábulo maçônico significa correspondência, recebida ou enviada, ao Poder Central ou às co-irmãs, contendo informações relativas à rotina das Lojas: iniciações, filiações, criação de novas Lojas, pedidos de socorro aos irmãos de ordem financeira ou na condução de uma vaga de emprego. ver: CAMINO, RIZZARDO da. *Dicionário maçônico*. op.cit., p.318.

²⁵⁶ Ata da Loja Piratininga. 4 de outubro de 1878.

²⁵⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. op.cit., p. 111.

²⁵⁸ Idem., p.102.

Piratininga, em atender suas solicitações de socorro, o que serviu para alimentar, a partir de então, a animosidade entre eles.

Os conflitos entre os dois se estenderam por longos anos e alcançaram seu ápice em 1890, na ocasião do processo de escolha do novo venerável da loja. Embora toda a confusão tenha ocorrido depois da abolição, é válida a sua abordagem aqui em razão do desdobramento desse tumulto que, por sua vez, permite compreender a dinâmica interna da loja e, ao mesmo tempo, entender como ficou a relação entre Ramalho e Antonio Bento durante o período da abolição logo após o depoimento realizado pelo abolicionista em sessão na loja.

Os embates entre essas duas figuras se tornariam ainda mais latentes na eleição para venerável em 1890. Nesse ano, o abolicionista havia se candidatado para o cargo de venerável, cadeira quase vitalícia de Ramalho. A vacância do cargo se tornou real porque Joaquim Ramalho havia assumido o cargo de grão-mestre e, segundo o regulamento, não poderia ocupar dois cargos ao mesmo tempo. Todavia, mesmo sendo a sua candidatura impugnada, ele concorreu à eleição, disputando com Antonio Bento, João Pedro de Oliveira e Alberto de Andrade. Para sua surpresa, o ex-abolicionista, seu desafeto, vencera com 12 votos contra os oito que recebera, seguido por João Pedro de Oliveira e Alberto de Andrade, com um voto cada²⁵⁹.

Após o encerramento da eleição, Antonio Bento foi eleito venerável e teve sua primeira sessão presidida em 11 de junho de 1890. No entanto, o grupo encabeçado por Joaquim Ignácio Ramalho rapidamente reagiria a sua vitória. O maçom Benedito Martins de Siqueira, pertencente ao grupo deste, tentou impugnar a posse de Antonio Bento ao cargo, com a justificativa de que se tratava de eleição ilegítima. Em defesa do eleito, João Cândido Martins leu os regulamentos gerais que legitimavam a venerância do maçom. Contrariado, Benedito Martins de Siqueira tratou de desferir novo golpe, convidando os Irmãos para que o seguissem em uma das salas do prédio para uma sessão paralela. Curiosamente, muitos desses Irmãos convocados para a sessão encontravam-se então adormecidos²⁶⁰.

A estratégia de Martins Siqueira era inviabilizar a venerância de Antonio Bento. No entanto, mas, mesmo diante da ampla oposição, Bento conseguiu realizar sua primeira e

²⁵⁹ CASTELLANI, José. *Piratininga*., op.cit., p.163.

²⁶⁰ Estar Adormecido no vocabulário maçônico significa que o maçom encontra-se afastado da Loja. O mesmo termo pode ser aplicado a uma Loja caso suspenda por tempo determinado suas atividades. ver: CARMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. op.cit. p.23.

única sessão como venerável da loja. Em seu apoio, o primeiro vigilante João Maria Ventura, depois do “incidente”, achou por bem tomar providências para que o Irmão Martins de Siqueira fosse punido pela Grande Loja, então representada por Joaquim Ignácio Ramalho, que permaneceu ao lado dos “rebeldes”. Desse modo, viabilizou-se a anulação da eleição que havia levado legitimamente Antonio Bento à presidência da loja, criando aí a oportunidade de uma outra eleição, cujos novos candidatos eram: Benedicto Martins de Siqueira, Antônio Bento de Souza e Castro, Joaquim Ignácio Ramalho e Francisco de Serrone. O resultado fez de Benedicto Martins de Siqueira o novo venerável, com 27 votos, seguido por Antonio Bento, com 17, Ramalho e Francisco de Serrone, ambos com apenas um voto²⁶¹.

O conflito colocava em relevo o distanciamento que havia entre Antonio Bento e Joaquim Ignácio Ramalho. O maçom tinha sido impedido de assumir o cargo pelo grupo que apoiava Ramalho. Em sessão, Antonio Bento relatou,

(...) que em tempos procurou (Joaquim Ignácio Ramalho) como maç.: para por elle ser favorecido em certas questões que se deram em sua vida quando estudante, Juiz de Direito de Atibaia e quando trabalhou em favor da abolição dos escravos e que nunca encontrou n'ele apoio e sim opposição, que nunca teve o mínimo auxílio da loj.: Piratininga, que o teve da loj.: América que era menos obrigada a prestar-lhe-o (...)²⁶²

No depoimento acima, Antonio Bento acusava Ramalho de ser a principal barreira à criação de uma agenda antiescravista na Loja Piratininga. A animosidade entre eles se estendeu por décadas. Mas, mesmo diante de diversos conflitos o abolicionista não deixou de frequentar a Loja Piratininga.

Antonio Bento não conseguiu transportar suas ideias para o círculo maçônico, por causa do posicionamento emancipacionista da Loja Piratininga que divergia de seus ideais de abolição da escravatura. Em 17 de agosto de 1887, às vésperas da abolição, pediu a palavra em sessão, solicitando que os Irmãos destinassem a verba da loja para a libertação de escravos:

Entra em discussão a proposta de que se tinha tratado na sess.: (...) uma comissão por escrutínio secreto que se encarregou a appresentar o plano respectivo das obras a fazer-se no prédio da Loj.: pedindo a palavra o Dr. Antonio Bento fez algumas observações opinando por não acceitar nenhuma proposta relativa a obras porquanto entende que o dispêndio que se possa fazer com a mesma melhor empregado seria destinando-o a libertação dos escravos do município da capital. Pedindo a palavra o Ir.:

²⁶¹ CASTELLANI, José. *Piratininga*. op.cit., p. 163-65.

²⁶² Ata da Loja Piratininga. Livro nº7. 04 de junho de 1890.

Colim José Fernandes opinou pela aceitação da proposta em discussão e que quanto as obras deveriam ser executadas por quanto é o que se tem deliberado nas últimas sess.: O resp.: Ir.: Ven.: a proposta a votação que é aprovada mascarando-se a sess.:²⁶³

Os abolicionistas que o seguiam ficaram conhecidos como caifazes²⁶⁴. Bento não alcançou na maçonaria a liderança que desejava, assim como transcorreu à frente da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios. A Igreja dos Remédios, que abrigava a Irmandade, localizava-se no antigo Largo de São Gonçalo atual Praça João Mendes. Em 1882, a Confraria Nossa Senhora dos Remédios se transformaria na sede oficial dos caifazes de Antonio Bento²⁶⁵.

No porão da Igreja, o maçom fundou o jornal *A Redenção* em 1887, que embora fosse visto como defensora plena dos direitos dos escravizados, conforme Azevedo, “só se decidiu pela abolição sem condições, isto é, sem a obrigação da prestação de serviços em outubro de 1887”²⁶⁶, muito tardiamente.

Segundo Alexandre Otsuka, o real alcance da atuação dos caifazes na cidade de São Paulo e no interior da província permanece sem resposta e provavelmente assim permanecerá, haja vista a ausência de fontes para investigá-la. Todas as informações apuradas, segundo o autor, são frutos das narrativas de memorialistas, que nem sempre tiveram o compromisso de relatar o que realmente ocorreu, visto que, estavam preocupados, na prática, em construir narrativas heroicas e bem sucedidos entre aqueles que participaram da ação do grupo ou entre os que escreveram sobre Antonio Bento e os caifazes pouco tempo depois.

²⁶³ Ata da Loja Piratininga. 17 de agosto de 1887.

²⁶⁴ Robert Conrad sugere que o termo adotado por Antonio Bento, provavelmente tivesse inspiração religiosa. O termo caifaz encontrado na bíblia fazia menção a uma profecia que dizia que Jesus deveria morrer, se sacrificar pela salvação do povo e “os seus seguidores viam-se como instrumentos da redenção” Ver: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888). op.cit., p. 294.

²⁶⁵ A ação de acolher escravizados, bem como auxiliá-los em suas fugas não foi uma prática inventada por Antonio Bento, o abolicionista se inspirou em outras experiências surgidas no Rio de Janeiro por meio da Confederação Abolicionista, que acolhia cativos fugidos, mesma prática reproduzida em Recife e realizada pelo Club do Cupim. ver: FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática abolicionista em São Paulo.*, op.cit., p. 53.

²⁶⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Etiópe Resgatado: abolicionismo e suas conexões internacionais*. São Paulo: Annablume, 2016. p.274.

2.5. Luiz Gama e a Loja América

Antes de compor o quadro da Loja América, Luiz Gama integrou a Loja Sete de Setembro. Em 1867, a ata da Loja Piratininga registrou sua participação em sessão representando a Loja Sete de Setembro²⁶⁷. Na ocasião, o abolicionista já possuía o grau 18, sugerindo que seu ingresso na maçonaria teria ocorrido muito antes de 1867.

Luiz Gama soube como ninguém articular seus interesses abolicionistas e republicanos com seus compromissos maçônicos na Loja América, na qual figurava desde 1870. No mesmo ano em que foi filiado à loja, integrou a comissão para manumissão de africanos ilegalmente escravizados. Desde então, Luiz Gama ocupou os cargos mais importantes da loja.

A sua trajetória pessoal diferia em diversos aspectos dos demais maçons porque, como relatou ao amigo Lúcio de Mendonça, em julho de 1880²⁶⁸, viveu na pele a experiência da escravidão. Gama se dizia filho de uma africana livre com um fidalgo português, de quem se recusava a dizer o nome. Nascido na Bahia, em Salvador, havia sido vendido pelo próprio pai como escravizado para obter com isso dinheiro suficiente para saldar dívidas de jogo em 1840²⁶⁹.

Depois da transação, Luiz Gama acabou sendo vendido por um traficante de escravos para um negociante em São Paulo. Antes de chegar a seu destino final, ainda atravessou caminhando a cidade de Santos até chegar a Campinas, onde acabou sendo comprado por uma família. Nessa casa contou com o apoio de um estudante que o alfabetizou. Após o letramento, Gama foi buscar sua liberdade, sem explicar como, conseguindo comprovar que nascera livre.

Em 1854, tornou-se cabo do exército, mas logo foi expulso por indisciplina. Nesse período, o abolicionista começou a construir sua rede de apoio e, então, conheceu o

²⁶⁷ Loja Piratininga 15 de abril de 1867.

²⁶⁸ A carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça foi transcrito na íntegra no livro de SUD, Menucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil*. Luiz Gama, São Paulo: Nacional, 1938, p.91-96.

²⁶⁹ Não é possível constatar a veracidade da narrativa contada por Luiz Gama dada a ausência de fontes suficientes para tal confirmação. Os historiadores que se dedicaram ao estudo de sua biografia, Sud Menucci, Elciene Azevedo trazem em seus respectivos estudos a carta na íntegra. SUD, Menucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil*, op.cit., p.91-96. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*., op.cit., p.35-39. Lígia Fonseca Ferreira publicou um artigo para discutir isoladamente a carta de Luiz Gama a seu amigo Lúcio de Mendonça. O artigo publicado na Revista de Literatura Brasileira [8/9]. São Paulo. p.300-321, 2008. O artigo baseia-se num dos capítulos de sua tese de doutorado, defendida na Sorbonne intitulada: Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l'oeuvre d'un noir citoyen, poète et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001.

delegado de polícia Furtado de Mendonça, que o protegeu. Dessa relação, que durou cerca de 20 anos, Luiz Gama teve acesso aos primeiros livros da Academia de Direito. Furtado de Mendonça foi quem lhe assegurou acesso ao material jurídico. Em 1856, Luiz Gama, com o auxílio de Mendonça, alcançava o posto de amanuense na delegacia da cidade de São Paulo.

Quando se pensa em inserção social de “homens de cor” livres e libertos no tempo do Império é comum que se relacione isso a arranjos de apadrinhamento ou a casamentos de conveniências. Não é preciso um estudo muito apurado para que se encontrem alguns exemplos desse modelo de sobrevivência social. Gama, a saber, nunca negou em sua trajetória ter sido favorecido por Furtado de Mendonça ao cargo de amanuense da polícia de São Paulo²⁷⁰.

Luiz Gama não se acomodou nessas relações. À medida que o tempo passava, ele aumentava a sua rede de relacionamento. Essa ação construída em torno de sua figura lhe afiançou a possibilidade de defender seus ideais abolicionistas sem que isso representasse o cerceamento de sua vida social. A estratégia do abolicionista era ocupar os mais diversos espaços possíveis.

Depois de alcançar um emprego estável, Luiz Gama passou a se dedicar, concomitantemente, às letras. Em 1859, publicou seu livro de poemas *Primeiras Trovas Burlescas*. Dedicou-se também à imprensa, colaborando com diversos jornais importantes que circularam na cidade de São Paulo: *Correio Paulistano*, *Gazeta da Tarde* e *O Ypiranga*. Em 2 de outubro 1864, em sociedade com o ilustrador Angelo Agostini, criou o semanário *O Diabo Coxo*, primeiro jornal ilustrado e de caricaturas de São Paulo. De acordo com Antonio Luiz Cagnin, foi “mais um passo importante em direção à modernidade”²⁷¹. Sua inserção na imprensa lhe permitiu figuras como conheceu Américo de Campos, Angelo Agostini, Lúcio de Mendonça, Olímpio da Paixão, José Ferreira de Menezes e tantos outros.

Não demoraria muito até que fosse convidado a ingressar na maçonaria. Como visto anteriormente, antes de pertencer à Loja América, Luiz Gama foi integrante da Loja Sete de Setembro, assim como Ferreira de Menezes. Infelizmente, não foram encontradas informações referentes ao ano exato de sua iniciação na organização.

²⁷⁰ Correio Paulistano, 27 de novembro de 1869.

²⁷¹ GAMA, Luiz. *Diabo Coxo*. Edição fac-similar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Introdução de Antonio Luiz Cagnin. p. 13.

Sua atuação na Loja América era conhecida dentro e fora do círculo maçônico. Ele nunca escondeu sua filiação à maçonaria e, na ocasião de sua demissão do cargo de amanuense, tratou de evocá-la: “sou agente da Loja América em questão de manumissão, e, com o eficaz apoio dela, tenho promovido muitas ações perante os tribunais”²⁷². No mesmo ano em que foi filiado à loja, serviu como segundo vigilante, terceiro cargo mais importante dentro da hierarquia maçônica.

Ao revelar sua identidade maçônica, Gama preocupou-se em informar seus inimigos de que não estava sozinho em suas ações, e que contava com o apoio e a proteção da maçonaria. As relações clientelares construídas por ele serviu de esteio às suas bandeiras encampadas e, ao mesmo tempo, asseguraram a esse maçom negro a possibilidade de exercer a sua cidadania. Foi por meio de seus talentos e de suas virtudes que pôde ocupar os cargos mais importantes na loja.

Diagnosticado com diabetes em 1878, Luiz Gama, pouco a pouco, foi vencido pela doença. Em decorrência das complicações ocasionadas pela enfermidade, o abolicionista, gradualmente, foi abandonando as atividades na maçonaria. Nos últimos anos de venerância, sua presença se tornou cada vez mais rara na loja. Jesuíno Antonio de Castro, eleito primeiro vigilante entre os anos de 1879 e 1880, foi quem o substituiu nas sessões em que se ausentava²⁷³.

Luiz Gama afastou-se da venerância da Loja América em 1880 e, no ano seguinte, surgiu presidindo a Caixa Emancipadora Luiz Gama, sociedade fundada pelo estudante de Direito, Brasil Silvano. A associação era mantida pelos sócios, entre os quais se encontravam escravos e libertos, que contribuíam com uma mensalidade, além dos recursos arrecadados em festivais, concertos e espetáculos, que eram oferecidos por associações, como o Círculo Italiano ou o Clube dos Girondinos. Três anos depois de sua fundação, seus cofres armazenavam o montante de 4 mil contos, 556 mil e 600 réis, sendo que 3 contos desse total provinham de joias e mensalidades dos sócios escravos²⁷⁴. O afastamento de Luiz Gama da Loja América provocou um progressivo distanciamento do tema da emancipação da loja. Como destacado anteriormente, o período em que o abolicionista ocupou o cargo de venerável da Loja América foi quando as contribuições aos escravizados foram mais significativas.

²⁷² *Correio Paulistano*, 10 de novembro de 1871.

²⁷³ Jesuíno Antonio de Castro aparece com frequência nos registros da Loja substituindo o abolicionista. Loja América 18 de maio de 1879; 12 de março de 1880. Loja América.

²⁷⁴ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. op.cit. p. 260.

Outro fator colaborou para que o tema da questão emancipacionista do escravo se enfraquecesse no ano de 1883. Tratava-se da extinção do *Grande Oriente Unido*, do vale dos Beneditinos. Joaquim Saldanha Marinho havia renunciado e, com isso, teria provocado à extinção da obediência. Logo em seguida, iniciou-se o processo de fusão das duas obediências rivais e uma série de mudanças foi realizada. O *Grande Oriente do Brasil*, do vale do Lavradio, que deu início ao processo de unificação impôs seus regulamentos. Após a unificação, os libertos não poderiam mais ser iniciados e as ações mais ativas contra a escravidão esmoreceram.

Os maçons abolicionistas mais próximos de Luiz Gama se dedicariam a outros espaços. A Caixa Emancipadora Luiz Gama passaria a ser reduto dos maçons envolvidos com as ações emancipacionistas da cidade. No Quadro 2.2, é possível notar a presença de pedreiros livres à frente da administração da instituição. No ano de 1884, nota-se que a diretoria das duas organizações praticamente se repetiu.

Quadro 2.2 Diretoria da Sociedade Caixa Emancipadora Luiz Gama e da Loja América.

Caixa Emancipadora Luiz Gama	Loja América
Presidente: João Fernandes da Silva Junior	Venerável: João Fernandes da Silva Junior
Vice: Justo Nogueira de Azambuja	1º Vigilante: Albino Soares Bairão
1º Tesoureiro: Domingos J. Coelho da Silva	2º Vigilante: José Ignácio das Neves
2º Tesoureiro: Antonio Francisco Barbosa	Orador: Américo de Campos
1º Secretário: Albino Soares Bairão	Secretário: Augusto Gomes Vieira de Castro
2º Secretário: José Antonio de Souza	Tesoureiro: Antonio Francisco Barbosa

Fonte: *Almanaque da Província de São Paulo*, São Paulo: Jorge Seckler, ano 1884, p. 259.

A alta cúpula da Loja América, como identificado no Quadro 2.2, encontraria outro espaço para movimentar as ações emancipacionistas. Além desta iniciativa, notou-se outro movimento, os Irmãos da América passaram a apoiar as ações perpetradas por Antonio Bento. Depois da morte de Luiz Gama, Antonio Bento ganhou espaço no movimento abolicionista. Tais iniciativas, dos irmãos da Loja América: de assumirem a administração da Caixa Emancipacionista Luiz Gama sinalizavam um processo de desintegração das ações de manumissão realizadas até então pela Loja América. O esvaziamento das ações teriam levado os antigos maçons aliados de Luiz Gama, a seguirem o novo líder, Antonio Bento²⁷⁵.

²⁷⁵ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos Escravos*. op.cit., p. 164-165.

O maçon abolicionista Antonio Francisco Barbosa ocupou exatamente o mesmo cargo nas duas organizações (ver: Quadro 2.2). Caso semelhante é o do português Albino Soares Bairão, que apareceu exercendo duas funções importantes nas duas sociedades: na Loja América, surgiu ocupando o cargo de 1º Vigilante, e na Caixa Emancipadora Luiz Gama destacou-se como primeiro secretário.

Bairão atuou ao lado de Luiz Gama em ações de liberdade e, depois da morte do abolicionista, em 1882, aproximou-se de Antonio Bento, assim como outros membros da Loja América, como Antonio Arcanjo Dias Batista, Justo Nogueira Azambuja, João Fernandes da Silva Júnior, que, no ano de 1884, exerceu, ao mesmo tempo, a função de venerável da Loja América e o cargo de presidente da Caixa Emancipadora Luiz Gama. Elciene Azevedo sugere em seu estudo que João Fernandes da Silva Júnior (advogado) e Antonio Arcanjo Dias Batista (escrivão do conselheiro Furtado de Mendonça) teriam atuado como caifazes de Antonio Bento²⁷⁶.

²⁷⁶ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos Escravos*. op.cit., p. 164-165.

3. O perfil dos maçons das Lojas Piratininga e América

A produção historiográfica maçônica recente tem encontrado cada vez mais evidências de que a maçonaria não era uma organização que abrigava um grupo coeso, com identidade ideológica homogênea, como sublinharam as literaturas maçônicas e antimaçônicas. O estudo realizado por Eliane Lucia Colussi²⁷⁷, sobre o perfil da maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX, serviu de inspiração para este trabalho com o intuito pensar a configuração interna da organização.

Ao analisar o perfil maçônico dos pedreiros livres, Colussi lançou luz sobre as diferenças ideológicas que reverberavam entre as lojas maçônicas do Rio Grande do Sul. Conforme a autora, numa mesma loja era possível encontrar maçons monarquistas, republicanos, escravistas, emancipacionistas. A diversidade ideológica também foi observada no quadro das lojas paulistanas, assim como diferenças socioeconômicas entre os membros.

A cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX, experimentava um processo de grandes transformações sociais e econômicas que impactaram sua rotina, como a chegada de imigrantes, o aumento da população formada por homens livres e libertos, além, evidentemente, das mudanças de ordem econômica gerada pela expansão da economia cafeeira.

Essas mudanças socioeconômicas influiriam na expansão maçônica; juntos, esses dois elementos determinaram que os templos abrissem suas portas à iniciação de indivíduos provenientes de camadas sociais menos abastadas. No final da década de 1870 e início de 1880, as lojas maçônicas de todos os cantos do país tornaram menos rígidas as regras para a iniciação, sobretudo no que diz respeito ao pagamento de taxas. Muitos maçons que ingressaram nesse período não possuíam os mesmos recursos que os membros iniciados no início da década de 1850. As disputas por legitimidade entre as obediências refletiriam no aumento das iniciações.

É provável que entre as décadas de 1870 e 1880, a maçonaria tenha apresentado a face mais popular de sua história. A falta de recursos não foi, portanto, um impedimento para que esses homens sem cabedais fossem iniciados.

²⁷⁷ Colussi, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 2ª Edição. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000.

Para esta pesquisa, a análise das atas das lojas maçônicas paulistanas Piratininga e América, constatou-se um cenário bem mais diversificado comparado ao resultado da investigação de Colussi para o levantamento do perfil maçônico no Rio Grande do Sul.

O intuito deste capítulo não é simplesmente reconstituir o perfil dos homens iniciados, mas, sobretudo, identificar as semelhanças e as diferenças que as lojas maçônicas guardavam entre si, que refletiam, diretamente, no cotidiano das lojas, na ação de seus agentes e nos projetos desenvolvidos dentro de cada uma. Pertencentes a obediências diferentes, as Lojas Piratininga e América trataram o tema da abolição de formas distintas, e o perfil maçônico reproduz essas distinções.

Para traçar o perfil das lojas foram examinados os livros de atas e outros registros avulsos localizados nos arquivos do templo da Loja Piratininga. Dessa documentação, levantou-se o total de 671 nomes de membros, referente ao período de 1850 a 1888 e 268 nomes de membros da Loja América para o intervalo entre 1868 e 1870 e de 1874 a 1888. Nessa massa documental foram descobertas informações referentes à data de iniciação dos maçons, idade, religião²⁷⁸, estado conjugal, profissão, nacionalidade, naturalidade e orientação política. Esses registros eram colhidos pelas lojas no momento em que a iniciação do Irmão era confirmada. O maçom, depois de ter sua candidatura aceita no processo ritualístico de iniciação, devia submeter-se a um testemunho, fornecendo à loja seus dados pessoais.

Sem haver uma completa padronização dos quesitos, alguns registros traziam apenas o nome e a ocupação do candidato, enquanto outros mencionavam o nome e a nacionalidade ou demais categorias. Supõe-se que o volume de atividades, o tempo de duração do ritual até mesmo o número de candidatos a serem iniciados tenham prejudicado o registro dos dados então fornecidos pelos novos integrantes. Entretanto, mesmo diante desse grande volume de documentos, em que algumas lacunas nem sempre podiam preencher, foi possível obter dados suficientes para estabelecer os perfis das Lojas Piratininga e América.

O arco temporal delimitado da análise (1850 a 1888) demonstrou ter havido uma sensível alteração no quadro de iniciados a partir de 1870; por essa razão, optou-se como melhor forma de avaliar os dados das Lojas Piratininga e América, separar o período de 1850 a 1888 em dois intervalos de tempo distintos.

²⁷⁸ O quesito religião aparece no primeiro período de modo sistemático, uma parcela significativa de iniciados declarou-se católico. Como as informações sobre a religião dos ingressantes aparece apenas com significativa representatividade na Loja Piratininga optou-se por não realizar uma análise comparativa sobre esse quesito na pesquisa.

3.1 Crescimento maçônico e a diversificação dos membros

O primeiro período de tempo analisado da Loja Piratininga se estende de 1850 a 1873 e o segundo, de 1874 a 1888. Para a Loja América, há diferenças nesses intervalos, uma vez que a documentação está incompleta. No arquivo dessa loja não foram encontrados, por exemplo, os primeiros livros de ata para o intervalo de 1868 a 1870. Sem prejuízo à pesquisa, o primeiro período referente à Loja América foi preenchido com as informações extraídas do registro produzido por José Maria de Azevedo Marques, em 1870²⁷⁹, localizado no arquivo da Loja Piratininga.

José Maria de Azevedo Marques era membro da Loja América. O apontamento em questão informa o nome, estado conjugal, nacionalidade, data de iniciação, filiação e idade dos maçons da loja, no período de 1868 a 1870. Para analisar o perfil dos iniciados na Loja América, no intervalo de tempo de 1874 a 1888, recorreu-se aos próprios livros de atas da Loja América, que traziam também essas informações.

A ocupação profissional teve papel fundamental na compreensão da dinâmica do perfil maçônico das lojas analisadas nos dois períodos, considerando que a ocupação pode ser entendida como “um indicador de classe social”²⁸⁰. Conforme José Murilo de Carvalho, era difícil classificar a profissão dos indivíduos no século XIX por suas ocupações, já que, via de regra, um mesmo indivíduo desempenhava mais de uma atividade econômica. Encontrar homens desempenhando, simultaneamente, mais de uma atividade era comum o negociante advogado, o médico jornalista, assim como o advogado que também era proprietário rural. Tratava-se do “fenômeno de ocupação múltipla”²⁸¹.

No rastro profissional dos iniciados das Lojas maçônicas Piratininga e América, identificam-se não apenas um perfil dinâmico das mesmas, mas também as especificidades de cada obediência maçônica e o modo de operar de cada uma delas no trato com o tema da abolição da escravidão.

²⁷⁹ José Maria de Azevedo Marques foi proprietário do jornal *Correio Paulistano* e produziu o documento que trás informações sobre a iniciação e filiação de maçons que haviam ingressado na Loja América no intervalo de 1868 a 1870. Supõe-se que o material tenha sido distribuído entre as lojas maçônicas da cidade, haja vista que o conteúdo foi encontrado no arquivo da Loja Piratininga. Provavelmente se tratava de registro de divulgação da loja.

²⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 95.

²⁸¹ Idem,.

Tabela 3.1: Ocupação dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873)

Ocupação	Número	% da Loja
Não declararam	347	62,4
Estudante	121	21,8
Negociante	32	5,7
Empregado público	8	1,4
Artista	7	1,2
Capitães	5	0,9
Empregado na estrada de ferro	4	0,7
Padre	3	0,5
Advogado	3	0,5
Professor	3	0,5
Proprietário	2	0,4
Comerciante	1	0,2
Tenente Coronel	1	0,2
Capitão do exército	1	0,2
Engenheiro civil	1	0,2
Farmacêutico	1	0,2
Fazendeiro	1	0,2
Homeopata	1	0,2
Mestre de Música	1	0,2
Pintor	1	0,2
Telegrafista	1	0,2
Tenente do Corpo de Bombeiro	1	0,2
Proprietário	1	0,2
Cirurgião	1	0,2
Total	555	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1850-1873).

Na Tabela 3.1 foi arrolada a ocupação dos maçons iniciados na Loja Piratininga entre 1850 a 1873. A distribuição dos 24 ofícios, identificados nesse primeiro intervalo de tempo, revelou a presença majoritária de estudantes, seguida pela participação de negociantes.

O perfil maçônico dessa loja no primeiro período (1850-1873) refletia a própria estrutura socioeconômica da cidade de São Paulo. Conforme Ernani Bruno, a dinâmica social e econômica do local, entre 1827 a 1872, girava em torno da Faculdade de Direito, fundada em 1827²⁸². Por essa razão, o número de estudantes era significativo.

²⁸² BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: Burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954, p.825.

A Loja América, fundada no final da década de 1860, por sua vez, esteve menos sujeita à pressão da iniciação de estudantes. No primeiro período, a loja contabilizou o total de 20 ocupações, prevalecendo a iniciação de negociantes, seguida pelos estudantes, advogados e funcionários públicos. Comparativamente, as profissões dos integrantes das duas lojas nesse primeiro período foram equivalentes, embora variasse o peso do grupo de estudantes e negociantes, como se vê nas Tabelas 3.1 e 3.2.

Tabela 3.2: Ocupação dos maçons da Loja América (1868-1870)

Ocupação	Número	% da Loja
Não declararam	0	0,0
Negociante	34	24,3
Estudantes	20	14,3
Advogado	18	12,9
Funcionário público	14	10,0
Artista	13	9,3
Guarda livro	6	4,3
Caixeiro	5	3,6
Militar	4	2,9
Professor	4	2,9
Agricultor	3	2,1
Proprietário	3	2,1
Jornalista	2	1,4
Médico	2	1,4
Padre	2	1,4
Banqueiro	1	0,7
Chefe de estação da estrada de ferro	1	0,7
Engenheiro	1	0,7
Magistrado	1	0,7
Official reformado	1	0,7
Lente da Faculdade de Direito	1	0,7
Total	140	100,0

Fonte: Loja América. São Paulo: Tipografia Correio Paulistano. José Maria Azevedo Marques, 1870.

Os estudantes formavam um grupo com presença temporal delimitada em São Paulo, tanto na Loja Piratininga quanto na Loja América. Muitos alunos iniciados durante o curso de Direito partiam para suas cidades de origem após concluírem o bacharelado. Joaquim Nabuco e Rui Barbosa são exemplos de maçons iniciados quando frequentavam a faculdade e que acabaram abandonando a organização paulista, após regressarem a suas cidades de origem.

Joaquim Nabuco, nascido em Recife, mudou-se para a cidade de São Paulo em 1866 para cursar Direito, permanecendo no local até 1870. Nesse intervalo de tempo, o abolicionista foi iniciado na Loja América, em 1º de abril de 1869, mas, no ano seguinte, afastou-se da maçonaria após seu retorno a Pernambuco²⁸³. Em sua terra natal, Nabuco concluiu o bacharelado na Faculdade de Direito de Recife e adormeceu em loja²⁸⁴. Caso semelhante ocorreu com o baiano Rui Barbosa. O estudante cursou os dois primeiros anos (1866-1867) em Recife, mudando-se depois para São Paulo para concluir o curso jurídico. Em 1º de julho de 1869, tornou-se maçom da Loja América, mas, no ano seguinte, após a formatura, desligou-se da organização, regressando à Bahia. Barbosa, contudo, não se reintegrou à maçonaria.

Antonio Bento esteve entre as exceções dos estudantes. Iniciado quando cursava o último ano da Faculdade de Direito, em 1868, na Loja Piratininga, afastou-se do templo, temporariamente, em consequência do trabalho. Nesse intervalo de tempo, contudo, o abolicionista não se desvinculou, permanecendo ligado a ela, mas ausentando-se sucessivamente das sessões. Antonio Bento retornou à capital da província e às atividades maçônicas na Loja Piratininga depois de exonerar-se do cargo de juiz em Atibaia.

A presença da Faculdade de Direito na cidade de São Paulo, de acordo com Richard Morse, foi um dos primeiros elementos de dinamização da urbe. A instituição de ensino impulsionou a criação de espaços de sociabilidade como cafés, tabernas, hotéis, restaurantes e teatros. Em consequência disso, a capital da província ia deixando no passado suas feições rurais e religiosas²⁸⁵. As tradicionais procissões católicas realizadas na cidade, nas primeiras décadas do século XIX, foram perdendo força a partir de 1850.

O total de habitantes em São Paulo até 1850 girava em torno de 20 mil a 25 mil pessoas. Desse percentual, apenas 1.109 sabiam ler e escrever, como informa Richard Morse²⁸⁶. Nesse sentido, a criação da Faculdade de Direito foi essencial porque estimulou a concepção de outros estabelecimentos de ensino, como, por exemplo, o curso anexo, que oferecia aulas de Geografia, História, Línguas Modernas, Matemática, Geometria e

²⁸³ Joaquim Nabuco retomou sua posição como maçom em 1873, após aceitar o convite de Saldanha Marinho para discursar em defesa do anti-clericalismo na obediência dos Beneditinos.

²⁸⁴ “Adormecer em loja” na terminologia maçônica significa que o maçom deixou de frequentar as sessões da loja, mas não se desligou oficialmente da mesma. Ver: CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*, op.cit., p. 23.

²⁸⁵ MOURA, Denise Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005 p.116.

²⁸⁶ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. op.cit., p. 104.

Filosofia aos estudantes que pretendiam ingressar no curso jurídico, assim como a escola de “Engenharia de Estradas”, criada em 1835, e o Seminário Episcopal, fundado em 1862 e que reuniu 229 estudantes²⁸⁷.

Em 1846, uma lei foi criada com o intuito de promover o avanço da Educação, contudo a medida ganhou corpo depois da reforma educacional, de 1874, que tornou obrigatório o ensino para meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 11 anos²⁸⁸. Embora a cidade tenha sido impactada pela presença dos estudantes, esse contingente, em geral, estava de passagem pela urbe²⁸⁹.

Segundo Richard Morse, dos 1.767 bacharéis formados entre 1831 e 1875, apenas 26% eram da província de São Paulo. Os demais, seguiram esta divisão: sendo 33% da cidade e da província do Rio de Janeiro, 19% de Minas Gerais, 6% do Rio Grande do Sul, 6% da Bahia e 8,5% de províncias diversificadas²⁹⁰. Em razão disso, a iniciação e o abandono tornou-se constante na Loja Piratininga no primeiro período (1850-1873), e também na Loja América, embora essa última tivesse menor frequência de estudantes.

A presença do professor Joaquim Ignácio Ramalho²⁹¹, maçom venerável da Loja Piratininga, na Faculdade de Direito, colaborou significativamente para que o número de estudantes alcançado no primeiro período (1850-1873) em seu templo fosse tão expressivo. Vale ressaltar, contudo, que Ramalho não foi o único maçom a lecionar na instituição; José Bonifácio de Andrada e Silva, também foi lente da Faculdade de Direito em São Paulo.

José Bonifácio, “O moço”, era sobrinho neto de José Bonifácio, este último fundador do Grande Oriente do Brasil, em 1822. Nasceu em Bordeaux, na França, período em que seus pais estavam no exílio. O abolicionista retornou ao Brasil e formou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco (1855-1858). Depois, lecionou na mesma instituição, entre os anos de 1859 e 1860. Em 1861, foi transferido para a Faculdade de Direito de São Paulo.

²⁸⁷ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.*, op.cit., p.831.

²⁸⁸ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1943, p.215.

²⁸⁹ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. op.cit., p.809-810.

²⁹⁰ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. op.cit., p. 131.

²⁹¹ Joaquim Ignácio Ramalho recebeu o título de Barão de Água Branca. Inicialmente, Ramalho não aceitou o título, porque não concordava com o nome, teria o maçom afirmado que somente aceitaria a honraria caso o pudesse adotar o nome de Ramalho, sobrenome de sua esposa. O maçom havia sido acolhido pela família da esposa, após seu pai ter se mudado da cidade de São Paulo. O venerável recebeu em substituição o nome de Barão de Ramalho, como desejava.

Enquanto José Ignácio Ramalho era lembrado como figura rígida no trato com os alunos, José Bonifácio era figura maleável e muito querida pelos estudantes. Prova disso foi a recepção que Bonifácio recebeu em seu retorno à cidade. Em 1868, “O moço” foi recepcionado com grande banquete pelos estudantes da Faculdade (Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves, Américo de Campos, etc.), por ter-se manifestado contra a dissolução do Gabinete Liberal, promovido pelo Visconde de Itaboraí²⁹².

Bonifácio transitava com facilidade entre os diferentes círculos sociais. O maçom manteve boas relações com Luiz Gama²⁹³, a ponto deste, no ano de 1861, incorporar na segunda edição de seu livro, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulin*, poemas escritos por Bonifácio²⁹⁴. A relação entre eles só ficou estremecida em 1867, quando Gama e seus aliados se posicionaram contra o Partido Liberal, que, na época, tinha como uma das principais lideranças “O moço”²⁹⁵. No entanto, a proximidade entre ambos foi reestabelecida tempos depois.

José Bonifácio possuía uma agenda semelhante à de Luiz Gama. Ambos eram abolicionistas, embora discordassem quanto ao modelo de regime político que o país deveria adotar. Gama era republicano e Bonifácio, monarquista. Essas diferenças, contudo, não impediram que Luiz Gama e outros membros da Loja América convivessem com o maçom.

As atas da Loja Piratininga revelam que José Bonifácio não era membro tão ativo como Joaquim Ignácio Ramalho. Este venerável passou grande parte de sua vida lecionando na Faculdade de Direito e acompanhando de perto a trajetória de figuras importantes como Rui Barbosa, Antonio Bento de Sousa Castro, Joaquim Nabuco, Américo Brasiliense, Américo de Campos, José Ferreira de Menezes e José Vieira Couto de Magalhães. Ramalho deixou de lecionar na instituição somente em 1883, quando assumiu o cargo de diretor da Faculdade, permanecendo à frente da Loja Piratininga até 1889²⁹⁶.

²⁹² SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 57-59.

²⁹³ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. op.cit., p.84.

²⁹⁴ GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas & Outros Poemas*. Organização e introdução Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²⁹⁵ SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. op.cit., p. 57-59.

²⁹⁶ CENEVIVA, Walter. *Barão de Ramalho: uma vida para o bem comum*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, p. 11.

Ramalho era figura influente na sociedade paulistana. Nascido na capital da província de São Paulo, o maçom construiu uma carreira sólida como docente da Faculdade de Direito. Formou-se na terceira turma da instituição (1830-1835), nomeado para a cadeira de lente substituto do curso de Filosofia Moral²⁹⁷, quando ainda cursava o último ano do curso jurídico. Após a realização da reforma do ensino, Ramalho assumiria em caráter definitivo a cadeira de Processo e Prática Forense, anteriormente ocupada por Silveira da Motta²⁹⁸.

No campo jurídico, fundou o Instituto dos Advogados de São Paulo em 29 de novembro de 1874²⁹⁹. O Instituto tinha o propósito de aprimorar o estudo das leis, assegurando que estas tivessem aplicação mais prática na vida dos cidadãos.

Ao mesmo tempo em que exerceu o cargo de lente da Faculdade de Direito, dedicou-se ainda a vida política. Membro do Partido Liberal, foi eleito vereador nos anos de 1845 e 1848, atuando também como juiz de paz no distrito de Santa Ifigênia. A função de juiz de paz era um cargo estratégico, visto que era determinante no processo eleitoral. O juiz de paz era responsável por presidir a mesa de reunião do Colégio Eleitoral e, consequentemente, podia influenciar nos votos³⁰⁰.

Joaquim Ignácio Ramalho ocupou diversos cargos ao longo da segunda metade do século XIX, trajetória que o ajudou a se tornar um personagem influente na capital paulista. Seu prestígio e autoridade foram determinantes para atrair e arregimentar novos membros para a Loja Piratininga, sobretudo no primeiro período de 1850 a 1873.

Muitos estudantes acreditavam que ingressar na maçonaria poderia ser uma boa oportunidade para a construção de laços de proteção e uma possibilidade de alavancar suas carreiras após a formatura; afinal, a organização tinha à testa uma figura capaz de arregimentar uma rede de trocas de favores, conforme cita de Richard Graham:

O presidente de São Paulo relatou, em 1861, que um juiz de direito caiu sob o jugo dos professores da Faculdade de Direito, na esperança de sucesso acadêmico de dois filhos, um dos quais se acha matriculado no 1º ano e outro no 3º, e de um genro no 5º. Acrescentou que seis catedráticos

²⁹⁷ Idem., p. 9.

²⁹⁸ As atividades de Ramalho não se restringiram a faculdade de direito, paralelamente ao cargo de lente na faculdade de direito, atuou como vereador entre os anos de 1845, 1848 e 1849, acumulando o cargo de juiz de paz no distrito de Santa Ifigênia. No campo jurídico Joaquim Ignácio Ramalho articulou a fundação do Instituto dos Advogados de São Paulo em 1874 e publicou os livros jurídicos.

²⁹⁹ CENEVIVA, Walter. *Barão de Ramalho*. op.cit., p. 13.

³⁰⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, p. 120.

se apresentaram como candidatos nas últimas eleições gerais, valendo-se principalmente do poder discricionário da aprovação e reprovação de seus alunos³⁰¹.

A rede de influência construída em torno de Joaquim Ignácio Ramalho estabelecia uma ponte direta entre a Faculdade de Direito e a Loja Piratininga. Ramalho foi um personagem importante dentro da loja por ter assegurado a iniciação de muitos estudantes, principalmente no primeiro período.

Embora a Faculdade de Direito tivesse dado o primeiro impulso no processo de urbanização da capital da província, o gatilho para o seu desenvolvimento econômico ocorreu devido à economia cafeeira. A riqueza acumulada com o produto permitiu que grandes investidores destinassem recursos para a construção das primeiras estradas de ferro da Província: a Companhia Paulista, extensão do eixo Santos-Jundiaí, aberta na direção norte-noroeste, de Jundiaí a Campinas, em 1872; a Limeira e Rio Claro, em 1876; a de Descalvado, em 1881; a Companhia Ituana, em 1873, a Piracicaba, em 1879; a Companhia Sorocabana, em 1875; a Companhia Mogiana, aberta na direção norte de Campinas e de Ribeirão Preto, em 1883³⁰², facilitando assim, o transporte do café do interior da província paulista ao porto de Santos.

A mudança urbanística da cidade de São Paulo foi consequência direta dessas transformações. De acordo com Richard Morse, nesse contexto, a cidade de São Paulo passou por um rápido e amplo processo de urbanização, responsável pela modificação da paisagem da cidade, como a instalação de iluminação pública e o estabelecimento de bondes elétricos³⁰³.

A presença de escravos negros na província de São Paulo, até o final do século XVIII, era pouco substancial. Com a introdução da economia da cana-de-açúcar e, depois do cafeeira, houve um crescimento significativo dessa população. De acordo com Suely Queiroz, a mão de obra negra introduzida em São Paulo, ao longo das primeiras décadas do século XVIII, não tinha como destino a economia paulista, mas, sim, a mineira. Nesse período, os escravizados que chegavam pelos portos de São Paulo, em sua maioria, seguiam para ser empregados na região mineradora, embora uma pequena parcela acabasse

³⁰¹ GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. op.cit., p. 122.

³⁰² MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*., op.cit., p. 215.

³⁰³ Idem., p. 215.

permanecendo na província³⁰⁴. Conforme Queiroz, o fim da mineração, no século XVIII, colaborou para que São Paulo retomasse a economia agrícola de subsistência, mas também permitiu a introdução da cana e, posteriormente, a do café³⁰⁵.

O fortalecimento da agricultura no final do século XVIII na província de São Paulo justificou finalmente, o grande ingresso de escravizados na economia. A cultura da cana demandou o aumento da população escrava que seria empregada na economia da cana-de-açúcar na província, produto que se adaptou rapidamente à região, baseada na *plantation* (mão de obra escrava negra e propensão à monocultura e latifúndio).

Entre o final do século XVIII e meados do XIX, o açúcar reinou na economia paulista e só foi ultrapassado pelo café na década de 1860³⁰⁶. Este havia invadido, primeiramente a economia do Rio de Janeiro; depois, com a expansão das fazendas, seguiu em direção à província de São Paulo, ocupando, inicialmente, a região do Vale do Paraíba, e depois, a do Oeste Paulista.

Com a economia do café a todo vapor, a demanda por mão de obra escrava cresceu vertiginosamente, atraindo, após a proibição do tráfico em 1850, cativos das províncias do norte do país. A concentração massiva de escravos e o aumento das fazendas de café colocaram a província de São Paulo ao lado das principais exportadoras do produto (Rio de Janeiro e Minas Gerais). Não demorou muito até que a capital sentisse os efeitos da mudança econômica, urbanística e social, provenientes do café.

As modificações urbanísticas ocorreram de diversas maneiras, por meio do calçamento, da iluminação pública, da expansão do setor de serviços, da criação de novas profissões, como as de maquinista e telegrafista (ocupações diretamente relacionadas à estrada de ferro).

O mercado de trabalho paulistano era precário se comparado ao de outras capitais, como Salvador e Rio de Janeiro, sem diversificação profissional tão ampla.³⁰⁷ A identificação de novos ofícios, nas atas maçônicas a partir de 1874, refletia o crescimento e o surgimento de novas ocupações no local, muitas delas associadas à construção das estradas de ferro.

³⁰⁴ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro, J. Olympio: Brasília, INL, 1977, p.17-18.

³⁰⁵ Idem., p.8.

³⁰⁶ Ibidem., p.19.

³⁰⁷ MOURA, Denise Soares. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p.75.

A expansão econômica da cidade acompanhou o crescimento maçônico na década de 1870. O aumento do número de lojas significou a ampliação da demanda por novos membros, levou à organização a aceitar candidatos provenientes das camadas sociais menos abastadas.

Enquanto no primeiro período, as atas da Loja Piratininga registravam 24 ocupações, no segundo (1874-1888), o número de ofícios elevou-se para 33 dos quais 9 eram novos (ver Tabela 3.3) revelando, assim o aumento expressivo de registros de novas profissões.

Entre as novas ocupações, estavam as de tintureiro, lavrador, pintor, dourador, carpinteiro, empreiteiro de obra, maquinista, cobrador, marceneiro e empregado da companhia de ferro. Ocupações braçais normalmente eram associadas a homens livres pobres, libertos e, até mesmo, aos escravizados. As novas profissões identificadas nas atas revelavam uma sensível mudança no perfil maçônico, se comparada com o primeiro período, embora essas novas ocupações não superassem numericamente as profissões tradicionais urbanas (advogado, negociante, estudantes, etc.).

Outro aspecto a ser considerado foi a diminuição da iniciação de estudantes no quadro maçônico da Loja Piratininga entre o primeiro e o segundo período. O número de ingressantes que se declararam estudantes no primeiro intervalo de tempo alcançou a marca de 121, caindo significativamente no segundo período para apenas seis registros em ata. O número de negociantes, no entanto, praticamente não sofreu alteração.

No primeiro período, a Loja Piratininga iniciou 32 negociantes e, no segundo 31. Apenas sete iniciados, no primeiro período se declararam artistas, ao passo que, no segundo, o número alcançou a marca de 22 membros. A quantidade de Irmãos que, em seu testemunho se declarou empregado na estrada de ferro também variou significativamente: no primeiro período, foram quatro iniciados e, no segundo, 14, como se observa nas Tabelas 3.1 e 3.3.

Tabela 3.3: Ocupação dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888)

Ocupação	Número	% na loja
Não declararam	94	45,2
Negociante	31	14,9
Artista	22	10,6
Empregado na estrada de ferro	14	6,7
Estudante	6	2,9

Empregado público	4	1,9
Advogado	3	1,4
Magistrado	3	1,4
Professor	3	1,4
Lavrador	2	1,0
Militar	2	1,0
Engenheiro	2	1,0
Telegrafista	1	0,5
Farmacêutico	1	0,5
Fazendeiro	1	0,5
Empregado comércio	1	0,5
Empreiteiro de obra	1	0,5
Cirurgião	1	0,5
Cobrador	1	0,5
Médico	1	0,5
Aposentado	1	0,5
Padre	1	0,5
Guarda livro	1	0,5
Carpinteiro	1	0,5
Empresários	1	0,5
Fazendeiro	1	0,5
Tipógrafo	1	0,5
Alferes	1	0,5
Maquinista	1	0,5
Tintureiro	1	0,5
Homeopata	1	0,5
Marceneiros	1	0,5
Dourador	1	0,5
Fiscal do Matadouro Público	1	0,5
Total	208	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1874-1888).

Na Loja América, também foi perceptível a diversificação das ocupações dos iniciados. Enquanto no primeiro período (1868-1870) foram registradas 18 categorias profissionais, no segundo (1873-1888), o número aumentou para 27 ocupações, com nove ofícios novos. As tradicionais profissões liberais, como negociante, artista, professor, empregado público e advogado, continuaram sendo representadas no quadro da loja, no entanto, no segundo período, outras ocupações, normalmente associadas às camadas sociais menos abastadas, começaram a emergir no círculo maçônico, como se vê na Tabela 3.4.

Tabela 3.4: Ocupação dos maçons da Loja América (1874-1888)

Ocupação	Número	% na loja
Não declararam	88	65,7
Negociante	10	7,5
Artista	9	6,7
Empregado público	3	2,2
Professor	3	2,2
Empregado no comércio	3	2,2
Advogado	3	2,2
Estudante	2	1,5
Curador	1	0,7
Farmacêutico	1	0,7
Maquinista	1	0,7
Alferes	1	0,7
Tipógrafo	1	0,7
Jornalista	1	0,7
Comerciante	1	0,7
Relojoeiro	1	0,7
Pintor	1	0,7
Médico	1	0,7
Proprietário	1	0,7
Marceneiro	1	0,7
Carpinteiro	1	0,7
Total	134	100,0

Fonte: Atas da Loja América (1874-1888).

Embora se tenha observado a ocorrência de uma ampla diversificação das ocupações desempenhadas pelos membros iniciados no segundo período, é importante destacar os aspectos específicos de cada obediência, o que gerou diferenças no quadro das lojas. Entre os elementos de distinção entre as ordens maçônicas estava o fato de a obediência do Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos, chefiada por Saldanha Marinho, determinar a todas as lojas vinculadas a ela que permitissem a iniciação de libertos.

O afrouxamento dos critérios de iniciação instituído por Saldanha Marinho fez com que sua ordem se distinguisse da obediência do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, não apenas por conceber uma agenda politizada e socialmente intervencionista,

mas também por reunir um perfil socioeconômico distinto e aparentemente mais democrático³⁰⁸.

As profissões braçais, como carpinteiro, pintor, escultor, dourador e lavrador, não eram ocupações que possuíam o mesmo prestígio social que as profissões de advogado, médico e jornalista. Em geral, eram atividades manuais pouco qualificadas, normalmente desempenhadas por libertos, homens livres pobres e escravizados³⁰⁹ (ver Tabelas 3.3 e 3.4). José Maria Soares, iniciado na Loja América, em 15 de agosto de 1875, representava a nova tendência do perfil de ingressantes na maçonaria depois da década de 1870. Em seu testemunho, Soares declarou-se carpinteiro³¹⁰. Na Loja Piratininga, em 1879, ingressava no templo João Bernardino de Oliveira, também carpinteiro, que declarou ainda idade (35 anos), estado conjugal (casado), nacionalidade (brasileiro). A loja, no segundo período, em 10 de setembro de 1876, registrou também a iniciação do lavrador Francisco Antonio Nogueira³¹¹.

Essa última, a de lavrador, conforme Hebe Mattos, na segunda metade do século XIX, era desempenhada, principalmente, por libertos, homens livres pobres brancos ou descendentes de escravos e, em menor incidência, por escravizados. Ser lavrador, segundo a autora, não significava necessariamente que o indivíduo era proprietário de um lote de terra, ele poderia trabalhar em propriedade alheia, arrendando um pedaço de terra, e, nela, poderia produzir e, dividir apenas os lucros da venda do produto com o dono do local³¹².

Embora muitas profissões não possuam marcadores sociais muito bem definidos, provavelmente não seriam encontradas pessoas com maiores recursos empregadas em atividades manuais. De acordo com Maria Cristina Wissenbach,

(...) o mercado de trabalho da cidade da época era, de fato, pouco seletivo. Abrigava em espaços similares trabalhadores escravos e livres, lançando mão igualmente de formas intermediárias que consubstanciavam mão-de-obra barata para as pequenas manufaturas,

³⁰⁸ Pertencente à obediência dos Beneditinos, não foi encontrado nenhuma pista na documentação da Loja América consultada, que deixasse evidenciado a iniciação de um liberto na loja, embora não signifique que isso não tenha ocorrido de fato. Afinal, como destacado, anteriormente, as atas não refletiram integralmente todos os passos dos irmãos nas sessões. Muitas informações escaparam da pena do secretário.

³⁰⁹ Outras profissões como as de sapateiro, tintureiro, pedreiro, calafate, armador, músico, cocheiro eram desempenhadas também por escravizados, libertos e homens livres pobres. Ver: MATTOSO, Katia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 256.

³¹⁰ Ata da Loja Piratininga. 15 de agosto de 1875.

³¹¹ Ata da Loja Piratininga. 10 de setembro de 1876.

³¹² MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 3°. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013, p.50-51.

estabelecimentos comerciais, obras etc.; escravos fugidos, africanos livres utilizados por particulares ou instituições públicas, órfãos tutelados, libertos ingênuos (...) Ao que parece, na perspectiva dos empregadores não havia predileção nítida na escolha de trabalhadores livres e escravos³¹³.

O trabalho braçal era preterido e visto como atividade desprezível, culturalmente atrelado ao trabalho escravo, ainda que empregasse também homens livres pobres. Conforme Mattos, “ser livre numa ordem escravista seria basicamente “não trabalhar” ou, mais especificamente, viver de renda”³¹⁴.

Certamente os trabalhadores braçais (carpinteiro, alfaiate, lavrador, tintureiro e pintor) não possuíam vínculos diretos com grandes fazendeiros, como era comum haver entre esses últimos e os profissionais liberais (advogados, médicos, jornalistas e funcionários públicos). Richard Graham afirma que “as pessoas do século XIX não faziam tanta distinção entre determinadas ocupações ou fontes de renda – advogado ou médico, comerciante ou fazendeiro quando o faziam, era em relação à principal divisão entre ricos e pobres”³¹⁵.

Os profissionais liberais, de modo geral, representavam um braço do campo na cidade; muitos deles eram também proprietários de terra e defendiam interesses agrários locais, como a manutenção do sistema escravista. Era comum que os fazendeiros enviassem seus herdeiros para as Faculdades de Direito na expectativa de que construíssem uma rede clientelar capaz de catapultá-los a colocações importantes, especialmente em funções nos órgãos públicos.

O candidato ao cargo de juiz municipal, por exemplo, era escolhido pelo ministro da Justiça e o interessado em ocupar a vaga, por sua vez, tinha obrigatoriamente que ser formado em Direito³¹⁶. A função de chefe de polícia também era muito desejada por homens abastados, pois, afinal, ocupar esses cargos lhes afiançava poder e legitimidade sobre a comunidade local em que viviam.

Em suma, a maioria dos estudantes almejava no futuro ocupar os cargos de promotor, juiz, delegado e advogado para defenderem os interesses e a manutenção do poder de seus familiares e amigos. Dessas relações, surgiam os promotores e juízes que

³¹³ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*., op.cit., p.228.

³¹⁴ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. op.cit., p.44.

³¹⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*., op.cit., p.53.

³¹⁶ Idem.,

acobertavam os abusos praticados pelos senhores contra seus escravos, fazendo, muitas vezes, vista grossa em casos em que os excessos de castigos culminavam com a morte dos cativos. Conforme Richard Graham, “embora, a prática do clientelismo encontrasse terreno fértil para sua atuação no sistema fundiário, essas mesmas relações se generalizavam e se projetaram no espaço urbano”³¹⁷.

Nesse sentido, não havia uma fronteira delineada que distinguisse claramente o grupo formado pelos profissionais liberais que tinham interesses no campo e aqueles que não tinham. O fato é que o predomínio de profissionais liberais não se reproduziu com a mesma força no segundo período, como se verifica nas Tabelas 3.3 e 3.4.

A configuração maçônica ganharia novos contornos e nuances com a iniciação de indivíduos destacados das camadas menos prestigiadas da sociedade. As lojas, evidentemente, continuaram a iniciar profissionais liberais, mas a presença de outras ocupações sinalizava a diversificação do espaço, ao mesmo tempo, em que simbolizava a perda de *status* da organização maçônica que, desde a sua introdução no país, havia se caracterizado como espaço de sociabilidade masculina, dedicado a um pequeno grupo de pessoas influentes da sociedade.

Nesse contexto de transformações experimentado pela sociedade paulistana a partir da década de 1870, é válido destacar a presença cada vez mais expressiva da população imigrante, em geral, pessoas também sem posses³¹⁸. Segundo Azis Simão “juntando-se os imigrantes que permaneciam nas cidades aos que vinham do campo, crescia expressamente a população estrangeira urbana, particularmente em São Paulo. Estimava-se que aí, em 1885, havia mais de 40 mil habitantes, dos quais uns 20% eram alienígenas”³¹⁹. O ingresso de imigrantes na província de São Paulo gerou grande impacto sobre a economia e a vida social da capital, pois, muitos imigrantes que deveriam permanecer no campo para substituir os escravos, em razão da incompatibilidade com as condições de trabalho e de vida nas fazendas de café, acabavam deslocando-se para as cidades³²⁰. Embora muitos

³¹⁷ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.*, op.cit., p.40.

³¹⁸ As levas de imigrantes vindos ao Brasil aumentaram progressivamente na segunda metade do século XIX, e a partir de 1886, o crescimento da presença de imigrantes ampliou-se ainda mais, porque houve o incentivo integral do governo da província de São Paulo, que passou a financiar integralmente as passagens dos imigrantes. Ou seja, os imigrantes que chegavam, em sua maioria, não possuíam recursos para investir em negócios próprios. p. 26-31. Ver: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Editora Dominus; Universidade de São Paulo, 1966, p.26-31.

³¹⁹ SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado.*, op.cit., p.29.

³²⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco.*, op.cit., p. 107.

parlamentares criticassem o comportamento desses imigrantes, tidos como “perturbadores da ordem pública”, continuaram acreditando que a mão de obra europeia era a melhor saída para o progresso da nação.

A Lei de Terras, de 1850, sancionada 14 dias após a proibição do tráfico internacional de escravos, com o propósito de ofertar lotes de terras devolutas aos imigrantes, teve sucesso relativo. De acordo com Horacio Gutiérrez e Maria Aparecida Lopes, na região sudeste, onde prevaleceu a economia cafeeira e onde a demanda por mão de obra era grande, pretendia-se assegurar a permanência dos imigrantes por algum tempo, substituindo os escravos nas fazendas de café, antes de deixá-los se tornarem pequenos proprietários e de migrar para as cidades e se integrarem no setor de serviços³²¹. Na visão dos atores, a Lei de Terras teve perspectivas e soluções regionais distintas, embora os conflitos estabelecidos no campo entre alguns imigrantes e fazendeiros tivessem frustrado parte dos proprietários de terras.

Ao longo de todo o período analisado, observa-se a presença de imigrantes nas lojas maçônicas. No primeiro intervalo de tempo, contudo, a presença de estrangeiros foi pouco representativa na Loja Piratininga. Entre os candidatos que declararam o país de origem, apenas 12, ou seja, 5,2 %, eram estrangeiros: seis eram ingleses; quatro portugueses e dois uruguaios, como se verifica na Tabela 3.5.

Tabela 3.5: Nacionalidade dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873)

Ocupação	Número	% na loja
Não declararam	112	48,5
Brasileiro	107	46,3
Inglês	6	2,6
Português	4	1,7
Uruguaio	2	0,9
Total	231	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1850-1873).

Comparativamente, no primeiro período, a Loja América reuniu grupo mais diversificado com candidatos de oito nacionalidades, ao passo que a Loja Piratininga registrou apenas a iniciação de três nacionalidades. (ver Tabelas 3.5 e 3.6).

³²¹ LOPES, Maria Aparecida; GUTIÉRREZ, Horacio. Legislación agrária y tenencia de la tierra em el Brasil decimonónico: la ley de tierras de 1850. In: América em la época de Juárez (1854-1872). (Org.) ORTELLI, Sara; CUAUHITÉMOC, Hernández Silva; México: Universidade Autónoma “Benito Juárez” de Daxaca. Universidad Autónoma Metropolitana, 2007, pp. 321-350.

Tabela 3.6: Nacionalidade dos maçons da Loja América (1868-1870)

Nacionalidade	Número	% na loja
Não declararam	0	0,0
Brasileiro	116	83,5
Francês	6	4,3
Italiano	5	3,6
Português	5	3,6
Alemão	2	0,7
Espanhol	2	0,7
Africano	1	0,7
Belga	1	0,7
Suíço-francês	1	0,7
Total	139	100,0

Fonte: Loja América. São Paulo: Tipografia Correio Paulistano. José Maria Azevedo Marques, 1870.

Tabela 3.7: Nacionalidade dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888)

Ocupação	Número	% na loja
Não declararam	305	60,9
Brasileiro	125	25,0
Italiano	33	6,6
Português	17	3,4
Alemão	6	1,2
Francês	6	1,2
Espanhol	3	0,6
Húngaro	3	0,6
Norte-americano	3	0,6
Total	501	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1874-1888).

No segundo período, no entanto, a Loja Piratininga iniciou um número expressivo de estrangeiros: 71 maçons declararam-se imigrantes, o que equivalia a 14% do total, com representantes de oito nacionalidades distintas, como, Brasil, Itália, Portugal, Alemanha, França, Hungria, Espanha e Estados Unidos. Do total de 305 iniciados, 33 eram italianos; 17 portugueses; seis alemães; seis franceses; três espanhóis; três húngaros e três norte-americanos (ver Tabela 3.7).

Na Loja América, no primeiro período (1868-1870), o número de estrangeiros alcançou a marca de 18 iniciações, ou seja, 15 %, dos quais seis eram franceses, cinco

italianos, cinco portugueses, dois alemães, dois espanhóis, um africano³²², um belga e um suíço-francês. No segundo período, no entanto, o número foi bem menor: apenas 15 candidatos, isto é, 10,5%, dos iniciados se declararam estrangeiros em seus testemunhos: dez portugueses; quatro italianos; um francês (ver Tabelas 3.6 e 3.8). Supõe-se que a loja tenha priorizado a iniciação de nacionais.

Tabela 3.8: Nacionalidade dos maçons da Loja América (1874-1888)

Nacionalidade	Número	% na loja
Não declararam	127	88,8
Brasileiro	11	7,7
Português	10	7,0
Italiano	4	2,8
Francês	1	0,7
Total	143	100,0

Fonte: Atas da Loja América (1874-1888).

A justificativa para a presença de imigrantes nas lojas maçônicas, contudo, não poderia ser explicada, evidentemente, apenas por sua expressiva presença na cidade. O fato é que muitos imigrantes que chegavam ao Brasil já tinham tido algum tipo de contato com a maçonaria, ou conheciam seus fundamentos e preceitos elementares: a ajuda mútua, a filantropia, os sinais, os ritos, as hierarquias e as tradições. Para além desses princípios, a organização construiu um sentido próprio de irmandade, que implicava a ação e a interação entre os irmãos espalhados em diferentes continentes e países, por meio de troca de informações através de lojas e obediências.

O caráter cosmopolita e fraternal da organização despertou o interesse de muitos imigrantes que se mudaram para países, cuja cultura e língua eram distintas. Pertencer à maçonaria poderia facilitar a inserção social e a construção de laços de solidariedade no novo país. Como avaliou Azevedo, o cosmopolitismo era uma das principais características da maçonaria “com suas conexões organizativas e migrações culturais entre cidades, países e continentes” e a “utopia da fraternidade como impulso à organização entrelaçada de lojas maçônicas em níveis nacional e internacional”³²³.

³²² O maçom Vicente Rodrigues, iniciado na Loja Piratininga, em seu depoimento, declarou ser português, mas na ocasião de sua filiação na Loja América, em seu segundo testemunho, aparece como de nacionalidade africana. É possível conjecturar que talvez o maçom responsável por colher os dados do novo iniciado tenha se confundido.

³²³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria, história e historiografia., op.cit.,

Muitos imigrantes que desembarcaram no Brasil tinham ouvido falar, conheciam ou já tinham sido iniciados em organizações secretas, como a carbonária e a maçonaria. Na Europa, essas organizações eram muito conhecidas. O maçom italiano Ignácio Emílio Achilles Betholdi é um exemplo ilustrativo de imigrante que conhecia a natureza das sociedades secretas de perto. Betholdi era membro da carbonária, sociedade secreta revolucionária de ideias liberais, de origem franco-maçônica, que atuou em diversos países, como Itália, França e Espanha, na primeira metade do século XIX³²⁴.

Formado na Universidade Imperial e Real de Paiva, em Bolonha, Ignácio Betholdi mudou-se com a família para o Brasil em 1831. Desembarcou em Santa Catarina, seguiu mais tarde para o Rio de Janeiro. Mudou-se para a província de São Paulo, passando por Campinas, até finalmente instalar-se na cidade de São Paulo, em 1864, onde fixou residência até seu falecimento, em 20 de março de 1886³²⁵.

No tempo em que viveu em Campinas (1853-1859), Betholdi colaborou com a folha *Aurora Campineira*³²⁶ e frequentou a Loja maçônica Independência. Em cada cidade em que o médico residia, mantinha-se vinculado à loja maçônica da região³²⁷. A estratégia permaneceu quando se mudou para a cidade de São Paulo, envolvendo-se com a Loja América. Na urbe, o maçom se tornou membro de outras organizações. Ao lado de alguns compatriotas, fundou a Sociedade Italiana de Beneficência, em 20 de janeiro de 1878. Compor o quadro de irmandades ou organizações de ajuda mútua era um dos caminhos mais comuns adotados por aqueles que pretendiam construir uma rede de apoio.

Marco Morel, atento à importância de se compreender a sociabilidade maçônica, afirma sob a perspectiva de que essas organizações travaram um amplo debate com o mundo externo, dialogando, ao mesmo tempo, com outras instituições, propondo a seus membros participação simultânea em diversos espaços. Para o autor, essas associações não tinham um único fim, e, concomitantemente, apresentavam uma “dimensão econômica,

³²⁴ < <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografia>>. p.2. Disponível em 2 de setembro de 2015.

³²⁵ < <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografia>>. p.1. Disponível em 2 de setembro de 2015.

³²⁶ O jornal *Aurora Campineira* de propriedade dos irmãos tipógrafos João Teodoro e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva, fundado em 4 de abril de 1858, circulava semanalmente, aos domingos. Ver: FÁRIA, Alberto. Imprensa em Campinas, *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, Campinas. 15 (2), 1916. p.4-41.

³²⁷ Em testamento o médico sugeriu que seu acervo fosse doado à biblioteca da Loja maçônica Independência, templo onde provavelmente foi iniciado.

filantrópica, pedagógica, corporativa, política e cultural”³²⁸, com a finalidade de construir uma rede de apoio e de proteção³²⁹ num país onde não conheciam ninguém. Essas ações levaram um número significativo de imigrantes recém-chegados a almejar o ingresso nessas associações, de um modo geral, e na maçonaria, em particular.

O português Albino Soares Bairão, iniciado na Loja América, no segundo período (1873-1888), seguiu os mesmos passos do médico italiano. Após estabelecer-se na cidade, Bairão tratou de construir sua rede clientelar, a fim de facilitar sua inserção na sociedade paulista. Sócio de uma chapelaria, Bairão atuou ainda em ações de liberdade, como advogado provisionado, ao lado de Luiz Gama³³⁰.

Bairão tornou-se membro da maçonaria e de outras organizações, como a Sociedade Clube Flor dos Alpes, a Caixa de Socorro Dona Maria Pia e a Sociedade Emancipacionista Caixa Luiz Gama³³¹. A presença de estrangeiros na cidade influenciou a ampliação do número de membros nas lojas maçônicas de São Paulo. De acordo com o estudo de Florestan Fernandes, o número de imigrantes na cidade alcançou a marca expressiva de 37.481, em 1884³³².

A expansão maçônica acompanhou o crescimento econômico de São Paulo, como salientou Luaê Calegari Ribeiro. Conforme Barata, até 1890, São Paulo foi “o núcleo maçônico mais desenvolvido, possuindo cerca de 35% das lojas maçônicas em funcionamento de todo o país”³³³. Antes da cisão maçônica, a província de São Paulo possuía 17 lojas. Entre 1863 e 1872, período correspondente à cisão do oriente, criaram-se mais 13. No breve período em que as obediências se mantiveram unidas a fim de combater um inimigo comum a Igreja católica criaram-se quatro lojas. Entre 1872 e 1883, foram fundadas 35 outras³³⁴. Nesse último período de crescimento maçônico, até 1888, observa-

³²⁸ MOREL, Marco. *Sociabilidades entre Luzes e sombras.*, op.cit., pp. 3-22.

³²⁹ A criação de uma loja maçônica intitulada Itália, em 1889, demonstrava que o número de italianos na cidade era representativo. Ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras.* op.cit.

³³⁰ A amizade entre Albino Soares Bairão e Luiz Gama construída no círculo maçônico reverberou fora da organização. O português estreitou laços com o abolicionista e o convidou, juntamente com a sua esposa Claudina Sampaio para serem padrinhos de seu segundo filho Antonio Guimarães Soares Bairão.

³³¹ *Almanaque da Província de São Paulo*. São Paulo: Jorge Seckler, ano 1884, p. 259.

³³² FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª edição. São Paulo: Global, 2007, p. 133.

³³³ BARATA, Alexandre Mansur. *Os maçons e o movimento republicano (1870-1910).*, op.cit.,

³³⁴ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo*. op.cit., p. 127.

se uma sensível mudança no perfil das Lojas maçônicas Piratininga e América, legitimada pelas próprias obediências.

Em 1877, a Constituição do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho, ordem dirigida por Saldanha Marinho, sugeria valores reduzidos na cobrança de joias à iniciação, regularização, filiação, assim como nos custos correspondentes aos graus capitulares do rito escocês³³⁵.

A redução dos valores colaborou com a ampliação da obediência de Saldanha Marinho ao final da década de 1870, alargando, conseqüentemente, o número de lojas e membros, como observado no perfil do segundo período (1874-1888) na Loja América. O mesmo movimento foi percebido no Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, e na Loja Piratininga, no segundo período analisado (1874 a 1888). Mas, comparativamente, os valores estabelecidos pela Loja América eram inferiores aos propostos pela Piratininga, permitindo que candidatos menos abastados optassem pela obediência do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho.

A Loja Piratininga registrou, em ata no ano de 1873³³⁶, os valores correspondentes aos graus maçônicos. Para ser iniciado na condição de aprendiz, o maçom pagaria 32 mil réis, mais o valor de 3 mil réis, correspondente a um mês adiantado. Na época, o valor equiparava-se ao de um imóvel, uma casa térrea pequena de “três cômodos, velha, de porta e janela, com cozinha atrás”³³⁷.

Um maçom que desejasse regularizar sua situação na loja deveria pagar 55 mil, dos quais 46 mil seriam referentes ao grau de mestre, mais 6 mil para a carta de grau e mais 3 mil adiantados. Para a filiação, ou seja, a transferência de um maçom para outra loja, em qualquer grau, o Irmão pagaria 12 mil, além dos mais 3 mil adiantados, totalizando 15 mil³³⁸.

³³⁵ Os valores já reduzidos foram estipulados: iniciação (50 mil); regularização (50 mil); filiação do maçom pertencente ao círculo (20 mil); graus simbólicos dos diferentes ritos (6 mil); companheiro: (6 mil); mestre (10 mil); graus capitulares no rito escocês: graus de 4º ao 9º (12 mil); graus 10º a 14º (16 mil); graus 15º a 17º (20 mil); graus 18º (21 mil); Graus 19º a 22º (4 mil); graus 23º a 27º (10 mil); graus 28º e 29º (16 mil); graus 30º (12 mil); grau 31º (27 mil); grau 32º (35 mil) e grau 33º (100 mil) Ver: Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1877.

³³⁶ Ata da Loja Piratininga. 26 de novembro de 1873.

³³⁷ OLIVEIRA, Maria Luiz Ferreira de. *Entre a casa e o armazém.*, op.cit., p.126.

³³⁸ Ata da Loja Piratininga. 26 de novembro de 1873.

A inadimplência foi um problema recorrente nas lojas ao longo de todo o período analisado. O Irmão orador Pires Garcia, da Loja Piratininga, pediu, em sessão de 21 de outubro de 1851, explicações aos devedores³³⁹. Muitos pedreiros livres tentavam desvencilhar-se de algumas obrigações, entre as quais, a contribuição indispensável ao tronco beneficente, ao fim de cada sessão. Para evitarem o pagamento do tronco beneficente, muitos assinavam o livro de presença e se retiravam antes do encerramento da sessão. A estratégia, adotada por muitos, acabou sendo denunciada e a queixa encaminhada ao venerável Joaquim Ignácio Ramalho. Em resposta ao problema, Ramalho asseverou aos maçons que a adimplência aos valores estipulados era uma prática costumeira que todo Irmão deveria seguir³⁴⁰.

Muitos chegaram a ser expulsos por deixarem de pagar as taxas estabelecidos. A Loja Philantropia, por exemplo, determinou a eliminação de 154 irmãos inadimplentes de uma única vez, em sessão, por não terem pagado as taxas³⁴¹. Em 21 de junho de 1878, o maçom Jesuíno Antonio de Castro, da Loja América, pediu a palavra para solicitar a criação de uma comissão para punir os Irmãos devedores³⁴². Essa medida havia sido proposta dois anos depois da aprovação do decreto nº39 de 25 de agosto de 1876, no qual Saldanha Marinho determinava que todas as lojas de sua obediência aceitassem a iniciação de professores sem recursos³⁴³.

³³⁹ Ata da Loja Piratininga. 21 de outubro de 1851.

³⁴⁰ Ata da Loja Piratininga. 05 de setembro de 1851.

³⁴¹ Ata da Loja Piratininga. 21 de outubro de 1851

³⁴² Ata da Loja América. 21 de junho de 1878.

³⁴³ O incentivo a iniciação de professores nas lojas maçônicas justificava-se pelo fato da obediência do Grande Oriente Unido estimular a implantação de estabelecimentos de instrução pública destinado ao público de um modo geral. Os professores iniciados seriam incentivados a lecionar nas escolas criadas pela maçonaria. A Loja América fundou seu primeiro estabelecimento de ensino gratuito em 1869. A escola atendia público variado, crianças e adultos. No período diurno funcionou a instrução para crianças e à noite para adultos. A escola localizava-se na Rua 25 de Março. Luiz Gama e Olímpio da Paixão lecionaram na instituição que também possuía uma biblioteca. “Eschola nocturna – matricularam-se 252 alumnos, a saber: livres, 217, escravos 35. São solteiros 231; viúvos 2; casados 16; de 5 a 10 annos 36; de 10 à 20, 132; de 20 a 30, 55; de 30 a 40, 16; de 40 a 70, 13. Brasileiros 222; portuguezes 18; africanos; allemães 3;suissos1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; ourives 1; commerciantes 4; correiros 5; chapeleiros 4; carroceiros 5; caixeiros 3; marchante1; agente 2; ferreiros 8; barbeiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralheiro 1; lavradores 2; funileiro 1; creados 88; sem officio 21. Os indivíduos notados sob designação – sem officio – são menores. Eschola diurna – para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 39 alumnos, sendo: do sexo masculino 20. Destes são escravos 2; estrangeiros 2, brasileiros 18. Do sexo feminino 19, sendo estrangeiras 2, escrava 1.” *O’ Ipiranga, 16 de junho de 1869.* ver; FRANCISCO, Renata Ribeiro. *As sociedades emancipacionistas na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp. 2011.

Louva e recommenda a deliberação adoptada pela Loja Zur Eintracht, relativa aos professores. Nós, conselheiro Dr. Joaquim Saldanha Marinho, saberano gram-mestre grande commendator da Ordem maçônica no Brazil: Fazemos saber a todas as officinas e maçons do circulo que o Grande Oriente Unido do Brazil, em sessão extraordinária de 24 de agosto, resolveu approvar com louvor e recommendar a todas as lojas da jurisdição a deliberação, adoptada pela ZurEintracht, ao Oriente de Porto Alegre, de franquear aos professores pobres, porém dignos de pertencerem à Ordem por sua vida e bons costumes a iniciação e filiação, sem a contribuição da joia e das mensalidades, sujeitos em tudo o mais às formalidades das leis, estatutos e rituaes da Ordem; não se extendendo esta disposição aos professores que notoriamente possuírem os meios necessários para realisarem as contribuições pecuniárias, sem grande ônus para si ou seus famílias³⁴⁴.

O pagamento do tronco beneficente era apenas um entre muitos outros custos e obrigações que um maçom tinha que despender de seus recursos para manter-se vinculado à ordem. Os gastos com as taxas maçônicas eram muitos, começando no processo de iniciação, visto que todos os custos com o ritual deveriam ser pagos pelo próprio iniciado e não pela loja. Para um candidato de poucos recursos, isso poderia representar um obstáculo a sua iniciação. Todavia, as atas também revelavam que, em certos casos, as iniciações sucederam sem as cobranças obrigatórias. Situações como essas ocorriam quando o Irmão possuía boas relações no quadro maçônico. Luiz Gama, venerável da Loja América, por exemplo, em 3 maio de 1877, requereu, em sessão presidida por ele próprio que seu filho Benedito Graco Pinto da Gama³⁴⁵ fosse iniciado na loja sem efetuar o pagamento da joia de iniciação, então obrigatório.

Propondo para ser iniciado em nosso quadro o profano Benedicto Graccho Pinto da Gama, de 18 annos de idade, solteiro, estudante, filho do nosso respeitável e estimado Ir.: Ven.:, Nesta proposta, pedia-se que, attendendo-se aos elevadíssimos serviços prestados a esta loja: pelo nosso Ir.: Ven.:, serviços estes que estão na consciência de todos, e particularmente na dos obb.: que compõe o [...] quadro da loj.: América, fosse aquelle prof.: admittido em nosso seio independente do pagamento de joia de iniciação, nesta proposta que veio assignada, pedia-se urgência, a qual foi concedida³⁴⁶.

³⁴⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Rio de Janeiro, 1876. Agosto, p.421.*

³⁴⁵ Benedicto Graco Pinto da Gama visitou a Loja América antes mesmo de completar a idade mínima para a iniciação, o filho de Luiz Gama frequentava o espaço ao lado de seu pai, como ficou registrado em Ata da Loja América de 4 de março de 1875. A presença de Benedicto na loja demonstrava o interesse de Luiz Gama em iniciar seu filho na organização.

³⁴⁶ Ata da Loja América. 03 de maio de 1877.

O pedido de iniciação feito por Luiz Gama em benefício de seu filho demonstrava não haver rigidez em relação à obrigatoriedade do pagamento de joia de iniciação, mesmo havendo problemas com inadimplência. Assim como fez Gama, outros maçons, provavelmente, solicitaram isenção das taxas de iniciação e de mensalidades em benefício próprio ou de filhos e amigos.

Enquanto alguns pedreiros livres conseguiam desvincular-se do pagamento de joias e de outras taxas, outros Irmãos desistiam, solicitando o desligamento por não possuírem recursos suficientes para arcar com todas as despesas obrigatórias. Francisco Ignácio dos Santos Cruz, por exemplo, acabou solicitando seu desligamento do quadro da Loja Piratininga, em 1854, “porque estava impossibilitado de cumprir com seus deveres”³⁴⁷. O número de Irmãos solicitando o rompimento com o círculo maçônico era expressivo³⁴⁸. Nas Lojas Piratininga e América, no segundo período analisado (1874-1888), tornou-se cada vez mais recorrente o número de queixas e reclamações contra maçons que se ausentavam das sessões e que se furtavam do pagamento das taxas. Conforme sublinhou Luaê Carregari Carneiro Ribeiro, muitos entendiam que a simples iniciação à maçonaria lhes afiançaria boas relações nos planos social e econômico, de modo que, muitos abandonaram a organização³⁴⁹.

Como nota-se nas Tabelas 3.3 e 3.4, foi no segundo período (1874-1888) que as Lojas maçônicas Piratininga e América passaram a recrutar membros das camadas remediadas e pobres da sociedade. O interesse em ampliar o quadro maçônico, segundo Alexandre Barata, era uma tentativa das duas obediências (Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, e o Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos) de ampliar seus campos de influência e hegemonia maçônica em todos os pontos do país. A intenção de superar a obediência rival levaria ao crescimento substancial da obediência chefiada por Saldanha Marinho, no período de 1863 a 1882³⁵⁰. Tais estratégias, contudo, não seriam bem aceitas por todos os irmãos, especialmente pelos maçons mais abastados que compunham a organização.

Em 1873, um grupo formado por maçons, que se apresentava como dissidente do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, colocou em circulação o periódico A

³⁴⁷ Ata da Loja Piratininga. 06 de setembro de 1854.

³⁴⁸ Livro de correspondências da Loja Piratininga (1850-1875).

³⁴⁹ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo*. op.cit., p. 20.

³⁵⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*. op.cit., p.73.

semana maçônica, com o intuito de manifestar o descontentamento ante a iniciação, que consideravam sistemáticas, de indivíduos oriundos das camadas menos abastada da sociedade.

O jornal, criado pelo grupo dissidente em 1873, apresentava-se como folha dedicada a opor-se ao *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, jornal oficial da obediência do Lavradio, que o grupo julgava não atender a seus interesses. Formado por maçons da cidade do Rio de Janeiro. A *Semana Maçônica* tinha o propósito de discutir o futuro da instituição perante a iniciação descontrolada de novos membros na organização, com base no artigo intitulado “Causas da decadência da Maçonaria no Brasil”:

Uma das principais causas da decadência da Maçonaria no Brasil é a grande quantidade de membros que conta esta. A primeira vista é isso um paradoxo insustentável, pois em regra geral uma associação parece que será tanto mais forte e capaz de preencher os seus fins quanto mais numeros for. Quão longe está desse typo a Maçonaria Brasileira, graças a irreflexão, ou antes a falta de educação maçônica de seus membros em geral. Para que a Maçonaria Brasileira pudesse estar collocada em sua verdadeira altura, para que pudesse ser a expressão real do maçonismo, para que ella pudesse conseguir os fins de uma associação digna desse nome, era mister que comprehendesse que uma das principaes condições necessárias seria ser cada um de seus membros o mais independente e o *menos necessitado possível*. Dahi a precisa escolha de oobr:. que fossem não somente homens honestos, etc., etc., mas que ao mesmo tempo preenchessem as condições que acabamos de apontar. Admittir, porém, salvo caso muitíssimo excepcional, homens aliás dignos dos maiores elogios por suas virtudes, etc., mas carentes de quem os proteja de mais um modo, ou pelo menos incapazes de menor protecção é certamente desnaturar o espírito maçônico [...] E como negar agora que é isto devido a grande quantidade de oobr:. que ella conta? No momento em que todos os homens sejam maçons deixa de existir Maçonaria e cahe-se novamente no mundo profano; portanto, quanto maior for o número de seus membros mais ella se aproxima desse resultado³⁵¹.

Os articulistas do periódico *A Semana Maçônica*, quando criticavam a iniciação de indivíduos menos favorecidos socialmente na maçonaria, não temiam apenas que os recursos da organização diminuíssem ou houvesse o risco de inadimplência. O grupo estava, efetivamente, preocupado com a perda de prestígio ostentada pela organização. Para eles, a vulgarização da maçonaria traria também a perda do seu *status*.

Esses homens não desejavam que a maçonaria ampliasse seu quadro, que se transformasse num espaço de todos. Para muitos pedreiros livres, a maçonaria tinha seu valor apenas quando caracterizada como espaço de sociabilidade, compartilhado por um pequeno grupo de pessoas pertencentes a camadas sociais semelhantes.

³⁵¹ *A Semana Maçônica*: Jornal Hebdomaderio. Rio de Janeiro 24 de setembro de 1873. Anno I. nº4.

A percepção dos articulistas de *A Semana Maçônica* contribui para a reflexão sobre como as lojas maçônicas recebiam as orientações provenientes das obediências. Embora não tivesse sido encontrado nenhum registro nas atas das Lojas Piratininga e América que evidenciasse algum tipo de rejeição aos novos membros, isso não significava que os Irmãos não tivessem reagido às determinações propostas pelas respectivas obediências.

A expansão das lojas e a ampliação do número de membros não alterariam, contudo, a dinâmica interna administrativa da organização. Os maçons mais antigos de casa recorreram a determinadas estratégias a fim de impedir que as decisões importantes a serem tomadas nas lojas caíssem nas mãos dos novos membros. Os membros históricos das Lojas Piratininga e América se mantiveram à frente dos principais cargos. Assim, as principais decisões a serem tomadas permaneciam circunscritas à vontade dos maçons mais experientes.

Na Loja América, as funções maçônicas mais importantes foram recorrentemente ocupados pelos mesmos Irmãos que alternavam as funções entre si. Luiz Gama ocupou o posto de segundo vigilante (1871, 1872, 1874, 1875) e, na sequência, ocupou o de venerável (1876 a 1880), antes de “adormecer em loja”. Américo de Campos, por diversos anos, exerceu o cargo de orador (1874, 1876, 1877, 1878) e de primeiro vigilante (1875 e 1887).

Na sessão de 13 de dezembro de 1874, Américo de Campos assumiu o lugar do venerável então ausente³⁵². Além de Américo de Campos, surgiu o nome de Jesuíno Antonio de Castro, como primeiro vigilante (1877, 1878, 1879), de João Fernandes da Silva Júnior, ocupando a vaga de primeiro vigilante, em 1875, de segundo vigilante, nos anos de 1877, 1878 e 1879³⁵³. No período de 1883 a 1885, João Fernandes da Silva Júnior ocupou o posto de venerável.³⁵⁴

Na Loja Piratininga, os cargos maçônicos tinham configuração semelhante Joaquim Ignácio Ramalho manteve-se no de venerável por 45 anos consecutivos. Para os de primeiro e segundo vigilantes, nos anos de 1865 e 1866, destacaram-se, respectivamente, os Irmãos Manuel Dias de Toledo e Carlos Martins. Em 1867, Vicente Rodrigues da Silva

³⁵² Ata da Loja América. Livro 2. 13/12/1874.

³⁵³ Ata da Loja América. Livro 2. 08/05/1877. No mesmo processo eletivo João Fernandes da Silva Junior concorreu para dois cargos distintos, primeiro vigilante e segundo vigilante, nos dois casos recebeu 3 votos, optando por ocupar o cargo de segunda vigilante.

³⁵⁴ A única exceção que encontramos nas atas da Loja América, no segundo período, foi Bento Cortiço. O maçom iniciado 3 de janeiro de 1888, foi eleito para ocupar o cargo de secretário apenas três meses depois de seu ingresso no círculo maçônico. Ata da Loja Piratininga 3 de janeiro de 1888, 21 de maio de 1888.

ocupou o cargo de segundo vigilante³⁵⁵ e José Couto de Magalhães, o de orador, em 1864. Em suma, os mesmos Irmãos se alternavam à frente dos mesmos cargos. As atas da Loja Piratininga revelam que os maçons iniciados depois da década de 1870, em geral, não desempenharam posições de destaque nas lojas.

A faixa etária dos membros das lojas maçônicas é outro importante quesito desta análise uma vez que, tendo o perfil etário dos maçons também sofreu alterações entre um período e outro. Na Tabela 3.9, nota-se que a maioria dos iniciados estava concentrada na faixa etária entre 21 e 30 anos, no primeiro período.

Tabela 3.9. Idade dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873)

Faixa etária	Quantidade	% da Loja
Não declararam	95	42,2
18-20	14	6,2
21-30	104	46,2
31-40	6	2,7
41-50	5	2,2
51-60	1	0,4
Total	225	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1850-1873).

No segundo período da Loja Piratininga (Tabela 3.11), o percentual se manteve na mesma faixa etária, contabilizando o montante de 123 iniciados, isto é, 24,8%. O que chamou a atenção, contudo, foi o ingresso de candidatos mais velhos. Enquanto no primeiro período (Tabela 3.9) registrou-se a iniciação de apenas seis maçons na faixa etária entre 31 e 40 anos, ou seja, 2,7%, no segundo período (Tabela 3.11) foi identificada a iniciação de 48 maçons com essa idade, isto é, 9,7%. Na faixa etária compreendida entre 41 e 50 anos no primeiro período, foram iniciados cinco maçons, correspondente a 2,2%, e, no segundo, 15, ou seja, 3,0%. Outro dado relevante para esse quesito observa-se na faixa etária de 51 a 60 anos. Para o primeiro período, registrou-se a iniciação de apenas um maçom, isto é, 0,4%, ao passo que, no segundo, foram nove, ou seja, 1,8%. Somente no segundo período observa-se na Piratininga o surgimento de uma nova faixa etária, de 61 a 70 anos, que não aparece no primeiro período. Nessa faixa etária, que surge somente no segundo período, foram iniciados quatro maçons, isto é, 0,8% (Tabela 3.11).

³⁵⁵ Ata da Loja América. Livro 2. 06 de junho de 1867.

Na Loja América, no primeiro período, predominariam iniciados na faixa etária entre 21 e 30 anos, assim como na Loja Piratininga, como se verifica nas Tabelas 3.9 e 3.10. Pode-se afirmar, portanto, que o perfil dos maçons da Loja Piratininga, no segundo período, envelheceu se comparado com o primeiro. Já a Loja América percorreu o caminho contrário.

No primeiro período na Loja América (Tabela 3.10), observa-se que, na faixa etária entre 21 e 30, foram iniciados 74 maçons, ou seja, 53,6%; nessa mesma faixa etária, no segundo período (Tabela 3.12), o número foi inferior, 24, isto é, 17,5%. Na faixa de 31 a 40, no primeiro período, foram iniciados 40 Irmãos, ou seja, 20,0%; na faixa etária entre 41 e 50, no primeiro período, houve 18 iniciados, isto é, 13,0%, ao passo que, no segundo, apenas um, ou seja, 0,7 (Tabela 3.12). Entre 51 e 60, no primeiro período, quatro iniciados, ou seja, 2,9% e, por fim, na faixa de 61 a 70, no primeiro período, registraram-se apenas dois iniciados, isto é, 1,5%, (Tabela 3.10), sendo que, no segundo período, não houve registro nessa faixa etária.

Tabela 3.10. Idade dos maçons da Loja América (1868-1870)

Faixa etária	Quantidade	% da Loja
Não declararam	0	0,0
21-30	74	53,6
31-40	40	20,0
41-50	18	13,0
51-60	4	2,9
61-70	2	1,5
Total	138	100,0

Fonte: Atas da Loja América (1868-1870).

Tabela 3.11. Idade dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888)

Faixa etária	Quantidade	% da Loja
Não declararam	291	58,7
18-20	6	1,2
21-30	123	24,8
31-40	48	9,7
41-50	15	3,0
51-60	9	1,8
61-70	4	0,8
Total	496	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1874-1888).

Tabela 3.12. Idade dos maçons da Loja América (1874-1888)

Faixa etária	Quantidade	% da Loja
Não declararam	102	74,5
18-30	24	17,5
31-40	8	5,8
41-50	1	0,7
51-60	2	1,5
Total	137	100,0

Fonte: Atas da Loja América (1874-1888).

Enquanto a Loja Piratininga passava por um processo de amadurecimento de seu quadro, a Loja América seguiu caminho oposto. Outro quesito importante que permite conhecer o perfil dos maçons das lojas maçônicas são as informações relativas ao estado conjugal. A Loja Piratininga, no primeiro período (Tabela 3.13), de um total de 225 maçons, 84 declararam-se solteiros, 19 casados e apenas dois viúvos.

Tabela 3.13. Estado conjugal dos maçons da Loja Piratininga (1850-1873)

Situação	Quantidade	% da Loja
Não declararam	120	53,3
Solteiros	84	37,3
Casados	19	8,5
Viúvos	2	0,9
Total	225	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1850-1873).

Nesse primeiro intervalo de tempo, parece que o interesse de iniciação foi maior entre os candidatos solteiros que entre os casados e os viúvos. Os dados relativos à idade e ao estado conjugal devem ser cruzados com o quesito relativo à ocupação. Na Tabela 1, nota-se a ampla presença de estudantes entre os iniciados, refletindo, consequentemente, os altos índices de indivíduos iniciados, frequentadores da Faculdade de Direito, que, em geral, eram solteiros, e cujos recursos para sua manutenção na cidade, na maioria das vezes, eram provenientes de apoio familiar.

Como vimos na Tabela 3.2, mencionada anteriormente, a Loja América sofreu menos influência da presença de estudantes do que a Loja Piratininga. A América atraiu,

especialmente, no primeiro período, profissionais liberais (advogados, médicos, jornalistas, etc.), em geral, homens maduros e socioeconomicamente estabelecidos.

Tabela 3.14. Estado conjugal dos maçons da Loja América (1868-1870)

Situação	Quantidade	% da Loja
Não declararam:	0	0,0
Solteiros	84	60,9
Casados	51	37,0
Viúvos	3	2,1
Total	138	100,0

Fonte: Atas da Loja América (1868-1870).

No primeiro período (1868-1870) da Loja América, embora tenha prevalecido a iniciação de homens solteiros, (84), a presença de homens casados era significativa (51), além dos viúvos (3), porém de menor quantidade (tabela 3.14). O número de maçons casados, no primeiro período (1850-1873), na Loja América, era superior ao da Loja Piratininga.

No segundo período analisado, a Loja Piratininga (1874-1888) apresentou sensível mudança dos iniciados. Enquanto no primeiro intervalo de tempo, o número de solteiros iniciados foi de 102, isto é, 37,3%, no segundo, o ingresso de Irmãos foi de 84, ou seja, 20,6%. Já o número de casados no primeiro intervalo de tempo foi de 19, isto é, 8,5%, e no segundo, registraram-se 80 maçons casados, ou seja, 16,1%. O número de viúvos também aumentou significativamente de 2, isto é, 0,9%, para 9, ou seja, 1,8% (ver Tabelas 3.13 e 3.15).

Tabela 3.15. Estado conjugal dos maçons da Loja Piratininga (1874-1888)

Situação	Quantidade	% por loja
Não declararam	305	61,5
Solteiros	102	20,6
Casados	80	16,1
Viúvos	9	1,8
Total	496	100,0

Fonte: Atas da Loja Piratininga (1874-1888).

Quanto ao estado conjugal, é interessante pontuar que a Loja América passou pelo processo contrário ao da Piratininga (ver Tabelas 3.14 e 3.16).

Tabela 3.16. Estado conjugal dos maçons da Loja América (1874-1888)

Situação	Quantidade	% da Loja
Não declararam	108	78,8
Solteiros	18	13,1
Casados	9	6,6
Viúvos	2	1,5
Total	137	100,0

Fontes: Atas da Loja América (1874-1888).

Os dados revelam que o número de maçons que se declaravam solteiros havia diminuído significativamente: enquanto no primeiro período foram registrado 84 solteiros, isto é, 60,9%, no segundo, foram apenas 18, ou seja, 13,1%, entre os casados, de 51, isto é, 37%, no primeiro período, apenas 9 ingressantes, ou seja, 6,6%, e, por fim, o número de viúvos também caiu de 3, ou seja, 2,17% para 2 iniciados, isto é, 1,46%.

Embora se tenha apresentado o perfil maçônico das lojas Piratininga e América, no período de 1850 a 1888, alguns quesitos não puderam ser desenvolvidos nesta pesquisa, como, por exemplo, as categorias cor, religião e orientação política.

A categoria religião possuía representatividade no primeiro período da Loja Piratininga, contando com 117 católicos, ou seja, 52%, de um total de 225 testemunhos. No segundo período a mesma loja registrou número inferior, 83, correspondendo, a um total de 17%, a mesma registrando ainda a iniciação de 4 Irmãos que se declararam protestantes, isto é, 1%. Embora não fosse representativa a presença desse último grupo, no segundo período, nota-se uma sensível mudança religiosa na organização na organização, ainda que tenha mesmo prevalecido à iniciação de católicos na Piratininga. Na Loja América, para o primeiro período, não há registros para essa categoria. Para o segundo período, registrou-se a religião de apenas 7 iniciados, seis católicos (Albino Soares Bairão, comerciante, português; Francisco Pedro de Oliveira Junior, católico, iniciado em seis de fevereiro de 1876, 23 anos, São Paulo, tipógrafo, brasileiro, republicano; Manuel José da Cruz Novais, católico, seis de fevereiro de 1876, casado, 27 anos, negociante, liberal; Moises Soares de Castro, 37 anos, viúvo, católico, negociante, liberal; Domenico Cousonti, católico, iniciado em oito de maio de 1877, solteiro, 30 anos, artista, italiano; Joaquim Gabriel Coutinho, católico; 24 de maio de 1877, solteiro, artista, brasileiro; Joaquim Lopes da Silva, católico, solteiro, 22, professor e liberal) e um protestante (Benecdito Graco Pinto da Gama - filho de Luiz Gama - solteiro, iniciado aos 18 anos, estudante, republicano).

Entre os católicos observa-se diversidade profissional, de faixa etária, estado conjugal e nacionalidade. Outro quesito que não pôde ser explorado com profundidade foi à orientação política em decorrência do baixo número de declarações dos iniciados no conjunto documental.

3.2 Pautas políticas na maçonaria: monarquistas, republicanos, escravistas e abolicionistas.

A loja Piratininga manteve-se alheia às discussões políticas, uma vez que estava ligada a uma obediência. Na documentação analisada não foi revelada nenhuma informação sobre a orientação política de seus iniciados. Enquanto loja maçônica ligada ao Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos, lançavam-se ativamente nas questões políticas e sociais vigentes. O grão-mestre dessa obediência, Saldanha Marinho, apoiou incondicionalmente o republicanismo como forma de governo, atraindo, dessa forma, muitos candidatos republicanos para a organização. Conforme Alexandre Mansur Barata, “a partir de 1870, os maçons republicanos encontravam no Grande Oriente do Brasil, ao vale dos Beneditinos, liderada por Saldanha Marinho, importante meio de divulgação de suas teses”³⁵⁶.

Pertencente à obediência dos Beneditinos, a Loja América concentrou na cidade de São Paulo os maçons republicanos. Segundo Luaê Carregari Carneiro Ribeiro, “desde a fundação da Loja América havia, entre seus membros, um comprometimento com a difusão da ideia republicana”³⁵⁷. A autora revelou em sua análise a existência de “uma rede de relacionamentos entre maçons-republicanos, contribuindo para a sustentação política do novo grupo”³⁵⁸ político. Segundo Ribeiro, a Convenção de Itu, realizada no interior da província, registrou a presença de um número significativo de Irmãos da Loja América:

A presença das principais figuras maçônicas de São Paulo no evento que foi considerado o marco da fundação do PRP era significativo, tanto assim, que, no que tange aos participantes, a reunião republicana mais parecia uma convocação maçônica. Da loja América estavam presentes o venerável (presidente da loja) Américo Brasiliense,

³⁵⁶ BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano., op.cit.,

³⁵⁷ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo.*, op.cit., p.118.

³⁵⁸ Idem., p.118.

além de Américo de Campos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, José Luíz Flaquer e Antonio Francisco de Paula Sousa³⁵⁹.

De acordo com Ribeiro, a Loja América teve papel determinante na articulação que culminou na criação do PRP³⁶⁰. Américo Brasiliense encabeçou o movimento com o apoio de Luiz Gama, Américo de Campos, José Ferreira de Menezes, João Fernandes da Silva Júnior³⁶¹ e Olímpio da Paixão³⁶², todos maçons republicanos da Loja América.

Esses homens não formavam, contudo, um grupo homogêneo, visto que, no interior da Loja América, não havia consenso sobre como deveria ser a agenda republicana. Os membros divergiam na delicada questão da substituição do trabalho servil. Uma parcela significativa de republicanos em São Paulo era formada por fazendeiros escravistas, enquanto uma pequena ala era composta por republicanos abolicionistas.

Luiz Gama, Américo de Campos, José Ferreira de Menezes e Olímpio da Paixão representavam o grupo minoritário, formado por republicanos que clamavam a incorporação em sua agenda política da luta contra a escravidão. A defesa de uma agenda abolicionista no partido gerava constrangimento entre os representantes do grupo majoritário, formado, em sua maioria por fazendeiros escravistas³⁶³.

Assim, o grupo de abolicionistas republicanos viu-se cada vez mais isolado ante a atuação dos maçons escravocratas no partido. Luiz Gama, representante da ala abolicionista, distanciou-se do grupo maçônico escravista na expectativa de manifestar suas ideias dissonantes³⁶⁴. Depois de boicotar a Convenção de Itu, em 1873, Gama

³⁵⁹ Ibidem, p.136.

³⁶⁰ Ibidem. p.136.

³⁶¹ José Fernandes da Silva Júnior era advogado formado na Academia de Direito de São Paulo. João Fernandes da Silva Júnior foi iniciado na Loja América, assinou o Manifesto do Congresso Republicano em 1870, ao lado de outros irmãos, Salvador de Mendonça, José Luiz Flaques, Olímpio da Paixão e Américo de Campos. João Fernandes envolveu-se na fuga de escravizados “tal João Fernandes, acusado de ser o homem que embarcara os escravos na estrada de ferro de Jacaré em direção à capital”. O maçon foi presidente da Caixa Emancipadora Luiz Gama em 1885 e venerável da Loja América, entre os anos de 1884 e 1885. Ver: Almanaque da Província de São Paulo 1885, p.259.

³⁶² Olímpio da Paixão era paulistano, filho de Luiz Maria da Paixão, que por muitos anos foi proprietário de uma farmácia na Rua São Bento. Republicano e abolicionista mudou-se para Atibaia onde exerceu a função de advogado, vale salientar que antes de mudar de cidade, o maçon ao lado de Luiz Gama realizou ações de liberdade em benefício dos cativos ilegalmente escravizados. Coursou direito entre os anos de 1864 e 1868, nesse contexto estreitou laços de amizade com Joaquim Nabuco, Américo de Campos, Américo Brasiliense, José Ferreira de Menezes. Ver: NOGUEIRA, Almeida. *Tradições e Reminiscências.*, op.cit., p. 248.

³⁶³ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha.* op.cit., p.163.

³⁶⁴ Havia discordâncias entre os correligionários do Partido Republicano Paulista, de um lado estava Luiz Gama que recebeu a alcunha de utópico, porque se posicionou contra as alianças que o PRP pretendia fazer

continuou seguindo suas próprias convicções republicanas, contrariando os interesses dos demais membros do partido.

Em 1872, o PRP realizou uma conferência pública com o intuito de firmar a posição de que o tema da substituição do trabalho servil não seria pauta do novo partido³⁶⁵ como forma de atrair os fazendeiros de café escravocratas republicanos, que somavam a maioria dos republicanos paulistas³⁶⁶, como é sabido. No Primeiro Congresso do Partido Republicano Paulista, realizado em 2 de julho de 1873, a decisão foi pronunciada oficialmente

1º - Em respeito ao princípio federativo, cada província realizará a reforma da escravidão de acordo com seus interesses peculiares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. 2º - Em resposta aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio de liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate³⁶⁷.

O comunicado provocou divisões e acirrou ainda mais as brigas internas no interior do partido. Embora Luiz Gama tenha boicotado a Convenção de Itu, permaneceu vinculado ao PRP, sem se curvar às suas decisões. O maçom continuou defendendo a abolição incondicionalmente³⁶⁸.

As alianças que os republicanos desejavam fazer com os liberais, com o intuito de conquistarem cadeiras no Parlamento, indignavam Luiz Gama, que defendia a derrubada da monarquia e a instauração da República. O abolicionista era contrário a qualquer tentativa de negociação entre republicanos e monarquistas para alcançar o poder³⁶⁹. De acordo com Elciene Azevedo, o jornal *Pollichinelo*, de propriedade de Luiz Gama, tornou-se porta-voz de seu pensamento político³⁷⁰.

junto ao Partido Liberal durante as eleições. O maçom defendia a ideia de que o Partido Republicano Paulista deveria lutar contra a monarquia não se aliar a ela. Ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. op.cit., Ver: Capítulo 3: Um sonho de república, pp. 139-188.

³⁶⁵ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. op.cit, p. 140.

³⁶⁶ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo*., op.cit., p. 137.

³⁶⁷ *Correio Paulistano* 6 de julho de 1873.

³⁶⁸ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*., op.cit., p. 148.

³⁶⁹ Idem.,

³⁷⁰ Ibidem.,

Segundo Luaê Ribeiro, uma parcela representativa dos membros da Loja América era composta por republicanos escravocratas, apesar de poucos declararem sua orientação política no testemunho de iniciação. O documento de divulgação, publicado pela tipografia do maçom, da Loja América, José Maria Azevedo Marques, no *Correio Paulistano*, em 1870, demonstrava que não havia preocupação da organização em explicitar a orientação política de seus membros. O registro, contendo o perfil dos iniciados na Loja América, entre os anos de 1868 a 1870, não fazia menção à orientação política de nenhum de seus integrantes³⁷¹. Luiz Gama, Américo de Campos e Américo Brasiliense, conhecidos como republicanos, não tiveram sua orientação política manifestada no documento. Somente no segundo período é que se registradas as orientações políticas de alguns iniciados.

Desse modo, entre (1874-1888), apenas 8 candidatos tiveram sua orientação política registradas nas atas. Seis declararam-se republicanos: Caetano Nazarate, Eneias Alves Fernando de Andrade, Alfredo Augusto de Azevedo, Felício de Campos Cintra; Francisco Pedro de Oliveira Júnior, Benedicto Graco Pinto da Gama (filho de Luiz Gama) e apenas dois se declararam liberais³⁷²: Joaquim Lopes da Silva e Manoel José da Cruz Novaes³⁷³.

³⁷¹ Foi encontrada uma cópia do documento no arquivo da Loja Piratininga, depositado na caixa de documentos avulsos. O registro trás informações completas sobre os iniciados (nome completo, nacionalidade, idade, estado conjugal, data de iniciação e profissão) entre os anos de 1868 e 1870. O documento foi elaborado na tipografia do jornal *Correio Paulistano* de propriedade do maçom José Maria de Azevedo Marques. O material impresso, provavelmente, foi distribuído entre as lojas maçônicas de São Paulo, com o intuito de divulgar a nova loja na cidade. Nesse período, o Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, ainda não tinha rompido laços com a obediência Grande Oriente Unido. As informações e os maçons de obediências distintas podiam circular livremente entre uma loja e outra. A medida proibindo o trânsito de maçons entre as lojas maçônicas rivais passou a vigorar na Loja Piratininga apenas em 1873, pelo Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio.

³⁷² Durante muito tempo ser liberal e republicano foram termos convergentes, entretanto, a partir de 1878, um novo cenário se apresentou com a “ascensão do gabinete Sinimbu” e em São Paulo, esta separação se tornaria latente em São Paulo. Se, por um lado, evidenciava-se o divórcio entre os liberais e os republicanos, por outro, via-se a aproximação entre esses últimos e os conservadores. Ressalta-se o fato de que muitos republicanos históricos como Saldanha Marinho, Luiz Gama e Américo de Campos pertenceram ao Partido Liberal, e dialogavam com os liberais constantemente, algum tempo antes de manifestarem desejo da mudança de regime para a República. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: Do Império à República. O manifesto de 1870. (Org) Sérgio Buarque de Holanda. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo II. 5º Vol. t.2. pp. 256-270.

³⁷³ Atas da Loja América (1874-1888).

3.3. “Homens de cor” nos templos maçônicos

A documentação consultada, embora tenha oferecido informações relevantes a respeito do perfil de seus iniciados (ocupação, estado conjugal, idade, nacionalidade, etc.), manteve completo sigilo sobre a cor da pele de seus ingressantes. A maçonaria reconhecia que todos eram iguais, independentemente da “cor”.

Pertencer à maçonaria poderia ser mais uma alternativa aos arranjos sociais rigidamente hierarquizados, que, invariavelmente, produziam relações de dependência, marcados por imposições por meio da força física, moral e material. A maçonaria, organização iniciática, de ajuda mútua, guardava alguns preceitos do iluminismo, como a igualdade e a fraternidade, conforme demonstra a Constituição de Anderson:

Toda promoção entre os *Maçons* está fundada somente no Valor real e no Mérito pessoal; assim para que os senhores possam ser bem servidos, para que os Irmãos não fiquem sujeitos à vergonha, e que o Ofício Real não seja menosprezado; consequentemente nenhum Mestre ou Vigilante é escolhido pela Antiguidade, mas por seu Mérito³⁷⁴.

A organização determinava que a ascensão maçônica do Irmão fosse fruto de mérito próprio. Segundo Margaret Jacob, em tese o “iluminismo maçônico” estava assentado no mérito individual e no princípio de equidade entre os homens, de modo que, no espaço maçônico, não poderia haver discriminação por raça, religião ou origem social. Todos deveriam ser vistos como iguais e, quando iniciados, precisariam deixar fora do círculo maçônico as diferenças então impostas pela sociedade profana; somente os talentos e as virtudes dos Irmãos³⁷⁵, seriam considerados, tão somente, a posição ou prestígio que, por ventura, o maçom viesse a desfrutar ao longo de sua trajetória na organização, deveria resultar única e exclusivamente de suas habilidades. Conforme sublinharam Marco Morel e Françoise Jean Souza, a maçonaria caracterizou-se por ser espaço de sociabilidade e de construção de laços protetivos, almejado e desejado pelos homens de modo geral e pelos “homens de cor” em particular:

(...) é importante perceber que, por seu ideal igualitário, elas representaram no Brasil escravista a possibilidade de ascensão para indivíduos oprimidos do ponto de vista étnico e social. Ou seja, havia homens mulatos e descendentes próximos de escravos libertos que

³⁷⁴ ANDERSON, James. *Constituição de Anderson*., op.cit., p.52.

³⁷⁵ JACOB, Margaret. C., *The origins of freemasonry: facts & fictions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991, p. 154.

encontravam vez e voz na Ordem dos Pedreiros-Livres que não possuíam restrições de origem racial ou de tradição familiar acentuada³⁷⁶.

Para muitos “homens de cor” nascidos livres, integrar-se à ordem maçônica significava a possibilidade de experimentar a cidadania e desfrutar de um espaço de debate, como também a chance de ocupar posições de prestígio que lhes afiançasse status e projeção social, obstáculos que, normalmente, não conseguiam superar em outros espaços importantes de sociabilidade e poder, como, por exemplo, a Faculdade de Direito.

Na obediência chefiada por Saldanha Marinho parecia não haver distinção entre os Irmãos “brancos” e os de “cor”, uma vez que o grão-mestre, a partir de 1876, passou a permitir a iniciação de libertos. Ademais, o maçom estava atento ao debate sobre o racismo maçônico presente em outras ordens. A sua obediência foi uma das primeiras a manifestar-se contra a posição das lojas maçônicas norte-americanas que proibiam a iniciação de “homens de cor”³⁷⁷. No *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho* publicou-se apoio explícito aos “irmãos de cor” norte-americanos:

Admittindo que as Grandes Lojas regulares possuem de seu lado a lei maçônica e a equidade, como devem ser tratados os maçons de côr, que são tão numerosos nos EUA? Não se pode reconhecê-los, senão com a condição de submeterem-se as Grandes Lojas regulares, mas receíamos que a controversa seja bastante irritante para poder dar origem a esta solução... Estarão as Grandes Lojas brancas e as lojas das respectivas jurisdições dispostas a acolher benevolmente os maçons de côr em todas as circunstancias? No caso afirmativo, os maçons de côr não têm a menor desculpa para o seu procedimento. Mas, no caso contrário, o que devem elles fazer? Em theoria não enxergamos inconveniente algum em que os maçons de côr se reúnam nesta qualidade, suppondo-se que obtenham cartas regulares; e mesmo inclinamo-nos a pensar que tal combinação poderia convir às duas partes. O único meio de terminarem a lucta seria, em nossa opinião, pedirem as lojas de côr cartas às Grandes Lojas regulares e então constituírem regularmente entre si Grandes Lojas de Estado”³⁷⁸.

O debate sobre discriminação racial maçônica atingiu diversos países, inclusive o Brasil. A ordem de Saldanha Marinho estava atenta à discussão. No periódico, acima citado, encontram-se diversos artigos e notas traduzidos e transcritos de jornais maçônicos

³⁷⁶ MOREL, Marco; SOUZA, Francoise Jean de O. *O poder da maçonaria*. op.cit., p.132.

³⁷⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania*. op.cit., p.119-120.

³⁷⁸ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Livro 1-4, jan/abril. 5º ano, 1876, p. 191.

ingleses e norte-americanos sobre o debate do racismo entre os maçons³⁷⁹. Nesses artigos, havia um forte apelo para que as obediências de outros países reconhecessem as lojas pertencentes à ordem da Prince Hall³⁸⁰. O grão-mestre, além de ajudar a denunciar a prática racista, mencionava no jornal de sua ordem o nome de outras obediências maçônicas dispostas a fazer o mesmo³⁸¹.

Durante o anno, uma solução de alta importância chegou até nós. A assembleia Geral das Grandes Lojas da Alemanha, em sua ultima sessão, celebrada em maio, na cidade de Darmstadt, achando-se ahi, devidamente representadas as oito Grandes Lojas do império allemão, reconheceu a Grande Loja de côr Prince Hall, de Massachussets e a Grande Loja de côr do estado de Ohio. Esta ultima foi também reconhecida pelos Grandes Orientes do Perú e da República Dominicana. A Grande Loja Alpina, na Suissa, submetteu o estudo da questão às Lojas subordinadas, e uma grande maioria respondeu em favor do reconhecimento das Grandes Lojas de côr.³⁸²

A decisão de Saldanha Marinho de apoiar as lojas norte-americanas formadas por “homens de cor” demonstrava que, em sua ordem, o “preconceito de cor” não teria espaço, uma vez que o próprio grão-mestre da ordem era um “homem de cor” (ver Figura 3.17). As lojas americanas, especialmente, as do Sul dos Estados Unidos, alimentavam o discurso segregacionista, subvertendo os princípios universais maçônicos em defesa da igualdade e da fraternidade entre os Irmãos³⁸³.

³⁷⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Livro 1-4, jan/abril. 5º ano, 1876, p. 191.

³⁸⁰ Desde o final do século XVIII, a maçonaria americana, principalmente as lojas do sul do país, havia colocado em prática medidas segregacionista que vetavam a iniciação de “homens de cor” em seus quadros. As ordens maçônicas americanas adotaram medidas segregacionistas alegando a inferioridade dos “homens de cor”. Em 1851, a Grande Loja de Nova Iorque pronunciou um discurso discriminatório que ilustrava o pensamento de todas as lojas maçônicas norte-americana. Ver: CARVALHO, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria Negra*. Londrina, Paraná: Editora Trolha, 1999. p.11-33.; WILLIAMS, Loretta J. *Black Freemasonry and Middle-Class Realities*. University of Missouri Press Columbia e London, 1980.

³⁸¹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. livro 1-4, jan/abril. 5º ano, 1876, p. 191.

³⁸² *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Livro 1-4. 5º ano, 1876. Jan/Abri, p.191.

³⁸³ O debate sobre racismo maçônico emergiu como tema ainda no século XVIII, num período conturbado da Revolução americana, quando um grupo de homens negros solicitou iniciação em lojas americanas e tiveram seus pedidos negados. Entre os maçons negros que haviam sido rejeitados estava Prince Hall, que teria sido iniciado na organização em 6 de março do 1775, na Loja Africana formada por homens livres negros. Prince Hall tornou-se grão-mestre da organização maçônica negra. O maçom desejava ver sua Loja reconhecida pela Grande Loja Unida da Inglaterra. Após consecutivos debates e resoluções, a Grande Loja Unida da Inglaterra decidiu reconhecer a legitimidade da ordem maçônica negra. A Loja Africana teria dado origem à organização maçônica Prince Hall. Ver: WILLIAMS, Loretta J. *Black Freemasonry and Middle-Class Realities*., op.cit.,

A solidariedade de Saldanha Marinho com as lojas maçônicas negras da ordem de Prince Hall parecia ser resultado não apenas de empatia com os “irmãos de cor” de outras partes do Atlântico, mas podia ser compreendida como uma estratégia deste para ampliar a visibilidade de sua obediência frente ao cenário maçônico internacional .

Figura 3.17 Saldanha Marinho

Fonte: Retrato de José Saldanha Marinho. In: Célia Maria Marinho de Azevedo. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*.

A presença de “homens de cor” na organização maçônica ganhou impulso principalmente no segundo quartel do século XIX, quando a população livre composta por negros e pardos, segundo o recenseamento de 1872, atingiu patamares mais elevados: 50,42% da população total³⁸⁴.

A ausência de informações a respeito da cor dos iniciados dificulta a formulação de um perfil racial dos maçons frequentadores das Lojas América e Piratininga. Assim, não se

³⁸⁴ Brasil/Diretoria Geral de Estatística (DGE), *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typophografia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

pode afirmar se a presença de “homens de cor” na organização foi substancial ou não. De acordo com Azevedo, “a questão se complicava internamente ao se entrelaçar com a questão escravista num país onde a maioria da população era de ascendência africana”³⁸⁵. O fato é que a identidade racial de poucos maçons foi revelada. Sabe-se que Benedicto Graco Pinto da Gama era um “homem de cor” porque era filho de Luiz Gama³⁸⁶ (ver Figura 3.18).

Figura 3.18 Benedicto Graco Pinto da Gama

Fonte: Euclides Andrade e Helly F. da Câmara, *A força pública de São Paulo*. esboço histórico, 1831-1931.

O silenciamento em relação à cor dos iniciados não pôde, contudo, ser respondido apenas com base nos preceitos da Constituição de Anderson, sendo preciso colocar em questão as transformações experimentadas pela sociedade escravista após o impacto da Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos em 1850.

Conforme o estudo de Hebe Mattos, *Das cores do silêncio*, a mudança na composição racial e social da sociedade escravista, a partir da segunda metade do século XIX, provocou o progressivo desaparecimento de termos como “pardo”, “crioulo”, “mulato”, “preto” e “cabra”. A autora atribuiu o fato ao crescimento da população livre

³⁸⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania*. op.cit., p. 239.

³⁸⁶ Benedicto Graco Pinto da Gama foi iniciado na Loja América em 29 de maio de 1877.

composta por descendentes de escravizados. A larga presença de “homens de cor” livres na sociedade inibia o uso de termos antes utilizados sistematicamente para referir-se ao escravizado.

A designação “crioulo” era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante “preto”, até a primeira metade do século, referia-se preferencialmente aos africanos. A designação de “negro” era mais rara e, sem dúvida, guardava uma componente racial quando aparecia nos censos de época qualificando a população livre. Nos processos analisados, entretanto, só aparece uma testemunha “negra”, sem especificação de sua condição de liberto e, ao longo do documento, essa condição ficou evidenciada. Reforçava-se dessa maneira, a liberdade como atributo específico dos “brancos” e a escravidão, dos “negros”³⁸⁷.

Na avaliação de Mattos, os termos “pardo”, “crioulo” e “preto” eram utilizados apenas para classificar a população escravizada. O crescimento da população de “homens de cor”, livres e libertos, contudo, inviabilizaria a manutenção do uso de tais termos, especialmente na segunda metade do século XIX, visto que a população de “cor” buscava estabelecer delimitações que os distinguisse dos escravizados.

Conforme Mattos, “a simples introdução da categoria “cor” nas primeiras experiências de recenseamento da população imperial [provocou] protestos generalizados”³⁸⁸. Na concepção das “pessoas de cor” uma parcela do reconhecimento da cidadania passava necessariamente pelo desaparecimento dessas terminologias (“pardo”, “crioulo” e “preto”). Conforme a autora, o crescimento da população formada por libertos e “homens de cor”, nascidos livres, fez com que aqueles termos perdessem significado social.³⁸⁹

A utilização desses termos poderia gerar situações constrangedoras e desconfortáveis aos “homens de cor”, sobretudo, especialmente, na segunda metade do século XIX, contexto em que muito descendentes de africanos ascendiam socialmente e passavam a frequentar as altas rodas da sociedade, como teatros, associações, irmandades e a própria maçonaria³⁹⁰.

³⁸⁷ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, op.cit., p. 42.

³⁸⁸ MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. (org.) José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp.349-392, p. 357.

³⁸⁹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. op.cit., p. 42.

³⁹⁰ Na década de 1830, durante o período regencial, “homens de cor”: ingênuos, libertos e livres levantaram-se contra o “preconceito de cor” e pelo direito de exercer a cidadania. Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “A recusa da ‘raça’, antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830”. *Horizontes Antropológicos*. Porto

Poucos “homens de cor” se apresentavam publicamente como descendentes de escravos. Luiz Gama foi uma rara exceção, que, ao longo de toda a sua trajetória, não se esquivou de evocar sua ancestralidade africana. Em livro de sua autoria, *Primeiras Trovas Burlescas*, lançado pela primeira vez em 1859, encontram-se poemas em que o maçom exalta sua negritude e a beleza da mulher negra³⁹¹.

Em outras lojas, também há registros da iniciação de “homens de cor”, cujas identidades raciais eram reconhecidas socialmente: Joaquim Saldanha Marinho, Francisco Paula Brito³⁹², José do Patrocínio (Loja Tradição e Virtude), Eutíquio Pereira Rocha (Loja Harmonia), Francisco Gê Acayaba Montezuma, Serafim Antônio Alves, Vicente de Souza e João Cândido Soares Meirelles. Vale ressaltar a declaração pública feita pelo maçom Eutíquio Pereira Rocha a um desafeto: “sou um negro arrojado e atrevido”³⁹³.

Enquanto alguns maçons eram mais eloquentes em suas declarações, outros eram mais discretos e sua identidade racial se manifestava sutilmente. Esse foi o caso de Ferreira de Menezes. (ver Figura 3.19). A identidade racial do abolicionista veio à tona porque era um homem público, das letras, que circulou nas altas rodas das elites paulistana e carioca. Sua imagem havia sido reproduzida em alguns periódicos, como a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini³⁹⁴.

A imagem do maçom foi retratada com fidelidade, respeitando os seus traços fenotípicos. Outro indício de sua origem racial revelava-se nos artigos que produzia em seu jornal *Gazeta da Tarde*, fundado em 1880. O maçom demonstrou empenho em sua luta contra o “preconceito de cor”, experimentado por ingênuos, libertos e “pessoas de cor”. O assunto era denunciado e debatido com frequência em seu jornal.

Alegre, ano 11, n.24, jul/dez. 2005; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

³⁹¹ GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas*. op.cit. Vale destacar que a esposa de Luiz Gama, Claudina Sampaio, era uma mulher negra, liberta.

³⁹² O jornal *O Homem de Cor* foi impresso na tipografia do maçom Francisco Paula Brito. ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

³⁹³ Jornal *A Boa Nova*, Belém, 6 de março de 1872. Op.cit. VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Universidade de Brasília, s/n p.175. Nascido na Bahia, assim como Luiz Gama, o Padre Eutíquio tornou-se maçom insubordinado. Tornando-se uma figura pública muito importante na história do Pará, no final do século XIX. Eutíquio faleceu dois anos antes de Luiz Gama. Ambos se tornaram referências importantes em suas respectivas lojas. ver: FRANCISCO, Renata Ribeiro. Por talentos e virtudes: trajetórias maçônicas de negros abolicionistas. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. 27 a 31 de julho 2015.

³⁹⁴ José Ferreira de Menezes em retrato de Ângelo Agostini para a *Revista Ilustrada* nº 251, 1881. In: FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*. op.cit., p.152.

Figura 3.19 Jose Ferreira de Menezes

Fonte: Imagem de Ferreira de Menezes. In: Ligia Fonseca Ferreira, *Com a palavra, Luiz Gama: poemas, artigos, cartas e máximas*. p.152.

O abolicionista maçom José do Patrocínio também se manifestou sobre sua ascendência africana e a reforçou em seus escritos, além de ter a sua imagem retratada na segunda metade do século XIX³⁹⁵ (ver Figura 3.20). Patrocínio era sócio de Ferreira de Menezes no jornal *Gazeta da Tarde*³⁹⁶. A folha tornou-se um dos principais porta-vozes do movimento abolicionista e do combate ao “preconceito de cor” na Corte³⁹⁷.

³⁹⁵ Filho de um padre com uma liberta, José do Patrocínio formou-se em farmácia, mas dedicou-se com afinco ao exercício do jornalismo. ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*. op.cit.

³⁹⁶ José do Patrocínio era maçom da Loja Virtude e Tranquilidade nº2, do Rio de Janeiro. Ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*. op.cit., p. 124.

³⁹⁷ A luta encampada pelo jornal *Gazeta da Tarde* não era nova, conforme Ana Flávia Magalhães Pinto, durante o período regencial, em decorrência de um processo mais amplo de luta pela construção e consolidação da cidadania, “homens de cor” de diferentes partes do Império (Rio de Janeiro, Recife, se organizaram e criaram seus jornais para combater o estigma da “cor”, que revelava ser o principal obstáculo à ascensão social do negro nascido livre e dos libertos). Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da ‘raça’: antirracismo e cidadania no Brasil dos anos 1830”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre. Ano11, nº24. Jul./dez. 2005; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. op.cit;

Figura 3.20 José do Patrocínio

Fonte: Ilustração de José do Patrocínio, realizada por Angelo Agostini e reproduzida In: Ligia Fonseca Ferreira. *Com a Palavra* Luiz Gama, 2011.

Um grupo significativo de “homens de cor” abolicionistas que alcançaram visibilidade pública recorreu à imprensa como caminho de luta contra o “preconceito de cor” e a escravidão. Embora o termo “racismo” não fosse empregado no período, isso não significa que os “homens de cor” livres não sofressem práticas discriminatórias. A historiografia tem revelado em estudos recentes que os “homens de cor” nascidos livres e os libertos, mesmo com seus direitos reconhecidos pela Constituição de 1824, padeciam com o estigma da cor³⁹⁸.

Muitos “homens de cor” queixavam-se de terem seu direito de ir e vir cerceado, uma vez que, a todo o momento, sua liberdade era colocada à prova. Antonio Pereira Rebouças, ocupando lugar de ampla visibilidade na Corte, negro nascido livre, importante jurista, relatou que em sua viagem de Salvador até o Rio de Janeiro, em 1823, quase foi proibido de prosseguir para Porto Seguro porque tinha sido confundido com escravo fugido, somente recebeu autorização para continuar porque o juiz municipal conhecia o seu

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania*. op.cit.; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*. op.cit.

³⁹⁸ MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil., op.cit., p.349-392.

trabalho como advogado renomado. Cena como a descrita por Antonio Rebouças se repetia cotidianamente. A experiência de escravização vivida por Luiz Gama, bem como a do relato de Antonio Rebouças, demonstra que a escravização ilegal era prática corriqueira e, certamente, outras “pessoas de cor” nascidas livres também temiam sofrer com esse estigma. Não foi por mero acaso que o jornal de Ferreira de Menezes construiu uma agenda de combate ao “preconceito de cor”, visto que Menezes, sentia o problema na pele .

Ferreira de Menezes, nascido no Rio de Janeiro, mudou-se para a cidade de São Paulo em 1866, com o propósito de cursar Direito. Na Faculdade, o jovem despertou o gosto pela literatura e pelo teatro, como tantos outros poetas e literatos formados naquela instituição³⁹⁹. Como muitos estudantes, Menezes foi iniciado na maçonaria na Loja Piratininga em 1866 e, após breve passagem, seguiu para a Sete de Setembro e, por fim, filiou-se à América.

Depois de concluir o bacharelado, Ferreira de Menezes permaneceu por mais alguns anos na capital da província, participando ativamente da vida social e política do local. Abriu seu próprio escritório de advocacia e defendeu causas diversas, incluindo ações de liberdade. O maçom atuou como jornalista, destacando-se como colaborador da folha *Radical Paulistano* em 1869, órgão do Club Paulistano, apoiando também a criação do PRP⁴⁰⁰.

É provável que Ferreira de Menezes tenha se filiado à Loja América depois de 1871, já que seu nome não aparece na lista de maçons iniciados na loja, entre os anos de 1868-1870⁴⁰¹. Assim como ele, outros maçons, como Luiz Gama⁴⁰², Américo de Campos e Ignacio Emilio Achilles Betholdi, passaram por diversas lojas até se filiarem à América⁴⁰³.

A presença de “homens de cor” em mais de uma loja maçônica demonstra que esses homens não tiveram problemas em circular entre uma loja e outra. Luiz Gama e Ferreira de

³⁹⁹ Idem., p.19.

⁴⁰⁰ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos.*, op.cit.,

⁴⁰¹ Arquivo da Loja Piratininga. Loja América. São Paulo: Tipografia Correio Paulistano. José Maria Azevedo Marques, 1870.

⁴⁰² Embora, não tivessem sido encontrados documentos que informassem onde Luiz Gama tinha sido iniciado, há algumas pistas. O maçom, antes de compor o quadro da Loja América, passou pela Loja Sete de Setembro. O nome de Luiz Gama aparece nos registros de ata da Loja Piratininga em 1867, na ocasião o abolicionista participava de uma sessão maçônica, como visitante representando a Loja Sete de Setembro. A ata em questão revelava ainda o grau maçônico do abolicionista (Grau 18 Soberano Rosa Cruz). O grau elevado sugeria que Luiz Gama havia ingressado na maçonaria há bastante tempo.

⁴⁰³ Ata da Loja Piratininga. 16 de maio de 1867.

Menezes não foram tolhidos em suas passagens pelas organizações. Pelo contrário, aparecem ocupando os cargos mais importantes nas lojas pelas quais transitaram.

A mudança constante de loja maçônica certamente era um indicativo de que o Irmão estava sempre à procura daquela que melhor se adequasse a suas expectativas e interesses. Após circular por inúmeras, Ferreira de Menezes parece ter encontrado o amparo desejado na América. Nela, o republicano abolicionista encontrou outros irmãos que compartilhavam os mesmos ideais e as mesmas lutas⁴⁰⁴, o que colaborou para que permanecesse vinculado a ela até o fim de sua vida. Não rompeu os laços construídos naquele espaço, nem tampouco pretendia perder o status conquistado no local. O maçom ocupou cargos importantes na loja, como primeiro vigilante e orador.

Menezes permaneceu como membro ativo, mesmo depois de mudar-se para a corte⁴⁰⁵. Ele se tornou representante da Loja América no Rio de Janeiro a partir de 1872⁴⁰⁶. Seis anos depois, ainda desempenhava papel importante, na Loja América. No ano de 1878, cumpri a seguinte determinação: “a Loj.: encarrega o Ir.: Dr. José Ferreira de Menezes, Gr.:18 para iniciar e deferir o juramento de Gr.:3 ao Ir.: João Chrystormo Ferreira Brandão que reside no Val.: do Rio de Janeiro”⁴⁰⁷.

A relação de amizade construída entre os “irmãos de cor” Gama e Menezes se fortaleceu com o tempo e a distância, no jornal, na maçonaria, no Partido Republicano, ora em ações de liberdade. Muitos desses projetos foram testemunhados pelas colunas do templo maçônico. Em correspondência de Luiz Gama endereçada a Ferreira de Menezes, nota-se que, além da relação de amizade nutrida pelo pertencimento maçônico, ambos possuíam uma agenda social e política comum, pois eram republicanos e lutavam contra a escravidão e o “preconceito de cor”.

Meu caro Menezes,
Estou em nossa pitoresca choupana do Brás, sob-ramas verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercado de flores olorosas, no mesmo lugar onde, no começo deste ano, como árabes felizes, passamos horas festivas, entre sorrisos inocentes, para desculpar ou esquecer humanas impurezas. (...) Descanso dos labores e elocubrações da manhã, e preparo o espírito para as lutas do dia seguinte.

⁴⁰⁴ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*. op.cit.

⁴⁰⁵ Arquivo da Loja Piratininga. *Loja América*. São Paulo: Tipografia Correio Paulistano de propriedade de José Maria Azevedo Marques, 1870.

⁴⁰⁶ *A província de São Paulo*, 18 de dezembro de 1880.

⁴⁰⁷ Ata da Loja América. Livro 2. 16 de agosto de 1878.

Este mundo é uma mitologia perfeita: o homem é o eterno Sísifo. Acabo de ler na *Gazeta do Povo*, o martirológio sublime dos quatro Espártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale. (...) Quê! Horrorizam-se os assassinos de que quatro escravos matassem seu Senhor! Tremem porque eles, depois de lutuosa cena, se fossem apresentar à autoridade? Miseráveis; ignoram que mais glorioso é morrer livre numa forca, ou dilacerado pelos cães na praça pública, do que banquetear-se com os Neros na escravidão (...) Sim, milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas (...) ⁴⁰⁸

O combate ao “preconceito de cor” e à escravidão foi uma luta travada cotidianamente por Luiz Gama, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio⁴⁰⁹. Conforme Célia Maria Marinho de Azevedo, lutar pela extinção da escravidão significava também combater o “preconceito de cor”⁴¹⁰, visto que “o racismo pesava sobre as vidas de todos os ‘negros’, ‘pretos’, ‘mulatos’ ou ‘pessoas de cor’ fossem escravos ou livres”⁴¹¹.

Em 30 de julho de 1880, o periódico *Gazeta da Tarde* publicou o artigo intitulado “A questão de raças”:

Quando, nesta cidade lutava-se no pleito eleitoral, para a nomeação de vereadores e juizes de paz, a primeira do corrente, com relação a um distinto membro do partido conservador, que era objecto de manifestações de sympathias populares, disse um dos chefes desse partido: - “Fulano não pode ser vereador, porque é mulato e foi captivo” “(...) convidamos aos mulatos e aos negros livres, libertos ou ingênuos, a retirarem-se dos partidos, liberal e conservador, em que se acharem; a não exercerem o direito de voto em caso algum; adherirem ás ideias republicanas, e esperar uma organização forte desse partido para futuro procedimento”⁴¹².

O texto denunciava a privação dos direitos políticos de “homens de cor” livres, libertos e ingênuos. José Ferreira de Menezes não deixou o debate esvair-se tão

⁴⁰⁸ “Carta a Ferreira de Menezes” In: FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a Palavra Luiz Gama*. op.cit., p, 153-156.

⁴⁰⁹ FERREIRA, Ligia Fonseca. De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. (Org) Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 213-236.

⁴¹⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Etiópe resgatado*., op.cit., p.87.

⁴¹¹ Idem., p.87.

⁴¹² O jornal *Gazeta da Tarde* publicado pela primeira vez em 30 de julho de 1880 e replicada mais duas vezes nas datas de 02 de agosto e 5 de setembro.

rapidamente, utilizando a repetição como recurso de protesto, publicou o artigo em três edições distintas em seu periódico. O debate recebeu o apoio e a solidariedade de Luiz Gama:

Em nós, até a côr é um defeito, um vicio imperdoável de origem, o estigma de um crime, que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, a semelhança da terra, através da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade⁴¹³.

A luta de Luiz Gama contra o “preconceito de cor”, certamente ganhou corpo quando o abolicionista teve sua matrícula na Faculdade de Direito negada pela administração da instituição. Em represália, Luiz Gama publicou artigo no jornal *Correio Paulistano*, em que criticava a comunidade acadêmica, afirmando que “a inteligência repele pergaminhos”⁴¹⁴. Sua experiência com a escravidão no passado, teria sido a razão alegada pela Faculdade de Direito. Conforme Richard Graham, “entrar na faculdade de direito dependia tanto do apadrinhamento das pessoas certas quanto das provas de admissão”⁴¹⁵.

Situações como essas lembravam a Luiz Gama e a tantos outros “homens de cor”, que atravessar as barreiras sociais dependia essencialmente da construção de laços de proteção e clientelismo, em amplos aspectos. A maçonaria cumpriu esse papel, embora os Irmãos, de forma geral, frequentassem, concomitantemente, outros espaços de sociabilidade na expectativa de ampliar suas respectivas redes.

A relação de amizade estabelecida entre Luiz Gama e o conselheiro Furtado de Mendonça exemplificava o modo operante desses laços. O abolicionista contou com a amizade e a proteção do delegado de polícia da cidade de São Paulo por 22 anos. Mendonça facilitou o acesso aos livros jurídicos da biblioteca da Faculdade de Direito ao maçom, visto que, além de professor à época, era bibliotecário chefe da instituição. Em 1856, o abolicionista seria mais uma vez contemplado pelos laços que havia criado com o delegado, quando foi nomeado para ocupar o cargo de amanuense da Delegacia da Cidade de São Paulo, função que exerceu por 12 anos. Em 1859, Luiz Gama demonstrou gratidão, dedicando ao seu protetor seu único livro *Primeiras Trovas Burlescas*⁴¹⁶.

⁴¹³ *Gazeta da Tarde*, 3 de dezembro de 1880.

⁴¹⁴ *Correio Paulista*, 3 de dezembro de 1869.

⁴¹⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.*, op.cit., p. 47.

⁴¹⁶ FERREIRA, Lígia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. In: *Estudos Avançados*: São Paulo, 2007. 21(60). Mai/ago. 271-288.

Furtado de Mendonça não via com bons olhos as ações de liberdade movidas por Luiz Gama em defesa do direito dos africanos ilegalmente escravizados. Em 1869, Gama foi exonerado da função justamente por sua incursão jurídica. Na ocasião, o delegado, seu antigo protetor, endossou seu afastamento. Diante os desdobramentos da demissão de Gama, Mendonça explicitou sua discordância em relação às práticas do abolicionista, afirmando: “que mais de uma vez e a última lhe dizia terminantemente deixasse de envolver-se em questões de liberdade, e que era estar mexendo em um vulcão”⁴¹⁷.

O rompimento de uma relação de amizade longa poderia provocar danos irreparáveis na vida de um “homem de cor” numa sociedade escravista. Mas, como muitos em busca de inserção social, o abolicionista procurou inserir-se em diferentes espaços de sociabilidade onde pudesse ter acesso a variadas redes e com isso, garantir benefício profissional, ou pessoal, para si e para seus familiares⁴¹⁸ (associações laicas de ajuda mútua, irmandades religiosas⁴¹⁹ e organização maçônica), facilitando-se a mais de uma organização, ao mesmo tempo. Luiz Gama construiu uma trajetória singular na Loja América, tornando-se porta-voz da organização no final da década de 1870⁴²⁰, vinculando-

⁴¹⁷ Diário de São Paulo, 25 de novembro de 1869.

⁴¹⁸ O filho de Luiz Gama, Benedicto Graco Pinto da Gama, frequentava a Loja América antes mesmo de completar a idade mínima para a iniciação, como revelava a ata Loja América de 4 de março de 1875. O registro em ata da presença de Benedicto Graco Pinto da Gama demonstrava que para Luiz Gama a maçonaria era um espaço importante, ao qual seu filho deveria estar vinculado, na expectativa de construir uma rede de proteção.

⁴¹⁹ Na cidade de São Paulo, nos arredores das Igrejas Nossa Senhora do Rosário, de Santa Efigênia e de São Benedito surgiram as irmandades Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Santo Elesbão, de Santa Efigênia e de São Benedito⁴¹⁹ como espaços de sociabilidades que podiam ser frequentados pelos “homens de cor”. Contudo, somente se tornariam membros das irmandades religiosas aqueles que professassem a religião católica apostólica romana. “Homens de cor” não católicos preferiam vincular-se a organizações onde pudessem, ao mesmo tempo, construir redes de proteção, expressar sua liberdade religiosa e debater suas bandeiras políticas. Nesse sentido, a maçonaria adequava-se muito mais aos interesses desses indivíduos. Luiz Gama e Ferreira de Menezes, como não eram católicos ficariam fora dessas organizações, assim como Benedicto Graco Pinto da Gama, filho de Luiz Gama, que em seu testemunho de iniciação em 1876, declarou ser protestante. Luiz Gama além de não ser católico era um dos seus principais críticos. O maçom em artigo publicado em seu jornal *Polichinello* publicava “A Igreja católica romana vende o batismo, vende o crisma, vende o matrimônio, vende a extrema-unção, vende a missa, vende a penitência, vende o perdão, vende a Jesus, vende o céu e vende a ternidade! E faz o que deve, porque não deve contas do que faz...”. Ver: *O Polichinelo* nº24, 24 de setembro de 1876” Op.cit. FERREIRA. Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l’oeuvre d’un noir citoyen, poète et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001, p.173-174.

⁴²⁰ Luiz Gama ocupou os principais cargos e atingiu o grau maçônico mais importante (33); Ferreira de Menezes alcançou o grau 18 (Príncipe Soberano Rosa Cruz), desempenhou as funções de orador e presente da Loja no Rio de Janeiro; Saldanha Marinho atingiu o grau 33, foi membro fundador do Grande Oriente do Brasil, do vale dos Beneditinos e grão-mestre da ordem; Montezuma alcançou o grau 33 e foi um dos responsáveis por introduzir no país o rito mais usado pelas lojas maçônicas (Rito Escocês Antigo e Aceito

se também à maçonaria e a outras associações não religiosas, como a Sociedade Recreio da Amizade, Sociedade Independência e Sociedade Artística Beneficente, desempenhando, nessa última o cargo de presidente⁴²¹.

Compor inúmeras organizações lhe afiançaria algum apoio e lhe abriria portas, mas pertencer à maçonaria certamente lhe daria, sobretudo, legitimidade e acesso a determinados espaços. Gama tentou transferir tal proteção e rede social a seu herdeiro, Benedito Graco Pinto da Gama. Assim que seu filho completou 18 anos, idade mínima permitida à iniciação de filhos de maçons⁴²², o abolicionista solicitou seu ingresso na obediência.

Chama a atenção o fato de a maioria dos maçons de “cor” terem ocupado posições de relevo na organização. Luiz Gama destacou-se como líder da Loja América por anos consecutivos; Ferreira de Menezes ocupou as funções de representante da loja no Rio de Janeiro e ainda desempenhou os cargos de orador e primeiro vigilante; Joaquim Saldanha Marinho encabeçou o movimento de criação de uma nova obediência maçônica, de acordo com suas inclinações ideológicas; o baiano Eutíquio Pereira Rocha tornou-se uma referência na maçonaria do Pará depois de ocupar os cargos de venerável e assumir a chefia do jornal maçônico *O Pelicano*; Gê Acayaba Montezuma marcou a história da organização ao introduzir, no Brasil, o Rito Escocês Antigo e Aceito, que se difundiu por todo o país, tornando-se um dos ritos mais populares aqui.

Os “homens de cor” nascidos livres, iniciados na maçonaria, acreditavam que não se deparariam com as mesmas barreiras sociais e raciais que experimentavam cotidianamente fora do círculo maçônico⁴²³. Supõe-se que as ambições nutridas por eles

que possui 33 graus); Eutíquio Pereira Rocha, padre maçom, grau 33, ocupou o posto de venerável e foi chefe do jornal maçônico *Pelicano*.

⁴²¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*. op.cit., p. 87.

⁴²² Embora a idade mínima para iniciação maçônica fosse 21 anos, havia a determinação que permitia que filhos de maçons fossem iniciados aos 18 anos. Luiz Gama valeu-se de tal regra com o objetivo de oferecer a Benedito Graco Pinto da Gama a possibilidade de desfrutar de uma rede de proteção via maçonaria. Ver: CASTELLANI, José. *Piratininga: história da loja maçônica tradição de São Paulo*. Edição comemorativa do ano do Sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000.

⁴²³ O padre Eutíquio Pereira Rocha, maçom da Loja Harmonia, no Pará, foi venerável por vários anos seguidos e ocupou a função de editor chefe do jornal maçônico *O Pecalicano*. O baiano Gê Acayaba Montezuma, exímio articulador político do Império, foi responsável pela criação do Supremo Conselho ou Grande Oriente, em 5 de agosto de 1835. Nela Montezuma exerceu o cargo de grão-mestre, ajudando a difundir o rito Escocês Antigo e Aceito no país, que se tornaria o rito mais expressivo. Ver: MONTEIRO, Elson Luiz R., *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará 1870-1888*, op.cit., Montezuma, após sucessivos desentendimentos administrativos e políticos, uniu-se a outros irmãos, fundando uma nova ordem que atendesse seus interesses pessoais, ordem que cresceu rapidamente, atraindo muito mais interessados que sua rival na época.

fosse consequência direta do “preconceito de cor”. Esses homens buscavam consolidar lideranças maçônicas no interior do círculo a fim de compensar as barreiras que enfrentavam em uma sociedade escravista, que submetiam os nascidos livres ao mesmo tratamento dado aos escravizados.

A busca pela construção de redes clientelares era desejo comum de indivíduos de todas as camadas sociais, de todas as cores, inclusive dos imigrantes recém-chegados à cidade de São Paulo. A constituição desses laços de solidariedade em determinadas circunstâncias parecia não ser suficiente aos “homens de cor”⁴²⁴.

O florescimento da maçonaria no Brasil no início do século XIX promoveu, em certo sentido, a “modernização” das relações clientelistas que envolviam as trocas de favores e a ajuda mútua tão arraigadas na sociedade⁴²⁵, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o número de lojas maçônicas foi ampliado, criando, assim, uma demanda maior por novos membros.

3.4 Os libertos e o decreto maçônico de 1876

Saldanha Marinho, chefe da obediência dos Beneditinos, deu um passo importante na diversificação do perfil de seus iniciados. Em 1876, ele aprovou uma resolução que permitia a iniciação de libertos em sua ordem. A medida podia ser vista como mais uma estratégia adotada pelo grão-mestre com o intuito de alargar o número de integrantes em

⁴²⁴ Embora o princípio norteador da Constituição de 1824 fosse à meritocracia, afirmando que todos os cidadãos “por talento e virtudes” tinham os mesmos direitos na prática havia discriminação contra “homens de cor”, descendentes dos escravizados. Conforme Ana Flávia Magalhães Pinto “o crescente número de cidadãos negros no decurso do oitocentos parece ter contribuição em muito para a constante atualização do debate entre as elites sobre o que se entendia e se esperava do povo brasileiro”. O aumento do número de “homens livres de cor” na sociedade escravista da segunda metade do século XIX fez com que algumas regras no alto escalão do funcionalismo público fosse alterado para impedir a ascensão profissional desses indivíduos. A implantação de novas regras no recrutamento da Guarda Nacional ilustra a tentativa das elites de impedir que os “homens de cor” fossem alçados aos cargos mais prestigiados do exército. Ou seja, mesmo construindo redes de proteção “os homens de cor” se viram diante de barreiras legais. Muitos deles em sua luta, entretanto, não questionariam a legitimidade da instituição escravista, dedicariam sua peleja em garantir a consolidação da cidadania dos “homens livres de cor”. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010; MONTEIRO, Elson Luiz R., *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará 1870-1888*. São Paulo: Madras, 2012.; FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961, ver principalmente o capítulo 11. *Ascensão do bacharel e do mulato*. p.573-631.; MOREL, Marco & SOUZA, Francoise Jean de O. *O poder da maçonaria: a história secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*., op.cit.; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. op.cit.; MONTEIRO, Elson Luiz R., *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará 1870-1888*., op.cit.,

⁴²⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. op.cit.,.

seu Oriente⁴²⁶. Saldanha Marinho acreditava que a determinação de incorporar libertos pudesse favorecer o crescimento da ordem em detrimento da obediência rival, que, por sua vez, vetava a presença destes. O grão-mestre transformou, desse modo, sua obediência numa das mais democráticas, ao menos em teoria⁴²⁷.

A nova resolução deveria ser acolhida por todas as lojas maçônicas pertencentes à ordem como revelam as atas da Loja América. Na documentação consultada não há indícios de que tenha havido resistência ao decreto, tampouco foram encontrados comentários negativos a respeito da determinação. A América apenas reproduziu o documento, originalmente publicado no *Boletim do Grande Oriente Unido*⁴²⁸. A notificação determinava que “os libertos pelo facto de terem nascido escravos não estão excluídos da iniciação. nas off. do circulo desde que possuão os demais requisitos exigidos pelo Art. 10 da Constituição”⁴²⁹.

Ao sancionar a medida, Saldanha Marinho feria a norma maçônica então vigente na Constituição de Anderson. O documento regulamentava e normatizava o funcionamento das maçonarias desde o século XVIII, determinando que “as pessoas admitidas como membros de uma loja deve[riam] ser homens de bem e leais, nascidos livres”⁴³⁰.

A medida, embora se configurasse como uma importante oportunidade aos libertos, provavelmente atingiu um número muito pequeno desse grupo, especialmente na cidade de São Paulo, uma vez que poucos conseguiam preencher os requisitos determinados pelo grão-mestre para o ingresso em uma loja maçônica de sua ordem. Conforme Saldanha Marinho, para serem iniciados, os libertos deveriam seguir as determinações inscritas no artigo 10 da constituição do Grande Oriente Unido de 1873:

Para ser maçom e gozar dos direitos inerentes a este título, são indispensáveis os seguintes requisitos: 1º) Emancipação por qual titulo, ou por ter completado 21 annos, 2º) Bons costumes e reputação illibada, 3º Profissão que lhe assegurasse meios honestos de subsistência, 4º)

⁴²⁶ Chama a atenção o fato de Saldanha Marinho ter aceitado a iniciação de libertos em 1876, justamente no mesmo período em que sua ordem havia se aproximado das lojas maçônicas da Prince Hall que já haviam adotado a prática de iniciar libertos em sua ordem. Tratava-se de uma coincidência ou Saldanha Marinho havia efetivamente se inspirado nos princípios da organização norte-americana negra?. Ver: Carvalho, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria Negra.*, op.cit., p. 14.

⁴²⁷ A proposta adotada pelo grão-mestre, contudo, não era uma ideia original, haja vista, que a maçonaria Prince Hall também permitia a iniciação de ex-escravos em sua ordem.

⁴²⁸ Ata da Loja América. 24 de setembro de 1876.

⁴²⁹ Ata da Loja América. 24 de setembro de 1876.

⁴³⁰ ANDERSON, James. *Constituição de Anderson.* op.cit., p.51.

Instrução suficiente para compreender as verdades e fins da Ordem maçônica (...) Exceptua-se da regra estabelecida no 1º do artigo precedente, o filho ou tutelado do maçom proposto por seu pae ou tutor, com tanto que tenha 18 annos completos⁴³¹.

A profissão e a instrução eram pré-requisitos ao ingresso dos libertos na maçonaria, duas qualidades que rareavam entre os forros. Conforme sublinhou Maria Inês Côrtes de Oliveira, “tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre”⁴³², por haver uma série de embargos na passagem da vida de escravizado à vida em liberdade. Assim nem todo forro conseguia viver plenamente sua condição de livre.

A garantia de viver plenamente em liberdade dependia, assim, da vida pregressa do liberto, tal como o grau de inserção no mercado de trabalho⁴³³, assim como os caminhos que havia trilhado até conseguir alcançar a liberdade. Ainda de acordo com Oliveira, esses elementos eram determinantes para definir os rumos dos libertos depois que obtinham sua carta de liberdade⁴³⁴.

De acordo com o que se tem apontado em alguns estudos sobre alforrias,⁴³⁵ as oportunidades de acumular pecúlio eram maiores entre escravos urbanos que se dedicavam às atividades de serviços e que desfrutavam de relativa autonomia, comparado aos cativos domésticos e os que trabalhavam nas lavouras. Alguns escravos urbanos chegavam a ter moradia independente da de seus senhores, trabalhando para manter seu proprietário e seu próprio sustento, como moradia e alimentação⁴³⁶.

A escravidão urbana oferecia duas modalidades de trabalho aos cativos: na esfera doméstica e na de serviços. Porém, na maioria das vezes, os escravizados alternavam-se nas duas atividades. Entre aqueles que se dedicavam integralmente aos serviços fora da casa, havia duas formas de exploração da mão de obra, a de ganho e a de aluguel. Na

⁴³¹ *Constituição da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro. Typographia do Grande Oriente Unido do Brazil. 1873.

⁴³² OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto*. op.cit., p.11.

⁴³³ Idem., p. 15.

⁴³⁴ Ibidem., 139.

⁴³⁵ Ver: BELLINI, Lígia. *Por amor e por interesse*: flashes de relações senhor-escravo em Cartas de Alforria. Salvador, Universidade Federal da Bahia, mimeo; BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.; EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, 17 (2): SCHWARTZ, Stuart. A manumissão dos escravos no Brasil Colonial – Bahia, 1684-1745. In: *Anais de História*, Assis (SP), nº6.

⁴³⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. op.cit., p. 35.

primeira modalidade, o escravizado dedicava-se a uma atividade no ramo de serviços e ficava acordado entre as partes - senhor e cativo - um valor fixo em dinheiro que o escravizado deveria, como meta, entregar ao seu proprietário por diária ou semanalmente. Na segunda modalidade, o escravizado tinha sua mão de obra contratada por terceiros, mediante contrato firmado entre o proprietário e um locatário, por tempo determinado.

A dinâmica da escravidão urbana permitia cenas diversas de “acomodação” da população liberta, sobretudo em grandes centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro, onde essa população era numericamente representativa⁴³⁷. Contudo, em cidades menores, como São Paulo, a realidade era díspar. O centro urbano paulista distinguia-se em muitos aspectos dos grandes centros urbanos, no que tange às oportunidades de trabalho para os escravos, homens livres e libertos. Enquanto Salvador e Rio de Janeiro evidenciavam uma ampla movimentação de libertos com possibilidades substanciais de se colocarem no mercado de trabalho⁴³⁸, em São Paulo as oportunidades eram parcas, visto que seu incremento urbano se desenvolveu tardiamente. Até pelo menos a década de 1870, a cidade de São Paulo tinha feições coloniais, semirrurais. Conforme sublinhou Maria Cristina Wissenbach, a cidade era caracterizada como um pequeno centro urbanizado, rodeado por sítios e chácaras onde se forneciam os principais produtos que abasteciam o local, como as hortaliças, que depois eram vendidas pelos escravos no centro da cidade⁴³⁹. Muitos desses escravizados, no entanto, desempenhavam mais de um ofício. O deslocamento, portanto, era uma constante em suas vidas. Ora estavam dedicando tempo ao cultivo da terra, ora estavam desempenhando outra atividade no centro da cidade. A precariedade das oportunidades de trabalho em São Paulo fez com que os escravizados precisassem qualificar-se para que pudessem desempenhar diversos ofícios⁴⁴⁰.

⁴³⁷ Ver: MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado de trabalho no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio; Brasília CNPq, 1988, p. 139.

⁴³⁸ VERGER, Pierre. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Currupio, 1992; LEWKOWICZ, Ida. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. (Org) LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo. Coleção Paradidático. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

⁴³⁹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. op.cit., p.136.

⁴⁴⁰ Em linhas gerais o trabalho no mundo urbano estava dividido em três categorias profissionais no mercado de trabalho escravo no espaço urbano: sem qualificação (desejadores de dejetos, aguardeiros e copeiros); semi qualificado (mucamas, pajens e cocheiros, amas-secas e de leite, cozinheiras, compradores de alimentos, costureiras, lavadeiras e engomadeiras); qualificado (carpinteiros e pedreiro, ferreiros, funileiros, caldeiros, sapateiros, alfaiates, ourives, barbeiros, enfermeiros, artistas, mestres de embarcações, padeiros, açougueiros e pescadores). Ver: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*.

Quando qualificados, os escravizados tinham não apenas mais chances de acumular pecúlio, mas maiores oportunidades de alcançarem posições estáveis no mercado de trabalho⁴⁴¹. Na cidade de São Paulo, contudo, a vida do liberto não era nada fácil. De acordo com Wissenbach, “parte significativa dos libertos improvisava o sustento, mediante trabalhos esporádicos ou de meios quase ilegais, enquanto outros, no entanto, se tornavam pequenos proprietários de lavouras”⁴⁴².

Se, por um lado, havia poucas oportunidades de trabalho aos libertos de São Paulo, é preciso pontuar, por outro, que a população escravizada e liberta refletia a dinâmica vigente em uma cidade empobrecida. A população escrava de São Paulo era menor quando comparada às de outros centros urbanos.

O percentual de cativos caiu progressivamente entre 18% e 25% do total de habitantes até 1886 e depois diminuiu para apenas 8%. Em 1836, a população total de São Paulo era de 21.933 pessoas, com que 16.614 livres e 5.319 cativos. Nos momentos finais da escravidão, a população de cativos alcançava o número de 493, de um total populacional de 47.697⁴⁴³.

Conforme sublinhou Bertin, no período de 1871 a 1888, o número de alforrias sofreu uma drástica redução em relação aos dois períodos anteriores, devido à diminuição do número de cativos na cidade⁴⁴⁴. Ao menos em tese, a “alforria garantia ao ex-escravo o seu ingresso na sociedade civil investido de todos os direitos ‘como se de ventre livre houvesse nascido’ ”⁴⁴⁵. De acordo com a constituição Imperial de 1824, o liberto tinha o direito de constituir família, contrair propriedade e, direito de ir e vir, em suma “viver sobre si”. Mas, no que se referia aos direitos políticos, é importante salientar que havia limitações. Os libertos nascidos na África, por exemplo, não eram considerados cidadãos enquanto não conseguissem obter a naturalização. Já os libertos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, tinham direitos políticos assegurados, mas não plenamente. Os libertos nascidos

Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio; Brasília CNPq, 1988. 139, p.15. Ver: WISSENBAACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. op.cit., p. 139.

⁴⁴¹ Idem., p. 139.

⁴⁴² Ibidem., p.141.

⁴⁴³ MARCÍLIO, Maria L. *A cidade de São Paulo 1750-1850*. São Paulo: Pioneiro/Edusp, 1973, p. 103-107.

⁴⁴⁴ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*., op.cit.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto*. op.cit., p. 29.

no país deveriam possuir renda mínima para conseguirem votar (100 mil por bem de raiz), mas não podiam se candidatar aos cargos de deputado e senador, para vereador⁴⁴⁶.

O exercício da liberdade plena e a sobrevivência do liberto dependiam não somente da capacidade do mercado de trabalho em absorvê-los, mas da forma como os escravizados conquistavam sua liberdade. De acordo com Oliveira, o liberto tinha maiores oportunidades de gozar de sua liberdade plenamente quando conseguia pagar por ela, acumulando pecúlio ao longo de vários anos ou contando com a ajuda de terceiros (parentes, amigos, organizações abolicionistas ou até mesmo via loja maçônica). Entretanto, entre o grupo de escravizados que conseguia comprar sua carta de alforria, havia aqueles cuja renda vinha de terceiros e a liberdade obtida não necessariamente se convertia em livre arbítrio, já que, após a conquista da carta, o escravizado acabava devedor daquele que havia subsidiado sua liberdade⁴⁴⁷. Na avaliação de Bertin, em São Paulo, no período de 1871 a 1888, 30% das alforrias pagas, resultaram da ação de organizações abolicionistas ou da colaboração de parentes livres e libertos que desejavam assegurar a liberdade de familiares que ainda viviam em cativeiro⁴⁴⁸.

As demais formas de alforria, como as condicionais ou gratuitas,⁴⁴⁹ dependiam da vontade do senhor e incluíam condições que, na maioria das vezes, levavam anos para serem cumpridas⁴⁵⁰. Muitos proprietários determinavam que seus escravos só alcançassem a liberdade após a sua morte⁴⁵¹.

Várias concessões de cartas de alforrias gratuitas e condicionais, na avaliação de Enidelce Bertin, resultaram em novas formas de dominação sobre o antigo cativo, que, por

⁴⁴⁶ BERTIN, Enidelce. *Os meias-caras: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Salto, São Paulo: Schoba, 2013.

⁴⁴⁷ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*. op.cit., p.64.

⁴⁴⁸ Idem., p.85.

⁴⁴⁹ De acordo com Peter Eisenberg existiam duas formas de títulos de alforriamento: gratuita e o oneroso. O primeiro não implicava em nenhum tipo de obrigação de prestação de serviços, ao passo que o segundo envolvia previa alguma condição. Os estudos sobre alforriamento, no entanto, davam conta da existência de outras modalidades de cartas de alforria, como, por exemplo, a paga. A modalidade de alforriamento paga difundiu-se após a Lei de 2.040, de 1871, que afiançou ao escravizado o direito de acumular pecúlio. Bertin ainda considerou outras classificações para seu estudo em São Paulo: condicional e paga; condicional e não paga; incondicional e paga; incondicional e não paga.

⁴⁵⁰ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*. op.cit., p.65.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio; Brasília CNPq, 1988, p. 67.

gratidão ou acordo, continuaria prestando serviços ao antigo senhor⁴⁵². A dívida por gratidão mantinha o liberto em condições análogas às da escravidão.

Quando conquistavam a liberdade, muitos forros se mudavam de cidade para não terem que enfrentar a dominação do ex-senhor. O fato era que nem todos dispunham de recursos e/ou profissão que lhes afiançassem segurança financeira⁴⁵³. Na maioria das vezes, a oportunidade de desfrutar a vida em liberdade estava no campo e não nas cidades⁴⁵⁴. O afastamento dos libertos das áreas mais urbanas favorecia também os interesses das autoridades que não viam com bons olhos o trânsito de libertos pelas ruas da cidade.

Conforme sublinhou Wissenbach, na cidade de São Paulo, a população formada por escravos e libertos vivia em condições precárias, ocupando moradias coletivas, sem a estrutura necessária para abrigar um grande volume de indivíduos. Os cortiços⁴⁵⁵ que emergiam como solução às populações empobrecidas que eram expulsas dos bairros mais centrais da cidade⁴⁵⁶ acolheu, ao mesmo tempo, escravos, libertos, imigrantes e “homens de cor” nascidos livres.

Segundo pontuou a análise de Gilberto Freire, em *Sobrados e Mucambos*, os relacionamentos entre “mulheres de cor” livres e homens imigrantes recém-chegados no Brasil, na segunda metade do século XIX, tornaram-se comum, favorecendo a ampliação do percentual de miscigenados na cidade. Os cortiços que emergiam nesse período revelavam a conformação de uma ampla sociabilidade entre livres, forros e imigrantes, alocados nas regiões periféricas da cidade.

Dentre os iniciados da Loja América, destaca-se Bento Cortiço. A iniciação do candidato aconteceu em 3 de janeiro 1888, período em que a maçonaria abriu espaço à iniciação de homens oriundos das camadas menos abastadas da sociedade. Cortiço provavelmente era um homem de origem remediada, podia ser branco ou “homem de cor” nascido livre.

⁴⁵² BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX*. op.cit., p.83.

⁴⁵³ CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op.cit., p. 57.

⁴⁵⁴ Idem., p.95.

⁴⁵⁵ Cortiços eram acomodações com estruturas precárias e coletivas habitadas, ao mesmo tempo, por famílias diferentes. Quartos sem ventilação com banheiros e cozinhas coletivos.

⁴⁵⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. op.cit., p.56.

A abertura dos templos maçônicos à população menos abastada coincidia com a emergência dos cortiços que ganhavam corpo na década de 1870, quando a cidade passava por um amplo processo de urbanização que resultou em desapropriações e na expulsão das populações empobrecidas das regiões mais centrais⁴⁵⁷.

A presença do maçom Bento Cortiço na Loja América desperta curiosidade sobre sua cor e origem. Segundo Wissenbach, era comum que homens livres pobres, libertos e escravos incorporassem em seus nomes classificações que remetiam a suas profissões ou locais de residência.

Se o anonimato não era privilégio dos notáveis, tampouco o era para as camadas despossuídas dessa sociedade. Uma parte dos escravos e forros já trazia em seus nomes adendos que explicitassem profissões, a origem ou etnia dos africanos, as províncias dos crioulos, ou que distinguiam os que tinham o mesmo prenome. Com o risco de serem conhecidos de outras maneiras, as autoridades foram obrigadas a fazer constar dos autos nomes como Joaquim Sapateiro, Pedro Manco, Pedro Veado, João Congo, Rosa Mina, Joãozinho Carioca, João Pequeno⁴⁵⁸.

No caso de Bento Cortiço, é possível apenas estabelecer hipóteses a respeito de sua identidade. A única certeza é a de que o Irmão não era liberto, pois, afinal, em 1888, os templos haviam se fechado a esse grupo. O Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, não permitia a iniciação de indivíduos nascidos de ventre escravo. Segundo Gilberto Freyre, era comum nos cortiços encontrar, na segunda metade do século XIX, casais formados por imigrantes e “mulheres de cor”. Cortiço poderia ser “homem de cor” nascido livre, filho de imigrante com mãe liberta ou “mulher de cor” nascida livre⁴⁵⁹.

Segundo sublinhou Hebe Mattos, a experiência da vida em liberdade passava necessariamente pela mobilidade física, a posse da terra e a propriedade escrava, sobretudo, na primeira metade do século XIX. No entanto, nos anos avançados do século XIX, a propriedade da terra ganhou maior importância, uma vez que o valor do escravizado havia encarecido e, ao mesmo tempo, diminuído significativamente após a decretação do fim do tráfico, em 1850, e da sanção da Lei do Ventre Livre, em 1871. Era

⁴⁵⁷ Idem., p.36.

⁴⁵⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortes. *Sonhos africanos, vivências ladinas.*, op.cit., p. 211.

⁴⁵⁹ De acordo com Gilberto Freire, nos cortiços era comum encontrar “homens de cor” que eram filhos de imigrantes com “mulheres de cor”, especialmente os italianos. Ver: FREIRA, Gilberto. *Sobrados e Mucambos.*, op.cit., p.607.

prática comum entre os libertos que possuíam qualificação profissional e algum recurso providenciarem a aquisição de um pedaço de terra ⁴⁶⁰.

Conforme Wissenbach, a vida desses homens era muito semelhante à dos escravizados em São Paulo. Entre os inúmeros obstáculos enfrentados pelos libertos que viviam na capital estava a precariedade do mercado de trabalho, que impedia o ex-escravo de alcançar estabilidade financeira, uma vez que disputavam as mesmas ocupações com os libertos, de tal modo que muitos acabavam vivenciando experiências muito semelhantes à da vida que possuíam antes de conquistarem a liberdade.

As dificuldades de inserção social dos libertos seriam a principal barreira ao ingresso do grupo nas lojas maçônicas, em geral, e nas lojas maçônicas de São Paulo, em particular. O fato é que poucos libertos possuíam a qualificação profissional e a instrução ⁴⁶¹ mínima exigida para a iniciação na ordem dirigida por Saldanha Marinho”⁴⁶².

Conforme Marcus Vinícius Fonseca, somente após 1871, com a decretação da Lei do Ventre Livre, o governo movimentou-se para regular a educação de negros escravizados, ingênuos e libertos.

A partir da lei do Ventre Livre observamos as primeiras experiências educacionais com características modernas que foram dirigidas aos negros, pois, antes do período em que as questões relativas à abolição da escravidão entraram em debate, a educação dos negros escravizados era realizada no espaço privado e em meio ao cotidiano da

⁴⁶⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio*. op.cit., p. 103.

⁴⁶¹ Estudos recentes sobre história da educação tem dado cada vez mais visibilidade a abordagem do ensino de escravos, ingênuos e libertos, grupo tradicionalmente esquecido pela historiografia da educação. Segundo tem demonstrado os estudos de Marcus Vinicius Fonseca, Hilsdorf e Surya Aaronovich Pombo de Barros, a população negra ao longo de todo o século XIX lutou por inserção educacional. Barros registrou em seu estudo experiências de escravos que estavam inseridos na cultura letrada, buscando as bibliotecas públicas para terem acesso aos livros, indicando, portanto, a procura do grupo por instrução (p.118). Hilsdorf em seu artigo relava a experiência de um docente que não sabia muito bem como agir perante a procura de cativos e libertos por instrução nas escolas “O professor João reclamava, denunciava, informava, opinava, sugeria, perguntava. Às vezes se comportava nos limites da burocracia, quando pedia que o governo lhe dissesse o que fazer, pois estava sendo procurado para ensinar cativos e libertos. Aflito, queria saber o que dizia a lei: se podia aceitá-los ou não. Ele teria lembrança de quais escolas coloniais da capital eram frequentados por escravos e filhos de mães escravas? Ou sabia de outros professores que estavam aceitando essas matrículas? De onde vinha e qual era o sentido da pressão: dos libertos, das autoridades, dos empregadores dos ex-escravos, ou de dentro dele mesmo? Porque, muitas vezes, ele não era apenas um funcionário zeloso, e partilhando as preocupações da população, comportava-se como o seu porta-voz”. (p.211). Ver: BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2005.; FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007; Hilsdorf. Maria Lúcia. *A Biblioteca Nacional de São Paulo (1825-1830)*. In: IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto Alegre, 2004. CD-ROM.

⁴⁶² *Constituição da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro. Tipografia do Grande Oriente Unido do Brasil. 1873.

sociedade escravista, tendo como objetivo formar trabalhadores adaptados à escravidão antes da discussão sobre o fim da escravidão⁴⁶³.

Em 1869, antes mesmo de Saldanha Marinho autorizar a iniciação de libertos em sua ordem, algumas lojas maçônicas, como a América, com recursos próprios, passaram a oferecer instrução pública a adultos e crianças. O estabelecimento de ensino funcionava em dois turnos: no período da manhã, dedicado à educação infantil e, à noite, ao ensino de adultos. A escola atraiu público diversificado, desde homens livres pobres nacionais, imigrantes, até libertos e escravos⁴⁶⁴.

Saldanha Marinho, quando permitiu a iniciação de libertos em sua obediência, talvez estivesse preocupado em ampliar a oferta de possíveis candidatos à organização, em razão do aumento significativo da população liberta a partir da década de 1870. Como frisou Alexandre Mansur Barata, esse período correspondeu à primeira fase de expansão e estruturação da organização maçônica (1863 e 1883)⁴⁶⁵. Nesse processo de crescimento da organização, viam-se as duas obediências criarem estratégias para ampliar o número de membros⁴⁶⁶.

O aumento de lojas maçônicas e de iniciações modificou sensivelmente o perfil dos iniciados que passaram a ser também destacados das camadas mais empobrecidas, especialmente depois da década de 1870. O fato de os maçons não registrarem em ata a origem racial de seus iniciados não permite especular sobre a possível representatividade do grupo nas lojas maçônicas. No entanto, perante as adversidades enfrentadas pelos libertos, é provável que sua participação tenha sido pequena, sobretudo, porque o ingresso desse grupo só foi permitido no intervalo de 1876 a 1882. Após a unificação das ordens maçônicas, oficializada em 18 de janeiro de 1883, a ordem dirigida por Saldanha Marinho foi extinta e, a partir de então, todas as lojas maçônicas que, no passado, compunham a obediência de Saldanha Marinho foram obrigadas a vincular-se à única ordem então

⁴⁶³ FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Universidade São Francisco. EDUSF, 2002, p.9. Ver também: MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História Social. São Paulo, 2009.

⁴⁶⁴ *O' Ypiranga*, 16 de junho de 1869.

⁴⁶⁵ BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano. (1870-1910), op.cit.,.

⁴⁶⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*. op.cit., p. 76.

existente, o Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, obediência mais conservadora, que acabou proibindo a iniciação de libertos.

Um parecer expedido pelo maçom João Narciso de Serpa, da Loja Piratininga, em 18 de setembro de 1889, solicitando o fim da proibição do ingresso de indivíduos nascidos de ventre escravo (libertos), confirmava a proibição instalada após a dissolução da ordem dos Beneditinos:

A comissão central vem cumprir seu mandato apresentando o seu parecer sobre o conteúdo de uma prancha assignada por um nosso ir.: do gr.:17; o qual foi lido na tratada sessão de 11 do corrente mez constava dos seguintes tópicos:

1º Proporao ao Poder Central, a revogação do art. dos Estatutos Gerais que determina não poder ser maçom todo aquelle que houver nascido de ventre escravo.

São Paulo 18 de setembro de 1889⁴⁶⁷.

As portas de todos os templos haviam se fechado aos libertos. Esse discurso sobre a necessidade de revogar o parecer revelava a resistência maçônica à iniciação de libertos e a existência de preconceitos contra o grupo. Vale lembrar, afinal, que a abolição tinha sido decretada havia pouco mais de um ano e o parecer ainda não tinha sido oficialmente revogado. Envolvido no debate, Antônio Bento afirmava que “não [havia] necessidade nenhuma de proposta nem de parecer no sentido de que [...] uma vez extinta por uma lei a escravidão no Brasil todos somos iguais e por isso pode ser admittido na maç.: todo o homem de bem cumprindo seus deveres”⁴⁶⁸.

O fato de João Narciso de Serpa ter-se preocupado em apresentar o parecer com o objetivo de por fim ao decreto que impedia o ingresso de libertos na Loja Piratininga, manifestava o desejo da organização em manter o veto à inclusão de indivíduos nascidos de ventre escravo mesmo após a sanção da abolição. Na prática o documento revela a face preconceituosa da organização maçônica em relação aos indivíduos, que tinham algum elo com o passado escravista.

A Loja Piratininga, vinculada à obediência do Lavradio, havia preferido ampliar seu quadro iniciando especialmente imigrantes recém-chegados e indivíduos nascidos livres das camadas menos abastadas. Em contrapartida, proibiu o ingresso de pessoas nascidas de ventre escravo, mas, que depois da sanção da abolição, tornaram-se livres.

⁴⁶⁷ Loja Piratininga. Documento avulso (Parecer sobre a proibição da iniciação de libertos). 18 de setembro de 1889.

⁴⁶⁸ Ata da Loja Piratininga. 18 de setembro de 1889.

A Loja Piratininga, liderada por Joaquim Ignácio Ramalho, resistiu o quanto pôde às determinações provenientes do Grande Oriente do Brasil em relação à extinção da escravidão, que estabelecia, entre outras coisas, penalidades aos irmãos que não se desfizessem de seus escravos. Em razão disso, às vésperas da abolição, circulou na loja um parecer da comissão de finanças a respeito da proposta de aplicação de multas aos obreiros possuidores de escravos. Após discussão em sessão, o parecer foi engavetado e os maçons que possuíam cativos ficaram isentos de punições⁴⁶⁹.

Nessa mesma sessão, registrou-se o descontentamento dos maçons com críticas que foram apresentadas num jornal carioca a respeito do modo como a maçonaria se comportava perante o tema da abolição. Na folha, não identificada nas atas, o periódico acusava o Grande Oriente do Brasil de manter-se mudo ante o processo abolicionista⁴⁷⁰. Embora o jornal fizesse tal afirmação, O Grande Oriente do Brasil, já unificado, havia se posicionado publicamente em relação à abolição da escravidão em 1883, após o convite de José do Patrocínio.

Assim, no seu jornal *Gazeta da Tarde*, de 5 de maio de 1883, Patrocínio reuniu as principais lideranças da época em torno da Confederação Abolicionista, sem comprometer, contudo, a autonomia de cada uma. As sociedades favoráveis à abolição, criadas na década de 1880, eram: Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Emancipadora da Escola Militar, Libertadora Pernambucana, Club Bittencourt Sampaio, Club dos Libertos de Niterói, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Sociedade Abolicionista Cearense, Club Abolicionista Guttemberg, Caixa Libertadora José do Patrocínio e Caixa Libertadora Joaquim Nabuco⁴⁷¹. O objetivo do maçon, da Loja União e Fraternidade, era unificar as ações abolicionistas que ocorriam de formas distintas em diversas províncias.

O Grande Oriente do Brasil aliou-se à Confederação Abolicionista, assim como, muitas outras organizações, que, entre outros eventos, promoveu conferências públicas, quermesses, concertos, bem como ajudou nas fugas de escravos. O posicionamento do Grande Oriente do Brasil, contudo, não foi convertido em ações efetivas nas lojas maçônicas. A Loja Piratininga manteve-se alheia ao debate. Antonio Bento, uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista paulista, suplicou, em 1887, para que os Irmãos da Piratininga transferissem os recursos que seriam destinados às obras do

⁴⁶⁹ Ata da Loja Piratininga. 26 de outubro de 1887.

⁴⁷⁰ Ata da Loja Piratininga. 26 de outubro de 1887.

⁴⁷¹ MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista (1879-1888)*, op.cit., p. 33.

templo à causa abolicionista, mas nada foi feito nessa direção⁴⁷². A aliança entre a organização maçônica e a Conferência Abolicionista soava muito mais como uma tentativa do Grande Oriente de furtar-se da pressão cada maior, proveniente de diferentes organismos e movimentos que exigiam uma posição mais firme do Grande Oriente em relação à extinção da escravidão.

3.5 Mulheres ao templo: a presença feminina nas lojas maçônicas

Como se viu anteriormente, a maçonaria havia-se consagrado como espaço de sociabilidade masculina, mas a mobilização feminina iniciada na Europa ainda no século XVII, pressionou para que se considerasse a inclusão das mulheres na organização. Em 1696, tem-se a notícia do primeiro registro da iniciação de uma mulher na maçonaria⁴⁷³. Outras experiências femininas na organização seriam registradas pouco tempo depois. A sanção da Constituição de Anderson, publicada em 1723, reafirmaria, contudo a tradição de masculinidade da organização⁴⁷⁴.

A medida, entretanto, não foi suficiente para suplantar o desejo das mulheres de frequentarem o espaço maçônico. Em 1730, surgiu na França a primeira jurisdição maçônica feminina denominada loja de adoção, organismo então subordinado às lojas masculinas⁴⁷⁵. Em sua maioria, concentradas na França e na Inglaterra, as lojas de adoção foram criadas com o intuito de impedir uma invasão feminina ao espaço de sociabilidade exclusivamente masculino.

Conforme Michelle Perrot, no final do século XVIII e início do XIX, “a concepção de uma economia doméstica feminina se desenhava”⁴⁷⁶, postulando que as mulheres não tinham habilidades intelectuais e políticas e, por isso, deveriam apenas dedicar-se às

⁴⁷² Ata da Loja Piratininga. 26 de outubro de 1887.

⁴⁷³ Carvalho, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria negra*. , op.cit., p.106.

⁴⁷⁴ De acordo com Manuel Borges Grainha a Constituição de Anderson fez “desaparecer todos os antigos documentos em que puseram mão, a fim de que não fossem percebidas as inovações que introduziam e também porque estes documentos continham fórmulas que eles consideravam muito incômodas, como a de obrigação de fidelidade a Deus, a Igreja e ao Rei. Ver: GRAINHA, Manuel Borges. *História da Franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)*. 4º Ed. Tradução: Antônio Carlos de Carvalho. Veja, s/n. p. 9.

⁴⁷⁵ Carvalho, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria negra*. op.cit., p.106.

⁴⁷⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.178.

atividades domésticas⁴⁷⁷. A definição do lugar social da mulher no espaço doméstico, todavia, não foi suficiente para suprimir completamente o desejo feminino de frequentar os espaços de sociabilidade na esfera pública. A iniciação de algumas senhoras em lojas maçônicas masculinas e a criação de lojas de adoção demonstraram que as mulheres tentaram romper as barreiras sociais que lhes foram impostas também via maçonaria.

No Brasil, a primeira loja de adoção de que se têm notícias surgiu em 1873, em São Paulo. A iniciativa nasceu da loja maçônica masculina Sete de Setembro, vinculada ao Grande Oriente Unido⁴⁷⁸, de Saldanha Marinho.

“Exmas. Senhoras: A maçonaria brasileira reconheceu com toda a justiça e perspicácia, que a nossa obra seria incompleta sem a vossa coadjuvação e determinou não só a criação das lojas de adoção para senhoras, como também o vosso ingresso nos nossos templos nos dias das festas anuais. Foi este realmente um passo de boa política para progresso das nossas ideias, porque os verdadeiros mestres da moral sois vós; vós que aconselhais docemente o bem; que recompensais a dedicação com uma carícia; que dais, quando é necessário, o exemplo da coragem e o exemplo mais difícil ainda da resignação; que ensinaes aos vossos filhos o encanto dos sentimentos delicados e as severas leis da honra. É, portanto, muito necessário que a mulher venha tomar parte activa nos nossos trabalhos, porque Ella ainda não tem na sociedade o seu verdadeiro lugar. Creio, pois, que a criação de uma loja de adoção em Nova-Friburgo seria uma ideia realisavel e estou certo que a loja Isis não só se prestaria de boa vontade a auxiliar os trabalhos da sua instalação, como também a fundar uma eschola nocturna para o sexo feminino⁴⁷⁹”.

O Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, também aceitou a presença feminina. Entretanto, não foram encontrados registros de lojas de adoção vinculadas a essa ordem. Em 1873, instalava-se, na cidade de São Paulo, a primeira e única loja maçônica de adoção, que recebeu o título de Sete de Setembro, mesmo nome da loja masculina responsável por sua criação. A direção da loja homônima contou com a seguinte composição: Francisca Carolina de Carvalho (primeira grã-mestra), Carlota da Rocha Lima (inspetora), Maria do Carmo de Andrade (depositária), Constantina (oradora), Henriqueta de Cerqueira de Lima Faro (tesoureira) e Guilhermina Clotilde de Oliveira Campos (secretária)⁴⁸⁰.

⁴⁷⁷ Idem., p.175.

⁴⁷⁸ Almanaque da Província de São Paulo, São Paulo: Jorge Seckler, 1873, p. 112.

⁴⁷⁹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Rio de Janeiro, 1873, n1 fevereiro, p. 87.

⁴⁸⁰ Almanaque da Província de São Paulo, 1873, p.112.

As lojas de adoção, vale destacar, não possuíam autonomia para conduzir sobre a administração e os ritos a serem adotados, pois dependiam das lojas maçônicas masculinas que as haviam criado. No entanto, ainda que não possuísem tal autonomia, essas lojas de adoção se consolidaram como um espaço de sociabilidade fora do âmbito doméstico. Tratava-se de uma conquista feminina expressiva para os padrões da época, em que as mulheres não desfrutavam de direitos e sua voz era quase sempre silenciada.

Saldanha Marinho, no *Boletim do Grande Oriente Unido*, como se viu anteriormente, registrou seu apoio à participação feminina em lojas de adoção e na maçonaria tradicional:

Ouve-se muitas vezes dizer que as senhoras não podem ocupar com estes trabalhos, visto que tem bastante ocupações em sua casa, mas cada tarefa deve ter lugar na hora própria, em vez de ocuparem muito tempo com mil utilidades a maçonaria lhes aponta horizontes mais largos. Pela instrução, senhoras, vós podereis chegar a sacudir o jugo clerical e a nullificar no vosso espírito as superstições que nos impedem de ocupar-vos de uma educação moral, baseada sobre principais firmes e em harmonia com o espírito moderno. Convidando às exmas. Senhoras a tomar parte nos nossos trabalhos, devemos esclarecel-as sobre a utilidade da nossa instituição, e resumo pois as minhas observações para fazer um esboço pequeno dos feitos históricos, nos quaes a maçonaria tomou parte muito activa⁴⁸¹.

Para ele, a presença feminina na maçonaria era uma necessidade, Saldanha Marinho atribuía o princípio da mulher-cidadã às senhoras que se envolviam em questões sociais e ocupavam, ao mesmo tempo, as esferas pública e privada, colaborando politicamente com as transformações sociais. Embora fosse um grande entusiasta da criação de lojas de adoção no Brasil, sua iniciativa não foi muito bem aceita por muitos maçons⁴⁸², que não acreditavam nas habilidades femininas para exercer outras atividades que não fossem aquelas desempenhadas em espaço doméstico.

A falta de interesse das lojas masculinas em impulsionar as lojas de adoção no período colaborou para seu enfraquecimento. Por essa razão, a participação das mulheres na organização ocorreu com muito mais força nos próprios templos maçônicos masculinos no que nas lojas de adoção. No Rio Grande do Sul, há notícias de que uma professora

⁴⁸¹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. 5º Ano. Janeiro a abril, 1876, p.338.

⁴⁸² Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*. op.cit, p.195-202.

abolicionista, Revocatta de Mello, teria frequentado assiduamente lojas masculinas⁴⁸³. Embora não se saiba exatamente sob quais circunstâncias ocorreram suas visitas, é provável que tenham ocorrido em datas festivas, durante as celebrações das festas públicas.

Nas sessões celebrativas, as lojas ficavam abertas aos amigos e familiares dos maçons. Nesses eventos festivos, eram realizados os grandes banquetes e atividades artísticas, com a participação ativa das mulheres. Em São Paulo permaneceu apenas a loja de adoção Sete de Setembro⁴⁸⁴, e também uma associação feminina criada pela Loja América, a sociedade Redentora. Ambas atuaram com o mesmo propósito, o de promover o alforriamento de escravos.

A sociedade Redentora, é válido destacar, atraiu muitas senhoras, chegando a contar, em sua inauguração, com a matrícula de 113 mulheres, muitas delas, como indicavam seus sobrenomes, com algum grau de parentesco com maçons possivelmente esposas, irmãs, filhas e cunhadas⁴⁸⁵. Em suma, a loja de adoção e a sociedade Redentora, paramaçônica⁴⁸⁶ assim denominada por ter sido fundada com recursos maçônicos, tinham o mesmo perfil.

⁴⁸³ LONER, Beatriz Ana op.cit. COSTA, Ana Paula Amaral. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2013, p. 129-130.

⁴⁸⁴ Alberto Rangel em seu livro *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos*, publicado em 1969, sugere que Domitila teria sido iniciada na loja de adoção Sete de Setembro, na cidade de São Paulo, onde residia. Tal conjectura teria sido lançada, porque a Marquesa de Santos na época era uma das senhoras mais importantes do local, na década de 1860. Em 1842, Domitila casou-se com o Brigadeiro e maçom Tobias de Aguiar e cujo, filho também havia sido iniciado na organização. Segundo o autor, João Tobias de Aguiar, filho do Brigadeiro teria atuado como secretário da Convenção Republicana de Itú em 1873, representando uma loja maçônica, a qual não revela em sua pesquisa. O esforço de Alberto Rangel de realizar tal afirmação, no entanto, distanciava-se da realidade uma vez que, a loja de adoção Sete de Setembro foi criada em 1873 e a Marquesa de Santos faleceu em 1867. Um ano antes de seu falecimento, em 1866, a Marquesa de Santos pode ter frequentado os mesmos espaços que Joaquim Saldanha Marinho, que na ocasião ocupava o posto de presidente da província de São Paulo. A prova da proximidade entre o grão-mestre e Marquesa de Santos foi atestada, segundo Alberto Rangel, quando Saldanha Marinho esteve presente no enterro de Domitila. A Marquesa de Santos talvez tivesse frequentado lojas maçônicas masculinas na condição de convidada, mas certamente não foi iniciada na loja de adoção Sete de Setembro. Como vimos anteriormente, a presença de senhoras em sessões maçônicas não era algo incomum. A loja de adoção Sete de Setembro era homônima da loja masculina, provavelmente, a fonte consultada por Alberto Rangel se referisse a Loja Sete de Setembro masculina fundada em 1863. RANGEL, Alberto. *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos: a vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

⁴⁸⁵ Anna Bem Vinda Ribeiro Andrada, Luiza Emília da Conceição Azevedo Marques, Maria das Dores Gomes, Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado e Carlota de Sampaio e Câmara, por exemplo, compunham o grupo de senhoras que formou a primeira diretoria da sociedade, ocupando respectivamente os cargos de presidente, secretárias e tesoureiras. Ver: Elciene Azevedo. *Orfeu de Carapinha*. op.cit., p. 16.

⁴⁸⁶ São conhecidas como paramaçônicas as organizações que utilizam recursos provenientes da maçonaria.

No Boletim do Grande Oriente Unido, de Saldanha Marinho, encontram-se diversos artigos, destacando a participação das mulheres nas celebrações realizadas nos templos em diversas lojas espalhadas pelo país. A presença feminina nos eventos tornou-se constante.

Formando-se uma procissão para a respectiva consagração ao som de uma orquestra, composta de hábeis professores. Compareceram mais de cem senhoras, trajadas de branco com fitas escarlates a tira colo e quinhentos maçons, membros não só da loja, como das outras oficinas da Bahia. Duas senhoras fizeram correr o tronco de beneficência, cujo producto foi destinado à libertação de uma menor escrava⁴⁸⁷.

As mulheres não eram apenas peças figurativas nas celebrações públicas (inauguração, aniversário e regularização dos templos). Pelo contrário. Proferiam discursos, realizavam recitais de piano e cantavam o hino maçônico, como a “Sra. D. Joaquina Bernardina de Carvalho, filha do obreiro do quadro José Bernardino de Mattos [que] recitou um lindo discurso, applaudindo a maçonaria pelos seus triumphos em prol da sociedade”⁴⁸⁸. Em 4 de janeiro de 1873, na ocasião da inauguração do templo da Loja Amizade, na rua Tabatinguera, dona Henriqueta Cerqueira de Lima Faro compareceu à nova sede como representante da Loja de adoção Sete de Setembro⁴⁸⁹.

As senhoras desempenhavam diferentes papéis e ganhavam destaque durante as celebrações públicas. *O Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho*, de Saldanha Marinho, registrou a realização de uma procissão organizada por uma loja maçônica na Bahia que reuniu maçons de diversas lojas com a participação expressiva de mulheres.

A presença das mulheres nos eventos públicos maçônicos não se limitou à participação cultural. As senhoras eram também responsáveis por controlar o tronco beneficente durante as sessões celebrativas e, ao final delas, recolhiam o valor arrecadado, destinando-o para a alforria de escravizados. No ritual de concessão de cartas de alforrias nos templos, os cativos eram “introduzidos na loja e lá lhes eram entregues a carta de liberdade pelo presidente da comissão regularisadora”⁴⁹⁰.

⁴⁸⁷ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. 2º ano. nº 7-9. Julho a Setembro, 1873. p. 678.

⁴⁸⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. 2º ano. nº 7-9. Julho a Setembro, 1873. p.677.

⁴⁸⁹ Op. cit. Antonio Giusti in BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Parma, 1982. p.51.

⁴⁹⁰ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. 2º ano. nº 7-9. Julho a Setembro, 1873. p.818.

Para uma mulher do século XIX, tomar parte ativa em um espaço de sociabilidade reconhecidamente masculino era mais do que um símbolo da conquista social por espaço e equidade⁴⁹¹.

A participação feminina numa organização reconhecida como de sociabilidade exclusiva do sexo masculino demonstrava a força e o desejo feminino de fazer constar sua presença nesse espaço, ainda que essa conquista no interior do círculo maçônico se desse ocasionalmente, durante os grandes festejos da instituição.

Após a unificação dos Orientes e a extinção da ordem dos Beneditinos, em 1882, uma série de mudanças foi efetuada na organização. As ideias republicanas foram progressivamente sendo expurgadas da maçonaria e a atuação em direção à extinção da escravidão foi perdendo força no interior das lojas. Ademais, restabeleceu-se a proibição da iniciação de libertos e decretou-se o fim das lojas de adoção. Tais medidas demonstravam o fechamento da organização aos grupos socialmente marginalizados da sociedade, como se viu anteriormente. A crescente presença de indivíduos oriundos das camadas menos abastadas entre as décadas de 1870 e 1888 sofreria recuo com a unificação das ordens maçônicas.

⁴⁹¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história.*, op.cit., p.178.

SEGUNDA PARTE

Maçonaria, abolição e construção da memória.

4. Memória da abolição na maçonaria paulista

Desde meados da década de 1950, a maçonaria brasileira tem se valido de um conjunto de estratégias com o propósito de resgatar a memória maçônica e difundir uma imagem positiva da instituição⁴⁹². Nesse processo, os pesquisadores maçônicos privilegiaram biografias de personagens históricos ligados à organização. O modo como os usos do passado foram instrumentalizados pela maçonaria nesse empreendimento vinculava-se diretamente às narrativas individuais dos maçons. A maçonaria reivindica para si o protagonismo em, ao menos, três eventos históricos importantes ocorridos no país: a independência política do Brasil, a abolição da escravidão e a instauração da República.

Com o intuito de investigar a construção da memória da abolição na maçonaria paulista, neste capítulo será examinado o modo pelo qual as representações dos maçons se articularam com o desejo de construção da memória maçônica da abolição no espaço público. Num primeiro momento, será feita a contextualização dos caminhos percorridos pela maçonaria paulista em sua ascensão, decadência e sucessiva luta pela recuperação de sua memória na história do Brasil. Em seguida, será discutido como a maçonaria tem construído um lugar de memória na cidade de São Paulo. Por fim, será feita uma análise da emergência de uma literatura maçônica, denominada celebrativa, empregada na década de 1970, com o intuito de cimentar e difundir narrativas positivas e evocativas da organização maçônica.

4.1 A luta pela recuperação da memória maçônica

Ao final do século XIX, a maçonaria se consolidou como organização civil de grande prestígio capaz de influenciar as decisões políticas do país. Prova disso foi a constituição do primeiro ministério do governo republicano de Deodoro da Fonseca, composto, em sua maioria, por maçons (Quintino Bocaiúva, ministro dos Transportes; Aristides Lobo, ministro do Interior; Benjamin Constant, ministro da Guerra; Rui Barbosa, ministro da Fazenda; Campos Sales, ministro da Justiça; Eduardo Wandenkolk; ministro da

⁴⁹² MOREL, MARCO & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria*. op.cit., p. 222.

Marinha; e Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura)⁴⁹³. Deodoro da Fonseca, durante o exercício da presidência chegou a ocupar simultaneamente o cargo de grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Conforme Barata,

(...) uma análise da relação dos 85 nomes que compunham os gabinetes ministeriais, entre 1870 e 1889, revelou que aproximadamente 13% deles pertenciam ou pertenceram à Maçonaria. Já no Conselho de Estado este percentual aumentava para 30% dos 48 conselheiros no mesmo período. Por sua vez, a relação dos 77 senadores vitalícios das seis províncias mais importantes do Império – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco – revelou um percentual aproximado de 21 % de maçons⁴⁹⁴.

Não por acaso, nos primeiros anos de vigência da República, a maçonaria beneficiou-se de uma série de medidas instituídas pelo governo. A primeira delas, talvez a mais importante, foi a decretação do fim do padroado, instituída pela Lei de 7 de janeiro de 1890, que estabeleceu o Estado laico no país. A medida atendia particularmente a um antigo desejo maçônico que tinha a Igreja católica como sua principal inimiga. O afastamento da Igreja das esferas de poder viabilizou a implantação de um projeto educacional laico e o enfraquecimento do domínio religioso sobre outras esferas da sociedade civil, embora não tivesse havido consenso maçônico sobre o posicionamento da organização no que dizia respeito ao tema da abolição⁴⁹⁵, haja vista que maçons abolicionistas e escravistas conviviam nos templos.

Esse período áureo vivenciado pela maçonaria no Brasil, todavia, logo seria interrompido com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Durante o governo getulino a maçonaria perderia espaço na cena política e deixaria de ser uma organização civil influente como fora outrora.

A ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, somada a uma nova configuração socioeconômica engendrada com a emergência da burguesia industrial, operariado e exército, desencadearia novas demandas e interesses, que seriam supridos por duas novas ideologias: o integralismo, como expressão dos grupos conservadores de direita, da Igreja católica e da própria figura de Getúlio Vargas, e o comunismo, como ideologia endereçada, sobretudo, aos movimentos operários. Essas novas correntes de pensamento amplamente ventiladas no cenário internacional encontraram espaço fértil de disseminação no Brasil

⁴⁹³ CASTELLANI, José. *A Maçonaria e sua política secreta*. São Paulo: Traço Editora, 1981. p. 61.

⁴⁹⁴ BARATA, Alexandre Mansur Barata. *Luzes e sombras*. op.cit., p.138.

⁴⁹⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão religiosa no Brasil*, op.cit.,

dentro desse contexto. O integralismo, como é sabido, se transformaria numa das principais bases de apoio do governo até 1937⁴⁹⁶.

Simpatizante do integralismo, Getúlio Vargas se apropriou dessa ideologia repelindo e perseguindo, em contrapartida, o comunismo. O integralismo admirado por Vargas, difundido no Brasil, pregava o nacionalismo exacerbado, o antissemitismo e o antimaçonismo.

Esse último, o antimaçonismo, foi um dos elementos que aproximou a Igreja católica do governo, que, por sua vez, ensaiava, desde a década de 1920, o seu retorno à esfera política⁴⁹⁷. Todas essas forças sociais e ideológicas acabariam atuando de modos distintos para minar o poder da maçonaria. A Igreja católica, por exemplo, em sua luta para reivindicar um lugar no projeto político varguista não hesitou em apoiar Getúlio Vargas antes mesmo que ele alcançasse o poder. Vargas era o candidato da Igreja católica e o arcebispo Dom Leme liderou e articulou o movimento religioso de apoio ao candidato⁴⁹⁸. Assim, com a ascensão de Getúlio ao poder, em 1930, a Igreja católica não teria grandes dificuldades em propor uma aliança com o novo governo. Pelo contrário, durante o governo provisório (1930-1934), a instituição rapidamente acionou o Ministro da Educação, Francisco Campos, a fim de concretizar as reivindicações católicas para a educação, muitas delas vistas como retrocesso pela maçonaria, então, defensora do Estado laico e da educação livre da influência religiosa⁴⁹⁹.

A reinserção da Igreja católica na cena política seria o primeiro grande passo contra a maçonaria. O segundo viria pouco tempo depois, pelas mãos de Getúlio Vargas, com a interrupção das atividades maçônicas em 24 de outubro de 1937 por meio do Conselho de Segurança Nacional⁵⁰⁰. O órgão não apenas suspendeu as atividades regulares da maçonaria, como também apreendeu os arquivos de todas as lojas⁵⁰¹.

⁴⁹⁶ SANTOS, Dario Nogueira dos. *A maçonaria e a Ação Integralista Brasileira*. Paranaguá, 1934.

⁴⁹⁷ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja e a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1984. Tomo 3. Vol 4. p. 287.

⁴⁹⁸ Idem., p. 287.

⁴⁹⁹ GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória – 1936 a 1950*. p.138.

⁵⁰⁰ Às vésperas das eleições de 1937, Vargas havia solicitado a decretação do estado de guerra, argumentando a existência de um plano comunista em curso, denominado de Plano Cohen que pretendia derrubar seu o governo. Na verdade, o suposto plano havia sido forjado por forças integralistas com apoio do próprio presidente. Com essa justificativa, as eleições foram suspensas e Vargas permaneceria no poder dando início a uma nova fase de seu governo.

Oito meses depois da interrupção das atividades maçônicas, o grão-mestre Moreira Guimarães, do Grande Oriente do Brasil, na tentativa de reduzir os danos causados à organização promulgou o decreto nº 1.179, a 2 de junho de 1938⁵⁰², que determinava que as lojas maçônicas excluíssem de seu quadro os Irmãos que professassem ideologias contrárias ao regime político-social brasileiro⁵⁰³. Com a medida, a maçonaria expressiu o desejo de ser vista como aliada do novo governo, dispondo-se a respeitar a nova constituição. Assim, incorporou alguns elementos que eram compatíveis com os interesses ideológicos do governo, afastando qualquer indício de associação da organização com o comunismo e o judaísmo internacional alimentado pela teoria do complô⁵⁰⁴.

Essa teoria não surgiu no governo de Getúlio Vargas. Na avaliação de Barata, desde meados do século XVIII, a Igreja vinha perseguindo a maçonaria, atribuindo a ela “uma natureza subversiva, cujo principal desejo era depor os próprios governantes”⁵⁰⁵. A propaganda antimaçônica, segundo o autor, foi sistematizada nas primeiras décadas do século XIX “a partir da publicação de obras, folhetos, impressos dedicados a combater o expansionismo maçônico”⁵⁰⁶.

A promulgação do decreto nº 1.179 contribuiu para uma lenta retomada das atividades maçônicas, em 1938. Mas, mesmo após a regularização das lojas na década de 1940, o governo de Getúlio Vargas manteve forte fiscalização sobre as atividades da

⁵⁰¹ MOREL, MARCO & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria*. op.cit., p. 212.

⁵⁰² Muitas lojas maçônicas continuaram realizando suas atividades secretamente nas residências dos maçons, recuperando uma prática antiga da organização. Ver: GRAINHA, Manuel Borges. *História da franco-maçonomia em Portugal (1733-1912)*. 4º Ed. Tradução: Antônio Carlos de Carvalho. Coleção Janus, Lisboa: Vega, s.d.

⁵⁰³ GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário*. op.cit., p. 130.

⁵⁰⁴ O complô maçônico nasce da ideia de que a organização por ser secreta tinha em sua natureza o poder de tramar contra o governo e a Igreja. O segredo maçônico condenado por diversas bulas papais, entre os séculos XVIII e XIX, tornaria a teoria do complô ainda mais ameaçadora, uma vez que, a ideia de destruição da Igreja católica e do governo seria protegida pelo segredo maçônico dificultando a sua desarticulação. Essa segunda dimensão da teoria do complô transformava a maçonaria em uma organização conspiratória, ameaçadora e misteriosa, que, portanto, deveria ser temida e combatida. Conforme Barata teria sido durante as perseguições promovidas contra os maçons ao final do século XVIII e início do XIX que a organização passou a ser vista como instituição traidora, inimiga do Estado. Ideias que afetariam a organização como um todo. A maçonaria eleita pela Igreja católica como inimiga teve seus membros perseguidos pela Santa Inquisição. BARATA, Mansur Alexandre. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. op.cit., p.193.

⁵⁰⁵ Idem., p. 172.

⁵⁰⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil 1790-1822)*., op.cit., p. 198.

organização, obrigando as lojas maçônicas a fornecerem local, data e hora das reuniões, além de disponibilizar toda a documentação relativa ao controle de registros dos *pedreiros-livres* iniciados e filiados⁵⁰⁷.

Essas medidas, aos poucos, minaram o poder e a autonomia maçônica, diminuindo consequentemente, sua visibilidade social e política⁵⁰⁸. A Loja Piratininga, por exemplo, registrava em ata de 1940 as dificuldades em retomar às atividades da loja⁵⁰⁹ depois da apreensão de seus arquivos⁵¹⁰.

Da orientação política integralista do governo Vargas aos tradicionais conflitos entre a Igreja católica e a maçonaria nasceria uma forte política antimaçônica. Esse movimento antimaçônico engendrado pela teoria do complô e difundido pelos integralistas afirmava que a maçonaria, ao lado do judaísmo e do comunismo, formava uma frente disposta a realizar uma conspiração liberal universal para destruir a Igreja católica e o governo.

A Igreja católica, por sua vez, movida pelos conflitos e rivalidades seculares travadas contra a maçonaria, acabou aderindo e alimentando o discurso antimaçônico. Gustavo Barroso tornou-se um dos principais porta-vozes do combate à maçonaria⁵¹¹. O livro de Gustavo Barroso, *História Secreta do Brasil*⁵¹², publicado em 1938 e composto por seis volumes, veio nutrir a literatura antimaçônica. A obra ganhou ampla repercussão e se transformou no principal veículo de divulgação da teoria do complô maçônico no país entre as décadas de 1930 e 1940.

A ampla circulação dos títulos de Barroso, sobretudo de seu livro *História secreta do Brasil*, ganhou ainda mais visibilidade em decorrência da militância política do escritor junto à Ação Integralista Brasileira, ao lado de Plínio Salgado. Nesse cenário, a obra de

⁵⁰⁷ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria.*, op.cit.,

⁵⁰⁸ Idem., p. 213-214.

⁵⁰⁹ Arquivo da Loja Piratininga. 17 de janeiro de 1940.

⁵¹⁰ Enquanto a maçonaria encontrava dificuldades em retomar suas atividades regulares, a Igreja católica, tradicional inimiga maçônica, ampliava seus domínios políticos e ideológicos por meio de uma importante aliança pactuada junto ao governo de Getúlio Vargas. Aliança simbolicamente sacramentada no início da década de 1930, com a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, capital da República em 12 de outubro de 1931, nas presenças do Arcebispo D. Leme e do presidente Getúlio Vargas. O projeto para a construção do Cristo Redentor foi iniciado na década de 1920, mas concluída durante o governo de Getúlio Vargas. Ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001. p.332.

⁵¹¹ GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário.*, op.cit., p.59.

⁵¹² BARROSO, Gustavo. *A história secreta do Brasil*. op.cit., 1993.

Barroso encontraria espaço propício à difusão da ideologia integralista baseada na condenação à maçonaria, ao judaísmo internacional e ao comunismo.

Em *História Secreta do Brasil*, Gustavo Barroso constrói uma narrativa da história do Brasil salientando o obscurantismo das sociedades secretas (carbonária, bucha e maçonaria), que em diferentes contextos, segundo sua percepção, atentaram contra o Estado. Segundo o autor, como organização secreta, a maçonaria conseguia infiltrar-se com facilidade em diversos espaços de poder, como a imprensa e os altos cargos governamentais. De acordo com o autor:

Se o maçonismo-buchheiro não conseguisse o poder pelas armas, lá se ia de água abaixo o longo trabalho de desagregação liberal do Brasil. E a reação armada contra o que os jornais liberais maçonizados chamavam o regresso viria de Piratininga, foco da Bucha, das montanhas mineiras, foco da maçonaria⁵¹³.

A perda de visibilidade maçônica na historiografia foi muito bem desenhada na análise de Célia Maria Marinho de Azevedo em seu livro *Maçonaria, Anti-Racismo e Cidadania*. Num dos tópicos do estudo, por meio das interpretações clássicas de Oliveira Lima, Francisco Adolfo de Varnhagen e Caio Prado Junior⁵¹⁴, diagnosticou ter havido um progressivo processo de desaparecimento da maçonaria como agente propulsor de transformações. Enquanto as obras de Oliveira Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen, nascidos no século XIX, ressaltavam a forte presença maçônica no interior das instituições e fora dela, Caio Prado Júnior, nascido no século XX, em contrapartida, seguia diminuindo consideravelmente a notoriedade maçônica em sua interpretação⁵¹⁵.

A perspectiva analítica de Azevedo convergia exatamente na direção do cenário vivido pela organização maçônica. As interpretações de Oliveira Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen refletiam o período de consolidação e apogeu maçônico da década de 1920, ao passo que a interpretação de Caio Prado Junior parecia revelar a situação de crise e decadência vivida pela maçonaria, além de mostrar o enfraquecimento do lugar de agente político ostentado pela organização outrora.

⁵¹³ Idem., p.18.

⁵¹⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania*., op.cit., p. 45-50.

⁵¹⁵ Idem., p. 46-54.

4.2 A memória maçônica da abolição através da construção de museus

Diante da perda de visibilidade e de poder, a maçonaria reagiria criando o Instituto Maçônico de Propaganda e Cultura, em 1953, com o intuito de recuperar sua memória⁵¹⁶. O órgão propunha uma série de medidas, dentre as quais estavam a abertura dos templos à visitação pública, a criação de bibliotecas, a construção de lugares de memória, e a compilação de uma historiografia comprometida em exaltar a memória coletiva maçônica⁵¹⁷.

A reminiscência que a organização maçônica pretendia resgatar era a memória coletiva como “uma tentativa de um grupo de criar um elo positivo entre seu passado glorioso e o presente”⁵¹⁸, uma memória “que guarda[ria] do passado apenas o que possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado”. Vale destacar que memória, aqui, é entendida como “seletiva”, “vulnerável” e “espontânea”, contrária à história como “uma operação profana, uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explica uma representação sistematizada e crítica do passado”⁵¹⁹.

Sob esse prisma surgiu o museu do Grande Oriente do Brasil, denominado Ariovaldo Vulcano, em 1955⁵²⁰. O lugar então escolhido para demarcar a memória maçônica foi a antiga sede do Grande Oriente do Brasil, localizada na Rua do Lavradio, centro da cidade do Rio de Janeiro⁵²¹. Conforme o decreto nº236, de 28 de maio de 1955, estabelecido pela constituição maçônica, o museu deveria comportar templos (combinado por reproduções e descrições, altares, painéis, tapetes, bandeiras, estandartes, lanternas e castiçais), objetos dos rituais (aventais, faixas, malhetes, esquadros, compassos, espadas),

⁵¹⁶ MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria*. op.cit., p.46.

⁵¹⁷ Idem., p.57.

⁵¹⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2.ed. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2004. p. 40-41.

⁵¹⁹ Idem., p. 44.

⁵²⁰ Em diferentes partes do país foram criados museus maçônicos: Museu Maçônico Paranaense; Museu Mário Verçosa na Amazonas, Museu José Bonifácio, em São Paulo; Museu Maçônico Virtual, atualizado a partir de Santa Catarina. Ver: SILVA, Tiago Cesar. *Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no Brasil*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em memória social. Rio de Janeiro, 2012. p.16.

⁵²¹ O decreto nº 0016, de 16 de junho de 1955 nomeou o Museu. Ver: SILVA, Tiago Cesar. *Para além de esquadros e compassos*. Op.cit., p.18.

arte maçônica (esculturas, bustos de maçons importantes), manuscritos (originais e reproduções) e biblioteca (composta por constituições, literatura maçônica e antimaçônica)⁵²².

O objetivo do museu era construir uma memória que vinculasse o trabalho maçônico à história do Brasil⁵²³. Conforme Pierre Nora, os “lugares de memória”⁵²⁴ são erguidos quando “aquilo que procuram defender se encontra ameaçado”⁵²⁵.

No museu maçônico pertencente ao Grande Oriente do Brasil encontram-se não apenas os objetos dedicados aos rituais, tais como aventais, malhetes e castiçais, mas também artefatos produzidos com o propósito de registrar o suposto protagonismo maçônico nos eventos históricos mais importantes do país (a independência política do Brasil, a abolição e o advento da República). Embora seja possível encontrar objetos que façam referência a diferentes páginas da história do país associados à organização maçônica, nesta análise o objetivo é ilustrar especificamente os objetos que vinculam a maçonaria à memória da abolição.

Os organizadores do museu do Grande Oriente do Brasil não tardaram a elaborar uma placa em comemoração à Lei do Ventre Livre esculpida em mármore. A placa reverenciava o papel da maçonaria na aprovação da lei sancionada pelo parlamentar maçom José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco⁵²⁶. Na ocasião da sanção da lei, em 28 de setembro de 1871, Rio Branco ocupava, ao mesmo tempo, um cargo no Conselho dos Ministros e o cargo de grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Por essa razão, a organização maçônica compreendia a sanção da Lei do Ventre Livre como uma ação da vontade coletiva do grupo e não como uma tomada de posição que abarcou amplo debate e envolveu inúmeros atores políticos de diferentes orientações políticas e ideológicas presentes dentro e fora do parlamento.

⁵²² O acervo adquirido pelo Grande Oriente do Brasil havia sido contraído por meio de compra da coleção do então maçom Kurt Prober. FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e Museu II*. op.cit., p. 37.

⁵²³ FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e Museu II*. op.cit., p. 29.

⁵²⁴ A expressão “lugar de memória” foi elaborada por Pierre Nora na apresentação da coletânea *Les lieux des mémoires*. Paris: Gallimard, 1984, vol.1, PP.213 VII-XLII. Ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Museu paulista: espaço celebrativo e memória da Independência*. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org.) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2º Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p.195-210

⁵²⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Museu Paulista: espaço celebrativo e memória da Independência*. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2º Ed. São Paulo, Unicamp: Editora Unicamp, 2014, p. 195-219, p. 201.

⁵²⁶ FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e Museu II*, op.cit., p. 60.

O entendimento de que a Lei do Ventre Livre era fruto da ação maçônica ficou cristalizado na celebração realizada em 2 de março de 1872 com o discurso do padre maçom Almeida Martins, no ano seguinte à decretação da lei, em homenagem a Rio Branco “numa solenidade maçônica”⁵²⁷. A decisão do padre maçom naquele momento provocaria a sua própria suspensão das atividades eclesiásticas, com desdobramentos na Questão Religiosa⁵²⁸.

A placa em homenagem a Lei do Ventre Livre não era o único objeto criado para adornar o museu⁵²⁹. Lá também foi depositada uma réplica da pena usada pela princesa Isabel para a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Figura 4.1 Réplica da pena usada pela princesa Isabel na assinatura da Lei Àurea

Fonte: Cláudio Roque Buono Ferreira, 2013. p. 45. (Museu do Grande Oriente do Brasil).

A réplica da pena, não datada, chama a atenção por trazer cravejado ao centro a insígnia da organização maçônica, fazendo, portanto, uma explícita alusão ao protagonismo maçônico no processo abolicionista. Conforme as narrativas da própria

⁵²⁷ CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*, op.cit., p.168.

⁵²⁸ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, op.cit.,

⁵²⁹ FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e Museu II*, op.cit., p. 60.

organização, no ato da assinatura do documento que pôs fim a quase quatrocentos anos de escravidão, a maçonaria teria participado ativamente desse evento histórico representado na figura do maçom abolicionista Joaquim Nabuco. De acordo com o pesquisador maçom Nicola Aslan, enquanto a Lei Áurea era “sancionada pela Princesa D. Isabel de uma sacada, Joaquim Nabuco comunicava à multidão postada em frente ao Palácio, que a escravidão estava extinta no Brasil”⁵³⁰.

Na interpretação do autor, o papel de mensageiro exercido por Joaquim Nabuco naquele instante se equiparava ao papel desempenhado pela própria princesa Isabel, numa clara alusão ao protagonismo maçônico no evento histórico. Dessa maneira, o Grande Oriente do Brasil se apropriava da data do 13 de maio como parte integrante de sua história.

Da mesma forma que o Grande Oriente do Brasil construiu um lugar próprio de memória, o Grande Oriente de São Paulo articulava a fundação de museu demonstrando autonomia em relação ao Grande Oriente do Brasil. O projeto de criação de um museu próprio era desejo antigo da maçonaria paulista que remontava à década de 1920.

Desde a promulgação da nova constituição maçônica, em 1892, o Grande Oriente do Brasil desejava simplificar e estimular a criação de Grandes Lojas Estaduais federadas com o intuito de descentralizar o poder maçônico. As primeiras Lojas Estaduais a surgirem foram as de São Paulo e da Bahia, ambas criadas em 14 de maio de 1892⁵³¹. A autonomia idealizada, entretanto, parecia não atender aos interesses de muitas das lojas paulistas que, em maio de 1893, se rebelaram contra a autoridade do Grande Oriente do Brasil, dando início a uma nova dissidência. O movimento foi encabeçado pelas Lojas maçônicas América, Roma, Sete de Setembro e Harmonia & Caridade, e, em princípio, Amizade e Piratininga⁵³². Essas duas últimas, no entanto, optaram por permanecer vinculadas ao Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio.

⁵³⁰ ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Paraná, Londrina: A Trolha, 1973, p. 237.

⁵³¹ CASTELLANI, José e CARVALHO, William Almeida de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil*, op.cit., p.154-155.

⁵³² Após o estabelecimento do Grande Oriente de São Paulo a Loja Piratininga decidiu participar da ordem se desvinculando do Grande Oriente do Brasil. A Loja Piratininga foi um dos templos que mais recursos despenderam para a construção da nova sede maçônica do Grande Oriente de São Paulo, edificado na cidade na Rua São Joaquim.

Nesse cenário de dissidências nasceu o Grande Oriente de São Paulo⁵³³, desejo latente dos maçons paulistas de demarcarem sua autonomia em relação ao Grande Oriente do Brasil. Fomentado por mais uma cisão, essa nova obediência resgataria o antigo sonho de ter um espaço próprio de memória⁵³⁴.

Essa intenção regionalista da maçonaria paulista ficaria ainda mais evidente, em razão da escolha de inaugurar de seu espaço de memória na data de celebração do aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro. Com essa iniciativa o museu dedicado à celebração do passado maçônico paulista permaneceria vinculado à própria história da cidade de São Paulo.

A maçonaria paulista pretendia inaugurar o museu em 1954, ano correspondente ao quarto centenário de fundação da cidade. Porém a falta de recursos atrasou a obra em um ano⁵³⁵. Projetado como espaço de celebração da maçonaria dessa localidade, o lugar pretendia promover as figuras de grande visibilidade que passaram pela organização, cuja história vinculava-se à cidade. José Bonifácio foi homenageado emprestando seu nome ao museu. Ele havia sido o responsável pela criação da primeira ordem maçônica no Brasil, em 1822.

A escolha da figura de Bonifácio para dar nome ao museu não foi aleatória. O maçom era um personagem de visibilidade nacional, com uma trajetória política de relevo que podia ser explorada do ponto de vista simbólico. Nascido na província de São Paulo, Bonifácio não representava apenas a independência política do Brasil, como também a própria abolição, visto que o maçom exibira uma representação sobre a escravidão na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império em 1823⁵³⁶. Outras duas figuras lembradas pelos maçons paulistas a terem suas memórias evocadas pela organização eram os maçons Luiz Gama e Américo de Campos, ambos maçons republicanos da Loja

⁵³³ CASTELLANI, José e CARVALHO, William Almeida de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil*, op.cit., p.154-155.

⁵³⁴ O termo monumento-museu foi empregado por Cecilia Helena de Salles Oliveira com o objetivo de ilustrar o papel dos espaços edificados como lugares de memória pública. OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Museu Paulista: espaço celebrativo e memória da Independência. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2º Ed. São Paulo, Unicamp: Editora Unicamp, 2014. p. 195-219. pp. 197.

⁵³⁵ Elizabeth do Val. Breve resumo da História da Construção do Edifício_Sede do Grande Oriente de São Paulo e da formação do Museu Maçônico.<www.gosp.org.br/wp_content/uploads/2016/08/Edificio_Sede_GOSP_e_Museu.pdf> Acessado em 16/08/2016.

⁵³⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *José Bonifácio de Andrada e Silva*, op.cit., p. 23-45.

América que travaram juntos lutas contra a escravidão na cidade. Luiz Gama teria a sua imagem gravada no museu por meio da edificação de um busto, ao passo que a hemeroteca homenagearia Américo de Campos, maçom abolicionista e jornalista, que atuou nos bastidores dos jornais *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*⁵³⁷.

O monumento-museu erguido no interior da Grande Loja de São Paulo, à Rua São Joaquim, no Bairro da Liberdade, com vista privilegiada, atraía a admiração daqueles que por ali passavam. Sua extensa e larga escadaria tinha a função de projetar o edifício, revelando o segredo maçônico exposto por meio do seu símbolo maior, o esquadro cruzado sob o compasso à testa do edifício. Esse era o símbolo que resguardava a singularidade daquela estrutura pertencente à maçonaria (Figura 4.2).

Figura 4.2: Museu do Grande Oriente de São Paulo

Fonte: Rua São Joaquim, cidade de São Paulo, 2016. (Arquivo pessoal)

⁵³⁷ Pertencente a Loja América, Américo de Campos atuou em ações de manumissão na cidade de São Paulo ao lado de Luiz Gama e atuou como redator de diversos periódicos na cidade de São Paulo, *Radical Paulistano*, *Correio Paulistano* e na *A Província de São Paulo*.

O museu maçônico encontra-se fechado para reforma, por essa razão não foi possível o acesso ao espaço. Contudo, tem-se a imagem da biblioteca do museu, reproduzida no livro do maçom Cláudio Roque Buono Ferreira (4.3).

Figura 4.3: Biblioteca do Museu do Grande Oriente de São Paulo.

Fonte: FERREIRA, Cláudio Roque Buono, 2013. p. 65.

A grandeza arquitetônica do templo maçônico poderia ser admirada por qualquer um que passasse à frente do local, mas a suntuosidade interna do lugar estava restrita ao olhar e à admiração apenas dos membros da organização. O espaço englobava e ainda engloba cinco templos, biblioteca e um acervo composto por medalhas, brasões, bandeiras, aventais, estandartes, luvas, espadas, enfim, objetos destinados aos rituais reproduzidos e recriados na tradição maçônica (Figura 4.3). Vale ressaltar que as lojas Piratininga e América também reservaram espaços em seus templos com o mesmo objetivo⁵³⁸.

Na fachada do templo da loja América, no lado direito da Figura 4.4, é possível visualizar a fênix, ave que na mitologia grega simboliza renascimento. Conforme, a fábula, o pássaro, pouco maior que uma águia, com plumagens coloridas, após um século de existência, morre queimada pelos raios do sol e, transformado em cinzas. Das cinzas a ave

⁵³⁸ Os membros da Loja América não autorizaram a concessão de imagens de seu templo maçônico, mas permitiu o registro das outras partes do templo (galeria de maçons históricos e sala de reunião).

retorna para completar um novo ciclo de vida. “Maçonicamente, simboliza a iniciação, que é sinônimo de renascimento; simboliza, outrossim, a imortalidade” .

Figura 4.4 Sede da Loja América

Fonte: Fachada do Templo da Loja América, Rua Apeninos, 2018. (Arquivo Pessoal).

Figura 4.5 Galeria dos veneráveis históricos da Loja América.

Fonte: Templo da Loja América, 2018. (Arquivo Pessoal).

Na figura 4.5 é possível ver na primeira fileira, do lado esquerdo, a imagem de Luiz Gama, segundo venerável da história da loja, antecedido por Américo Brasiliense e, sucedida pelo retrato de Américo de Campos. Na sala de reuniões da Loja, como se vê na Figura 4.6, outros membros históricos são homenagiados.

Figura 4.6 Sala de Reunião da Loja América

Fonte: Loja América, 2018 (Arquivo pessoal).

Figura 4.7 Sala de Reuniões da Loja Piratininga

Fonte: Loja Piratininga, 2016 (Arquivo pessoal).

Na Loja Piratininga os espaços também foram preenchidos com imagens dos membros históricos do templo. Na Figura 4.7 nota-se que os retratos dos Irmãos afixados na parede, correspondem aos membros considerados ilustres na Loja (da esquerda para a direita Luiz Gama aparece em destaque, intercalada à imagem de Saldanha Marinho). Chama a atenção, particularmente, o fato dela ter homenageado Luiz Gama e Saldanha Marinho, Irmãos que não compunham o quadro da loja, ao passo que Antonio Bento, membro da loja, se quer foi lembrado.

A imagem de Antonio Bento não mobilizou os membros da Loja Piratininga, na mesma proporção que Joaquim Ignácio Ramalho, membro fundador e uma das figuras mais evocadas na loja. Em homenagem a Irmão a loja encomendou um quadro com a imagem do Irmão em tamanho natural (vê na Figura 4.8).

Figura 4.8 Joaquim Ignácio Ramalho

Fonte: Loja Piratininga, 2016. (Acervo pessoal)

A construção da memória maçônica da abolição dependeu não apenas das realizações e trajetórias individuais de cada membro, como se verifica, a evocação da memória dos Irmãos, deveria passar também pelo crivo das disputas internas e da popularidade do maçom. Considerados membros ilustres na Loja América, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, tiveram breve passagem pela organização, no entanto, por serem figuras populares entre os Irmãos, conseguiram assegurar que sua memória fosse contemplada na galeria de maçons históricos.

Figura 4.9 Destaques maçônicos da Loja América: Joaquim Nabuco e Rui Barbosa

Fonte: Loja América, 2018 (Arquivo Pessoal).

Rui Barbosa afastou-se da maçonaria depois de seu retorno à Bahia e Joaquim Nabuco adormeceu em loja, ou seja, foi maçom inativo por muitos anos, até ser convidado a discursar pelo grão-mestre Saldanha Marinho, no Grande Oriente Unido, do vale dos Beneditinos em 1873, no contexto da Questão Religiosa (ver figura: 4.9).

4.3 Memória da abolição nas páginas maçônicas

O desejo de recriar um passado irretocável levou a organização maçônica a construir narrativas protagonizada pela própria instituição e seus agentes, nas páginas da história do país. Neste subtópico, o que se busca é compreender como a literatura maçônica

celebrativa se constituiu, o papel que ela ocupou na construção da memória maçônica e o impacto gerado na historiografia de abolição.

A produção historiográfica denominada literatura celebrativa constituiu-se com as seguintes finalidades: combater o antimaçonismo fortemente ventilado com base na teoria do complô entre as décadas de 1930 a 1960 e reconstruir um passado glorioso para a maçonaria.

Circunstancialmente, essa literatura celebrativa ganhou espaço e estímulo na década de 1970, durante a ditadura militar, quando se ensaiavam os preparativos para as celebrações do sesquicentenário de fundação do Grande Oriente do Brasil (primeira potência maçônica instalada no Brasil no ano de 1822). A partir de 1972 em diante, a produção de obras dedicadas ao tema ampliou-se consideravelmente. Destacam-se, nessa produção, os títulos: *A maçonaria e a libertação dos escravos* (1970); *Os maçons que fizeram a história do Brasil* (1973); *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros* (1973); *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal* (1977); *A maçonaria e sua política secreta* (1981). Esses títulos tinham o propósito de forjar o protagonismo maçônico nos processos que culminaram na independência política do país, na abolição da escravidão e na implantação da República, passando por narrativas biográficas de personagens maçons, além, evidentemente, dos estudos dedicados a revelar as lendas⁵³⁹, simbologias, assim como os diversos ritos que comportavam a história da instituição, com a perspectiva de desmistificar a ideia de que a maçonaria era uma organização secreta, misteriosa e subversiva. Os pesquisadores maçons estavam seguros de que a participação maçônicas nos principais eventos históricos poderia ser facilmente convertida em protagonismo a partir da realização de alguns “ajustes” narrativos, dessa perspectiva surgiu a literatura celebrativa.

Constituída com atributos específicos, essa literatura celebrativa apresentava as seguintes características: 1) narrativas escritas apenas por pesquisadores maçons que em sua maioria, não possuía formação acadêmica; 2) literatura produzida majoritariamente com base em documentação proveniente de arquivos particulares das lojas maçônicas, cujo acesso, via de regra, esteve restrito à comunidade maçônica⁵⁴⁰; 3) abordagem celebrativa

⁵³⁹ Conforme o historiador Manoel Borges Grainha, muitos elementos que remetem à origem lendária maçônica foram recolhidos dos antigos mistérios dos persas, dos egípcios, das lendas das Cruzadas e dos Templários pela maçonaria especulativa com o intuito de atribuir maior valor e prestígio à organização. Ver: Manoel Borges Grainha. *História da Franco-Maçonaria em Portugal.*, op.cit., p.37.

⁵⁴⁰ Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira fazem duras críticas a essa abordagem maçônica. Conforme os autores a pouca visibilidade das fontes documentais “gera uma ambiguidade que pode causar um

da literatura, pela falta de rigor e crítica em suas narrativas, haja vista o interesse maçônico em construir histórias que privilegiavam os aspectos profícuo da organização; 4) literatura celebrativa produzida por editoras maçônicas vinculadas às lojas; 5) estabelecimento de um diálogo com a historiografia antimaçônica, incorporando, inclusive, alguns aspectos dela.

Os escritores maçons concordavam convenientemente com a dimensão da teoria do complô de Barroso, que postulava a noção de que a maçonaria era uma organização forte, onipresente, responsável por protagonizar momentos decisivos da história do país, mas rejeitavam a dimensão do complô que via a maçonaria como organização agenciadora de um plano secreto interessado em promover a destruição do Estado e da Igreja. O pesquisador maçom D’Albuquerque, por exemplo, em seu livro *A maçonaria e a libertação dos escravos*, dialoga explicitamente com Gustavo Barroso, buscando extrair os elementos considerados eficientes para construir uma narrativa positiva da memória maçônica da abolição. D’ Albuquerque desenhava os caminhos a serem percorridos afim de reverter a teoria do complô em benefício da maçonaria, citando trechos da obra de Barroso, *História Secreta do Brasil*, no qual o escritor destaca a atuação de maçons no movimento abolicionista, sem a realização de uma análise crítica do livro.

Embora essa literatura celebrativa seja apreciável, para efeito de análise foi dada atenção especial aos estudos que dizem respeito ao tema desta pesquisa: a abolição. Por essa razão, optou-se pela abordagem às obras dos escritores maçons Nicola Aslan, Tenório D’Albuquerque e José Castellani, principais representantes dessas narrativas sobre o tema da abolição da escravidão. Tenório D’Albuquerque, em sua obra *A maçonaria e a libertação dos escravos*, centralizava sua análise na tentativa de comprovar que a organização assumiu posição de protagonismo em todas as etapas do processo que culminou com a abolição da escravidão. Conforme o autor,

A libertação dos escravos no Brasil, foi, não há como negar, iniciativa de maçons, um empreendimento da Maçonaria. A Maçonaria, cumprindo a sua elevada missão de lutar pela reivindicação dos direitos do Homem; de batalhar pela Liberdade, apanágio sagrado do Homem, empenhou-se sem desfalecimento, sem temor, em defesa pela emancipação dos escravos. Aí estão os fatos para confirmar a nossa assertiva. Basta ver a predominância extraordinária de maçons entre os que pelejaram para que desaparecesse do Brasil a vexatória mancha da escravidão. Dentre outros, citamos: Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, João Alfredo,

Eusébio de Queiroz, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Teófilo Otôni, Saldanha Marinho, Luiz May, Chichorro da Gama, Pimenta Bueno (Marques de São Vicente), Sousa Franco, Barão de Rio Branco, Tristão de Alencar, Torres Homem, Francisco Otaviano, Figueira de Melo, Cristiano Otôni, Sinimbu, Jerônimo Sodré, Barros Pimentel, Nicolau Moreira (Presidente da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão), Lopes trovão, Castro Alves, Ubaldino do Amaral, João Ferreira, Serpa Júnior (...) Antonio Prado⁵⁴¹.

D'Albuquerque limitou-se a reproduzir trechos que interessassem à construção da memória da abolição maçônica. Em sua análise, evitou alcançar apreciações críticas sobre o modo como esses personagens eram apresentados pela historiografia. O autor superdimensionou nos traços ao relatar a atuação abolicionista de alguns maçons, e acrescentou informações inverídicas sobre outros. Sinimbu, embora, fosse citado por D'Albuquerque no trecho acima como maçom abolicionista, teria seguido como escravista até o fim da escravidão⁵⁴². Outro exemplo ilustrado como maçom abolicionista por D'Albuquerque foi Antonio Prado, maçom da Loja Piratininga, que surge na análise do autor como um representante legítimo do abolicionismo em São Paulo. D'Albuquerque desconsiderou, no entanto, o fato de Antonio Prado ter aderido ao movimento abolicionista somente no ano de 1887 e ter sido um dos deputados que votou contra o projeto da Lei do Ventre Livre⁵⁴³.

O desejo maçônico de solidificar o protagonismo da organização no movimento abolicionista induziu muitos estudiosos a exagerarem a atuação de alguns maçons. Essa tentativa de ampliar a representatividade maçônica no processo abolicionista é notável, sobretudo, em relação à figura de Castro Alves. O poeta abolicionista foi um dos nomes mais evocados nas narrativas maçônicas celebrativas. Embora não houvesse consenso a respeito de sua trajetória na organização, reiteradas vezes, o abolicionista teve a sua figura exaltada. De acordo com D'Albuquerque, Castro Alves havia sido iniciado na Loja América em 1868⁵⁴⁴, ao passo que José Castellani sugere que Alves havia pertencido à Loja Amizade. Conforme relata Castellani:

⁵⁴¹ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos*: a abolição da escravatura, uma grandiosa vitória da maçonaria (Todas as leis beneficiadoras dos escravizados foram de iniciativa de maçons). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1970., p. 29.

⁵⁴² MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*., op.cit., p. 67.

⁵⁴³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. op.cit., p. 128.

⁵⁴⁴ D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos*., op.cit., p. 312.

Embora não haja comprovação, dada à criminoso destruição dos arquivos da loja “Amizade”, de São Paulo, é provável que nela tenha ocorrido a iniciação de Castro Alves, em 1868, quando estudava Direito, em São Paulo, numa época em que grande número de estudantes da Academia, engajados na campanha abolicionista, fazia parte das lojas maçônicas⁵⁴⁵.

Essa sucessão de contradições e imprecisões indicava a ausência de fontes seguras que comprovasse os fatos. A literatura celebrativa foi construída muito mais baseada em suposições do que em acontecimentos. Conforme Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, a pouca visibilidade das fontes maçônicas resultou em “conhecimento escorregadio”⁵⁴⁶. O exagero acabou, por vezes, sendo tomado como recurso a essa literatura celebrativa lapidada a partir da década de 1970.

A valorização das biografias nas narrativas maçônicas seguia com o propósito de atrelar a trajetória individual dos maçons ao movimento abolicionista. No livro do maçom Nicola Aslan, *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*, esses elementos ficam evidentes. Elaborado em curto espaço de tempo, a obra trazia a biografia de 66 maçons. A lista, evidentemente, não contemplava a biografia de todos os Irmãos que haviam passado pela organização, destacava apenas a trajetória maçônica de membros considerados importantes, e que poderiam com isso alçá-la a um lugar de visibilidade na historiografia, na perspectiva da organização.

A literatura celebrativa propôs a escolha prévia de nomes, considerados legítimos para representar a organização. Na obra de Aslan, o interesse em compilar narrativas seletivas evidenciou-se logo no prefácio do livro. A maior preocupação, segundo o autor era “evitar incluir nestas micro-biografias figuras de maçons sobre os quais não tivéssemos dados positivos de sua qualidade maçônica”⁵⁴⁷. O maçom encerrava o prefácio de seu trabalho sem esclarecer algumas questões importantes: 1) Quais seriam, afinal, as qualidades e as virtudes atribuídas aos maçons considerados exemplares nessas narrativas de memória?; 2) O que a maçonaria esperava dos “grandes maçons”?; 3) O que haveria de comum entre os biografados?

Todas essas indagações ficariam sem respostas nas narrativas de Aslan e nas de outros escritores. É possível inferir que o cuidado desses pesquisadores em propor uma seleção prévia de figuras a serem evocadas em suas narrações estivesse igualmente,

⁵⁴⁵ CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil.*, op.cit., p. 39.

⁵⁴⁶ D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos.*, op.cit., p. 318.

⁵⁴⁷ ASLA, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros.*, op.cit.,

relacionado ao fato de essa literatura ter sido produzida de forma substancial no contexto da ditadura militar, estado de exceção que, certamente, imputou limites a ela.

O cenário político influenciaria na compilação dessa literatura, determinando o seu delineamento, sem impor-se, contudo, como único elemento a nortear da produção dessa historiografia. Outros aspectos certamente seriam levados em consideração pelos escritores maçons para justificar as escolhas das figuras que seriam selecionadas para representar a memória maçônica da abolição, como por exemplo, “as qualidades maçônicas”.

As denominadas “qualidades maçônicas” dos biografados, referidas por Aslan, embora não fossem assim classificadas em seu estudo, permite algumas conjecturas. É possível crer que o autor tenha considerado como “qualidades maçônicas” elementos ajuizados no tempo presente e não arroladas a partir dos valores maçônicos imputados no passado, implicando, portanto, na construção de narrativas dominadas, na maior parte das vezes, por anacronismos e juízo de valores edificados pós-fato. Ao tentar redesenhar o passado maçônico nas páginas da história da organização, esses estudiosos fariam desaparecer das narrativas as biografias de Irmãos contrários à abolição da escravidão, pois, afinal, não interessava à maçonaria vincular a biografia de maçons ou, tampouco, associar a sua imagem à escravidão.

A memória da abolição maçônica paulista não poderia ser construído com base em narrativas vinculadas à instituição escravista. Nos últimos anos de vigência da escravidão no Brasil, o debate sobre a iniciação de senhores de escravos foi tema de discussão em diversas sessões maçônicas. A Loja Piratininga, no ano de 1887, chegou a elaborar projeto que previa a multa a todos os Irmãos que tivessem escravos e impedindo, ao mesmo tempo, a iniciação de candidatos escravocratas. É provável que, na prática, esse projeto não tenha saído do papel, uma vez que nas atas produzidas pela Loja Piratininga não há apontamentos de maçons sendo multados por serem proprietários de escravos, assim como não há evidências de candidatos à iniciação sendo barrados por possuírem cativos.

O debate contra a propriedade escrava, embora tenha sido tema de discussão nas sessões, não gerou mudança de comportamento de seus membros. Pelo contrário, o que se discutiu a respeito da extinção da escravidão no templo foi que ela se estendesse o maior tempo possível, e para os maçons isso significava colocar um ponto final na escravidão em 1890, dois anos depois do que de fato ocorreu com a assinatura da Lei Áurea em 1888. Nos bastidores maçônicos nota-se uma profunda resistência dos Irmãos em fechar uma agenda contra a escravidão. Até os últimos dias os maçons resistiram pelo direito da propriedade escrava.

Seguramente, as narrativas maçônicas omitiriam a presença dos maçons senhores de escravos, contudo, não bastava à literatura celebrativa condenar a escravidão. Era preciso, sobretudo, forjar um protagonismo maçônico no desmonte do sistema escravista por meio de seus agentes, demonstrando a importância da organização em todas as etapas do processo que culminou com o fim da escravidão, do princípio ao fim. Nesse sentido, as narrativas maçônicas desempenhariam a função de arquitetar essas histórias, “recrutando” entre os abolicionistas mais proeminentes da historiografia da abolição aqueles que melhor sustentariam essas narrativas.

Na tentativa de procurar pelas “qualidades maçônicas” de seus biografados, os pesquisadores maçons manteriam na penumbra personagens que pudessem simbolizar ou serem porta-vozes de valores então rejeitados no presente como a escravidão. Por essa razão, buscariam celebrar apenas as “qualidades maçônicas” de figuras públicas, que haviam compartilhado de discursos e práticas antiescravistas. Por essa razão, nomes como os de Luiz Gama, Antonio Castro Alves, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa tiveram lugar privilegiado nessas narrativas.

Rui Barbosa tornou-se figura cara às narrativas maçônicas produzidas na década de 1970, sobretudo porque propôs um dos principais projetos à emancipação dos escravizados no círculo maçônico, em 4 de abril de 1870 na Loja América. Na ocasião, Rui Barbosa era apenas um estudante da Academia de Direito. Com o apoio de Luiz Gama, propôs um projeto que previa a criação de um fundo maçônico que assegurasse o alforriamento de crianças escravas do sexo feminino menores de sete anos. O documento, enviado ao Grande Oriente do Brasil (dos Beneditinos), não chegou a sair do papel, mas ficaria cristalizado nas memórias maçônicas como uma das principais medidas de antecipação maçônica à Lei do Ventre Livre.

Superestimado pelas narrativas maçônicas, a proposta de Rui Barbosa, tal como foi ventilado, demonstrava ter sido parte da premissa de que a concepção do projeto da Lei do Ventre Livre tinha nascido no círculo maçônico quando, na verdade, havia sido fruto de largo debate travado no parlamento e com ampla contenda e participação nacional de setores civis e da imprensa⁵⁴⁸. De acordo com Robert Conrad, “os jornais do Rio de Janeiro

⁵⁴⁸ A emancipação das crianças nascidas de ventre escravo era uma recomendação que teria surgido ainda no século XVIII e depois adotado em diversos lugares, Chile (1811), Colômbia (1821), em Portugal (1856), na colônias espanholas e sugerido a Abrahão Lincoln para Delaware e 1861. Ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*, op.cit., p. 112-113.

e das províncias voltavam crescentemente sua atenção para a controvérsia à medida que o debate legislativo prosseguia, semana após semana”⁵⁴⁹.

O projeto de Rui Barbosa, embora não fosse original e não tivesse saído do papel, acabou eclipsando o plano proposto, anteriormente, pelos maçons Ubaldino do Amaral e José Leite Penteado, da Loja Perseverança III, de Sorocaba, em 19 de julho de 1869. Ambos sugeriram a criação de um fundo afim de assegurar a libertação de meninas menores de sete anos que ficariam respectivamente sob a proteção de suas lojas⁵⁵⁰. Provavelmente, o projeto proposto por Rui Barbosa tenha ganhado maior visibilidade nas narrativas maçônicas em razão de ele ter ocupado lugar de relevo na vida pública comparada a trajetória política de Ubaldino do Amaral.

Nas narrativas maçônicas Joaquim Nabuco surgiu como personagem incansável que havia lutado arduamente no Parlamento, arregimentando apoio entre os correligionários para a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio, ao passo que Luiz Gama aparecia nessas narrativas como um nome importante na luta pela libertação de africanos ilegalmente escravizados em âmbito jurídico.

Tratava-se de uma estratégia maçônica lançar luz apenas sobre a biografia, deixando de lado, as narrativas das trajetórias de maçons pouco conhecidos, até mesmo daqueles que haviam participado, de alguma maneira, das ações abolicionistas. Os personagens com maior visibilidade pública seriam lançados a um lugar privilegiado da memória maçônica da abolição, ao passo que outros seriam esquecidos. Muitos deles esquecidos por suas escolhas ideológicas distintas dos demais membros da organização, ou até mesmo, por terem construído relações conflituosas com seus congêneres maçônicos.

A historiografia da abolição paulista está repleta de personagens cujas identidades maçônicas foram subtraídas, apagadas, parcial ou completamente, da memória maçônica. Nas atas das Lojas América e Piratininga encontram-se figuras popularizadas nas narrativas da abolição tal qual Albino Soares Bairão, Jaime Serva, Salvador de Mendonça, Ferreira de Menezes, Olimpio da Paixão, Justo Nogueira de Azambuja, Antonio Arcanjo Dias Batista, João Fernandes Junior, Azevedo Marques e Antonio Louzada, em ações solidárias junto aos dois principais líderes do abolicionismo paulista, Luiz Gama e Antonio Bento, que não encontraram espaço nas narrativas maçônicas⁵⁵¹. Alguns, entretanto,

⁵⁴⁹ Idem., p. 117.

⁵⁵⁰ CASTELLANI, José & CARVALHO, William Almeida de., op.cit., p.121.

⁵⁵¹ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos.*, op.cit., p. 108.

ganhariam uma nova oportunidade de serem inseridos à historiografia da abolição com a revisitação de suas biografias. Ferreira de Menezes, por exemplo, foi abolicionista iniciado na Loja Piratininga, filiado à Loja Sete de Setembro e depois à Loja América. O maçom teve recentemente sua trajetória tomada como tema de pesquisa de Ana Flávia Magalhães Pinto, *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*, tese defendida em 2014⁵⁵². Nesse estudo, a autora abordou a experiência abolicionista do jornalista e salienta a sua experiência na organização maçônica.

Estudante da Academia de Direito em São Paulo, Ferreira de Menezes, ao lado de Luiz Gama, advogou em ações de liberdade, em nome da Loja América. O maçom atuou como redator no jornal *Radical Paulistano*. Ao retornar para a Corte, atuou em diversos periódicos, fundando na sequência a folha abolicionista *Gazeta da Tarde* em sociedade com José do Patrocínio. O jornal se tornou uma das folhas abolicionistas mais importantes da imprensa carioca⁵⁵³, ainda assim, Ferreira de Menezes sequer foi mencionado na literatura celebrativa produzida na década de 1970, ao passo que nomes como os de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que tiveram breve passagem pela maçonaria, seriam, em contrapartida, exaltados pelas narrativas de Nicola Aslan e de José Castellani por serem personagens de grande notoriedade.

Essa produção bibliográfica maçônica definiu a literatura maçônica celebrativa assentada na ideia de que os grandes personagens pudessem ser capazes individualmente de serem agentes determinantes da transformação da sociedade de um tempo histórico. Pensar a história maçônica com base na biografia de poucos homens limitaria, sem dúvida, a compreensão sobre o alcance real que teve a organização. Esse viés analítico que lança luz sob um único prisma dos grandes homens afastava de suas narrativas a história de homens e mulheres que passaram pela organização, mas não participaram da cena política.

Essa literatura celebrativa, que predominou no período de 1970 a 1990, tencionava atingir não apenas o leitor maçom, mas o grande público. Contudo, a partir da década de 1990, perderia força diante da inserção do tema na universidade.

O silêncio da academia em relação ao tema no intervalo de tempo (1940 a 1990) foi cuidadosamente discutido por Célia Maria Marinho de Azevedo em seu livro *Maçonaria*,

⁵⁵² PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas.*, op.cit.,

⁵⁵³ Idem.,

*anti-racismo e cidadania*⁵⁵⁴. Segundo a autora, esse posicionamento refletia uma historiografia marcadamente refratária à incorporação do tema maçonaria⁵⁵⁵. A começar pela análise interpretativa de Caio Prado Júnior, em sua obra *A formação do Brasil contemporâneo*. O trabalho, publicado em 1942, questionava o papel de protagonismo desempenhado pela maçonaria na destituição do sistema colonial. Para o autor, a maçonaria, havia sido mero instrumento a serviço das elites políticas, interessadas em promover as grandes transformações políticas do país. Segundo ele, independentemente do apoio ou não da maçonaria, as elites teriam realizado tais mudanças. Na análise de Sérgio Buarque de Holanda também se observa uma tentativa de diminuir a importância civil da organização maçônica. De acordo com o autor, “a importância da maçonaria durante o Império prendia-se largamente ao papel que puderam os maçons desempenhar nas origens da independência do país”⁵⁵⁶. Ainda que considerasse a participação maçônica no processo que culminou com a independência, o historiador não via a organização como motor desse processo, assim como, não via relevância na ação dela nos acontecimentos históricos subsequentes, como a Abolição e a República. Para Buarque, a organização maçônica havia sucumbido perante a emergência do positivismo na década de 1850⁵⁵⁷. Segundo Azevedo, essas interpretações foram essenciais para impedir o avanço de estudos sobre a maçonaria no Brasil.

As barreiras que separavam a literatura celebrativa da produção acadêmica seriam finalmente rompidas com os primeiros estudos acadêmicos, realizados na década de 1990. Destaca-se, nesse sentido, os trabalhos de Alexandre Mansur Barata. O autor abordou o tema maçonaria em sua dissertação de mestrado, *Luzes e Sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros*, oferecendo importantes contribuições ao estudo do tema⁵⁵⁸.

O grande mérito do estudo realizado por Barata assenta-se no fato do pesquisador ter se desvencilhado da literatura celebrativa para debruçar-se sobre rico material de domínio público, composto por constituições, jornais, dicionários de termos maçônicos, circulares e cartas trocadas entre as obediências maçônicas, encontradas em arquivos e

⁵⁵⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*., op.cit., 2011.

⁵⁵⁵ Nesse intervalo de tempo teriam sido produzidas apenas três pesquisas acadêmicas sobre o tema, de Jamil Almansun Haddad (1945), Mary Crescentia Thornton (1948) e de David Gueiros Vieira (1973). ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op.cit.*, p. 62-63.

⁵⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Da maçonaria ao positivismo*., op.cit., p. 334.

⁵⁵⁷ Idem, p. 334.

⁵⁵⁸ BARATA, Alexandre Mansur., op.cit.,

bibliotecas públicas. Por meio dessa vultosa documentação, o autor ofereceu ao estudo do tema novas perspectivas analíticas, novas fontes e novas abordagens.

O estudo de Barata representou a reintrodução do tema maçônico na academia. Logo outros estudos importantes sobre o assunto seriam produzidos⁵⁵⁹. O corolário dessa fissura refletiria ademais sobre a literatura celebrativa maçônica, visto que um novo grupo de pesquisadores maçons se dedicaria à produção acadêmica, sem deixar inteiramente de lado a literatura celebrativa. Essa produção literária não desapareceria completamente, continuaria sendo cultivada, embora não com a mesma intensidade, em paralelo à produção acadêmica. José Castellani, um dos principais representantes da literatura celebrativa, por exemplo, seguiu produzindo ininterruptamente desde seu primeiro título publicado em 1973⁵⁶⁰.

⁵⁵⁹ ANDRADE, Alex Moreira. *Maçonaria no Brasil (1863-1901): poder, cultura e ideias*. Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria: história e historiografia*. In: Revista USP. nº32. P.178-189, São Paulo, 1996-1997. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2011.; COLLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*, EDIUPF, Passo Fundo, 1998.; COSTA, Frederico Guilherme. *Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Trolha, Londrina, 1999.; Gonçalves, Ricardo Mário, A influência da maçonaria nas independências latino-americanas, In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*, São Paulo: Ed. Nova Stella-ed: USP,1990.; GONÇALVES, Ricardo Mário (org). Quintino Bocaiuva nº10: a trajetória de uma Loja Maçônica Paulistana (1923-1998). Arquivo do Estado-Imprensa Oficial, São Paulo, 1998.; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.; MOREL, Marco. *Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, nº28, Rio de Janeiro, 2001/2.; NEVES, Berenice Abreu de Castro, *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses do Império*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.; RAMALHO, José Rodonval, *Noval sed Antiquae: tradição e modernidade na maçonaria brasileira*, tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.; SILVA, Eliane Moura, *Maçonaria, anticlericalismo e livre pensamento no Brasil (1901-1909)*, comunicação apresentada no século XIX. Simpósio Nacional de História – ANPUH, Belo Horizonte, 1997.; SILVA, Marcos José Diniz. *Lapidando a pedra bruta: a maçonaria na organização de artistas e proletários cearenses*, dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.

⁵⁶⁰ O autor publicou os seguintes títulos CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a História do Brasil*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1973; _____, Shemá Israel. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1977; _____, *A ciência maçônica e as antigas civilizações*. São Paulo: Editora Universitária, 1977; _____, *São Paulo na década de trinta*. São Paulo: Editora Policor, 1978; _____, *A maçonaria e sua política secreta*. São Paulo: Traço Editora, 1981; _____, *Origens do misticismo na maçonaria*. São Paulo: Traço Editora, 1982; _____, *Liturgia e Ritualística do Grau de aprendiz maçom*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 1985; _____, *A Maçonaria moderna*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1986; _____, *Liturgia e Ritualística do grau de companheiro maçom*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1987; _____, *Consultório maçônico*. Londrina: Editora Trolha (1987); _____, *Liturgia e Ritualística do grau de mestre maçom*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1987; _____, *O rito escocês antigo e aceito*. Londrina: A Trolha, 1988; _____, *José Bonifácio: um homem além do tempo*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1988; _____, *O mestre instalado*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1989; _____, *Dicionário de termos maçônicos*. Londres: A Trolha, 1989; _____, *A maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. São Paulo: Traço Editora, 1989; _____, *Consultório maçônico*. Londrina: A Trolha, 1990; _____, *Dicionário Etimológico Maçônico*. Londrina: Editora Trolha, 1990; _____, *Maçonaria Moderna: a Liberdade Revelada*. Londrina: A Trolha, 1991; _____, *Origens históricas e místicas do templo maçônico*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1991; _____, *História do*

Frederico Guilherme Costa representa o novo grupo de pesquisadores maçons que tem produzido estudos vinculados à universidade, e que teve o devido cuidado de utilizar fontes substanciais e seguras. Costa valeu-se de documentos encontrados em arquivos públicos, como boletins, constituições maçônicas e correspondências trocadas entre lojas maçônicas. Todavia, é possível encontrar em sua análise ainda alguns resquícios da literatura maçônica celebrativa. O autor não deixou de evocar a ideia de que a organização maçônica fosse harmônica, destituída de conflitos e não fosse alvo de disputas por poder entre os próprios Irmãos.

5. Os heróis maçônicos na memória da abolição em São Paulo

A construção de monumentos-museu, a elaboração de acervo maçônico com objetos dedicados à memória maçônica da abolição e a edificação de narrativas maçônicas são partes integrantes do projeto de resgate da memória maçônica. Instrumentos essenciais à concepção da memória, mas incompletos, sem a consagração de seus heróis. Heróis que são tão importantes à construção da memória, quanto os símbolos e as práticas cultuados nos cerimoniais e rituais também o são, como bandeiras e indumentárias. De acordo com Paulo Miceli, o herói cria a perspectiva de que,

(...) magicamente, só ele pode fundir todas as múltiplas partes que compõem, na realização de um ideal de libertação e emancipação de um país, de uma classe social, de uma etnia, de grupos religiosos e de uma infinidade de instituições e agrupamentos sociais, criados e mantidos por interesses e intenções igualmente múltiplos e quase nunca transparentes⁵⁶¹.

Imbuído por esse sentimento, a maçonaria paulista zelava pela evocação de um herói capaz de incutir na memória maçônica da abolição uma representação profícua de si mesma. Nesse sentido, houve larga mobilização com o fito de transformar seus personagens em potenciais candidatos ao papel de herói maçônico. O esforço da promoção desses candidatos, entretanto, não seria tarefa simples, uma vez que poucos Irmãos reuniam as qualidades necessárias ao desempenho do pretendido papel de herói.

Neste capítulo, investiga-se o papel do herói na construção da memória maçônica da abolição em São Paulo. Na primeira parte, realizou-se uma análise dos caminhos percorridos pela maçonaria paulista na escolha de Luiz Gama como o principal personagem da memória maçônica. Na segunda, foram analisados os recursos adotados pela organização para vincular a imagem do abolicionista à memória maçônica. Por fim, na terceira parte, os olhares se voltaram para o cemitério da consolação, consolidado pela maçonaria como um importante espaço dedicado à construção da memória maçônica.

⁵⁶¹ MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. (Coleção repensando a história). 4ª Edição. São Paulo: Contexto, 1994, p. 12.

5.1 A criação dos heróis maçônicos na história da abolição em São Paulo

O processo de fabricação do herói depende da confluência de diversos fatores, dentre eles as “condições de criação e recriação”⁵⁶². Conforme Paulo Miceli, o herói não pode ser criado ou recriado com base em virtudes e qualidades incompatíveis com o tempo e as circunstâncias, tampouco poderia distanciar-se do discurso pregado pelo grupo empenhado na validação de sua imagem.

Em meados do século XIX, forjava-se um modelo de herói ajustado às novas transformações sociais e econômicas vigentes no continente europeu. Esse conjunto de mudanças provocaria a emergência de um novo modelo de sociedade, fundado na chamada modernidade, paradigma marcado pela ascensão e difusão das ideias liberais, consagrada no pensamento igualitário e democrático em oposição à religião, aos costumes, aos privilégios de classe e às monarquias absolutistas.

Essas ideias liberais alimentaram as reivindicações das classes subalternas por toda a Europa, transformando o continente num grande palco de luta contra todo tipo de opressão. No campo lutava-se pelo fim da escravidão por dívida, ao passo que na cidade a batalha era travada no interior das fábricas, protagonizada pelos operários que reivindicavam melhores condições de trabalho (redução das longas jornadas e reajuste salarial)⁵⁶³.

Todas essas experiências vividas pelas classes subalternas em suas múltiplas dimensões inspirariam a criação de um modelo de herói então reproduzido nas narrativas literárias modernas. Na concepção de Walter Benjamin, “o herói era o verdadeiro tema da modernidade”⁵⁶⁴ e como símbolo dela deveria refletir o desejo por justiça e igualdade. Assim, entrava em cena o herói moderno encarnado na figura do homem comum oriundo das massas, do povo, das multidões.

A virtude desse herói residia em sua coragem, em seu sacrifício. O herói moderno não se alienava diante dos problemas sociais, sacrificava a própria vida em nome de uma causa social, lutava pela sobrevivência e pela destruição de um modelo social opressivo.

⁵⁶² Idem., p. 12.

⁵⁶³ HOBBSBAWM, Eric. *A Era do capital* (1848-1875). São Paulo: Guerra e Paz. Ver especialmente capítulo 2. A sociedade em processo de mudança, p. 243-262.

⁵⁶⁴ BENJAMIM, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Tradução Heindrun Krieger Mendes da Silva Arlete de Brito e Tânia Jatobá, 1975, p. 24.

Sob o signo do herói moderno, forjado no final do século XIX, a maçonaria destacaria de suas fileiras figuras que pudessem encarná-lo em suas narrativas. Nomes como os de José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Rui Barbosa e Antonio Bento surgiriam como candidatos ao posto.

Joaquim Nabuco era um forte candidato ao papel de herói, uma vez que nas últimas décadas de vigência da escravidão, havia se tornado uma voz importante no Parlamento e um respeitável articulador de ações abolicionistas⁵⁶⁵. Ao lado de seus correligionários André Rebouças e José do Patrocínio, Nabuco arquitetou a criação da Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, em 1880, uma organização projetada para funcionar como uma “versão brasileira da The British and Foreign Anti-Slavery Society”⁵⁶⁶.

As múltiplas memórias construídas em torno da imagem do abolicionista limitavam-se, contudo, às perspectivas de elevá-lo ao posto de herói da abolição maçônica de São Paulo. Sua imagem havia se fragmentado. Conforme Ângela Alonso, nas celebrações fúnebres realizadas em memória de Joaquim Nabuco, sua figura nem sempre esteve vinculada ao abolicionismo. Em Washington, cidade onde faleceu, exaltou-se a imagem de diplomata, legítimo representante da aristocracia. Na cidade do Rio de Janeiro, a cerimônia fúnebre voltou-se para a construção de sua figura como político monarquista liberal. Só no Recife, sua cidade natal, onde foram depositados seus restos mortais, sua memória esteve atrelada profundamente à abolição e forjou-se uma imagem de líder popular de Nabuco. Lá, marinheiros descendentes de escravos receberam o corpo do falecido que seguiu em cortejo pelas ruas da cidade, acompanhado por populares e seus memoráveis correligionários da abolição como José Mariano. A imagem de líder popular do abolicionismo forjado em Recife não se transferiria para outras partes do país. A maçonaria teria grandes dificuldades em colar a imagem de Nabuco à memória da abolição maçônica paulista. Afinal, em São Paulo, Joaquim Nabuco seria lembrado apenas como estudante da Faculdade de Direito, de origem aristocrática, com breve passagem pela Loja América e que tempos depois seguiu carreira política. Essa imagem o qualificava para

⁵⁶⁵ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

⁵⁶⁶ Órgão criado por ingleses que tencionava unificar as ações abolicionistas realizadas em todos os cantos da Inglaterra. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 189

ocupar um lugar na memória da abolição, mas não para assumir a posição de herói supremo da maçonaria. Ainda que em sua lápide fosse edificada a memória da abolição.

Figura 5.1 Túmulo de Joaquim Nabuco

Fonte: ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 160.

Pouco mais identificado com as massas que a figura de Joaquim Nabuco, a imagem do paulista Antonio Bento conteria as qualidades indispensáveis para ocupar o lugar de herói da memória maçônica da abolição paulista, uma vez que era visto como sucessor de Luiz Gama na causa abolicionista. Na historiografia da abolição seu nome esteve associado às ações ilegais, então desenroladas na fase final da luta contra a escravidão, ainda que o mesmo tivesse se dedicado também as ações de manumissão à maneira de Luiz Gama⁵⁶⁷.

Conforme Alexandre Ferro Otsuka, a historiografia da abolição construiu uma imagem ortodoxa de Antonio Bento, assentada excepcionalmente nas práticas ilegais. Essa dimensão subversiva de suas ações teria se sobressaído em relação às outras atividades praticadas pelo abolicionista, tais como de jornalista e advogado. Otsuka enumera dois motivos que teriam determinado a construção de uma única imagem de Antonio Bento. A primeira delas resultava da falta de documentação imprescindível que permitisse uma

⁵⁶⁷ AZEVEDO, Elciene. *Direito dos escravos.*, op.cit.,

análise mais abrangente a respeito dessa figura, e a segunda decorria da vigência de uma historiografia que havia se debruçado sobre um mesmo conjunto documental, predominantemente, caracterizado por testemunhos e relatos de memorialistas abolicionistas que afirmavam ter participado ativamente das ações lideradas por Antonio Bento e que haviam sobrevalorizado a atuação do maçom e dos caifazes. Essa visão romantizada dos estudos memorialistas sobre a abolição em São Paulo e o papel desempenhado por Antonio Bento no processo abolicionista, produzidas algumas décadas depois da abolição, de acordo com Otsuka, ofuscou outras perspectivas analíticas que se voltassem para a vida profissional de Antonio Bento depois de seu retorno para a cidade de São Paulo em 1877.

Essas interpretações consolidadas na historiografia da abolição, na perspectiva de Otsuka, demonstravam que Antonio Bento tinha se valido apenas das ações ilegais a fim de solucionar o problema da escravidão. Essa concepção historiográfica construída em torno do maçom, no entanto, não incidiria da mesma forma sobre a literatura celebrativa. A figura de Antonio Bento não era valorizada pelas narrativas maçônicas, pelo contrário, ela procrastinou a incorporação do abolicionista.

Nos primeiros estudos produzidos pela literatura celebrativa na década de 1970, Antonio Bento sequer foi mencionado. A introdução do abolicionista nas narrativas maçônicas ocorreu em 1981⁵⁶⁸ e, alguns anos depois seu nome fora evocado num Congresso Maçônico Internacional da História e Geografia para a celebração do centenário da abolição. Nessa ocasião, o escritor José Castellani apresentou o artigo intitulado *Antonio Bento: um nome esquecido no movimento abolicionista*⁵⁶⁹. Tempos depois, o autor lançaria o livro *Os maçons e a abolição da escravidão* em 1998, no qual abordaria o tema do esquecimento do abolicionista nas narrativas maçônicas⁵⁷⁰.

A ausência temporária de Antonio Bento na historiografia maçônica deveu-se ao próprio contexto de produção dessa literatura celebrativa. Entre as décadas de 1970 e 1980, auge de produção das narrativas maçônicas, o país vivenciava o apogeu da ditadura militar e a maçonaria como organização não ficaria imune a intervenção e vigilância do Estado⁵⁷¹.

⁵⁶⁸ CASTELLANI, José. *A maçonaria e sua política secreta*. Paraná, Londrina: A trolha, 1981. p.56.

⁵⁶⁹ O artigo foi apresentado no Congresso Internacional de História e Geografia. Ver: CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. 2º Edição. São Paulo: Editora Gazeta Maçônica, 1991. p. 12.

⁵⁷⁰ CASTELLANI, José. *Os maçons e a abolição da escravatura*., op.cit., p. 91.

⁵⁷¹ CARVALHO, Willian Almeida de & CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil*., op.cit., p. 257.

Em 1971, o governo indiciou o grão-mestre do Grande Oriente de São Paulo, Danylo José Fernandes Grande, por suspeita de “infiltração comunista”⁵⁷², embora nada chegasse a ser provado contra o grão-mestre e a obediência. A experiência de intervenção na organização, de certo modo, deixaria os escritores maçons em alerta. A imagem de subversivo construída pela historiografia da abolição em torno de Antonio Bento poderia facilmente ser associada a ideologias e lideranças de esquerda, motivando, portanto, censuras e novas intervenções. Esse elemento sozinho não explicava completamente o ostracismo temporário de Antonio Bento dos escritos maçônicos, contudo, sua imagem destoava visivelmente da presença dos demais maçons abolicionistas na literatura maçônica e na memória da organização.

Outro aspecto de rejeição da figura de Antonio Bento associava-se ao próprio interesse da organização em construir uma memória maçônica da abolição assentada na concepção de que a extinção da escravidão deveria ter sido encaminhada de forma lenta e gradual, e a imagem de Antonio Bento, em contrapartida, estava atrelada às ações ilegais, caos e desordem, perpetradas pelo maçom na companhia de seus companheiros caifazes, apoiada pela “rede de fugas assistidas”⁵⁷³.

Escolher Antonio Bento como herói da memória da abolição paulista, neste momento, significava atribuir à instituição maçônica características obscuras, subversivas e ilegais. Tais predicados imputados a ele, como sublinhou Alexandre Ferro Otsuka, permearam toda a historiografia da abolição, ocultando outras importantes dimensões da atuação legal do abolicionista⁵⁷⁴.

Enquanto a imagem de Joaquim Nabuco estava associada à aristocracia e à monarquia, a figura de Antonio Bento era sinônimo do caos, de desordem, da subversão. Portanto, nem Joaquim Nabuco nem Antonio Bento poderia ser alçado como símbolo supremo da memória da abolição maçônica em São Paulo.

Nessa disputa o candidato com maior potencial para desempenhar o papel de herói da memória maçônica da abolição seria, portanto, o baiano Luiz Gama. O abolicionista reunia todos os atributos necessários à construção da figura do herói. Sobressaiu-se entre os demais candidatos por ser o único maçom a experimentar a escravidão na pele. Como

⁵⁷² CARVALHO, Willian Almeida de & CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil*, op.cit., p. 258.

⁵⁷³ OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento*, op.cit., ver capítulo 2: Revisitando a memória do abolicionismo radical e a figura de Antonio Bento, p. 99.

⁵⁷⁴ Idem.,

“homem de cor”, sua presença no quadro maçônico imprimia um sentido genuinamente fraternal e igualitário à organização, isentando-a ao mesmo tempo de ser portadora de práticas discriminatórias de natureza racial e/ou social contra “Irmãos de cor”⁵⁷⁵.

Gama, maçom fundador da Loja América, demonstrou talento no campo jurídico, defendendo a liberdade de africanos ilegalmente escravizados e resguardando os cativos do abuso praticado por seus senhores. Ainda que tenha fracassado em algumas ações de manumissão, tais práticas lhe deram a devida visibilidade para além das fronteiras da cidade. Advogados de outras cidades buscaram por sua orientação jurídica⁵⁷⁶, ao passo que africanos ilegalmente escravizados de outros municípios da província paulista seguiam com destino a São Paulo, depositando suas esperanças de liberdade nas mãos do advogado provisionado⁵⁷⁷.

Embora essa fosse apenas uma das facetas do abolicionista que também dedicou parte de seu tempo em colaboração com a imprensa paulista e carioca (*Correio Paulistano*, *O Ipiranga*, *Radical Paulistano*, *Gazeta do Povo*, *O abolicionista*, *Gazeta da Tarde*)⁵⁷⁸, manifestando-se contra a escravidão, o poder da Igreja católica, o poder moderador e a monarquia. Luiz Gama reservaria ainda tempo para dedicar-se a sua própria folha, o domingueiro *Diabo Coxo* (1864-1865), considerado o primeiro jornal ilustrado de caricatura de São Paulo⁵⁷⁹. Gama demonstrou gosto e afinidade pela escrita ainda em 1859, quando publicou seu primeiro e único livro de poemas, *Primeiras Trovas Burlescas*, em São Paulo⁵⁸⁰.

A trajetória do maçom abolicionista escravizado pelo pai na Bahia e que morreria como um líder abolicionista popular na província de São Paulo, aclamado por toda a

⁵⁷⁵ Sobre a discussão racial em âmbito maçônico ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*., op.cit., CARVALHO, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria negra*., op.cit.,

⁵⁷⁶ Luiz Gama orientou João China, rábula abolicionista, que atuava no município de Caçapava em 1873. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*., op.cit., p. 70.

⁵⁷⁷ Luiz Gama defendeu muitos africanos oriundos de outras cidades como Jacinto fugido de seu suposto senhor (Antonio Gonçalves) alegando ser submetido à escravidão ilegal. O caso de Jacinto ganharia ampla repercussão porque desdobrou na demissão do abolicionista do cargo de amanuense, função que ocupou por doze anos. Ver: AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*., op.cit., p.111-120.

⁵⁷⁸ FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra Luiz Gama*., op.cit., p.89-180.

⁵⁷⁹ GAMA, Luiz. *Diabo Coxo*: São Paulo, 1864-1865. Edição fac-similar. Introdução de Prefácio de Antonio Luiz Cagnin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 9.

⁵⁸⁰ GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas & Outros Poemas*., op.cit.,

sociedade paulista, não poderia ser ignorada pela maçonaria paulista interessada em fabricar um herói maçônico capaz de assegurar a recuperação da imagem da organização.

A diretoria do Club Girondinos reuniu-se em sessão na Loja Piratininga, dois dias depois da morte do abolicionista, solicitando auxílio para a realização de festejos em homenagem ao maçom .

Tendo resolvido solemnizar o primeiro aniversário do passamento do Grande cidadão Luiz Gama, por meio de um sarau literário que terá lugar na noite do 24 do corrente mez, no theatro São José e de uma procissão cívica que se deve realizar no domingo após 26 do corrente vem convidar a distinta loja Piratininga, a comparecer na corporação, com o seu estandarte, para tomar parte, não só na dita sessão como igualmente no respectivo cortejo. Luiz Gama representa o desejo popular de São Paulo, é uma glória nacional como exemplo venerando do civismo, e, é um benemérito da humanidade, combatente heroico de uma das campanhas formidáveis do século. Cantamos com brilhante concurso das corporações populares de São Paulo. No anniversario de passamento de Luiz Gama, não o solemnizamos como uma data de luto. A nossa festa significa a homenagem justa a um grande nome⁵⁸¹.

Nos anos imediatamente seguidos a morte de Luiz Gama, uma série de homenagens, amplamente registradas em documentos maçônicos, relatos e testemunhos garantiriam as condições necessárias para a construção da memória maçônica da abolição. Em 24 de agosto de 1894, data de aniversário do passamento de Luiz Gama, membros da Loja Sete de Setembro, entres eles, Antonio Góes Nobre, em homenagem ao Irmão, articularam a criação de uma loja maçônica que recebeu o seu nome.

Decorrido algum tempo, como homenagem aos relevantes serviços prestados em vida para a emancipação dos escravos, lembrei-me de fundar uma Loja com seu nome, com o concurso dos obreiros das lojas (...), porém composta somente de homens pretos e já livres pela lei da alforria (...) assinada ela Princesa Imperial, na ausência do Imperador que havia seguido viagem para a Europa. Para a formação da Loja, iniciei 25 pretos, me afastei da mesma só aparecendo 2 anos [depois] (...) ⁵⁸².

Particularmente, os relatos e os testemunhos produzidos por contemporâneos de Luiz Gama ofereceriam os subsídios necessários à fabricação da figura do abolicionista como herói. A longa e romantizada cena de seu enterro, narrada pelo amigo, Raul Pompéia repercutiria para além daqueles tempos. Publicado no jornal *Gazeta de Notícias* - “Última página da vida de um grande homem” -, o relato do escritor traduzia a dimensão que a

⁵⁸¹ Ata da Loja Piratininga 19 de agosto de 1883.

⁵⁸² Documento transcrito por Antônio Góes Nobre em 1942 op.cit. FERREIRA, Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l' oeuvre d'un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil., op.cit., p. 551.

morte de Luiz Gama alcançou na cidade: “Nunca houve coisa igual em São Paulo, dizia-se pelas esquinas”. “E o nome de Luiz Gama, coberto de bênçãos, corria de boca em boca. No posto de honra das alças do esquife sucedia-se toda a população de São Paulo”⁵⁸³. Raul Pompéia, contudo, não foi o único a romancear o funeral de Gama, outros de seus contemporâneos seguiram na mesma direção, publicando cartas, poemas e artigos em homenagem ao abolicionista, como Rangel Pestana, “A morte de Luiz Gama”; Alfredo Cardoso de Abreu Peroba “A Luiz Gama”; Belarmino Indalécio de Sousa, “A memória de Luiz Gama”; Raimundo Correia, “Luiz Gama”. Essas narrativas seriam usadas posteriormente como fonte histórica⁵⁸⁴.

O artigo produzido por Rangel Pestana em homenagem a Luiz Gama, em 1882, por exemplo, seria reproduzido em 1930, assegurando com isso a manutenção da imagem de herói de Luiz Gama.

(...) Luiz Gama, um grande talento, uma grande abnegação, saíra de condições inferiores e chegara a merecer consideração e estima não só em São Paulo como em todo o país. Seu nome alargava sempre o espaço que a popularidade enchia com a fama de seus atos de destemido e benemérito abolicionista e democrata. Junto do corpo inânime daquele negro ilustre por seus próprios feitos, que traduziam a energia de uma vontade inabalável, o esplendor de uma inteligência vigorosa, os contemporâneos, amigos de admiração e respeito. (...) Luiz Gama não era, pois um “vulto negro” que arvorando a bandeira do abolicionismo ameaçava cobrir de horrores a sociedade; era antes de tudo a imagem viva da caridade que não têm côres nem privilégios de nobreza. Typo de heroísmo nas sociedades modernas, elle apparecia entre nós como o pai dos pobres, dos desprovidos dos favores da fortuna e das graças do poder⁵⁸⁵.

O artigo em questão seria recuperado no século XX e reproduzido no jornal *A Província de São Paulo* na ocasião da celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama, em 21 de junho de 1930. Os valores heroicos atribuídos à figura de Luiz Gama não mudaram com o tempo. As virtudes imputadas por Rangel Pestana ao abolicionista (“caridade”, “popularidade”, “pai dos pobres”, “vulto negro”, “negro ilustre”, “destemido”, “inteligência vigorosa”) definiam uma concepção de herói moderno então forjado em meados no século XIX, que encontrou terreno fértil à sua manutenção e expansão no século XX.

⁵⁸³ Gazeta de Notícias, 10 de setembro de 1882.

⁵⁸⁴ Detalhes da análise dos artigos produzidos sobre a morte de Luiz Gama. Ver: Ferreira, Ligia Fonseca. *Com a Palavra, Luiz Gama.*, op.cit.,

⁵⁸⁵ A província de São Paulo, 21 de junho de 1930.

Na concepção de herói moderno, Luiz Gama representava o homem real, era figura popular egressa das camadas desprivilegiadas, negro (como a maior parte da população), sem grandes ambições, movido pelo sacrifício, pela caridade, pela generosidade, pelo altruísmo, que lutou até o último instante de sua vida contra a opressão escravista. Essa era a imagem de Luiz Gama construída com base em relatos e narrativas de seus contemporâneos.

A biografia do abolicionista, publicada pela primeira vez em 1881, por Lúcio de Mendonça no *Almanaque Literário de São Paulo*, seria igualmente recuperada em inúmeras outras ocasiões no século XX. Em 13 de maio de 1920 (data de celebração da abolição) o documento foi reproduzido pela primeira vez no jornal *A Província de São Paulo*; a segunda, na data do centenário de nascimento de Luiz Gama (21 de junho de 1930); depois replicado na revista do *Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, em 1930; na *Revista da Academia de Letras*, em 1933; servindo ainda como principal fonte documental à elaboração do primeiro livro biográfico do abolicionista publicado por Sud Menucci, em 1938⁵⁸⁶.

Alguns valores e virtudes atribuídos a Luiz Gama no passado sofreriam algumas alterações de sentido e importância. A cor de sua pele provavelmente teve um peso maior na manutenção de sua imagem como herói no século XX do que no século XIX, já que no novo cenário social pós-abolição a ideia de construção da cidadania e da identidade nacional passava necessariamente pela temática racial nas décadas de 1920 e 1930.

A negritude não foi um assunto diluído em sua biografia, pelo contrário, sua imagem não sofreu retoques, não esteve sujeita ao processo de branqueamento como sucedera com outros “homens de cor”, como Machado de Assis⁵⁸⁷. Luiz Gama permaneceria imune ao branqueamento posto que o abolicionista nunca negou sua negritude, pelo contrário, exaltou-a oportunamente, evocando sua ancestralidade africana em textos, cartas, artigos e poemas. Alguns deles publicados em seu livro, *Primeiras Trovas Burlescas*, de 1859, no qual o abolicionista inflava a sua negritude (“Negro sou” e “Quem sou eu”)⁵⁸⁸.

Os jornais e as revistas da época registraram a figura do abolicionista, conservando sua fisionomia de “homem de cor”. Sua imagem era translúcida na memória e no

⁵⁸⁶ FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama.*, op.cit., p.256.

⁵⁸⁷ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas.*, op.cit., p.154.

⁵⁸⁸ FERREIRA, Ligia Fonseca. *Primeiras Trovas Burlescas e Outros Poemas.*, op.cit.,

imaginário popular por ter sido largamente registrada ao longo de toda a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Seu rosto havia estampado as páginas dos principais jornais do período. Reproduzido, ainda, no pincel do cartunista italiano Ângelo Agostini⁵⁸⁹ (1867 e 1882) e, fotografado por Militão Augusto de Azevedo, um dos principais retratistas da época⁵⁹⁰.

Luiz Gama enquadrava-se perfeitamente no protótipo de herói porque sua imagem comportava um “modelo coletivamente valorizado”⁵⁹¹. “Homem de cor” que erigiu bandeiras políticas importantes – a luta pela abolição e pela república⁵⁹². Figura popular que transitava com tranquilidade entre as distintas camadas sociais, desde os grupos remediados, pobres e marginalizados (livres pobres, forros e escravizados) até os mais elitizados da sociedade paulista. Na disputa pelo lugar de herói da memória maçônica da abolição, certamente lançar a figura de Luiz Gama ao panteão dos heróis não demandaria grande esforço à organização. Afinal a trajetória do morto fornecia o aporte necessário para a construção da imagem de herói moderno.

Todos esses elementos associados à figura de Luiz Gama acabariam se sobrepondo à imagem de Joaquim Nabuco e de Antonio Bento. Conforme Paulo Miceli “ao saltar de seu tempo, além da consagração póstuma, os heróis são condenados a trabalhar sempre e a dedicar sua vida (ou sua morte) para que “os homens” (possam ser) salvos de alguma coisa”⁵⁹³.

⁵⁸⁹ AGOSTINI, Ângelo, CAMPOS, Américo e Reis, Antonio Manuel. *Cabrião*: seminário humorístico. Introdução de Délio Freire dos Santos. 2º. Edição. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

⁵⁹⁰ ARAÚJO, Iris Moraes. *Militão Augusto de Azevedo*: fotografia, história e antropologia. São Paulo: Alameda, 2010.

⁵⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

⁵⁹² Conforme Elciene Azevedo, Luiz Gama representou a ala radical do Republicanismo em São Paulo ao propor a vinculação entre a causa abolicionista e a republicana na pauta do partido. Luiz Gama estava entre os fundadores do Partido Republicano Paulista (PRP). Ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*., op.cit., p.139-188.

⁵⁹³ MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*., op.cit., p.12.

Figura 5.2 Busto de Luiz Gama

Fonte: Busto exposto no hall de entrada do templo do Grande Oriente de São Paulo. In: CÂMARA, Nelson. *O advogado dos escravos*. São Paulo: Editora Lettera.doc, 2010, p. 298.

Nesse sentido a imagem de Luiz Gama se prestaria ao “salvamento” da memória maçônica da abolição, por essa razão, o Grande Oriente de São Paulo erigiu um busto em bronze em homenagem ao seu herói da abolição. O busto dedicado a Luiz Gama, não datado, está exposto no hall de entrada do museu maçônico paulista.

5.2 Usos do passado e a apropriação da memória maçônica de Luiz Gama e de Antonio Bento.

Na disputa pelo posto de herói da memória maçônica da abolição vê-se a figura do baiano Luiz Gama imperar sobremaneira em relação às imagens do paulista Antonio Bento e do recifense Joaquim Nabuco. A imagem de Luiz Gama não havia esvaído

completamente com o tempo, e para os propósitos maçônicos de construção de uma memória positiva maçônica convinha consagrar Luiz Gama como herói e figura central da organização. A imagem do abolicionista imputava um sentido democrático, fraternal e igualitário à maçonaria paulista.

A comoção gerada com a morte de Luiz Gama seria o ponto de partida para a construção dessa memória. De acordo com Carmen McEvoy, a orquestração dos grandes funerais fornece os subsídios essenciais à cristalização da imagem coletiva do morto, seguindo três etapas: primeiro, a morte inesperada; segundo, o abalo coletivo; e, por fim, a realização de um grande funeral. Essas etapas estiveram presentes no processo de mitificação de Luiz Gama, morto em 1882. Conforme Mc Evoy “a morte de uma pessoa importante é um espetáculo com rasgos teatrais em si, manifestação evidente do poder simbólico que se intenta projetar sobre uma determinada comunidade”⁵⁹⁴.

O passamento de Luiz Gama representaria um divisor de águas no movimento abolicionista paulista. Após a sua morte, emergiria uma nova liderança, Antonio Bento, que embora tivesse preenchido em tese o vazio deixado por seu antecessor, não foi capaz de enterrar o espírito de Luiz Gama. A memória de Gama foi evocada em diferentes momentos como liderança simbólica à frente do movimento abolicionista. A sua imagem era vivificada por toda parte: nas conferências públicas abolicionistas, proferidas pelo amigo José do Patrocínio, na cidade do Rio de Janeiro; bem como nos discursos de seus correligionários Joaquim Nabuco, André Rebouças, José Mariano e João Clapp⁵⁹⁵.

Nesse período, desenhava-se a mitificação da figura de Luiz Gama por meio das constantes celebrações realizadas pelo seu passamento. Associações como Club dos Girondinos, Centro Abolicionista de São Paulo e Caixa Emancipadora Luiz Gama organizaram uma maratona de homenagens ao finado com saraus, festas, cortejos e missas. Em sua homenagem, a Loja América instalou uma placa cravejada com o símbolo da organização no túmulo do falecido em 1883⁵⁹⁶.

Os recursos à evocação de sua memória pareciam inesgotáveis. Os cortejos, com destino ao Cemitério da Consolação, entre os anos de 1883 e 1884, transformariam o

⁵⁹⁴ McEVOY, Carmen. El regreso del héroe: Bernardo O’ Higgins y su contribución em La construcción del imaginário nacional chileno, 1868-1869. In: *Funerales Republicanos em América del Sur*: Tradición, ritual y nación (1832-1896). Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 150.

⁵⁹⁵ ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco.*, op.cit., p. 180.

⁵⁹⁶ BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal.*, op.cit., p.83.

espaço em um verdadeiro santuário. Nesses dois anos, consecutivamente, as celebrações foram encerradas ao pé do túmulo do abolicionista⁵⁹⁷.

Conforme Cecília Helena de Salles Oliveira, os túmulos, assim como os monumentos e os rituais celebrativos, colaboravam para “gerir a memória e impedir que o “esquecimento” semeie a “morte dos imortais”⁵⁹⁸. O ritual de visitação criado em torno da lápide do abolicionista se convertia em tradição que, conforme Eric Hobsbawm, tinha o objetivo de “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”⁵⁹⁹.

A tradição de visitação ao túmulo de Luiz Gama⁶⁰⁰ nos aniversários de seu passamento representava não apenas uma forma de celebração da memória do morto, mas, sobretudo, uma tentativa de demarcar um lugar à prática do protesto silencioso e simbólico contra a escravidão, num contexto marcado pela desarticulação do sistema escravista, caracterizado por fugas em massa de cativos⁶⁰¹.

Luiz Gama havia morrido no auge da luta abolicionista elemento que colaborou para a mitificação de sua figura. Até 1888, a imagem do abolicionista se tornou importante no debate antiescravista, servindo como fonte de inspiração aos seus correligionários⁶⁰². No entanto, pouco tempo depois de sancionada a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a figura do abolicionista foi perdendo força, sendo progressivamente ofuscada pela imagem da Princesa Isabel, a “redentora dos escravos”. O jornal *A Redenção*, fundado em 1887, de propriedade de Antonio Bento, revelava a força adquirida pela imagem da Princesa

⁵⁹⁷ FERREIRA, Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l’oeuvre d’un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil., op.cit., p. 520-521.

⁵⁹⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço celebrativo e memória da Independência. In: *Memória e (res) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 198.

⁵⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. (Org) Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

⁶⁰⁰ FERREIRA. Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l’oeuvre d’un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil., op.cit.,

⁶⁰¹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*., op.cit.,

⁶⁰² Em 1895, a biografia de Luiz Gama foi resgatada e exaltada no livro de Tancredo Amaral *A História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos*. Em 1909, a Academia Paulista de Letras, fundada em 27 de novembro, criou uma cadeira em homenagem ao abolicionista e, por fim, em 23 de agosto de 1919, foi inaugurada a Estação Ferroviária Luiz Gama. Cf. CÂMARA, Nelson. *O advogado dos escravos: Luiz Gama*. São Paulo: Lettera.doc, 2010, p. 294-295; FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama: poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensaoficial, 2011, p.256.

Isabel na memória da abolição. No 13 de maio de 1899, em edição comemorativa, a folha deu destaque à Princesa, dedicando uma página inteira de seu periódico a ela.

Figura 5.3 Princesa Isabel

Fonte: Jornal A Redempção (edição comemorativa), 13 de maio de 1899.

A figura da Princesa Isabel vinha conquistando a simpatia dos negros e dos abolicionistas desde a assinatura da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Simpática à causa abolicionista, a Princesa teria participado ativamente das discussões parlamentares finais que culminariam na sanção da lei da abolição⁶⁰³. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, desenhava-se um cenário propício à aprovação da lei e “o ambiente

⁶⁰³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 319.

era de tal modo abolicionista, que somente nove deputados e seis senadores votaram contra a lei de abolição”⁶⁰⁴. Assim, às vésperas da abolição, a Princesa Isabel conquistava a reputação de protetora dos escravos.

O status de heroína da abolição e de redentora dos escravizados seria, contudo, renegado pela cúpula republicana logo após a instalação do novo regime, em 1889. O modelo de republicano em curso esforçava-se para apagar a imagem da Princesa, símbolo do antigo regime, visando vincular a abolição à proclamação da República. Conforme Robert Daibert Júnior, “durante as comemorações que se seguiram nos primeiros anos da República, o 13 de maio prosseguiu, nas comemorações oficiais, sendo apresentado como complemento do 15 de novembro”⁶⁰⁵. O projeto pretendia transformar as celebrações civis da data como substrato para a consolidação e legitimação do novo regime.

O plano, no entanto, sucumbiu diante da supremacia da figura da Princesa Isabel junto aos populares nas comemorações cívicas⁶⁰⁶. No Rio de Janeiro, por exemplo, as festividades do 13 de maio rendiam homenagens aos antigos abolicionistas, mas a figura central das festividades continuou sendo a Princesa, frustrando os interesses republicanos do governo de vincular a imagem dos militares ao processo abolicionista, ressaltando a imagem daqueles que haviam se recusado a cumprir o papel de capitães do mato, ou seja, de se negarem a “caçarem” escravos fugidos nos instantes finais de vigência do sistema escravista. Essa disputa pela memória da abolição, contudo, parece ter se concentrado com maior força no Rio de Janeiro, então capital do país.

Em São Paulo, em particular, os primeiros atos de celebração do 13 de maio foram marcadamente tímidos, sem o envolvimento efetivo dos setores populares⁶⁰⁷. A falta de mobilização civil às celebrações da data na capital paulista foi motivo de crítica. O antigo jornal abolicionista, dirigido por Antonio Bento, *A Redenção*, em 18 de julho de 1897, em tom crítico, lamentava a falta de iniciativa dos antigos abolicionistas que “ainda não se

⁶⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, op.cit., p. 319.

⁶⁰⁵ DAIBERT, Robert Junior. *Isabel: a redentora dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos* (1846-1988). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p.191.

⁶⁰⁶ Idem., p. 200.

⁶⁰⁷ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Bauru: EDUSC, 1998, p.331.

moveram com o fim de preparar as festividades que tem de se fazer, para o primeiro decênio da data mais importante da nossa história”⁶⁰⁸.

O pesquisador norte-americano George Reid Andrews, em estudo sobre as organizações negras no período pós-abolição em São Paulo, também destacaria a ausência de celebrações mais elaboradas na cidade para a data. Segundo Andrews, os festejos do 13 de maio, ao longo de toda a década de 1890, reuniram pequenos grupos dispersos de libertos em danças, envolvendo sambas e batuques sob o olhar vigilante e repressivo das autoridades policiais, que não viam com bons olhos a aglomeração de populares⁶⁰⁹.

No primeiro ano de celebração do 13 de maio, em 1889, o negro João China, ex-abolicionista e editor do semanário *A Pátria*, jornal defensor dos interesses dos “homens de cor”, denunciava os abusos cometidos pelas autoridades policiais contra os populares naquela data, dizia o articulista: “pelo zelo especial que teve nossa polícia em mandar espancar e pisar as patas dos animais, os transeuntes que saíram dos seus lares, porque a prudência assim aconselhava (...)”⁶¹⁰.

Se, por um lado, havia a ausência de interesse dos grupos mais elitizados em festejar a data, por outro, as forças policiais sufocavam qualquer tentativa de celebração protagonizada pelos populares na cidade, razão que justificaria a ausência de festejos durante o 13 de maio, sobretudo nas duas primeiras décadas pós-abolição.

As comemorações do 13 de maio ganhariam corpo na cidade de São Paulo somente nos idos da década de 1920 com a emergência das organizações negras⁶¹¹. Desde o fim da escravidão, a população negra se viu à margem da nova configuração social em São Paulo. De acordo com Florestan Fernandes, na cidade de São Paulo, no pós-abolição, havia sido instituído um novo padrão de composição social caracterizado pelo “advento do trabalho livre, o surto imigratório e a expansão da ordem social competitiva”⁶¹². Segundo o autor,

⁶⁰⁸ Jornal *A Redempção*, 18 de julho de 1897. As queixas dos redatores do jornal *Redempção* sobre a ausência de festejos do 13 de maio em São Paulo foram também registradas nas edições comemorativas dos anos de 1897, 1898 e 1899.

⁶⁰⁹ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*., op.cit., p.331.

⁶¹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. (Org) Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: Editora Faculdade Getúlio Vargas, 2007, p. 7-19.

⁶¹¹ Ao longo da década de 1920 e 1930, as organizações negras criaram diversas formas de celebrar o 13 de maio, como jogos de futebol, missas em homenagem aos antigos abolicionistas, visitas a jornais e estações de rádios com o intuito de fazer com que a imprensa compreendesse os significados da data. ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*., op.cit., p.331.

⁶¹² FLORESTAN, Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007, p. 163.

“a transição da mão de obra servil para a livre deixou negros e mulatos à margem da revolução burguesa do ponto de vista econômico, cultural e social”⁶¹³, isso significava, que nos primeiros anos pós-abolição o grupo formado por ex-escravos e seus descendentes se viu privado do direito à cidadania, tão aguardada e desejada com o fim da escravidão. Essa população passaria então a reivindicar uma “segunda abolição” que lhes assegurasse igualdade real de direitos⁶¹⁴.

Inspirados em associações e clubes criados por imigrantes, os ativistas negros se organizaram com o intuito de denunciar e combater a exclusão racial vivida por eles. Assim, no limiar da década de 1920, a chamada imprensa negra paulista surgiu com força cumprindo o papel de porta-voz dessas organizações. O jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932), fruto desse movimento, esforçava-se, com seus poucos recursos, na luta para a constituição de uma memória positiva do negro na sociedade, visando incorporá-lo como parte integrante da identidade nacional em construção⁶¹⁵.

A desejada “segunda abolição” teria como ponto de partida o apelo ao resgate simbólico da memória dos abolicionistas negros, Luiz Gama e José do Patrocínio. Ambos vistos como “redentores da raça”⁶¹⁶ e que, por isso, deveriam ser evocados e celebrados como personagens caros à construção da história dos negros. As edições do jornal *O Clarim da Alvorada*, referentes aos meses de maio e setembro, foram dedicadas à celebração da abolição. No mês de maio, os artigos homenagearam os abolicionistas e a Princesa Isabel e, no mês de setembro, festejariam a Lei do Ventre Livre⁶¹⁷. Conforme Flávio Thales Ribeiro Francisco, “o abolicionismo retratado pelo periódico negro não era compreendido somente como um movimento que lutou pela libertação dos escravos, mas como aquele que abriu as portas para a integração do negro à sociedade brasileira”⁶¹⁸.

O Clarim da Alvorada, uma das folhas que mais tempo circulou na imprensa negra paulista, teve papel determinante na recuperação da imagem de Luiz Gama, até então

⁶¹³ Idem., p. 185.

⁶¹⁴ Ibidem., p. 175-185.

⁶¹⁵ FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)*. São Paulo: Alameda, 2013, p.50.

⁶¹⁶ Idem., p.84.

⁶¹⁷ Dificuldades de ingresso no mercado de trabalho em decorrência da falta de formação e qualificação adequada e mesmo problemas ligados à baixa escolaridade.

⁶¹⁸ FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição*., op.cit., p.87.

ofuscada após o 13 de maio, porque restaurou a antiga tradição de visitação de seu túmulo, iniciada em 1883⁶¹⁹. Na celebração do dia 13 de maio de 1929, os articulistas do jornal *O Clarim da Alvorada* realizaram uma procissão – cujo percurso incluía uma breve parada na Praça João Mendes com a finalidade de realizar debates sobre os problemas sociais enfrentados pela população negra, para, na sequência, seguirem com destino final no Cemitério da Consolação – com o intuito de celebrar a data da abolição sob os túmulos dos abolicionistas Luiz Gama e Antonio Bento⁶²⁰.

O ato simbolizava a apropriação da representação de Luiz Gama pelas organizações negras⁶²¹. As visitas a seu túmulo ganhavam um novo significado: se antes representavam a luta contra a escravidão, no período pós-abolição, a visita ao túmulo significaria a luta dos negros pela integração social e a luta simbólica por uma “segunda abolição”. Conforme Carmen McEvoy, o impacto dos rituais fúnebres sobre o imaginário coletivo no século XX emergiu com força devido à concepção do binômio “corpo-memória”⁶²², termo capaz de mobilizar o imaginário coletivo no incremento da consagração da memória de personagens importantes. Segundo Ana María Stuvén, o ritual fúnebre cumpria a função não apenas de vivificar a memória do morto, mas servia também como manobra de grupos interessados em mobilizar a imagem do falecido com objetivos políticos, assim como ocorreu com a imagem de Luiz Gama e, em menor proporção, com a de Antonio Bento⁶²³.

Para as organizações negras, emergentes na década de 1920, a procissão ao túmulo na data de celebração do 13 de maio não bastava. Os ativistas negros desejavam criar outros espaços de resistência. Daí nasceu um movimento civil, composto pelo mesmo grupo de ativistas negros da folha *O Clarim da Alvorada*, com o intuito de edificar o busto em homenagem a uma personalidade negra.

⁶¹⁹ HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*., op.cit., p. 9-23.

⁶²⁰ FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição*., op.cit., p. 89.

⁶²¹ A ideia da apropriação da imagem de Luiz Gama pelo ativismo negro na memória abolição foi amplamente explorada pela historiografia. Cf. ANDREWS, *George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*., op.cit.,

⁶²² McEVOY, Carmen. El funeral de Estado y la invención de la tradición republicana em América Del Sur. In: *Funerales republicanos en América del Sur: Tradición, ritual y nación, 1832-1896*. Santiago, Chile: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006. XXXIII.

⁶²³ STUVEN, Ana Maria. Guerreiros y sábios al panteón republicano: lós funerales de José Miguel Infante y Andrés Bello. In: *Funerales republicanos em América Del Sur: Tradición, ritual y nación, 1832-1896*. Santiago, Chile: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 35.

A decisão de homenagear Luiz Gama, no entanto, não foi unânime. A princípio o grupo debateu qual personagem histórico seria homenageado Luiz Gama ou José do Patrocínio⁶²⁴. O primeiro acabou sendo o escolhido pelos ativistas negros de São Paulo. O fato de Luiz Gama ter construído sua trajetória abolicionista na cidade teria sido fator decisivo na escolha. O abolicionista se transformaria na imagem do herói negro, símbolo da luta pela abolição, e fonte de inspiração a todos os seus Irmãos de “cor” em sua luta por cidadania.

Figura 5.4 Busto de Luiz Gama

Fonte: Praça do Arouche, 2017. (Acervo pessoal)

A construção do busto de Luiz Gama abolicionista edificado em bronze, no largo do Arouche, em 1931, cumpria o papel de impor a presença do abolicionista no espaço público. Vale lembrar que a consagração do abolicionista não romperia com a tradição das visitas ao túmulo.

A edificação do rosto de Gama à apreciação pública também tinha o propósito de apropriação da imagem do morto pelas organizações negras, como exprimia a própria

⁶²⁴ CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos., op.cit., p. 7-19.

inscrição cunhada no busto “A Luiz Gama por iniciativa do progresso, homenagem dos pretos do Brazil”. Membros das Lojas América e Luiz Gama estiveram presentes na inauguração do busto do abolicionista⁶²⁵.

Correspondência trocada entre a Loja Piratininga e a Loja Luiz Gama “secret.: 12 de agosto de 1930” Havendo a nossa aug.: Loj.: resolvido em sessão de hontem commemorar o anniversário do fallecimento do nosso inesquecível patrono e grande abolicionista “Luiz Gama” com uma sessão solemne, na qual deve ser também inaugurado seu busto, no dia 25 do corrente mez, é, como o Templ.: ordinário não mesmo para maior brilho da referida solemnidade, vimos pela presente, solicitar dessa bem.: Coo-irmã, a fineza de conceder-nos permissão para realizar a referida sessão no templ.: grande. Certos de que essa Bem.: coo-irmã nos dispensará mais esta atenção, apresentamos a todos os distintos oobr.: que abrilhantam as suas ccol.: os nossos agradecimentos. Por ordem da Bem.: Loj.: Luiz Gama (Solicitação urgente)⁶²⁶.

A correspondência trocada entre as Lojas Luiz Gama e a Piratininga revelava a aproximação da organização com os ativistas negros da cidade. Nesse contexto, entretanto, a organização ainda não estava preocupada em construir uma imagem positiva sua fora do círculo maçônico tal desejo se manifestaria somente depois da década de 1950.

Antonio Bento, de acordo com Andrews, foi lembrado no pós-abolição, assim como Luiz Gama, como uma referência importante da luta antiescravista. Na data do 13 de maio, o autor relata a aglomeração de homens de “cor”, batucando na frente da casa de Antonio Bento. Entretanto, a imagem de Luiz Gama saiu mais fortalecida, visto que o abolicionista havia morrido no auge do movimento e sua memória havia sido resgatada em diferentes contextos e por distintos grupos sociais.

Enquanto a imagem de Gama ressurgia como referência na memória da abolição, a representação da redentora dos escravos, Princesa Isabel, declinava lentamente⁶²⁷, abrindo caminho para a emergência de novos e antigos símbolos da memória da abolição. Desde o início do século XX, as organizações negras se mobilizaram em busca de novas representações que pudessem ser vinculadas à memória da abolição, e ao mesmo tempo, ser referências positivas à luta por cidadania da população negra, ex-escrava e descendente de escravizados. Assim, ao lado de Luiz Gama, emergiu a representação da Mãe Preta, símbolo da escrava ama de leite “frequentemente citada na imprensa negra como um

⁶²⁵ FERREIRA. Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l’oeuvre d’un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001.

⁶²⁶ Arquivo da Loja Piratininga. Livro de Correspondências (1926-1931).

⁶²⁷ DAIBERT, Robert Junior. *Isabel.*, op.cit., p. 227.

símbolo, não apenas dos sacrifícios que os negros haviam feito pelo Brasil, mas também dos fortes laços que uniam euro e afro-brasileiros em um destino comum”⁶²⁸.

A edificação do monumento em homenagem à Mãe Preta resultou de uma ampla mobilização iniciada ainda em 1926, quando o jornalista Cândido de Campos, redator do jornal carioca *A Notícia*, encetou a campanha que receberia o largo apoio de ativistas negros, congregando “desde pessoas mais abastadas às mais humildes”⁶²⁹, como jornalistas, religiosos, estudantes, militares e artistas.

Figura 5.5 Escultura da Mãe Preta

Fonte: Largo do Paissandu, 2016 (Acervo pessoal).

Na cidade de São Paulo, a luta pela edificação do monumento à Mãe Preta seria encampada pelo jornal *O Clarim da Alvorada*⁶³⁰. Para o editor do jornal, José Correia Leite, a Mãe Preta era uma espécie de “mãe carnal das mães negras” e para as elites brancas “símbolo de nostalgia”⁶³¹. Independentemente das interpretações e dos sentidos

⁶²⁸ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*. Trad. Magda Lopes. Bauru-SP: EDUSC, 1998, p.336.

⁶²⁹ SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. (Org) Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: Editora Faculdade de Getúlio Vargas, 2007, p. 316.

⁶³⁰ FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição*., op.cit., p.96-97.

⁶³¹ SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos., op.cit., p. 322.

dados ao monumento, o fato era que todos eles convergiam na mesma ideia de “adotar uma retórica da harmonia racial”⁶³², ou seja, na direção de um significado de pacificação.

Essa larga mobilização, com o intuito de edificação do monumento em homenagem à Mãe Preta, todavia, se concretizaria muito tempo depois, em 1955. Até 1960, o monumento foi celebrado na data de sanção da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro. Mas, a partir da década de 1960, com a articulação de novos grupos, ligados ao culto do candomblé, em São Paulo, a representação passaria a ser celebrada na data do 13 de maio⁶³³.

Ao lado de Luiz Gama e da Mãe Preta (ver Figura 5.5) surgiria a figura de Zumbi dos Palmares, fruto da emergência das correntes marxistas da década de 1960. Zumbi foi trazido à cena por historiadores marxistas como Clovis Moura, Edson Carneiro e Décio Freitas, ligados à militância negra⁶³⁴.

Eles foram os responsáveis pela valorização da figura do herói de Palmares, até então adormecida. Conforme Andressa Mercês Barbosa dos Reis, em 1859, o termo Zumbi era considerado apenas um título, sinônimo de rei do Quilombo⁶³⁵, somente nas primeiras décadas do século XX seriam “moldadas às bases para que a historiografia de Palmares e de Zumbi pudessem ser desenvolvidas e apropriadas pelos autores marxistas” e cristalizadas nas décadas de 1980 e 1990⁶³⁶. De acordo com Andrews, a emergência da figura de Zumbi dos Palmares como guerreiro, líder e herói negro incidiu num contexto em que as organizações negras no fim da década de 1960 procuravam novas representações para a celebração do 13 de maio, haja vista que a figura da Mãe Preta passou a ser questionada como representação ideal, passando a ser vista como um símbolo da submissão e da acomodação dos negros à escravidão⁶³⁷.

A partir da década de 1970, os descontentamentos das organizações negras se intensificaram não mais apenas no desejo de encontrar novas representações, mas também de encontrar uma data alternativa ao 13 de maio, uma vez que os ativistas negros não se

⁶³² SIEGEL, Micol. *Mães pretas, filhos cidadãos.*, op.cit., p.329.

⁶³³ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*, op.cit., p.331.

⁶³⁴ REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista – Unesp, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2004, p.3.

⁶³⁵ Idem., p.33.

⁶³⁶ Ibidem., p. 72.

⁶³⁷ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo.*, op.cit., p.336.

identificavam mais com ela. Na concepção das organizações negras, o 13 de maio estava fortemente atrelado à imagem da Princesa Isabel, remetendo à ideia de salvação negra pelas mãos de uma mulher branca, imprimindo um sentido de caridade e não de conquista. A data deixava transparecer a passividade do povo negro na luta pela abolição. Desse modo, como alternativa para a superação dessa ideia, emergiu a figura de um novo herói: Zumbi dos Palmares, personagem capaz, na compreensão das organizações negras, de representar o protagonismo do negro na escravidão.

No centenário da abolição da escravidão em 1988, as disputas pelas representações se acirraram. De um lado, setores conservadores e membros da elite ligados aos descendentes da família Imperial lutavam pela manutenção da data do 13 de maio e, do outro, os movimentos negros, apoiados por segmentos educacionais, reivindicavam a data de 20 de novembro como legítima para celebrar a abolição⁶³⁸, a data que celebrava a morte do Zumbi dos Palmares.

O movimento em favor da mudança da data ganhou corpo e explodiu em manifestações, com destaque, a organizada pela Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O manifesto contou ainda com a adesão de estudantes de escolas públicas que marcharam pelas ruas da cidade e compareceram ao memorial dedicado a Zumbi⁶³⁹ “ao som de música “funk”, alternada pelo samba-enredo da Mangueira de 1988, “Cem anos de Liberdade: Realidade ou ilusão?”⁶⁴⁰.

Desde 1978, o movimento negro, que vinha se reconstruindo nos anos finais do regime militar, passou a celebrar o fim da escravidão na data do 20 de novembro e não mais no 13 de maio⁶⁴¹. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a nova data teria sido incorporada oficialmente ao calendário de datas comemorativas somente em 2003, após a sanção da Lei Municipal paulista nº13.707/04. A oficialização da nova data para a celebração da memória da abolição e da luta contra a opressão da população negra não excluiria dos festejos a figura de Luiz Gama. As celebrações no túmulo do abolicionista, antes realizadas no 13 maio, passariam a ocorrer na data de 20 de novembro.

⁶³⁸ DAIBERT, Robert Junior. *Isabel.*, op.cit., p. 251-251.

⁶³⁹ Idem., p. 251.

⁶⁴⁰ Ibidem., op.cit., p. 251.

⁶⁴¹ ARAÚJO, Ana Lucia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e princesa Isabel. In: *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição.* (org.) Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 470.

5.3 O Cemitério como espaço de construção da memória maçônica.

Em São Paulo, a evocação da memória maçônica de Luiz Gama também definiu-se por meio das visitas frequentes ao seu túmulo. A escultura que enfeita a lápide de Luiz Gama também apareceu com destaque no jornal *O Estado de São Paulo*, na edição comemorativa do centenário de nascimento do abolicionista. A matéria do periódico chama a atenção por trazer ao lado da imagem do homenageado a lápide do falecido. (ver Figura 5.6)

Figura 5.6 Celebração do centenário de nascimento de Luiz Gama

Fonte: O Estado de S. Paulo, 21 de junho de 1930.

Embora um busto de Luiz Gama tivesse sido edificado no Largo do Arouche, a memória do abolicionista manteve-se fortemente ligada a seu túmulo. Ademais, a data da morte de Luiz Gama parece ter alcançado peso simbólico decisivo na elaboração da

memória do maçom, visto que mesmo quando o intuito era celebrar o centenário de seu nascimento, seu túmulo parecia ofuscar o primeiro.

Os túmulos de Luiz Gama e de Antonio Bento se tornariam uma referência ainda mais importante para a manutenção da memória maçônica da abolição depois de 2001, quando o Cemitério da Consolação deixou de ser apenas a morada dos mortos e passou a integrar roteiros históricos e turísticos da cidade⁶⁴².

O conceito de Cemitério-museu foi introduzido na França e, posteriormente, difundido por toda a Europa e América Latina no início do século XX, todavia, o Brasil mostrou-se mais resistente a essa influência. O conceito de Cemitério-museu ganhou espaço somente na década de 1990 e popularizou-se a partir de 2001, após a realização da exposição itinerante idealizada por Décio Freire dos Santos em shoppings da cidade de São Paulo. A exposição trazia fotos e informações sobre as lápides de personagens históricas então sepultadas no Cemitério da Consolação⁶⁴³.

Desde então ampliou-se a prática de visitação no Cemitério da Consolação. O “circuito” incluiria a lápide de Luiz Gama que se tornou uma das mais visitadas do Cemitério. Mais recentemente, a lápide do maçom teve seu valor histórico reconhecido pelo órgão de proteção, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento do túmulo de Luiz Gama individualmente assegurava não apenas a

⁶⁴² O Cemitério da Consolação, onde estão depositados os restos mortais dos abolicionistas Luiz Gama e Antonio Bento, em 2001, foi incluído no projeto de pesquisa posto em prática pelo historiador Décio Freire dos Santos e idealizado pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo. O projeto de Arte Tumular tencionava transformar as necrópoles mais antigas da cidade de São Paulo em museus a céu aberto. Desse modo, as administrações das necrópoles encarregaram-se de instituir visitas monitoradas, com a criação de site para agendamento de visitas, bem como a distribuição de panfletos com indicação da localização das lápides de figuras públicas notáveis ali enterradas desde meados do século XIX. Cf. NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. Dissertação de mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais. 2013, p.43. A proibição dos sepultamentos em igrejas entre o fim do século XVIII e início do XIX por razões de saúde pública promoveram a criação de um espaço próprio, independente, fisicamente separado do mundo dos vivos. Médicos e higienistas, preocupados com a saúde pública, passaram a condenar o sepultamento então realizado no interior das igrejas por acreditarem que essa prática favorecia a contaminação e disseminação de doenças. A partir de então, criou-se uma legislação severa para a regulamentação dos sepultamentos, determinando a criação de espaços a céu aberto para evitar contaminações nas grandes cidades. Esses espaços abrigariam os mortos, recebendo a denominação de necrópoles, campo dos mortos ou ainda de Cemitérios. Essa nova legislação determinava a proibição de valas comuns, bem como a obrigatoriedade do uso de esquifes. Os Cemitérios se transformaram em lugares adequados à visitação, depois do século XVIII, quando projetistas franceses “imaginaram cemitérios gramados e arborizados, cemitérios-jardins para serem visitados como lugar de serena meditação, e onde fossem erigidos túmulos vistosos que marcariam um novo tipo de culto aos mortos”.

⁶⁴³ NOGUEIRA, Renata de Souza. *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. Dissertação de mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2013, p. 45.

manutenção e a proteção de sua morada, mas lhe afiançava maior visibilidade naquele espaço⁶⁴⁴.

Essa nova perspectiva sobre o espaço permitiria também a criação de parcerias importantes, como os convênios entre a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, em 2015. Os aspectos técnicos, históricos e míticos reunidos ampliariam ainda mais as visitas ao túmulo de Luiz Gama, tornando-as mais frequentes nas datas de celebração de sua morte e data de comemoração da Consciência Negra, em 20 de novembro.

O ritual celebrativo que transformou o túmulo de Luiz Gama em lugar de memória da abolição também haveria de ser espaço de celebração da memória da abolição maçônica. Sobre o túmulo do abolicionista encontra-se uma suntuosa escultura, acompanhada de uma placa de mármore cravejada com o símbolo maçônico, inscrito na lápide pelos membros da Loja maçônica América, ali depositada na data do primeiro aniversário de morte do abolicionista, em 1883⁶⁴⁵.

Figura 5.7 Lápide de Luiz Gama

Fonte: Cemitério da Consolação, 2016 (Acervo pessoal).

⁶⁴⁴ O tombamento foi criado com a finalidade administrativa de preservar e proteger bens de valor histórico, cultural, arquitetônica e ambiental para a população, para que não fossem destruídos ou descaracterizados. O tombamento é aplicado para fotografias, livros, acervos, obras de arte, edifício, ruas, praças, cidades etc.

⁶⁴⁵ BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. 3. ed. São Paulo: Editora Parma, 1982, p.83.

A prova de que Luiz Gama tornou-se um dos principais personagens da história da maçonaria tem sua comprovação na parede da sala de reuniões da Loja Piratininga. A imagem do abolicionista foi lembrada pelos membros da Piratininga, ainda que o maçom não tivesse pertencido àquela loja, ao passo que Antonio Bento, membro da loja, simplesmente foi esquecido pelos membros do quadro. No templo da Loja Piratininga não há nenhum quadro em homenagem a Antonio Bento.

O reconhecimento da imagem de Antonio Bento como maçom ilustre da história da organização não operou da mesma forma que a de Luiz Gama. Enquanto o primeiro permaneceu à margem das narrativas maçônicas, por um período de muito tempo, sendo incorporado pela literatura dos maçons somente na década de 1980, o segundo sempre esteve presente na historiografia da organização.

Figura 5.8 Lápide de Antonio Bento

Fonte: Cemitério da Consolação, 2016. (Acervo pessoal)

A Loja Piratininga rendeu publicamente homenagem a Antonio Bento, em 2007, quando depositou uma placa em homenagem ao abolicionista. Afixada sobre o túmulo, a placa associa duplamente a imagem de Antonio Bento ao abolicionismo e à organização

maçônica. O tributo, embora tardio ao maçom, simbolizava as intenções maçônicas de edificar mais um símbolo da memória da abolição naquele espaço, que havia ganhado maior visibilidade depois da iniciativa do Cemitério em transformar o espaço em rota turística. Assim como a lápide de Luiz Gama, o túmulo de Antonio Bento havia sido tombado pelo patrimônio histórico e incluído no roteiro de visitação do Cemitério.

A placa em homenagem a Antonio Bento, no entanto, traz apenas uma referência sutil a sua participação na organização maçônica. O símbolo da organização não é tão perceptível em seu túmulo (Figura 5.8). A identificação maçônica da lápide torna-se evidente apenas entre aqueles que conhecem minimamente a simbologia da instituição (os três pontos alinhados em forma de triângulo ao final das abreviações presentes na parte superior da placa).

A discreta homenagem indicava que a maçonaria ainda tinha ressalvas quanto à introdução da figura de Antonio Bento na memória da organização, diferentemente da de Luiz Gama, que foi incorporada em diferentes espaços maçônicos. O costume de homenagear o Irmão falecido, instalando sobre sua lápide uma placa com dizeres e símbolos maçônicos, era prática comum, dedicada apenas aos que atingissem o grau 33 mais elevado, símbolo da perfeição maçônica. Antonio Bento foi consagrado com o grau 33, em 1890⁶⁴⁶.

No interior do templo costuma-se realizar o evento fúnebre maçônico, denominado de “Pompa Fúnebre”, com o intuito de prestigiar o passamento do Irmão. A celebração efetuava-se “com o corpo presente ou simbolicamente, decorrido trinta dias do passamento”⁶⁴⁷ do Irmão. Erguia-se um esquife no interior do templo, como se o morto estivesse ali depositado. Fora a realização dessa celebração, a maçonaria não possuía nenhum ritual de sepultamento em si para seus mortos, embora prevalecesse o costume dos maçons de adotarem o rito profano, seguindo o cortejo fúnebre, carregando o corpo do falecido até o cemitério e, ao final do préstito, todos os Irmãos presentes depositavam sobre o esquife uma flor de acácia⁶⁴⁸.

No Cemitério do Consolação, verifica-se a presença de inúmeras lápides, cravejadas com o símbolo da maçonaria. Além das inscrições no túmulo de Luiz Gama e

⁶⁴⁶ No rito Escocês Antigo e Aceito, o grau 33 representa a perfeição maçônica, a “plenitude em relação à simbologia da Pedra”. Disponível em: <http://triplov.com/Venda_das_Raparigas/Pompas-Funebres/Ritual-mortuario.html>. Acesso: 20 maio 2016.

⁶⁴⁷ CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010, p. 151.

⁶⁴⁸ CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. , op.cit., p. 151.

na lápide de Antonio Bento, identifica-se o túmulo coletivo da Loja Piratininga, onde, encontram-se depositados os restos mortais do membro ilustre Joaquim Ignácio Ramalho (ver Figura 5.9).

Figura 5.9 Lápide da Loja Piratininga

Fonte: Cemitério da Consolação, 2016 (Arquivo pessoal).

A flor de acácia empregada na ornamentação do templo tinha sentido místico e simbólico que significava o “indestrutível”, o “imperecível”. A planta símbolo da maçonaria remete ao mito de origem da organização.

Para o maçom, a Acácia, além de tudo, constitui-se em um chamamento nostálgico, pois de imediato traz à lembrança o sacrifício de Hiram Abiff. Nas cerimônias de Pompa Fúnebre, o fato de todos depositarem um ramo de Acácia de pequenas dimensões sobre o esquife simboliza a crença de que a morte é provisória. Hiram Abiff foi sepultado por três vezes; a primeira, sob os escombros dos materiais de construção; a segunda vez, na “cova” aberta na terra; a terceira, com honrarias dentro do Templo. (...) Assim, ao se depositarem ramos de Acácia sobre a esquife, há a manifestação da crença de que alguma coisa é imperecível no homem, como o é, simbolicamente, a Acácia. (...) Assim, a Acácia representa, sempre e primordialmente, um duplo símbolo: o da mortalidade e o da imortalidade, o do luto e o do júbilo, o sagrado e o profano⁶⁴⁹.

⁶⁴⁹ CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário Maçônico.*, op.cit., p. 13-16.

A simbologia inscrita no ritual fúnebre maçônico revigorava o sentido de construção da memória, tendo como ponto de partida a morte. O ritual fúnebre, que determinava a instalação de uma placa maçônica sobre a lápide dos Irmãos, transformava o túmulo em uma extensão do templo maçônico. Nela residia não apenas a memória do maçom, mas da organização maçônica que ganhava vida a cada visitação.

Na eminência da celebração do dia da Consciência Negra em São Paulo em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realizou na Universidade Presbiteriana Mackenzie, nos dias 3 e 4, o evento “Luiz Gama, ideias e legado do líder abolicionista”. A celebração em homenagem ao maçom tinha o propósito de conceder a Luiz Gama, postumamente, o registro profissional honorário como advogado da (OAB), documento entregue ao tataraneto do maçom Benemar França⁶⁵⁰.

No evento, foram lidos trechos do Relatório da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, apresentado pelo doutor Humberto Adami, presidente da Comissão Nacional sobre a Escravidão Negra. Durante o ato, os participantes foram convidados a seguirem em procissão com destino ao Cemitério da Consolação com o intuito de prestar homenagens ao pé do túmulo do maçom.

5.4 O centenário da abolição na memória da maçonaria paulista

Vê-se até aqui que a memória da abolição maçônica materializada na construção de museus, bibliotecas e na compilação de livros, ganhou relevo, a partir da década de 1950, como resultado da tentativa da organização de defender-se da ofensiva antimaçônica. Antes desse período, a movimentação maçônica em prol da construção de sua memória em torno da abolição oscilou consideravelmente.

Nota-se que após a extinção da escravidão algumas tentativas de vincular a memória da abolição a história da maçonaria foram verificadas, mas não com a mesma força que se verificaria nas décadas de 1970 e 1980. Para o ano de 1888, por exemplo, não foram encontrados registros da publicação da edição do jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil* referente ao ano de 1888. Nos anos de 1889 e 1890, o jornal não produziu nenhuma nota a respeito da data do 13 de maio; somente em 1891 a organização manifestou-se sobre a data:

⁶⁵⁰Disponível em: <portal.mackenzie.br/imprensa/noticias/arquivo/artigo/OAB_concede_titulo_ao_lider_gama_no_mackenzie/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

As datas mais memoráveis de nossa história estão ligados nossos Irmãos aos quaes rendemos um solemne preito de homenagem. É esta uma data digna da maior commemoração, que por parte do povo brasileiro, quem por parte de todos os povos, pois que nosso dia, em 1888, foi restituído perto de um milhão de entes humanos o direito de personalidade e grande número de cidadãos. [...] Commemorando hoje esta data celebre, é um dever render preito sincero de homenagem a todos os abolicionistas em particular aos distinctos membros da nossa Sublime Instituição, cuja divisa é: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Registremos, pois aqui, entre outros, os nomes proeminente que representaram o movimento: Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Ordem, chefe do gabinete 6 de junho, vencido no parlamento, mas vencedor na opinião pública. José Carlos do Patrocínio, o jornalista dedicado à abolição, sobre quem devem recahir especialmente as bênçãos dos libertos. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, o Tribuno da santa causa, digno companheiro de luta do nosso prestimoso irmão José Mariano Carneiro da Cunha. Quintino Bocayuva, o príncipe do jornalismo, cuja Penna não teve descanso na defesa de tão sagrado direito. João Alfredo Corrêa de Oliveira, o presidente do gabinete que realisou a reforma, tendo por dignos companheiros os maçons Luiz Antonio Vieira da Silva, Grão- Mestre da Ordem e Thomaz José Coelho de Almeida. Antonio Bento de Souza Castro, o chefe abolicionista de São Paulo. Ruy Barbosa, cujo talento tanto se patenteou na defeza de causa tão justa. [...] A loja América, ao Oriente de São Paulo, a filha dilecta de Luiz Gama, de saudosa memória, o defensor incansável dos escravizados. [...] Pelo que deixamos dito vê-lo que à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com um grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve a sua batalha victoriosa a 13 de maio de 1888, ela tem, pois, o direito de confraternisar com o povo na commemoração do terceiro aniversário desse grande dia⁶⁵¹.

Embora o artigo afirmasse que “as datas mais memoráveis de nossa história” incluíssem a abolição da escravidão, nos anos subsequentes a organização não dedicou uma única linha ao tema. O autor da publicação do texto acima narra os principais momentos que marcaram a história do movimento abolicionista, destacando a participação dos maçons abolicionistas mais ativos. Chama a atenção, contudo, o fato dessa primeira nota trazer um tom mais celebrativo, relativizando, em certo sentido, a participação e a atuação da organização “à maçonaria brasileira também cabe o seu quinhão de gloria por haver concorrido com um grande reforço para esse exercito que, após tantos combates, teve ai batalha victoriosa a 13 de maio de 1888”. Essa passagem revela que a maçonaria reconhecia a sua participação, mas não se via protagonizando o processo que culminou com a abolição da escravidão. Em nota consecutiva, no entanto, o jornal atribuiu um novo sentido ao papel exercido por ela no movimento abolicionista.

⁶⁵¹ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n.3, ano 16, maio 13de 1891, p .75-77.

Quem fez a abolição dos escravos fomos nós. O 13 de maio de 1888 é nosso. Reivindicar-o é dever; consagrar-o é direito; historiar-o é de restricta obrigação (...) Quanto foi por nós impellido o Visconde do Rio Branco, quanto por nós auxiliado, vós o sabeis. Lojas se fundaram com o objectivo único da libertação dos escravos, e traziam no artigo primeiro dos seus estatutos que nenhum M.: pertencente ao seu quadro poderia possuir escravos.(...) O século XX, o nosso século, não podia ver apagada essa macula da civilização (...) ⁶⁵².

Nota-se que o tom celebrativo foi substituído por um discurso impositivo que imputava à maçonaria supremacia e protagonismo no processo que pôs fim a escravidão. A posição da organização seguiu um sentido de domínio absoluto: “quem fez a abolição fomos nós”.

O posicionamento impositivo da organização diminuía a importância de outros atores sociais envolvidos no processo abolicionista, como evidenciou o próprio *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, em outro artigo também de 1891.

Troam festivos os canhões da Patria, rememorando altisonos a mais gloriosa pagina da historia do Brazil. Foi a 13 de maio de 1888 que se consolidou a nação brasileira. Foi só então que se completou a obra começada com a Inconfidência Mineira e Tiradentes em 1788; accentuada e firmada, em 1822, por José Bonifacio e Pedro I, proseguida, em 1831, por Diogo Feijó e, em 1850, por Eusebio de Queiroz; mantida por Pedro II, em 1870, na defeza dos brios nacionaes; por Paranhos, Visconde do Rio Branco, em 1871, estancando a fonte que ainda existia das differenças das raças; e depois, pelo Barão de Cotegipe, Antonio Prado, Dantas, Saraiva, Frederico Borges, Antonio Pinto, José do Patrocínio, João Brigido, Nascimento, Antonio Bento, Joaquim Nabuco, João Clapp, Carlos de Lacerda, Luiz Gama ...não citarei mais; por honra da Patria deixei de evocar nomes, (...) todos os povos interessados na gloriosa campanha e no digno de 13 de Maio de 1888, obra da Mulher Sublime, que, a despeito das alternativas da fortuna, há de ser sempre conhecida no Brazil por um nome, que já ficou sendo um appellido na familia brasileira: - Isabel, a Redemptora. A Republica é muito magnânima; a Republica é muito generosa para conservar ódios, fomentar despezos, alimentar ressentimentos e forjar ingratidões contra quem quer que no passado carregou uma pedra para a sua estatua (...) Há cinco annos ⁶⁵³.

Nesse artigo, a maçonaria evoca a participação desde a Inconfidência Mineira, passando pela Independência política, Abolição e República, atribuindo ao mesmo tempo um papel de destaque à Princesa Isabel.

⁶⁵² *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n.3, ano 17, maio 1892, p. 136-138.

⁶⁵³ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Jornal Official da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal, n.3. Ano 17, maio 1892, p. 109.

A maçonaria não se preocupou em realizar celebrações oficiais que vinculassem a sua imagem ao 13 de maio, porque desfrutava de grandes conquistas. Nesse contexto, a organização havia atingido seu período áureo no país, ocupando lugares importantes na sociedade civil e na esfera política, exercendo ampla influência social e, portanto, não estava preocupada em evocar seu passado, com o mesmo vigor que faria tempos depois.

Os artigos então produzidos em 1891, contendo palavras de ordem, teriam sentido à organização no futuro, servindo de “documentos históricos” a fim de impor seu protagonismo por meio da construção de narrativas. É interessante observar que nessas primeiras manifestações maçônicas sobre a sua contribuição para a consagração da abolição, os discursos de que a maçonaria teria atuado de forma homogênea e de que todos os maçons eram abolicionistas começaram a ser ventilados⁶⁵⁴.

No ano do Centenário da abolição, o Grande Oriente do Brasil celebrou outras datas históricas, deixando de lado o 13 de maio. Em 1988, a organização dedicou tempo e atenção para planejar e realizar as celebrações futuras do Centenário da República (1889) e do Bicentenário da Inconfidência Mineira (1789)⁶⁵⁵.

Nas Lojas maçônicas Piratininga e América os registros encontrados se referem apenas ao centenário, não há menções nas atas a respeito da realização de celebrações do 13 de maio, ocorridas nas primeiras décadas do século XX. A iniciativa de festejar a data aconteceria somente na ocasião do centenário da abolição, em 1988. Na ocasião, a Loja Piratininga reuniu os Irmãos de sua Loja e de outras para celebrar o centenário da abolição.

Às 20:30 horas do dia 11 de maio de 1988 da E.: V.: reuniram-se ao Obr.: da loja Piratininga, (...) para assistirem a uma conferência a ser proferida pelo Ir.: Eurico da Silva Mattoso alusiva ao Centenário da Abolição da Escravidão. (...) Iniciando sua palestra, o Ir.: Eurico dedicou-a ao Ilr.: da “Piratininga” já no Or.: Eterno que lutaram pela causa abolicionista, bem como à vitória do 13 de maio com a decretação da Abolição da Escravidão no Brasil. Vários aspectos foram abordados pela conferência, desde a caracterização do tipo antropológico da raça negra, sua distribuição pela terra, ao aspecto socio-econômicos decorrentes da escravidão do negro. Concluído o seu trab.:, o Ir.: Eurico foi bastante aplaudido pelos presentes. Tomando a palavra, o Ven.: M.: agradeceu em nome da Loja (...) ⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ O *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, do Vale do Lavradio, foi fundado em 1871, como periódico mensal. Na Biblioteca Nacional o jornal está disponível para consulta até o ano de 1899, não se sabe, contudo, se esse ano corresponde a seu último ano de circulação.

⁶⁵⁵ CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil*, op.cit., p. 286.

⁶⁵⁶ Ata da Loja Piratininga, 11 maio 1988.

Os membros da Loja América decidiram, em sessão de 11 de maio de 1988, pela realização de uma procissão pelas ruas da cidade, contudo, o comunicado não revelava onde o préstito findaria, talvez, quem sabe, ao pé do túmulo de Luiz Gama⁶⁵⁷.

⁶⁵⁷ Ata da Loja América, 11 de maio 1988.

6. Considerações Finais

O Grande Oriente do Brasil era o principal centro propulsor da abolição da escravidão, para o que ele contou com várias organizações com o mesmo objetivo, como a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, *Confederação Abolicionista* e muitas outras. Alastrou-se o movimento abolicionista por toda parte. Formavam-se sociedades libertadoras e cada loja maçônica era um baluarte defensor dos escravos⁶⁵⁸.

O trecho acima, extraído do livro do maçom Tenório d’Albuquerque, ilustra o modo como foram construídas as narrativas maçônicas, nas décadas de 1970 e 1980. A literatura denominada celebrativa, da qual o autor fez parte, atribuiu à maçonaria um lugar de destaque na historiografia da organização, que foge em muitos aspectos de sua contribuição.

Por largo período de tempo as narrativas maçônicas foram alimentadas quase que exclusivamente por escritores maçons, ao passo que a historiografia acadêmica da abolição deu pouca ênfase à presença maçônica no processo que pôs fim à escravidão. Conclui-se com isso que a existência de duas correntes historiográficas tão distintas sobre o tema, tenha causado prejuízo a uma avaliação a respeito da participação da maçonaria no processo abolicionista.

Com o intuito de melhor compreender o papel desempenhado pela organização, optou-se por confrontar, ao mesmo tempo, a literatura maçônica, que superdimensionou o papel desempenhado pela organização, e a historiografia acadêmica da abolição que por décadas negligenciou a presença maçônica em suas páginas.

A presente tese tentou elucidar questões como as seguintes: a maçonaria participou ou protagonizou o movimento abolicionista? Teriam as Lojas Piratininga e América articulado em seu templos ações secretas em benefício dos escravizados? Quem eram os membros dessas organizações? Qual o perfil dos iniciados? A participação feminina aconteceu ou não nesse processo? Qual era a representatividade de “homens de cor” nascidos livres e libertos na organização? Qual o espaço reservado aos negros nas decisões sobre a abolição, tomadas dentro das lojas? Como a historiografia maçônica lapidou a imagem dos maçons abolicionistas? Quem dentre eles foram lembrados e quais aqueles

⁶⁵⁸ D’ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos: a abolição da escravatura, uma grandiosa vitória da maçonaria*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1970, p. 298.

que foram esquecidos? Como a organização se comportou perante a celebração do centenário da abolição?

O fato de Luiz Gama e Antonio Bento, principais expoentes da abolição em São Paulo, terem pertencido à organização maçônica, gerava suspeitas de que as Lojas Piratininga e América, das quais ambos eram membros, teriam servido de base para o empreendimento abolicionista ou sido o centro irradiador de práticas na cidade. Essa última hipótese, no entanto, não se confirmou após a análise da documentação selecionada para o estudo.

As atas maçônicas, principal fonte documental da presente pesquisa, revelaram que tanto Luiz Gama quanto Antonio Bento se mobilizaram em torno do tema da questão servil. No entanto, o que se percebe é que seus apelos introduzidos nas sessões que compuseram, eram, na maioria das vezes, refutados pelos Irmãos proprietários de cativos, que se posicionavam pela manutenção do sistema escravista e constituíam uma força contrária significativa que recusava a colaborar com ações dessa natureza.

No que se refere às ações antiescravistas, Luiz Gama teve um pouco mais de sorte que Antonio Bento em sua empreitada, haja vista que exerceu, por alguns anos, o principal cargo da loja, e pôde contar com o apoio de uma parcela significativa de Irmãos. O abolicionista, no período em que ocupou a função de venerável, destinou pecúlios a escravizados e atuou em âmbito jurídico, contando com o suporte da Loja América. Contudo, isso não representou passe livre a ele, que se deparou com uma parcela de Irmãos que não concordavam plenamente com seu posicionamento.

A divisão entre os Irmãos explicitava as contradições das ações praticadas pela organização, bem como a dificuldade dos maçons abolicionistas em transformarem as lojas em espaços efetivos de ações, visando o fim da escravidão. As atas maçônicas produzidas pelas lojas evidenciavam uma organização fragmentada, dividida ideologicamente, sobretudo no que tange à questão servil. O tema foi debatido durante as sessões, mas poucos projetos favoráveis à abolição foram, efetivamente, encaminhados e convertidos em ações reais. Embora a atuação dos Irmãos abolicionistas tenha sido moderada, não se pode negar que a reputação dos templos maçônicos, nesse contexto, principalmente entre os escravizados, tenha sido concebido como espaço que cumpria o papel de organização abolicionista.

A iniciativa dos escravizados de buscarem apoio dos templos maçônicos, vale destacar, sequer foi mencionada pela literatura maçônica. As visitas de cativos aos templos em busca de liberdade ou de algum recurso, foram omitidas, assim como silenciou-se a respeito da participação das senhoras nas sessões públicas. Essas narrativas também

diluíram de sua literatura aspectos relativos ao perfil ideológico e sócio-econômico do quadro da organização.

As narrativas maçônicas elegeram seus próprios heróis e deixaram no meio do caminho indivíduos e grupos sociais considerados menos representativos no interior dos templos. A tentativa de ocultar - ou de simplesmente fazer desaparecer determinados grupos sociais, transformaram os escritos maçônicos em narrativas masculinas, excludentes e elitistas.

Essa mesma literatura seria, por essa razão, tangenciada pela historiografia acadêmica da abolição, uma vez que essa última, produzida entre os anos de 1980 e 1990, priorizou investigações que abordassem a abolição, sob a ótica dos excluídos, ou seja, do ponto de vista dos escravizados, das camadas marginalizadas como os homens livres pobres e das mulheres. Essas novas linhas interpretativas proposta pela historiografia acadêmica da abolição fez com que a literatura maçônica permanesse à margem.

Contudo, o acesso às atas maçônicas, encontradas nos acervos particulares das lojas Piratininga e América, fonte principal deste estudo, permitiu ampliar a visão da historiografia acadêmica da abolição, bem como a da literatura maçônica que analisa os agentes participantes do processo abolicionista.

A documentação disponibilizada para esse estudo conseguiu desmistificar algumas crenças relativa à organização maçônica e seus participantes. A primeira delas refere-se ao fato de as lojas reunirem grupos diversificados (homens ricos e pobres, brancos e negros nascidos livres), contemplados, na literatura maçônica, apenas eventualmente. Outro aspecto identificado na documentação foi a dinâmica estabelecida entre as lojas maçônicas e os grupos sociais diferentes: escravizados, libertos, senhores de escravos, camadas médias da sociedade etc. que aparecem interagindo entre si. A pesquisa também apurou a possível presença de libertos nos templos maçônicos, depois de sancionado o decreto do grão-mestre Joaquim Saldanha Marinho, líder da obediência dos Beneditinos. Não se pode dizer, portanto, que a maçonaria caracterizou-se por ser uma organização puramente elitizada.

Particularmente as lojas ligadas à obediência de Saldanha Marinho permitiram em seus regulamentos que as portas de seus templos ficassem abertas aos libertos, e a Loja América, pertencente a essa obediência, provavelmente o fez de fato, embora os registros da documentação analisada não mencionem explicitamente essa participação.

Verificou-se na investigação realizada que a partir de 1870 a presença de indivíduos oriundos das camadas sociais mais baixas cresceu no círculo maçônico, aumentando,

portanto, as chances de que entre esses iniciados houvessem “homens de cor” nascidos livres e até mesmo ex-escravos.

Vale salientar, contudo, que a permissão para que libertos fossem iniciados se restringiu à obediência de Saldanha Marinho, de modo que por ocasião da extinção de sua ordem, em 1882, os templos vinculados a sua obediência fecharam suas portas aos forros. A outra obediência, O Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, não aceitava a iniciação de libertos. A posição do Lavradio nesse quesito não se alterou com o tempo. Após a decretação do fim da escravidão, a ordem ainda manteve os ex-escravos distantes do quadro da organização, por meio da manutenção do decreto que vetava a iniciação de “homens de cor” nascidos de ventre escravo.

Verificou-se também que após a extinção da obediência Grande Oriente Unido, de Saldanha Marinho, as lojas maçônicas mais engajadas se viram obrigadas a vincularem-se ao círculo do Grande Oriente do Brasil, do vale do Lavradio, ordem mais conservadora. Nesse novo panorama, notou-se que o tema da extinção da escravidão foi esvaziado na Loja América, somando-se o fato, evidentemente, da morte de Luiz Gama que ocorreu alguns meses antes da extinção da ordem, em 1882. Diante disso, muitos maçons abolicionistas que apoiavam Gama passaram então a dar suporte às ações antiescravistas realizadas por Antonio Bento e pelos caifazes, fora dos círculos maçônicos.

O ponto de partida para a construção da memória maçônica da abolição ocorreu pouco tempo depois de extinta a escravidão, precisamente em 1891, quando o Boletim do Grande Oriente do Brasil publicou a primeira nota, reivindicando participação no movimento abolicionista. Contudo, evidenciou-se que outras manifestações nessa direção aconteceu em contexto bastante específico e de forma dispersa. Outro momento importante de evocação da memória maçônica da abolição aconteceria em 1931, com a inauguração do busto de Luiz Gama, na praça do Arouche. Na ocasião da inauguração da estátua, membros da Loja América estiveram presentes, figurando ao lado de militantes negros. Naquele instante, a maçonaria paulista tentava vincular, pela primeira vez, em espaço público, a figura do abolicionista Luiz Gama à organização. A imagem do maçom era muito cara entre os militantes negros. A estratégia certamente favoreceu à organização. Outros gestos se repetiriam, como, por exemplo, a iniciativa dos Irmãos em lapidar em cobre um busto do abolicionista, na entrada do templo maçônico de São Paulo, em 1955.

A figura de Luiz Gama foi fundamental para a construção das narrativas maçônicas abolicionistas. Sua trajetória animou os escritores maçons: homem negro, escravizado pelo pai, que tornou-se um jurista excepcional, defensor dos escravizados. Sua imagem

alimentaria o imaginário de que a maçonaria era uma organização tolerante, do ponto de vista racial e engajada do ponto de vista das questões sociais. O lugar que Luiz Gama ocupou na organização nutriria tal interpretação. O engajamento do abolicionista em torno da luta contra a escravidão, rapidamente foi apropriada pela organização que incorporou o discurso do maçom. Outros Irmãos foram evocados nas narrativas maçônicas, mas, certamente, a figura de Luiz Gama é central nessa literatura.

As narrativas maçônicas ganharam novos tons à medida que outras demandas políticas e sociais surgiram. A literatura maçônica produzida entre as décadas de 1970 e 1980 foi fortemente influenciada pelo contexto de censura imposto pelo governo ditatorial, de modo que, alguns personagens, como Antonio Bento, tiveram seu nome excluído dessas narrativas. O abolicionista identificado como figura desordeira e subversiva, teria seu nome apagado. Antonio Bento poderia ter sua imagem facilmente associada a elementos de desgoverno e a organização maçônica nesse momento optou agir com cautela.

A literatura maçônica tentou adequar-se às transformações do tempo, na expectativa de demonstrar poder, influência e popularidade. O discurso largamente reproduzido nos estudos tinha o propósito de ressignificar o compromisso maçônico com o encaminhamento da substituição do trabalho servil para o trabalho livre. A fala de José Bonifácio na Assembleia Constituinte de 1823, nessas narrativas, foi interpretada como a primeira manifestação maçônica contra a escravidão, assim como a lei que pôs fim ao tráfico internacional de escravos e a Lei do Ventre Livre, assinadas, respectivamente, pelos maçons Eusébio de Queirós, em 1850, e Visconde do Rio Branco, em 1871.

As narrativas maçônicas ventilaram a ideia de que as leis tinham nascido da vontade maçônica de extinguir a escravidão. Nesse sentido, a escolha de heróis que representassem a memória da abolição maçônica tornou-se importante.

Durante o processo de redemocratização, as narrativas maçônicas se movimentariam novamente. Antonio Bento até então apagado, sairia das sombras e seria lembrado nas páginas maçônicas no contexto de transição da ditadura para a democracia. Outras formas de manifestações dessa memória maçônica da abolição seriam enaltecidas, como, por exemplo, durante o centenário da abolição, em 1988. A loja Piratininga realizou em seu templo sessão celebrativa com o intuito de evocar o protagonismo maçônica no processo abolicionista; já a América, na ocasião, optou por promover um cortejo pelas ruas da cidade, como mais uma tentativa de associar a organização a memória da abolição.

A iniciativa maçônica de construir uma memória maçônica abolicionista centrada da figura de alguns personagens acabaria edificando a imagem da organização como

espaço monolítico, harmônico, unido em torno de um único projeto: extinguir a escravidão no Brasil.

Concluiu-se com a investigação realizada que as lojas Piratininga e América não foram agentes protagonistas de ações favoráveis à abolição. No entanto, não se pode negar a sua participação e colaboração nos debates sobre a questão da substituição do elemento servil.

7. Fontes

Arquivo da Biblioteca Nacional:

- *Gazeta da Tarde*
- *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Rio de Janeiro, 1873-1876.
- *Boletim do Grande Oriente do Brasil, oficial do Lavradio*. Rio de Janeiro, 1871-1889.
- *A Semana Maçônica*: Jornal Hebdomadario. Rio de Janeiro 24 de setembro de 1873. Anno I. nº4.
- *O Vigilante* 1873.
- Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1877.
- Constituição da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro. Tipografia do Grande Oriente Unido do Brasil. 1873.

Biblioteca Mindlin:

- MARINHO, Joaquim Saldanha. *A monarchia ou a política do rei*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1885.

Arquivo da Loja América:

- Livro de atas 3, 4 e 40.

Arquivo da Loja Piratininga:

- Livro de correspondências (1850-1875)
- Documentos avulsos:
- Livros de Atas 1 a 17.
- Loja Piratininga. Documento avulso (Parecer sobre a proibição da iniciação de libertos). (18 de setembro de 1889).
- ANDERSON, James. *Constituição de Anderson*. Tradução João Nery Guimarães. São Paulo: Editora A Fraternidade, 1982.

Arquivo do Estado:

- *O' Ypiranga*, 16 de junho de 1869.
- *A Província de São Paulo*.
- *Correio Paulistano*.
- *Almanaque da Província de São Paulo*, São Paulo: Jorge Seckler, (1873,1883, 1884,1885).
- *Jornal Redempção*.
- *Diário de São Paulo*, 25 de novembro de 1869.
- Cabrião: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. 2º edição. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- Luiz Gama. Diabo Coxo. Edição fac-similar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Introdução de Antonio Luiz Cagnin.
- Brasil/Diretoria Geral de Estatística (DGE), Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro: Typophografia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

8. Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbano no Rio de Janeiro 1808-1821*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1983.

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileira (1868-1888)*. 1º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMARAL, Tancredo do. *História de São Paulo Ensinada pela Biografia dos seus vultos mais notáveis*. 2º edição. Rio de Janeiro e São Paulo, Alves & Cia, Editores, 1895.

ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de. Publicações páginas esquecidas; *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, LXXVII, Junho-julho, 1941.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Ana Lucia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e princesa Isabel. In: *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. (org) Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, pp. 451-473.

ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Paraná, Londrina: A Trolha, 1973.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Abolicionismo e Memória das Relações Raciais. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, set. 1994.

_____. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Maçonaria: história e historiografia. In: *Revista USP*, 1996/97, dez/fev. nº32, p. 178-189.

_____. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *Etíope resgatado: abolicionismo e suas conexões internacionais*. São Paulo: Annablume, 2016.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Elciene. Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora. 2007. Vol. 13, p.123-143.

_____. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Editora Parma, 1982.

BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. In: *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos. pp.78-99, jul-oct, 1994.

_____. Os maçons e o movimento republicano (1870-1970). *Locus, Revista de História*, 1995. Vol. 1. n1. pp.125-141.

_____. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870-1920)*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, Centro de Memória Unicamp. (Coleção Tempo e Memória), 1999.

_____. *Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, São Paulo, 2002.

BARRETO, Célia. Ação das sociedades secretas, in: Holanda, Sérgio Buarque de (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, t.II, vol.3.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2005.

BARROSO, Gustavo. *A história secreta do Brasil*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Coleção Comemorativa do Centenário de Gustavo Barroso, 1993. vol. 5.

BENJAMIM, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Tradução Heindrun Krieger Mendes da Silva Arlete de Brito e Tânia Jatobá, 1975.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1984. Tomo 3. vol. 4.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____. *Os meias-caras: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Salto, São Paulo: Schoba, 2013.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: Burgo de estudantes (1828-1872)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

CÂMARA, Nelson. *O advogado dos escravos*. São Paulo: Editora Lettera.doc, 2010.

CAMINO, da Rizzardo. *Dicionário maçônico*. São Paulo: Madras, 2010.

CARVALHO, Francisco de Assis. *Caderno de estudos maçônicos*. 3ª Edição. Londrina, Paraná: Londrina: Editora Trolha, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832- 1835. In: *Revoltas, Motins e Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. (Org) Monica Duarte Dantas. São Paulo: Alameda, 2001. pp.169-200.

CARVALHO, William Dálbio Almeida de. *Maçonaria Negra*. Londrina, Paraná: Editora Trolha, 1999.

CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: Editora A Gazeta Maçônica, 1973.

_____. *A Maçonaria e sua política secreta*. São Paulo: Traço Editora, 1981.

_____. *História do Grande Oriente de São Paulo*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1994.

_____. *Piratininga: história da loja maçônica tradição de São Paulo*. Edição comemorativa do ano do Sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000.

CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.

CASTILHO, Celso Thomas. *Abolitionism Matters: the Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*, tese de doutorado, Berkeley, Universidade da Califórnia, 2008.

_____. Propõem-se a qualquer consignação, menos de escravos: o problema da emancipação em Recife, 1870. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. (org) Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, pp.277-292.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 3ª Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

CENEVIVA, Walter. *Barão de Ramalho: uma vida para o bem comum*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 6ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 2ª Edição. Passo Fundo: UPF, 2000.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5ª Edição. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Frederico Guilherme. *A maçonaria e a emancipação do escravo*. Londrina, Paraná: Editora Maçônica a Trolha, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, abril, 1993.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. (org) Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: Editora Faculdade Getúlio Vargas, 2007, pp.7-19.

DAIBERT, Robert Júnior. *Isabel: a redentora dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A maçonaria e a libertação dos escravos: a abolição da escravidão, uma grandiosa vitória da maçonaria* (Todas as leis beneficiadoras dos escravizados foram de iniciativa de maçons). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1970.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15, 1985, p. 89-109.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EGÍDIO, Paulo. *A Província de São Paulo em 1888*, São Paulo, 1889.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, 17 (2), p. 175-216, maio/ago, 1987.

EVOY, Carmem Mc. El regreso del héroe: Bernardo O' Higgins y su contribución en La construcción del imaginário nacional chileno, 1868-1869. In: *Funerales Republicanos en América del Sur: Tradición, ritual y nación (1832-1896)*. Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006.

FARIA, Alberto. Imprensa em Campinas, *Revista do Centro de Ciencias, Letras e Artes de Campinas*, Campinas. 15 (2), 1916. p.4-41.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2º Ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Cláudio Roque Buono. *Maçonaria e Museu II*. São Paulo: Madras, 2013.

FERREIRA, Ligia Fonseca. *Trovas Burlescas e outros poemas*. Organização e introdução Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Luiz Gama (1830-1882) étude sur la vie et l'oeuvre d'un noir citoyen, poète et militant de La cause antiesclavagiste au Brésil. Paris: Université Paris III – Sorbonne, 2001.

_____. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. In: *Estudos Avançados*: São Paulo, vol. 21. nº60. Mai/ago, 2007.

_____. *Com a palavra, Luiz Gama*: poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo. In: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. (Org) Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 213-236.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Saldanha Marinho: esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1878.

FLORESTAN, Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 2007.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)*. São Paulo: Alameda, 2013.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. *As sociedades emancipacionistas na cidade de São Paulo (1850-1871)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp. 2011.

_____. Por talentos e virtudes: trajetórias maçônicas de negros abolicionistas. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. 27 a 31 de julho 2015.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1961.

GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas*. Organização e introdução de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Diabo Coxo*. Edição fac-similar. Introdução de Antonio Luiz Cagnin. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória – 1936 a 1950*.

GONÇALVES, Thiago Werneck. *Periodismo maçônico e cultura Política da corte Imperial brasileira (1871-1874)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

GRAINHA, Manuel Borges. *História da Franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)*. 4º Ed. Tradução: Antônio Carlos de Carvalho. Coleção Janus, Lisboa: Vega, s.d.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. (Org). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. *A Era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Guerra e Paz. ver especialmente capítulo 2. A sociedade em processo de mudança, p. 243-262.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico: Do Império à República. O manifesto de 1870. (Org) Sérgio Buarque de Holanda. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo II. 5º vol. t.2, pp. 256-270.

_____. Da maçonaria ao positivismo. (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 8 º Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. vol. 7, p. 334.

HILSDORF. Maria Lúcia. A Biblioteca Nacional de São Paulo (1825-1830). In: *IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Porto Alegre, 2004. CD-ROM.

JACOB, Margaret. C., *The origins of freemasonry: facts & fictions*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO; Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

LONER, Beatriz Ana. Trajetórias de setores médios no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: XAVIER, Regina (Org.) *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 212, pp.417-441(no Prelo).

LOPES, Maria Aparecida; GUTIÉRREZ, Horacio. Legislación agrária y tenencia de la tierra em el Brasil decimonónico: la ley de tierras de 1850. In: América em la época de Juarez (1854-1872). (Org.) ORTELLI, Sara; CUAUHITÉMOC, Hernández Silva; México:

Universidade Autónoma “Benito Juárez” de Daxaca. Universidad Autónoma Metropolitana, 2007, pp. 321-350.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1), p.211-21, jan./abr, 1983.

MACHADO, Maria Helena T. P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARQUES, Abílio. *Indicadores de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983.

MARTINS, Antonio Egídio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. (Org) Fernando Góes. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. (org.) José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.349-392.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. (org.) José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp.349-392.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

MATTOS, Marcelo B. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº2, Jan/abril, 2004, pp. 229-251.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis*. 2º Edição. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. (Coleção repensando a história). 4º Edição. São Paulo: Contexto, 1994.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará (1870-1888)*. São Paulo: Madras, 2012.

MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista: 1879-1888*. 2º Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº28, 2001, p.3-22.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1943.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

MOURA, Denise Soares. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Itatiaia, 2004.

NOGUEIRA, Almeida. *Tradições e Reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*. Edição Comemorativa do cinquentenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, 1952. vol. 3.

_____. *Tradições e Reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*. V Edição Comemorativa do cinquentenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, 1952. vol. 4.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Museu Paulista: espaço celebrativo e memória da Independência*. In: *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2º Ed. São Paulo, Unicamp: Editora Unicamp, 201, p. 195-219.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio; Brasília CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação História Social. São Paulo, 2015.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

_____. *José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho* chamada Sílvia Romero. (Org) Sidney Chalhoub; Ana Flávia Magalhães Pinto. In: *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. pp. 105-128.

QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro, J. Olimpio: Brasília, INL, 1977.

RANGEL, Alberto. *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos: a vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Faculdade de História, Direito e Serviço. Franca, 2004.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 18, jun.jul.ago/1993. pp. 7-29.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

SANTOS, Dario Nogueira dos. *A maçonaria e a Ação Integralista Brasileira*. Paranaguá, 1934.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1937. vol.2.

SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SCHMIDT, Afonso. *A Marcha; Romance da Abolição*. São Paulo: Editora Anchieta Limitada, 1941.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2.ed. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 40-41.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. (Org) Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro: Editora Faculdade de Getúlio Vargas, 2007, p. 315-347.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil (1763-1838)*. Coleção: Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. (org) Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras: publifolha, 2000.

SILVA, Jacinto. *No Tempo da Escravidão: Experiências de Senhores e Escravos em Bragança Paulista*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SILVA, Tiago Cesar. *Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no Brasil*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em memória social. Rio de Janeiro, 2012.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Editora Dominus; Universidade de São Paulo, 1966.

STUVEN, Ana Maria. *Guerreiros y sábios AL panteón republicano: los funerales de José Miguel Infante y Andrés Bello*. In: *Funerales republicanos em América Del Sur: Tradición, ritual y nación, 1832-1896*. Santiago, Chile: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2006, p. 31-56.

VERGER, Pierre. *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Currupio, 1992.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

WILLIAMS, Loretta J. *Black Freemasonry and Middle-Class Realities*. University of Missouri Press Columbia e London, 1980.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Endereços eletrônicos:

<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografia.p.2> <disponível em 2 de setembro de 2015>.

Elizabeth do Val. Breve resumo da História da Construção do Edifício_Sede do Grande Oriente de São Paulo e da formação do Museu Maçônico. www.gosp.org.br/wp_content/uploads/2016/08/Edificio_Sede_GOSP_e_Museu.pdf. <Acessado em 16/08/2016>.

Portal.mackenzie.br/imprensa/noticias/arquivo/artigo/OAB_concede_titulo_ao_lider_gama_no_mackenzie/, <Disponibilizado em dezembro de 15/05/2018>

Anexo 1

Glossário

Abater colunas: Quando uma loja maçônica é desmantelada, ou seja, deixa de existir.

Abreviaturas: Simplificações usadas pelos maçons em seus escritos, inicialmente, para ocultar o sentido da palavra.

Acácia: A acácia é a planta símbolo da organização maçônica. A adoção da acácia no sentido místico e simbólico pela maçonaria tem o significado do “indestrutível”. Os primeiros maçons organizados retiraram da história de Israel os principais conceitos e, assim, a acácia foi a planta escolhida para simbolizar a “Imortalidade da Alma”, aceita como símbolo sagrado.

Admissão: Na maçonaria somente é aceito os candidatos que são considerados adequados a organização. A avaliação é determinada pelos próprios irmãos.

Aumento de Salário: diz-se “aumento de salário” a passagem de um grau a outro.

Arquiteto do Universo: Força que rege a maçonaria.

Compasso: É considerado uma das Joias que se colocam sobre o Livro Sagrado existente no altar. É símbolo da Justiça. A combinação do Compasso com Esquadro simboliza não só na Maçonaria, mas em qualquer organização semelhante ou religiosa ou iniciática, o equilíbrio, a medida de um homem justo e o símbolo do próprio Deus.

Companheiro: É o aprendiz que atingi o Segundo Grau. Sendo o Grau de Companheiro uma das fases da formação essencial da trilogia maçônica.

Compasso: O instrumento é considerado um dos símbolos maçônicos e ao lado do esquadro representa o equilíbrio, o homem justo ou o próprio Deus.

Crânio: É um símbolo usado pela maçonaria para demonstrar que após a morte todos são iguais; vem colocado na Câmara das Reflexões e no Trono em alguns Graus da Maçonaria Filosófica.

Cruz: Na maçonaria é símbolo do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Emérito: Termo usado na maçonaria para se referir aos membros mais antigos.

Enterros: Dentro do templo a maçonaria tem um ritual específico denominado “Pompa fúnebre”. Ritual realizado com o corpo presente do falecido ou apenas contendo o elemento ritualístico simbólico.

Esquadro: Instrumento que compõe a tríade: Esquadro, Régua e Compasso, também denominado de “Joias”. A origem do Esquadro é desconhecida. O esquadro é o símbolo do equilíbrio e da harmonia. O conjunto dos três instrumentos Régua, Esquadro e Compasso correspondem ao símbolo da maçonaria.

Filiação: É a transferência de um maçom para outra loja maçônica diferente da qual fora iniciado.

Grande Oriente: Trata-se de um conglomerado superior que reuni as lojas da Obediência maçônica a que se encontram filiadas.

Grão-mestre: Autoridade máxima eleita anualmente para representar uma obediência maçônica.

Graus: Cada grau maçônico corresponde a um nível de conhecimento. A maçonaria simbólica é composta por três graus: aprendiz, companheiro e mestre.

Iniciação: A iniciação maçônica ocorre apenas uma única vez, quando o candidato é incluído no círculo maçônico. Depois da iniciação, caso o maçom migre para outra loja, a mudança recebe o nome de filiação.

Entrada: O ingresso no templo denomina-se Entrada, sendo permitida, exclusivamente, aos maçons, que sejam membros do quadro ou de outras lojas. As chamadas sessões públicas promoviam reuniões sociais ou culturais no interior dos templos.

Esmoler: O maçom responsável por arrecadar a esmola para os necessitados.

Esquadro: O instrumento assim como o compasso representa equilíbrio e harmonia. O conjunto dos instrumentos Régua, Esquadro e Compasso são símbolos maçônicos.

Ex-venerável: Àquele que exerceu o cargo de venerável no passado e, que por isso, tem lugar de destaque nas sessões maçônicas.

Hospitaleiro: O irmão encarregado de arrecadar donativos aos necessitados.

Insígnia: É a identificação do posto e cargo ocupado por um maçom dentro da loja. Como por exemplo, diremos que a Insígnia do Aprendiz é o seu Avental. Os aventais, as faixas, as medalhas, os colares, joias e as comendas são insígnias; cada grau possui seus próprios símbolos.

Loja: Maçonicamente é o local onde se reúnem um agrupamento de maçons com o fim de realizar seus trabalhos.

Loja de Adoção: nome dado às lojas criadas com o intuito de iniciar mulheres.

Loja Adormecida: O maçom está “dormindo” quando desligado do quadro de sua Loja. Também recebe essa denominação a Loja que suspende seus trabalhos por um período que ultrapasse o convencional inserido nos Estatutos.

Loja Capitular: É a Loja que abriga um Capítulo, ou seja, uma Loja que instrui os maçons do 1º ao 18º. Grau; essas Lojas estão quase extintas no Brasil.

Loja mãe: Os maçons utilizam o termo como forma de se referirem à loja, ao qual foram iniciados.

Loja adormecida: O maçom está “dormindo” quando desligado temporariamente do quadro de sua loja ou que simplesmente se afastou sem justificativa. A mesma denominação é dada a loja que interrompe seus trabalhos por um intervalo de tempo.

Maçom: Maçom é membro da instituição maçônica. No vocabulário francês era sinônimo de pedreiro e na Inglaterra o termo tinha significado semelhante “pedreiro livre iniciado”. A maçonaria compreendida inicialmente como confraria limitava-se a iniciar profissionais ligados exclusivamente à atividade de construção daí deriva a terminologia pedreiro, quando a confraria passou a aceitar profissionais de outras áreas o termo foi ampliado para pedreiro livre aceito.

Malhete: instrumento que dá início a sessão maçônica, simboliza força e masculinidade dentro do Templo.

Membro honorário: Homenagem prestada a um maçom que não pertence a loja maçônica, mas contribuiu para a sua fundação.

Obreiro: Sinônimo de trabalhador em obra.

Ordem: A maçonaria recebeu o nome de “ordem dos maçons”.

Peça de arquitetura: Discurso proferido em sessão por um irmão.

Porta-Estandarte: Cada loja maçônica possui o seu estandarte, equivale a sua bandeira símbolo que caracteriza uma loja.

Prancha: Correspondências trocadas entre as lojas maçônicas as suas respectivas obediências ou trocada entre elas.

Profano: Termo utilizado entre os maçons para se referir àqueles que não pertencem à ordem maçônica.

Sinal: Conjunto de sinais e gestos utilizados para representar cada grau maçônico.

Templo maçônico: local onde ocorrem as atividades maçônicas.

Tronco Beneficente: A maçonaria dedica alguma atividade operativa à beneficência e para isso coleta recursos em todas as sessões sendo o hospitaleiro encarregado de entregar o “Tronco”. O valor arrecada tem a finalidade de apoiar maçons necessitados, mas também podiam ser utilizado para beneficiar indivíduos que não pertenciam a organização.

Vale: Na terminologia maçônica significa a rua em que se situa uma loja ou Oriente.

Anexo 2

Tabela O perfil da loja Piratininga (1850-1888)

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Adolfo Augusto	iniciação	-	-	-	-	-
Adolpho de Paula França	iniciação	-	-	-	-	-
Adolpho Elysio Teixeira Duarte	iniciação	solteiro	19	São Paulo	estudante	brasileiro
Adolpho Plysio Terra Duarte	-	solteiro	19	-	estudante	brasileiro
Adriano Ferreira Pinto	iniciação	casado	30	-	artista	português
Affonso Corumbá da Fonseca	iniciação	-	-	-	-	-
Affonso de Albuquerque	iniciação	solteiro	25	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Agostinho Antonio Correio	1866	-	-	-	-	-
Alberto Bezamás	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Alberto Bezamat	-	solteiro	21	-	-	-
Albino dos Santos Pereira Junior	28/03/1854	-	-	-	-	-
Aleixo Marinho Figueiredo	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Alexandre Rodriguez Bragalovaany	iniciação	-	-	-	-	-
Alferes João Vicente Rangel Junior	21/06/1854	-	-	-	-	-
Alferes Joaquim Dias de Toledo Pantaleão	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Alfredo Augusto de Azevedo	filiação	-	-	-	-	-
Alfredo do Carmo Brandão	-	solteiro	21	-	-	-
Alfredo Januário da Cunha Peixoto de Camargo	iniciação	-	-	-	-	-
Alfredo Jaú Vieira	-	-	-	-	-	-
Alfredo Joaquim Dias de Toledo	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Alfredo José Vieira	iniciação	-	-	-	-	-
Alfredo Leite Ribeiro	iniciação	solteiro	19	São Paulo	estudante	brasileiro
André Augusto de Padua Fleury	15/07/1851	solteiro	22	-	estudante	brasileiro
André Dias de Toledo	-	-	-	-	-	-
André Ortiz	filiação	-	-	-	-	-
Angelo Barroni	iniciação	solteiro	27	São Paulo	artista	italiano
Anicério José d'Araújo	-	-	-	-	-	-
Antero Ferreira de Ávila	iniciação	-	-	-	-	-
Antero Simões da Silva	-	-	-	-	-	-
Antônio Alves de Castro	-	solteiro	33	Itu	-	-
Antônio Alves Machado	iniciação	solteiro	33	São Paulo	artista	português
Antonio Augusto Cesar de Azevedo	iniciação	-	24	-	estudante	brasileiro
Antonio Augusto de Araujo	07/03/1851	-	21	São Paulo	professor de primeiras letras	brasileiro
Antônio Bazílio Muniz	filiação	-	-	-	-	-
Antônio Bonifácio Martins	iniciação	casado	30	São Paulo	cobrador	brasileiro
Antonio Carlos Carneiro Viriato Catão	iniciação	casado	24	Maranhão	estudante	brasileiro
Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada	-	-	-	-	-	-
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva	05/03/1854	católico	23	São Paulo	estudante	-
Antônio Carlos Ribeiro de Andrade	08/08/1851	-	-	-	-	-
Antônio Clemente Moreira	iniciação	-	-	-	-	-
Antônio da Costa	-	-	-	-	-	-
Antônio da Silva Prado	-	-	-	-	-	-
Antônio de Aguiar e Castro	iniciação	-	-	-	-	-
Antônio de Cerqueira Lima	iniciação	casado	56	-	magistrado	brasileiro
Antônio de Erichi	iniciação	casado	28	São Paulo	negociante	italiano
Antônio Domingues da Silva	-	-	-	-	-	-
Antônio Eugênio Ramalho	-	-	-	-	-	-
Antônio Ferreira d'Ávila	iniciação	-	-	-	-	-
Antônio Ferreira Vianna	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Antônio Francisco de Aguiar	iniciação	casado	22	São Paulo	estudante	brasileiro
Antonio Gonçalves Gomide	26/03/1851	casado	25	São Paulo	estudante	brasileiro
Antônio Gouvea Rocha	20/09/1876	solteiro	31	-	negociante	português
Antonio Guimarães Barroso	13/06/1851	-	-	-	-	-
Antônio Joaquim de Lima	membro fundador	-	-	-	-	-
Antonio Joaquim de Souza Bastos	-	-	-	-	-	-
Antônio Joaquim Fernandes d'Oliveira	iniciação	-	-	-	-	-
Antônio Joaquim Romero da Silva	filiação	-	-	-	-	-
Antônio José A. Guimarães	iniciação	solteiro	22	-	estudante	brasileiro
Antônio José da Silva Viveiros	iniciação	-	36	-	militar	-
Antônio José d'Almeida	-	viúvo	37	São Paulo	mestre da sé e da música	brasileiro
Antônio José de Moraes	-	-	-	-	-	-
Antonio José Pereira da Silva	-	-	-	-	-	português
Antônio José Pinto Jr.	-	-	-	-	-	-
Antonio José Vaz	31/06/1854	-	28	São Paulo	engenheiro civil	brasileiro
Antonio Lins Ramos	-	-	21	São Paulo	-	-
Antonio Luis do Livramento	iniciação	casado	27	São Paulo	estudante	brasileiro
Antônio Luis Ramos	-	-	21	São Paulo	-	brasileiro
Antônio Luiz Esteves de Carvalho	-	-	-	-	-	-
Antônio Manoel Biccudo	04/10/1876	casado	65	-	cirurgião	brasileiro
Antônio Marcos da Cruz	iniciação	-	-	-	-	-
Antonio Mariano Fagundes	-	-	-	-	-	-
Antonio Maximo Nogueira Penedo	-	solteiro	21	São Paulo	-	-
Antônio Mendes Ferreira	iniciação	casado	31	São Paulo	empreiteiro de obras	português
Antônio Moreira Tavares	-	-	-	-	-	-
Antônio Muniz de Souza	iniciação	solteiro	24	-	estudante	brasileiro
Antônio Negreiros de L. Lobato	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Antônio Nicolau de Lima Raposo	iniciação	solteiro	25	São Paulo	negociante	português
Antônio Nunes de Aguiar Júnior	membro fundador	-	-	-	-	-
Antônio Pascosini	iniciação	casado	30	-	artista	italiano
Antônio Pedro da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Antônio Pereira de Arruda	iniciação	-	-	-	-	-
Antônio Pinheiro Machado	iniciação	solteiro	24	-	-	brasileiro
Antônio Pires de Arruda	filiação	-	-	-	-	-
Antonio Pompeo de Campos	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Antônio Rais de Azevedo Ferreira	-	-	-	-	estudante	-
Antônio Ramos Figueira	20/01/1854	solteiro	20	-	estudante	brasileiro
Antônio Ribas	filiação	solteiro	34	-	negociante	brasileiro
Antônio Rois da Motta e Cunha	13/06/1851	-	-	-	-	-
Antônio Rois do Prado Junior	29/01/1855	-	22	São Paulo	estudante	brasileiro
Antônio Salustiano de Miranda	iniciação	casado	54	Freg. da Cachoeira	-	brasileiro
Antônio Tedesco	iniciação	solteiro	26	-	artista	italiano
Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Aquilino Leite de Amaral Júnior	iniciação	casado	26	-	empregado público	brasileiro
Argemiro Cícero Galvão	iniciação	-	-	-	-	norte Amer.
Arthur de Macedo	iniciação	casado	23	-	negociante	brasileiro
Arthur Teixeira Leite	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Augustinho Antônio Corrêa	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Augusto Alves de Azevedo	20/06/1867	-	-	-	-	-
Augusto Cezar de Aguiar	05/02/1878	solteiro	36	-	empregado na estrada de ferro	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Augusto Cezar Lisboa de Aguiar	iniciação	solteiro	36	-	negociante	brasileiro
Augusto de Souza Queiroz	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Augusto dos Santos e Silva	iniciação	-	-	-	-	-
Augusto Toledo de Queiroz	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Aurelianno José de Lessa	13/06/1851	-	-	-	-	-
Aureliano Baptista de Almeida Pinto	iniciação	-	-	-	-	-
Aureliano Cândido Tavares Bastos	-	-	-	-	-	-
Avelino Roiz Milagres	30/04/1853	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
Balthasar da Silva Carneiro	-	solteiro	20	São Paulo	estudante	-
Balthazar Antunes da Costa Bastos	-	-	-	-	-	-
Benedicto Aquilino de Freitas	03/01/1877	solteiro	29	-	negociante	português
Benedicto Gualberto de Moura Rangel	iniciação	casado	22	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Benedicto L. Antunes	iniciação	solteiro	21	São Paulo	-	brasileiro
Benedicto Martins de Siqueira	iniciação	solteiro	21	Santa Branca	negociante	brasileiro
Benedito Francisco de Almeida Aimberé	-	-	-	-	-	-
Bento José Alves Pereira	iniciação	-	-	-	-	-
Bento Pupo de Moraes	-	-	-	-	-	-
Bernardino Gomes da Paixão	14/06/1854	casado	23	São Paulo	negociante	brasileiro
Bernardino Gonçalves Soares	iniciação	-	-	-	-	-
Bernardo Antônio da Silva Faria	-	-	-	-	-	-
Berthel Dully	iniciação	-	-	-	-	-
Boaventura Ribeiro dos Santos	-	-	-	-	-	-
Brás de Paula França	iniciação	-	25	Jundiá	empregado na estrada de ferro	brasileiro
Brasílio de Aguiar	iniciação	-	-	-	-	-
Caetano Ferreira Salthar	iniciação	-	-	-	-	-
Camillo Lesllis da Silva	membro fundador	-	-	-	-	-
Cândido Ciryaco Martins	iniciação	viúvo	36	São Paulo	-	brasileiro
Candido de Faria Lobato	15/07/1851	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Cândido Gaspar Martins	iniciação	viúvo	52	Jacaré	-	brasileiro
Candido Gomes de Vasconcellos	-	-	-	-	-	-
Cândido José Marianno Júnior	-	-	-	-	-	-
Cândido Leopoldo da Motta Cruz	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Candido Leopoldo da Motta Lemos	-	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Candido Marianno Borba	04/04/1855	casado	29	São Paulo	negociante	brasileiro
Capitão Antônio Rodrigues Velloso Pimenta	filiação	-	-	-	-	-
Carlos Affonso de Assis Figueiredo	iniciação	-	21	São Paulo	-	brasileiro
Carlos Antônio de França Carvalho	-	-	-	-	-	-
Carlos Lobisolo	iniciação	casado	39	São Paulo	artista	italiano
Carlos Martins Ferreira	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Carlos Rodriguez Chaves	-	-	-	-	-	-
Carlos S. C. Machado	iniciação	-	-	-	-	-
Carlos Thompson Flores	iniciação	-	-	-	-	-
Carlos Xavier de Moraes	04/10/1876	solteiro	42	Santos	proprietário	-
Carmeno Medici	iniciação	solteiro	28	São Paulo	negociante	italiano
Claudino Pinto de Oliveira	iniciação	-	-	-	-	-
Cláudio José da Silva Serra Netto	iniciação	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
Clemente José Ferreira Braga	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Colen Jou Ferdinandi	filiação	solteiro	37	São Paulo	-	francês
Cônego Fidélis	-	-	-	-	-	-
Cônego Ildefonso	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Constantino Martins de Castro	-	solteiro	29	Santos	artista	português
Cristovão Corrêa e Castro	-	-	-	-	-	-
Custódio de Araújo Padilha	iniciação	-	-	-	-	-
Custódio José Leite Salles	-	-	-	-	-	-
Daniel Arthur Horta d'Araujo	-	-	-	-	-	-
Daniel Frederico J. da Silva	filiação	-	-	-	-	-
Dario Rafael Callado	-	solteiro	20	São Paulo	estudante	brasileiro
David Saltore	filiação	casado	44	São Paulo	-	italiano
Delphino Pinho de Ulhôa Cintra	iniciação	solteiro	19	São Paulo	estudante	brasileiro
Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Domiciano Arruda	iniciação	-	-	-	-	-
Domingos Alves de Brito	iniciação	-	-	-	-	-
Domingos d'Alvarenga Pinto	-	solteiro	29	São Paulo	estudante	brasileiro
Domingos José da Cunha	01/09/1852	-	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Domingos Pereira Pinto	-	solteiro	21	São Paulo	estudante	-
Domingos Pinto França Mascarenhas	-	-	-	-	-	-
Domingos Pinto França Mascarenhas Jr.	-	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Domingos Sertorio	13/06/1851	-	-	-	-	-
Dr. Chaves	-	-	-	-	-	-
Elentério Frazão Muniz Varella	filiação	-	-	São Paulo	advogado	-
Elissasio de Amado Castanho	iniciação	solteiro	25	São Paulo	negociante	brasileiro
Emiliano Pires de Amorim	iniciação	-	-	-	-	-
Emílio de Julio	iniciação	-	-	-	-	-
Emílio Laynes	iniciação	casado	42	São Paulo	tintureiro	francês
Emílio Piagentino	iniciação	solteiro	24	Sorocaba	negociante	italiano
Emílio Pinto de Sá	iniciação	-	-	-	-	-
Emygdio Dias de Oliveira	iniciação	solteiro	-	-	negociante	brasileiro
Ernestino Canavarro da Fonseca	iniciação	solteiro	26	São Paulo	guarda livros	brasileiro
Ernesto Fernandes Moreira	-	-	-	-	-	-
Ernesto Marianno da Cunha e Silva	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Eschilio Francisco do Amaral Góes	iniciação	-	-	-	-	-
Estevão Bocault	iniciação	solteiro	26	-	-	-
Estevão Cataldi	iniciação	solteiro	29	São Paulo	marceneiro	italiano
Euclides Francisco de Moura	iniciação	-	-	-	-	-
Euclides Miragaya	iniciação	solteiro	25	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Eugene Hollender	iniciação	casado	34	São Paulo	professor de canto e piano	-
Eugênio Antônio de Toledo	iniciação	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
Euticiano Gomes Guimarães	iniciação	solteiro	24	-	negociante	brasileiro
Ezequiel de Moraes Santos	23/08/1852	casado	52	São Paulo	-	brasileiro
F. Ferreira de Souza Alves	iniciação	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Felício Bello	filiação	-	-	São Paulo	-	-
Felipe Farant	filiação	casado	-	São Paulo	farmacêutico	italiano
Felisbino Antonio de Lima	-	-	-	-	-	-
Fernando Teixeira de Souza Magalhães	iniciação	-	-	-	-	-
Ferreira de Souza Alves	-	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Firmino da Cunha Rego	13/06/1851	-	-	-	-	-
Firmino de Campos Penteado	-	-	-	-	-	-
Firmino José Barbosa	-	-	-	-	-	-
Floriano Leite Pinto	-	solteiro	22	-	estudante	brasileiro
Fortunato José de Camargo	iniciação	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Fortunato Theodoro de Oliveira	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco A. Correia	-	-	-	-	-	-
Francisco Allevato	filiação	solteiro	28	São Paulo	artista	-
Francisco Antônio da Rocha	iniciação	solteiro	30	São Paulo	empregado no comércio	português
Francisco Antônio de Souza Queiros junior	05/03/1854	-	19	-	estudante	-
Francisco Antônio Nogueira	iniciação	-	43	Santa Branca	lavrador	brasileiro
Francisco Aurélio de Laura Carvalho	-	-	-	-	-	-
Francisco Azevedo de Sousa Carvalho	iniciação	solteiro	29	Minas Gerais	estudante	brasileiro
Francisco Benedito de Souza Barbosa	-	-	-	-	-	-
Francisco Cardozo Senne	iniciação	casado	36	Santa Branca	-	brasileiro
Francisco Carmonalle	iniciação	casado	28	São Paulo	negociante	italiano
Francisco Carmonalle	iniciação	casado	47	São Paulo	escultor,pintor,dourador	brasileiro
Francisco Clemente Paes Leite	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco da Cunha Bueno	11/04/1851	-	22	São Paulo	fazendeiro	brasileiro
Francisco da Silva Guimarães	membro fundador	-	-	-	-	-
Francisco Damásio da Silva	-	-	-	-	-	-
Francisco d'Assis d'Araujo Macedo	-	-	-	-	-	-
Francisco d'Assis d'Oliveira Braga	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Francisco de Aguiar Barros	iniciação	solteiro	-	-	-	brasileiro
Francisco de Almeida Golveia Prata	-	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
Francisco de Almeida Gouvêa Prata	iniciação	-	24	-	-	brasileiro
Francisco de Paula Afis	-	-	-	-	-	-
Francisco de Paula Azevedo e Souza	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Francisco de Paula Baruel	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco de Paula Coelho Walmont	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco de Paula da Cunha Braga	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco de Paula Oliveira Nazareth	-	-	-	-	-	-
Francisco de Paula Ortiz	iniciação	casado	50	Santa Branca	empregado público	brasileiro
Francisco de Paula Xavier de Toledo	iniciação	casado	40	Minas Gerais	negociante	-
Francisco de Salles Ayres	-	casado	50	São Paulo	negociante	brasileiro
Francisco de Souza Lima	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Francisco de Souza Queiroz Junior	-	-	-	-	-	-
Francisco Delfino de Vasconcellos Machado	07/03/1851	solteiro	24	São Paulo	empregado público	brasileiro
Francisco Falasso	iniciação	casado	40	São Paulo	artista	italiano
Francisco Fernandes da Silva	-	-	-	-	-	-
Francisco Ferraz de Oliveira e Souza	iniciação	casado	25	Taubaté	-	brasileiro
Francisco Ferreira Dias Duarte	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco Gonçalves Gomide	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco Gonçalves Martis Jr.	-	-	-	São Paulo	estudante	-
Francisco Guilherme Alcanforado	-	-	-	-	-	-
Francisco Ignácio de Camargo	iniciação	casado	42	-	aposentado	brasileiro
Francisco Ignácio dos Santos cruz	-	-	-	-	-	-
Francisco Januário da Silva Pereira Neves	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco Joaquim Catete	membro fundador	-	-	-	-	-
Francisco José da Silva e Almeida	-	-	-	-	-	-
Francisco José da Silva Torres	iniciação	solteiro	21	Minas Gerais	estudante	brasileiro
Francisco José de Vasconcellos Lessa Junior	01/03/1854	-	19	-	estudante	brasileiro
Francisco Mariano Fagundes	-	-	-	-	-	-
Francisco Marques da Cunha	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Francisco Martins Junior	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Francisco Moreira da Rocha	-	-	-	-	-	-
Francisco Nicolitta	13/12/1876	solteiro	21	-	artista	italiano
Francisco Pereira Magalhães	iniciação	-	-	-	-	-
Francisco Xavier da Silva Cabral Jr.	-	-	-	-	-	-
Francisco Xavier de Barros	membro fundador	-	-	-	-	-
Francisco Xavier de Moraes	04/10/1876	casado	33	Santos	empregado público	-
Francisco Xavier Durão	-	-	-	-	-	-
Francisco Xavier Ferreira Torres	13/06/1851	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Francisco Xavier Vahia Durão	membro fundador	-	-	-	-	-
Frederico Guilherme Alcanforado	iniciação	-	-	-	-	-
Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário	-	-	-	-	-	-
Gabriel de Andrade Couto	iniciação	-	32	São Paulo	negociante	brasileiro
Gabriel M.	iniciação	-	-	-	-	-
Gaspar Fernandes Braga	iniciação	-	-	-	-	-
Generoso Marques dos Santos	iniciação	-	-	-	-	-
Geraldo de Santiago	iniciação	-	23	São Paulo	negociante	espanhol
Geraldo Ribeiro de Souza Resende	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Geraldo Ribeiro Resende	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Gil Dinis Goularte	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Giovanni Lanchi	filiação	-	-	-	-	-
Gregório José de Oliveira Costa	-	solteiro	18	-	estudante	brasileiro
Gregório Ventura	iniciação	-	-	-	-	-
Guido Saraiva Nogueira	iniciação	-	-	-	-	-
Guilherme Caetano	-	-	-	-	-	-
Guilherme Caetano da Silva	06/10/1873	-	-	-	-	-
Guilherme de Assis Rocha	iniciação	solteiro	22	-	-	-
Guilherme Luis Müller	iniciação	casado	35	São Paulo	empregado na comp. de ferro	alemão
Guilherme Maxwell Rudge	regularização	-	-	-	-	-
Guilherme Rodrigues Duarte Ribas	iniciação	-	-	-	-	-
Gustavo Adolfo de Castro	-	-	-	-	-	-
Gustavo Alberto Kleberg	iniciação	solteiro	35	-	artista	alemão
Gustavo Alberto Weaberg	15/03/1876	solteiro	35	-	artista	alemão
Gustavo Marcondes d'Albuquerque	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Henrique Bofsel	iniciação	-	-	-	-	-
Henrique Camurre	iniciação	casado	38	São Paulo	-	italiano
Henrique Gmalassi	iniciação	casado	30	São Paulo	propr./ fiscal do Matadouro Públ.	italiano
Henrique Luiz	-	-	-	-	-	-
Henrique Pupo	10/03/1855	-	27	São Paulo	negociante	brasileiro
Henrique Wieman	iniciação	casado	56	-	empresário	prussiano
Henrique Wilmam	08/04/1874	casado	56	-	proprietário	prussiano
Herculano Furtado de Mendonça	iniciação	-	-	-	-	-
Hilário Gomes Nogueira	iniciação	solteiro	21	Fluminense	estudante	brasileiro
Hildefonso Antônio Pinto	iniciação	-	-	-	-	-
Hippolito Jacob	filiação	-	-	-	-	-
Honório Augusto Ribeiro	filiação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Hygino Alves de Abreu e Silva	-	-	25	São Paulo	estudante	-
Hyppólito José Suares de Souza	-	-	-	-	-	-
Ignacio Gomes Midões	13/06/1851	-	-	-	-	-
Ignácio Nogueira da Gama	iniciação	-	-	-	-	-
Ignácio Rodrigo de Souza Menezes	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Ildefonso Xavier Ferreria	membro fundador	-	-	-	-	-
Isidoro V. Pereira	iniciação	-	-	-	-	-
Ismael Rodrigues da Costa	iniciação	solteiro	24	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Jacob Liskiel	iniciação	casado	29	São Paulo	negociante	brasileiro
Jacob Michels	-	-	-	-	-	-
Jacob Siskiel	-	casado	28	-	negociante	brasileiro
Jeronimo Pereira de Miranda	26/03/1882	solteiro	30	São Paulo	negociante	brasileiro
Jeronymo Moreira Nogueira Prado	-	-	-	-	-	-
Jesuino José Paschoal	02/05/1888	casado	36	São Paulo	proprietário	brasileiro
João Alvares da Cunha Bueno	05/02/1878	casado	24	Santa Branca	professor público	brasileiro
João Antônio Baptista Rodrigues	-	-	-	-	-	-
João Antonio d' Oliveira Campos	16/06/1853	casado	-	São Paulo	empregado público	brasileiro
João Antônio de Azevedo	filiação	-	-	-	-	-
João Antônio de Barros	filiação	-	-	-	-	-
João Ataliba Teixeira	12/06/1854	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
João Augusto da Cruz	iniciação	-	-	-	-	-
João Augusto Diniz Junqueira	-	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
João Augusto do Nascimento	iniciação	-	-	-	-	-
João Augusto Teixeira	iniciação	-	-	Santos	-	-
João Bandeira	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
João Batista Brizo	filiação	-	-	-	-	-
João Batista Corte Real	-	-	-	-	-	-
João Batista da Silveira	iniciação	casado	27	São Paulo	empregado público	brasileiro
João Batista das Chagas	20/09/1876	solteiro	34	-	empregado público	brasileiro
João Batista de Acayaba Gusmão Bamoço	-	-	-	-	-	-
João Batista Furtado de Mendonça	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
João Batista Pereira	08/03/1854	católico	20	-	estudante	-
João Batista Pupo de Moraes	-	-	-	-	-	-
João Batista Rodrigues	iniciação	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
João Bernardino de Oliveira	iniciação	casado	35	São Paulo	carpinteiro	brasileiro
João Bierrenbach	iniciação	-	-	-	-	-
João Carlos Baumann	membro fundador	-	-	-	tenente coronel	-
João Carlos de Araújo Moreira	-	-	21	-	-	-
João Carlos Moreira	-	-	-	-	-	-
João Carvalhaes de Vasconcellos	iniciação	-	-	-	-	-
João Citarella	filiação	-	-	São Paulo	negociante	italiano
João Coelho de Moraes	iniciação	-	-	-	-	-
João Condrat Baptista	-	-	-	-	-	-
João da Costa Alves Martins Ferrolho	filiação	casado	-	São Paulo	-	brasileiro
João da Rocha Miranda e Silva	-	-	-	-	-	-
João d'Aguiar e Castro	-	-	-	-	-	-
João de Aguiar Telles de Menezes	-	-	-	-	-	-
João de Campos Ferraz	filiação	casado	45	-	artista	brasileiro
João de Gogoy Boeno	iniciação	solteiro	22	-	estudante	-
João Evangelista Monteiro de Castro	-	-	-	-	-	-
João Feliciano da Costa Ferreira	07/03/1851	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
João Fernandes Souto	iniciação	-	-	-	-	-
João Ferreira da Silva Lima	iniciação	solteiro	40	Sergipe	capitão do exército	brasileiro
João Floriano de Toledo	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
João Fortunato de Britto	13/06/1851	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
João Francisco Soares	-	-	-	-	-	-
João Garcia Folrat	filiação	-	-	-	-	-
João Gomes Ribeiro d'Avellar	-	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro
João Gomes do Paço	20/09/1876	casado	38	-	-	-
João Gustavo Pinho e Prado	-	-	-	-	-	-
João Henrique Rudge	regularização	-	-	-	-	-
João Homem Guedes Portilho	-	-	-	-	-	-
João Ignácio Teixeira	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
João José Baptista	iniciação	-	-	-	-	-
João José da Couto	07/03/1851	solteiro	20	São Paulo	negociante	brasileiro
João José de Alvorada Pinto	iniciação	casado	52	-	magistrado	brasileiro
João José de Souza Fernandes	filiação	-	-	-	-	-
João José Pereira Bastos	-	-	-	São Paulo	estudante	-
João Luis Soares Martins	-	-	25	São Paulo	estudante	brasileiro
João Luiz de Guimarães	iniciação	-	-	-	-	-
João Machado Lima	01/07/1851	solteiro	22	-	estudante	brasileiro
João Manuel Rudge	regularização	viúvo	40	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
João Marcondes de Moura Romeiro	iniciação	-	-	-	-	-
João Maria D'azevedo	-	-	-	-	-	-
João Maria de Lisboa	-	-	-	-	-	-
João Maria Lisboa Goes	-	-	-	-	-	-
João Martins ramos	iniciação	-	24	-	empregado na estrada de ferro	brasileiro
João Monteiro Salgado	iniciação	solteiro	27	-	empregado público	brasileiro
João Narcizo de Serpa	iniciação	solteiro	-	São Paulo	negociante	brasileiro
João Paulo de Lima	-	-	-	-	-	-
João Pedro Belfort Vieira	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
João Pedro Segurado	-	-	-	-	-	-
João Peregrino Viriato de Medeiros	iniciação	-	-	-	-	-
João Pereira da Silva Borges	-	-	-	-	-	-
João Pereira de Souza Borges Cortes	-	-	-	-	-	-
João Roque	iniciação	solteiro	22	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
João Rossini	iniciação	solteiro	42	-	engenheiro	italiano
João Severiano Misc. da Cunha	iniciação	-	-	-	-	-
João Teixeira de Miranda	-	-	-	-	-	-
João Tobias de Aguiar e Castro	iniciação	casado	24	São Paulo	advogado	brasileiro
João Vieira da Cunha	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Anselmo d'Oliveira	membro fundador	-	-	-	padre	-
Joaquim Antônio d' Oliveira Seabra	22/06/1851	solteiro	23	São Paulo	estudante	brasileiro
Joaquim Antônio de Castro	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Antonio de Godoi	filiação	casado	48	São Paulo	tenente do corpo de Permanentes	brasileiro
Joaquim Antônio de Souza Lins	iniciação	casado	32	São Paulo	negociante	brasileiro
Joaquim Augusto Ribeiro de Souza	14/04/1855	-	30	São Paulo	artista	brasileiro
Joaquim Baptista de Sousa Castellões	iniciação	solteiro	23	Maranhão	estudante	brasileiro
Joaquim Bueno da Silva	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Coutinho de Araújo Malta	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Coutinho de Araújo Motta	-	-	-	-	-	-
Joaquim da Rocha Neiva Filho	-	-	-	-	-	-
Joaquim de Almeida Paiva	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim de Lima Xavier de Barros	-	-	-	-	-	-
Joaquim de Menezes	04/04/1855	solteiro	22	São Paulo	estudante	brasileiro

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Joaquim de Monte Carmello	-	-	-	-	-	-
Joaquim de Toledo Vieira e Almeida	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Elias Ribeiro	17/05/1876	casado	40	-	homeopata	brasileiro
Joaquim Felício Pinto d'Almeida e Castro	-	-	-	-	-	-
Joaquim Ferreira de Toledo	-	-	-	-	-	-
Joaquim Floriano de Toledo	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Francisco Ribeiro Coutinho	17/05/1876	casado	40	-	-	brasileiro
Joaquim Gomes Meneses	-	-	-	-	-	-
Joaquim Gomes Pinheiro Machado	07/03/1851	solteiro	20	São Paulo	estudante	brasileiro
Joaquim Henrique Margarido	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Ignácio de Melo Souza	-	-	-	-	-	-
Joaquim Ignácio Ramalho	fundador	casado	-	-	professor	brasileiro
Joaquim José Ferreira Rabello	19/07/1851	-	-	-	-	-
Joaquim Leite Ribeiro Guimarães	-	solteiro	21	São Paulo	estudante	-
Joaquim Machado Gomes	iniciação	casado	38	-	negociante	português
Joaquim Medina Celli	membro fundador	-	-	-	-	-
Joaquim Mendes Malheiros	-	-	-	-	-	-
Joaquim Octávio Neves	iniciação	casado	40	São Paulo	lavrador	brasileiro
Joaquim Pires de Amorim	iniciação	-	-	-	-	-
Joaquim Pires Garcia	07/03/1851	solteiro	42	São Paulo	farmaceutico	brasileiro
Joaquim Theodoro Teixeira Nogueira	-	-	26	-	negociante	brasileiro
Joaquim Valle	iniciação	casado	40	São Paulo	negociante	brasileiro
Jonas Becce	Filiação	casado	38	São Paulo	engenheiro	italiano
Jorge Avelino	filiação	casado	48	Santos	negociante	brasileiro
Jorge Leomar	iniciação	-	-	-	-	-
José Alves de Cerqueira César	-	-	-	-	-	-
José Alves Pereira de Carvalho	iniciação	-	-	-	-	-
José Américo de Siqueira	-	-	-	-	estudante	-
José Antônio d'Oliveira Marques	13/06/1855	-	28	São Paulo	negociante	brasileiro
José Antônio da Cruz	-	-	-	-	-	-
José Antonio da Fonseca	membro fundador	-	-	-	tenente coronel	-
José Antônio de Oliveira Lima	-	-	-	-	-	-
José Antônio de Oliveira Marques	-	-	-	Brotas	-	-
José Antônio Figueira	-	-	-	-	-	-
José Antonio Getulio d'Almeida Machado	-	-	-	-	-	-
José Antônio Martins	filiação	casado	29	-	-	brasileiro
José Antônio Thomaz Romeiro	iniciação	-	-	-	-	-
José Augusto Adaíl de Oliveira	iniciação	casado	24	São Paulo	estudante	brasileiro
José Avalone	iniciação	casado	30	São Paulo	artista	italiano
José Bueno	iniciação	viúvo	49	-	artista	brasileiro
José Cesário de Castro Monteiro	iniciação	solteiro	26	São Paulo	estudante	brasileiro
José Cesário de Miranda Monteiro de Barros	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
José Coelho de Souza	20/09/1876	solteiro	32	São Paulo	artista	português
José da Costa Ribeiro	filiação	-	-	-	-	-
José da Silva Fluminense	membro fundador	-	-	-	-	-
José de Azevedo Marques	-	-	-	-	-	-
José de Freitas	iniciação	casado	32	São Paulo	-	português
José de Paiva Magalhães	-	-	-	-	-	-
José de Vasconcellos Lessa	27/01/1854	-	-	-	-	-
José Delfino de Camargo	membro fundador	-	-	-	tenente coronel	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
José Diana	-	-	-	-	-	-
José Eli de souza	iniciação	solteiro	22	-	estudante	-
José Ezequiel Freire	iniciação	casado	24	São Paulo	advogado	brasileiro
José Felipe Salmam	-	-	-	-	-	-
José Fellizardo Gomes da Silva	-	-	-	-	-	-
José Fernandes da Costa Guimarães	iniciação	-	30	São Paulo	negociante	português
José Fernandes Moreira	-	-	-	-	-	-
José Ferraz Lima	iniciação	-	-	-	-	-
José Ferreira de Menezes	iniciação	-	-	-	-	-
José Ferreira Neves	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
José Ferreira Nobre	iniciação	-	-	-	-	-
José Fillipe Salman	24/01/1852	solteiro	25	-	-	brasileiro
José Francisco de Paula Eduardo	01/12/1854	-	21	-	estudante	brasileiro
José Francisco Diana	-	-	-	-	-	-
José Francisco Lima	iniciação	casado	29	São Paulo	negociante	brasileiro
José Francisco Marins Sarjão	iniciação	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
José Godoy Boeno	-	solteiro	22	-	estudante	-
José Gomes de Macedo	filiação	-	-	-	-	-
José Gonsalves da Silva	-	solteiro	21	-	estudante	brasileiro
José Hippólito de Oliveira Ramos	iniciação	-	-	-	-	-
José Ignácio Gomes Guimarães	-	-	-	-	-	-
Jose Innocencio de Saldanha Guerreuro	06/01/1854	solteiro	22	São Paulo	empregado público	brasileiro
José Isidoro Gonsalves Neves	-	-	-	-	-	-
José Joaquim Ignácio Nogueira Benito	-	-	-	-	-	-
José Laranjeira	filiação	-	-	São Paulo	-	-
José Lobato de Toledo	iniciação	casado	25	Taubaté	-	brasileiro
José Luis Pedro	-	-	-	-	-	-
José Luiz de França	30/04/1853	solteiro	30	São Paulo	negociante	brasileiro
José Luiz de França Pinto	22/04/1853	-	-	-	-	-
José Manoel da Fonseca Leite Jr.	iniciação	-	-	-	-	-
José Manoel de Andrade	iniciação	solteiro	21	Santa Isabel	negociante	brasileiro
José Manoel Rodrigues	iniciação	casado	25	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
José Maria	iniciação	-	-	-	-	-
José Maria d'Andrade	-	-	-	-	-	-
José Maria Gavião Peixoto	membro fundador	-	-	-	capitão	-
José Maria Pinto de Cunha Porto	08/07/1851	-	22	-	estudante	brasileiro
José Maria Vilharonga	filiação	-	-	-	-	-
José Mário Baussaul	iniciação	-	22	São Paulo	estudante	brasileiro
José Martini	fundador	-	-	-	capitão	-
José Martiniano	-	-	-	-	-	-
José Martins de Andrade	filiação	-	-	-	-	-
José Narciso Coelho	17/03/1854	casado	25	São Paulo	negociante	brasileiro
José Norberto dos Santos	iniciação	casado	56	-	magistrado	brasileiro
José Paschoal	filiação	casado	41	São Paulo	-	italiano
José Pedro de Andrade	iniciação	-	-	-	-	-
José Pedro Gonsaga	-	-	-	-	-	-
José Pedro Lessa	-	-	-	-	-	-
José Pedro M. L.	iniciação	-	-	-	-	-
José Pereira dos Santos	-	-	-	-	-	-
José Pinto Nunes	07/03/1851	casado	48	São Paulo	negociante	brasileiro

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
José R. Ferreira de Brito	-	-	-	-	-	-
José Ribeiro Guimarães	filiação	casado	34	-	artista	português
José Romão de Sousa Fernandes	-	solteiro	34	São Paulo	sacerdote	-
José Teixeira Nogueira	-	-	26	-	negociante	brasileiro
José Tolentino de Macedo	iniciação	viúvo	35	Santa Branca	negociante	brasileiro
José Vieira Couto de Magalhães	13/06/1855	-	21	São Paulo	estudante	brasileiro
José Wenceslao Marques da Cruz	iniciação	solteiro	19	Fluminense	estudante	brasileiro
José Xavier Ferreira	membro fundador	-	-	-	capitão	-
José Xavier Lisboa	iniciação	solteiro	25	-	artista	português
José Xavier Lopes d'Araujo	01/09/1852	casado	28	São Paulo	médico	brasileiro
Joseph	07/06/1876	casado	41	-	pintor	francês
Jovino do Nascimento Silva	iniciação	-	-	-	-	-
Júlio Accioli de Brito	-	-	-	-	-	-
Júlio Xavier Ferreira	-	-	-	-	-	-
Justino Ferreira Carneiro	-	-	-	-	-	-
Juvenal de Mello Carramanhos	iniciação	-	-	-	-	-
Juvenal Pérciles de Mello	-	-	-	-	-	-
Laurindo Abbelardo de Britto	iniciação	solteiro	23	Montevideo	estudante	uruguaio
Leopoldo Augusto Bueno	17/03/1854	casado	21	São Paulo	empregado público	brasileiro
Leopoldo de Araújo	iniciação	solteiro	27	-	-	brasileiro
Leopoldo Justiniano Esteves	16/10/1853	solteiro	26	São Paulo	negociante	brasileiro
Linana Silvio	iniciação	solteiro	27	-	negociante	italiano
Lindoval Ernesto Ferreira França	11/04/1851	-	21	São Paulo	empregado público	brasileiro
Lourenço de Siqueira Cardozo	iniciação	casado	36	-	fazendeiro	brasileiro
Lourenço José Corrêa Guimarães	26/03/1851	solteiro	32	Portugal	negociante	brasileiro
Lourenço José de Sant' Anna	filiação	casado	36	São Paulo	negociante	-
Lourenço Valente de Figueiredo	iniciação	-	-	-	-	-
Lucas Antônio Monteiro de Barros	-	-	-	-	-	-
Lucas Antônio Moreira da Silva	-	-	-	-	-	-
Lucas Matheus	iniciação	-	-	-	-	-
Luis Benedicto Pereira Leite	-	-	-	-	-	-
Luis Henrique Pupo de Moraes	-	-	-	-	-	-
Luis José de Castro e Mello Mattos	-	-	-	-	-	-
Luis Soares Viegas	fundador	-	-	-	-	-
Luiz Cândido de Figueiredo	-	-	-	-	-	-
Luiz da Costa Ribeiro	10/01/1851	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Luiz Endreny	iniciação	viúvo	54	-	empregado estrada de ferro do norte	húngaro
Luiz Henrique	iniciação	solteiro	23	Portugal	negociante	português
Luiz Henrique Pupo Moraes	01/07/1851	casado	27	-	negociante	brasileiro
Luiz José Monteiro	membro fundador	-	-	-	major	-
Luiz Neves Bellegarde	-	-	-	-	-	-
Luiz Roberto	13/12/1876	solteiro	24	-	negociante	italiano
Luiz Silveira Alves Cruz	-	-	-	-	-	-
Luiz Soares Viegas	membro fundador	-	-	-	capitão	-
Luiz Tedesco	iniciação	casado	24	-	artista	italiano
Macedo	-	-	-	-	-	-
Major A. J. Ferraz Braga	filiação	-	-	-	-	-
Mal. Queiroz Mattozo Ribeiro	iniciação	-	-	-	-	-
Mal. Teixeira de Souza	iniciação	-	-	-	-	-
Malaquias Florêncio de Souza	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Mamede José Gomes da Silva	membro fundador	-	-	-	padre	-
Manoel Antônio Dutra Rodriguez	iniciação	-	-	São Paulo	advogado	-
Manoel Antônio Fragoso	iniciação	-	-	-	-	-
Manoel Correa Dias	iniciação	-	21	-	estudante/empregado público	brasileiro
Manoel da Silva Mafra	-	-	-	-	-	-
Manoel de Azevedo Marques	-	-	-	-	-	-
Manoel de Moraes Barros	-	-	-	-	-	-
Manoel Dias Coelho d'Almeida e Honório	-	-	-	-	-	-
Manoel Dias da Silva	13/06/1851	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Manoel do Nascimento da Fonseca e Galvão	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Manoel dos Santos Ferreira	26/03/1882	casado	-	São Paulo	militar	-
Manoel Ferraz	filiação	-	-	-	-	-
Manoel Ferreira d'Aguiar	-	-	-	-	-	-
Manoel Ferreira de Mattos	-	solteiro	22	-	estudante	brasileiro
Manoel Francisco Corrêa Netto	iniciação	solteiro	18	São Paulo	estudante	brasileiro
Manoel Gesteira Passos	24/03/1855	-	-	São Paulo	estudante	brasileiro
Manoel Jannuario Bezerra Montenegro	-	-	-	-	-	-
Manoel José Chaves	membro fundador	-	-	-	capitão	-
Manoel José da Silva	-	-	-	-	-	-
Manoel Mariano da Silva	iniciação	viúvo	30	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Manoel Pereira Cabral	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Manoel Pereira da Silva	iniciação	-	-	-	-	-
Manoel Rais d'Oliveira Netto	-	-	-	-	-	-
Manuel Antonio Batista da Cruz	-	-	-	-	-	-
Manuel Batista da Cruz Tamandaré	-	-	-	-	-	-
Manuel Carlos dos Santos	12/07/1876	viúvo	34	São Paulo	negociante	português
Manuel de Azevedo Marques	-	-	-	-	-	-
Márcio Pupo	filiação	-	-	-	-	-
Marcus Diniz Gomes Nogueira	membro fundador	-	-	-	-	-
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	filiação	-	-	-	-	-
Martiniano d'Araujo Padilha	20/03/1856	-	21	-	estudante	brasileiro
Martins Cabral Moreira dos Santos	iniciação	-	-	-	-	-
Menandro Rodrigues Fontes	iniciação	-	-	-	-	-
Miguel Antunes Garcia	11/02/1852	casado	29	São Paulo	negociante	brasileiro
Miguel Leão	iniciação	solteiro	24	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Modesto Alves Teixeira de Mello	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Narciso Dreptger	07/06/1876	solteiro	34	-	artista	francês
Nicolau José Pereira Reis	-	-	22	-	estudante	brasileiro
Nicolla Pesetti	filiação	-	-	-	-	italiano
Nuno Bellegarde	13/06/1851	-	-	-	-	-
Ortolano d'Ávila Macedo	-	-	-	-	-	-
Pancrácio José de Barros Pereira	iniciação	casado	36	São Paulo	negociante	português
Pantaleão Paulo Pereira	iniciação	-	-	-	-	-
Paulo Antonio do Valle	10/01/1851	solteiro	27	São Paulo	advogado	brasileiro
Paulo Dellier	iniciação	solteiro	30	-	empregado estrada de ferro do norte	brasileiro
Paulo do Valle	-	-	-	-	-	-
Paulo Lafarinna	iniciação	casado	-	São Paulo	-	italiano
Paulo Pereira	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Pedro Adolpho Trefin	iniciação	casado	47	-	negociante	francês
Pedro Alegretti	iniciação	casado	-	São Paulo	artista	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Pedro Alves da Silva	21/01/1874	-	-	-	-	-
Pedro Antônio Falcão Brandão	-	-	-	-	-	-
Pedro Crispim de Vasconcellos	filiação	-	-	-	-	-
Pedro d'Alcantara Sardemberg	13/06/1851	solteiro	23	São Paulo	estudante	brasileiro
Pedro da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Pedro Elias Martins Pereira	-	-	-	-	-	-
Pedro Gulle	iniciação	casado	31	São Paulo	artista	italiano
Pedro Misc. Pereira	filiação	-	-	-	-	-
Pedro Nunes	iniciação	solteiro	33	São Paulo	artista	espanhol
Pedro Xavier Alves Carneiro	13/06/1851	solteiro	25	São Paulo	estudante	brasileiro
Philippe Sickler	iniciação	-	-	-	-	-
Pierre Schmidt	iniciação	casado	22	São Paulo	artista	francês
Pio Limana	iniciação	solteiro	29	-	médico	italiano
Procópio Toledo Malta	iniciação	-	-	-	-	-
Pupo de Moraes	15/04/1853	solteiro	27	São Paulo	comerciante	brasileiro
Quintino Ferreira de Souza	30/02/1852	solteiro	19	Fluminense	estudante	brasileiro
Rafael Laurino	14/06/1876	solteiro	21	-	artista	italiano
Rafael Treza	iniciação	casado	37	São Paulo	artista	italiano
Raimundo Antônio Bittencourt da Câmara	-	-	-	-	-	-
Raymundo da Mota Trevedo Correio	-	solteiro	21	-	estudante	-
Raymundo da Motta Thereso Correia	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Roberto Sabiniano de Barros	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Roberto Severiano de Ramos	iniciação	-	-	-	-	-
Rocco Polla	iniciação	casado	35	-	negociante	italiano
Rodrigo Ignácio de Souza Menezes	iniciação	solteiro	22	-	-	brasileiro
Rodrigo José Maurício	filiação	viúvo	45	Bahia	-	brasileiro
Rodrigo Netto Firmino de Moraes	membro fundador	-	-	-	-	-
Rogério de Salles Guerra	06/01/1851	solteiro	33	São Paulo	negociante	brasileiro
Romão Torres	filiação	-	-	-	-	-
Rosalvino Santoro	iniciação	-	25	São Paulo	professor	italiano
Rufino Furtado de Mendonça	iniciação	-	-	-	-	-
Rufino Mariano de Barros	-	-	-	-	-	brasileiro
Santiago Janillo	-	casado	32	-	negociante	-
Saturnino Villalva Júnior	iniciação	-	-	-	-	-
Saverio Marotta	iniciação	casado	24	São Paulo	artista	italiano
Sebastião Rodrigues Barcellos	-	-	-	-	-	-
Sebastião Rois Barcellos	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Serafim Bueno d'Oliveira Fontes	04/07/1854	solteiro	26	São Paulo	negociante	brasileiro
Serafim José Fernandes	filiação	-	-	-	-	-
Serafim Leme da Silva	filiação	-	-	-	negociante	-
Sérgio Francisco de Souza e Castro	iniciação	solteiro	21	São Paulo	estudante	brasileiro
Severino Lopes de Carvalho	26/03/1851	solteiro	21	Bahia	estudante	brasileiro
Severo Mendes dos Santos	-	solteiro	21	-	-	brasileiro
Silvério José Bitâncourt	iniciação	-	20	-	-	brasileiro
Silvino Amos	iniciação	casado	29	São Paulo	-	brasileiro
Silvio José Bitencourt	08/04/1874	-	20	Jundiá	telegrafista	brasileiro
Simpliciano da Rocha Penha	iniciação	-	-	-	-	-
Stefano Verdi	iniciação	casado	-	São Paulo	artista	italiano
Tertuliano Teixeira de Freitas	iniciação	-	-	-	-	-
Theodoro Reichert	filiação	-	-	São Paulo	médico	prussiano

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem.	Profissão	Nacionalidade
Theotônio Fernandes da Costa Teixeira	iniciação	-	-	-	-	-
Thomas Fummell	iniciação	-	-	-	-	-
Thomaz Antonio de Paula Pupo	05/04/1853	solteiro	19	São Paulo	-	brasileiro
Thomaz José Coelho d'Almeida	10/03/1855	-	21	-	estudante	brasileiro
Tiburcio Anacleto de Toledo Pisa	13/06/1851	-	-	-	-	-
Timótheo Pereira da Rosa	iniciação	-	-	-	-	-
Tnte. Cel. J. M. Guimarães	filiação	-	-	-	-	-
Trajano Macedo	iniciação	casado	24	-	negociante	brasileiro
Ubaldino Pinto de Araújo	iniciação	casado	26	Santa Isabel	-	brasileiro
Valuncio Teixeira Leon	-	casado	40	-	negociante	brasileiro
Vicente Maxwell da Silva Lima	iniciação	-	-	-	-	-
Vicente Rodrigues da Silva	iniciação	solteiro	21	São Paulo	negociante	português
Victor M.	filiação	-	-	-	-	-
Victorino José da Costa	-	-	-	-	-	-
Victorino José Gomes Camillo	filiação	casado	60	-	negociante	português
Vidal Leite	iniciação	-	-	-	-	-
Virgílio Mello Franco	iniciação	-	-	-	-	-
William Elliot	-	-	-	-	-	inglês
Xavier Assis Moura	iniciação	-	-	-	-	-

Anexo 3

Tabela O perfil da loja América (1868-1888)

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Adolpho Francisco Tessias	Inic.: em 28/01/1875	viúvo	52	São Paulo	relojoeiro	francês
Adolpho Justi	Inic.: em 12/08/1870	solteiro	30	Capital	negociante	italiano
Albino Soares Bairão	-	-	-	São Paulo	comerciante	português
Alfredo Augusto de Azevedo	Inic.: em 16/04/1880	solteiro	25	São Paulo	empregado público	brasileiro
Alfredo Ferreira de Gouveia	Inic.: em 10/09/1886	casado	34	São Paulo	professor público	brasileiro
Americo Alves Pinto de Mendonca	Filiado: em 19/09/1870	solteiro	31	Capital	empregado público	brasileiro
Américo Brasilico de Campos	-	-	-	São Paulo	jornalista	brasileiro
Americo Brasiliense d'Almeida Mello	Filiado: em 15/08/1870	casado	37	Capital	advogado	brasileiro
Americo Brazilio de Campos	-	casado	33	Capital	jornalista	brasileiro
Angelo Agostini	-	-	-	-	jornalista	-
Ant.º José Rodrigues de Oliveira filho	Inic.: em 17/08/1870	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Ant.º Pedro Brasiliense d'Alm.ª Lara	Inic.: em 21/07/1869	casado	33	S. José do Paraíba	agricultor	brasileiro
Antônio Archanjo Dias Baptista	Filiado: em 10/01/1870	casado	28	Capital	empregado público	brasileiro
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	-	casado	38	Capital	professor da faculdade de direito	brasileiro
Antônio da Costa Coelho	Filiado: em 02/05/1870	solteiro	29	Capital	negociante	português
Antonio Dinis Junqueira	-	-	27	-	fazendeiro	brasileiro
Antônio Francisco Barbosa	Inic.: em 01/04/1868	solteiro	41	Côrte	artista	brasileiro
Antônio Joaquim de Araujo	-	-	-	-	-	-
Antônio José Cardoso	Inic.: em 31/04/1868	solteiro	30	Rio-Claro	empregado público	brasileiro
Antônio José de Azevedo	-	-	-	-	-	-
Antônio José de Azevedo Junior	Inic.: em 27/02/1877	solteiro	35	-	negociante	português
Antônio José Ferreira Braga Junior	Inic.: em 14/04/1868	casado	24	Capital	estudante	brasileiro
Antônio José Osório da Fonseca	-	-	-	-	-	-
Antônio Louzada Antunes	Inic.: em 14/04/1868	solteiro	51	Capital	empregado público	brasileiro
Antônio Maria Pinto	Inic.: em 16/04/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
Antônio Rocha	-	-	-	-	-	-
Arthur Campos	-	-	-	-	-	-
Arthur Victor de Menezes Santos	Inic.: em 08/09/1870	casado	21	Jacareí	negociante	brasileiro
Augusto do Duprat	-	-	-	-	-	-
Augusto Duprat	Inic.: em 12/08/1870	casado	42	Capital	negociante	suisso-francês
Augusto Gomes Vieira de Castro	Inic.: em 31/07/1877	solteiro	26	-	empregado do comércio	-
Augusto José da Silva Rico	-	-	-	-	-	-
Augusto Lorena	Inic.: em 01/04/1868	casado	37	Campinas	guarda-livro	brasileiro
Augusto Urioste	Inic.: em 18/04/1868	solteiro	24	Capital	caixeiro	brasileiro
Aureliano Pereira Ramos	-	-	-	-	-	-
Benedito Augusto Lorena	Inic.: em 05/05/1870	solteiro	30	Capital	militar/alferes	brasileiro
Benedito de Oliveira Ramalho	-	-	-	-	-	brasileiro
Benedito Graco Pinto da Gama	Inic.: em 29/05/1877	solteiro	18	São Paulo	estudante	-
Benedito Leite Machado	Inic.: em 31/07/1877	solteiro	24	São José dos Campos	negociante	-
Bento Cortiço	Inic.: em 03/01/1888	-	-	-	-	-
Bento de Paula Sousa	-	-	-	-	-	-
Bento de Paula Sousa	Inic.: em 05/01/1869	casado	38	Capital	fazendeiro	brasileiro
Bento Jose de Carvalho	Inic.: em 19/01/1869	solteiro	21	Côrte	estudante	brasileiro
Bento Vianna	Inic.: em 21/04/1870	solteiro	38	Santos	negociante	brasileiro
Bernardino Pamplona de Menezes	Inic.: em 19/04/1870	solteiro	25	Côrte	advogado	brasileiro
Brasilio da Fonseca Leite	-	-	-	-	-	-
Brutus Portier	Filiado: em 02/05/1870	solteiro	33	Capital	professor	francês
Caetano Mata	-	-	-	-	-	-
Caetano Nazarate	-	-	36	São Paulo	curador	italiano

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Candido Thomaz de Aquino	-	-	-	-	-	-
Capitão Antônio José Ozorio da Fonseca	Filiado: em 20/05/1870	casado	63	Capital	proprietário	brasileiro
Capitão Joaquim Pereira de Mello	Inic.: em 02/05/1870	solteiro	25	Minas Gerais	militar	brasileiro
Carlos Augusto Bressane	-	-	-	Campinas	-	-
Carlos Cirillo de Castro	-	-	-	-	farmacêutico	-
Carlos Vieira Braga	-	-	-	-	-	-
Carolino das Chagas Pereira	Inic.: em 12/02/1869	casado	35	Caçapava	agricultor	brasileiro
Casimiro Alves	Inic.: em 28/01/1875	casado	25	São Paulo	machinista	português
Castro Alves	-	-	-	-	-	-
Ciriaco Antônio dos Santos e Silva	Inic.: em 14/02/1869	casado	37	Capital	empregado público	brasileiro
Custódio Lopes de Pinho	-	solteiro	-	-	-	português
Diogo José Machado	Inic.: em 13/02/1877	solteiro	26	-	artista	-
Domenico Cousonti	Inic.: em 08/05/1877	solteiro	30	-	artista	italiano
Domingos Alves Ribeiro	Inic.: em 02/05/1870	solteiro	25	Campinas	artista	brasileiro
Dr. José Maria de Andrade	-	casado	42	Capital	advogado	brasileiro
Eduardo Aloes Portella	-	-	-	-	-	-
Eduardo Wimphen	Inic.: em 14/07/1870	solteiro	28	Capital	negociante	francês
Elias de Paula Santos	Inic.: em 08/06/1876	-	-	-	-	-
Elias Joaquim da Silva	-	-	-	-	-	-
Emílio de Cerqueira Lima	Inic.: em 01/07/1869	casado	35	Capital	guarda-livro	brasileiro
Eneias Alves Fernando de Andrade	Inic.: em 06/12/1878	solteiro	34	-	-	-
Evaristo Gonçalves Marinho	-	-	-	-	-	-
Ezequiel Gonçalves de Vilhena Braga	Inic.: em 29/05/1877	-	-	-	-	-
Feliciano Antonio Varella	-	-	-	-	-	-
Felício de Campos Cintra	Inic.: em 03/05/1880	solteiro	21	Amparo	negociante	brasileiro
Felix José da Costa e Sousa	Inic.: em 04/05/1880	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Fernando Luiz Ozorio	Inic.: em 16/04/1870	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Ferreira Guimarães	-	-	-	-	-	-
Fideles de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Fidelis Corrêa Marzagão	Inic.: em 09/04/1869	solteiro	25	Minas Gerais	estudante	brasileiro
Filipe Pedro Lubard Auras	Inic.: em 02/07/1885	casado	-	-	professor	-
Firmino Brandão	-	-	-	-	-	-
Firmino de Sousa Corrêa	Inic.: em 01/10/1868	solteiro	45	Capital	artista	brasileiro
Firmino Jorge Bellgana	Inic.: em 08/06/1876	-	-	-	alfêres	-
Firmo José de Mello	Filiado: em 22/08/1870	casado	42	Capital	engenheiro	brasileiro
Fracisco Jorge Gonzaga	Filiado: em 22/08/1870	casado	38	Capital	artista	brasileiro
Francisco Antônio Borges	Inic.: em 11/10/1868	solteiro	36	Santos	negociante	brasileiro
Francisco Antônio de Campos Penteado	Inic.: em 27/07/1869	solteiro	22	Capital	caixeiro	brasileiro
Francisco Antônio de Moura	Inic.: em 17/07/1869	solteiro	33	Capital	empregado público	brasileiro
Francisco Antunes Maciel	Inic.: em 13/07/1870	solteiro	23	Capital	estudante	brasileiro
Francisco Basílio de Campos Cintra	-	-	-	-	-	-
Francisco Bossignou	-	-	-	-	-	-
Francisco Comistre	Inic.: em 16/04/1880	casado	22	São Paulo	artista	italiano
Francisco Gonçalves Marinho	-	-	-	-	-	-
Francisco Ignacio de Toletto Barbosa	Inic.: em 01/10/1868	solteiro	27	Capital	empregado público	brasileiro
Francisco José Pedreira de Mattos	Inic.: em 21/08/1877	solteiro	35	São Paulo	empregado do comércio	português
Francisco Lourenço Tourinho de Pinho	Inic.: em 22/06/1869	solteiro	34	Côrte	advogado	brasileiro
Francisco Malan	-	-	-	-	-	-
Francisco Marques de Sousa Paupeio	-	-	-	-	-	-
Francisco Pedro de Oliveira Junior	Inic.: em 06/02/1876	-	23	São Paulo	tipógrafo	brasileiro

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Francisco Pereira de Ama	Inic.: em 08/06/1876	-	-	-	-	-
Francisco Pereira de Araujo	-	-	-	-	-	-
Francisco Rangel Pestana	-	-	-	-	jornalista	-
Francisco Vieira de Almeida	Filiado: em 04/05/1869	casado	39	Côrte	advogado	brasileiro
Gabriel Nunes Ramalho	Inic.: em 14/05/1869	solteiro	25	Capital	guarda-livro	brasileiro
Geando Gaetano	Filiado: em 12/08/1870	solteiro	35	Capital	negociante	italiano
Guilherme Climaco da Crus Novaes	Inic.: em 20/02/1877	casado	30	São Paulo	negociante	brasileiro
Guilherme Haues	Inic.: em 03/05/1880	casado	27	São Paulo	pintor	-
Henrique Knippel	Inic.: em 23/09/1869	solteiro	22	Capital	negociante	brasileiro
Henrique Marques de Carvalho	Inic.: em 15/09/1869	solteiro	34	Jacareí	advogado	brasileiro
Ignácio Achilles Betholdi	-	casado	60	Côrte	medico	italiano
Inácio Aquiles Betoldi	membro fundador	-	-	-	médico	-
Inocencio Simões	Inic.: 16/04/1880	-	35	São Paulo	artista	-
Izidro Bueno de Camargo	Inic.: em 09/09/1870	casado	25	Capital	empregado público	brasileiro
Jacob Schmidt	-	-	-	-	-	-
Jaime Serva	-	-	-	-	médico	-
Jerônimo Guirlanda	Inic.: em 27/09/1870	solteiro	27	Capital	empregado público	brasileiro
Jerônimo José de Andrade	Inic.: em 01/10/1868	solteiro	40	Capital	negociante	brasileiro
Jesuíno Antonio de Castro	-	-	-	-	-	-
João Alves	Inic.: em 13/07/1876	-	-	-	-	-
João Antônio da Cunha	Inic.: em 18/07/1876	casado	41	Capital	proprietário	brasileiro
João Antônio Vieira	Inic.: em 18/07/1876	casado	31	Capital	guarda-livro	brasileiro
João Batista de Sene	Inic.: em 21/07/1876	casado	40	Capital	negociante	brasileiro
João Choyzor	Inic.: em 16/08/1875	-	-	-	-	-
João Chrysostomo Ferreira Bradão	Inic.: em 06/08/1875	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
João da Silva Mendes	Inic.: em 04/08/1875	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
João Dias Vieira	Inic.: em 03/06/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
João Evangelista Marcondes Varella	Inic.: em 03/06/1870	solteiro	25	Taubaté	advogado	brasileiro
João Fernandes da Silva Junior	-	-	-	-	advogado	-
João Floriano Martins de Toledo	Inic.: em 06/06/1870	solteiro	25	Capital	advogado	brasileiro
João Francisco de Paula Sousa	Inic.: em 14/06/1870	solteiro	37	Itú	medico	brasileiro
João José da Silva	Inic.: em 30/06/1870	solteiro	27	Jundiaí	negociante	português
João Lourenço da Silva Antero	Inic.: em 09/09/1869	casado	26	Capital	empregado público	brasileiro
João Maria Soares	Inic.: em 18/02/1879	-	25	São Paulo	carpinteiro	-
João Paulo Piratininga	Inic.: em 12/03/1880	solteiro	35	-	negociante	brasileiro
João Pedro de Borba	Inic.: em 24/08/1869	casado	34	Capital	artista	brasileiro
João Pinto Ferreira	Inic.: em 03/06/1870	casado	24	Capital	negociante	português
João Quintino Cavalheiro	Inic.: em 01/04/1869	solteiro	25	Capital	artista	brasileiro
João Ribeiro dos Santos Camargo filho	Inic.: em 15/04/1869	solteiro	25	Capital	negociante	brasileiro
João Xavier Vieira de Moraes	Inic.: em 18/04/1869	casado	28	Capital	negociante	brasileiro
Joaquim André de Oliveira e Castro	Inic.: em 25/07/1876	-	28	-	-	-
Joaquim Antonio Mattoso Ferraz	Inic.: em 28/07/1876	casado	21	Patrocinio das Araras	professor público	brasileiro
Joaquim Augusto de Assumpção	Inic.: em 16/04/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo	Inic.: em 01/10/1868	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Joaquim da Silva Lopes	-	-	-	-	-	-
Joaquim Gabriel Coutinho	Inic.: em 24/05/1877	solteiro	-	-	artista	brasileiro
Joaquim Gomes Bacellar	-	-	-	-	-	-
Joaquim José Teixeira	Filiado: em 27/05/1877	casado	26	Capital	negociante	brasileiro
Joaquim Lopes da Silva	-	solteiro	22	São Paulo	professor público	-
Joaquim Nabuco	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Joaquim Quirino Lopes dos Santos	Inic.: em 08/05/1877	casado	28	Jundiaí	negociante	brasileiro
Joaquim Raú Goulart	-	-	-	-	-	-
Joaquim Roberto de Azevedo Marques	Filiado: em 01/08/1870	casado	44	Capital	proprietario	brasileiro
Joaquim Tavares Guerra	Filiado: em 01/08/1870	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Joaquim Tobias do Amaral Germano	Inic.: em 05/08/1870	solteiro	29	Tieté	artista	brasileiro
Joaquim Victorino Ferreira Alves	Inic.: em 05/08/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
José Antônio da Cunha	Inic.: em 07/08/1870	solteiro	28	Jundiaí	artista	português
José Antônio do Amaral	Inic.: em 01/10/1868	viuvo	32	Campinas	artista	brasileiro
José Augusto de Lousa Passos	-	-	-	-	-	-
José Augusto de Paula Santos	Inic.: em 01/07/1869	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
José Batista	-	-	55	São Paulo	artista	português
José Carlos da Silva	Inic.: em 24/07/1878	solteiro	21	São Paulo	empregado no comércio	português
José Daniel de Mello	Inic.: em 14/07/1878	casado	42	Minas Geraes	agricultor	brasileiro
José Ferreira de Mello Nogueira	-	-	-	-	-	-
José Ferreira de Menezes	Filiado: em 31/08/1869	solteiro	28	Capital	jornalista	brasileiro
José Ferreira de Menezes	-	-	-	-	advogado	-
José Francisco de Carvalho	Inic.: em 16/04/1880	casado	45	São Paulo	proprietário	português
José Hamihel Forster	-	-	-	-	-	-
José Hannikel Forster	Inic.: em 24/08/1869	solteiro	24	Capital	caixeiro	brasileiro
José Homiches Forestes	-	-	-	-	-	-
José Leite Bastos	-	-	-	-	-	-
José Lopes de Barros	Inic.: em 12/03/1880	solteiro	30	São Paulo	negociante	português
José Lopes dos Santos	Inic.: em 11/10/1868	solteiro	26	Capital	guarda-livro	brasileiro
José Maria Avanos	-	-	-	-	-	-
José Maria de Andrade	-	-	-	-	advogado	-
José Maria de Azevedo Marques	Inic.: em 11/06/1870	solteiro	21	Capital	artista	brasileiro
José Maria Soares	Inic.: em 18/02/1879	-	25	-	capinteiro	-
José Pereira da Silva	-	-	-	-	-	-
José Pereira Martins	Inic.: em 08/05/1877	-	26	Capivari	artista	português
Jose Rosa da Silva	Inic.: em 03/06/1870	solteiro	27	Jundiaí	negociante	português
José Thomaz da Silva	Inic.: em 14/07/1870	solteiro	26	Santo Amaro	negociante	brasileiro
José Venancio Ferreira	Inic.: em 01/10/1868	casado	36	Côrte	chefe de estação da estrada de ferro	brasileiro
José Vicira de Moraes	Inic.: em 25/09/1877	-	-	Santo Amaro	-	-
José Villares Pinto de Oliveira	Inic.: em 2/05/1870	solteiro	30	Araraquara	artista	brasileiro
Joseph Fraisse	Inic.: em 14/07/1870	casado	36	Capital	negociante	francês
Julio Alberto Henifiel	Inic.: em 13/03/1877	solteiro	22	-	artista	brasileiro
Júlio Cesar de Freitas Coutinho	-	solteiro	32		advogado	brasileiro
Julio Cesar Ribeiro	Inic.: Em 14/07/1870	solteiro	26	Capital	professor	brasileiro
Julio Martin	Inic.: em 28/07/1870	casado	38	Capital	artista	francês
Justo Nogueira de Azambuja	-	-	-	-	funcionário público	-
Leopoldo Antunes Maciel	Inic.: em 13/07/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
Lucas Bueno da Silveira Campos	-	-	-	-	-	-
Luchiano Betilou	Inic.: em 10/09/1886	solteiro	27	São Paulo	marceneiro	italiano
Luiz Alves Leite de Bello	-	-	-	-	-	-
Luiz Braz de Andrade Pina	Inic.: em 27/07/1869	solteiro	23	Capital	caixeiro	brasileiro
Luiz Callado	-	-	-	-	-	-
Luiz de Oliveira Campos	Inic.: em 05/04/1870	solteiro	25	Minas Geraes	negociante	brasileiro
Luiz Gonzaga Pinto da Gama	Filiado: em 05/04/1870	casado	42	Capital	adv.º provisionado	brasileiro
Manoel Antônio dos Santos	-	-	-	-	-	-
Manoel Correa	-	-	-	-	-	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
Manoel Fernandes Junior	Inic.: em 22/04/1870	casado	28	Santos	negociante	brasileiro
Manoel Jacintho Botelho	Inic.: em 09/09/1870	casado	27	Capital	caixeiro	brasileiro
Manoel Pacheco Mendonça	-	-	-	-	-	-
Manuel Antonio dos Santos	-	-	-	-	-	-
Manuel Correa	-	-	-	-	-	-
Manuel da Costa Falcato	-	-	-	-	-	-
Manuel da Rocha Guimarães	-	-	-	-	-	-
Manuel dos Reis Pinto da Rocha	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira Guimarães	-	-	-	-	-	-
Manuel Gomes da Silva	-	-	-	-	-	-
Manuel Joaquim Augusto	-	-	-	-	-	-
Manuel José da Cruz Novaes	Inic.: em 06/02/1876	casado	27	São Paulo	negociante	-
Manuel Pacheco Mendonça	-	-	-	-	-	-
Manuel Pinto Ferreira José	Inic.: em 03/05/1880	-	-	São Paulo	negociante	-
Manuel Pinto Mourão	-	-	-	-	-	-
Manuellino Brasileiro de Carvalho	-	-	-	-	-	-
Marcelino Alfredo Carneiro	Inic.: em 15/04/1875	-	-	-	-	-
Martim Cabral Moreira dos Santos	Inic.: em 23/04/1869	solteiro	28	Capital	advogado	brasileiro
Martinho Meyer	-	-	-	-	-	-
Matheos Marques de Moura Leite	Inic.: em 24/08/1869	solteiro	25	Capital	advogado	brasileiro
Maximiliano Coubesier	-	-	-	-	-	-
Maximilien Corbisier	Filiado: em 29/08/1870	casado	45	Capital	negociante	belga
Michel Loeb	Inic.: em 03/06/1870	solteiro	32	Capital	negociante	francês
Moyses Soares de Castro	Inic.: em 06/07/1876	viúvo	37	São Paulo	negociante	-
Nazareno Antonio de Oliveira e Silva	Inic.: em 01/04/1868	solteiro	41	Pernambuco	artista	brasileiro
Olimpio da Paixão	Filiado: em 15/07/1870	casado	30	Capital	advogado	brasileiro
Olivetti Guiseppi	Inic.: em 15/04/1868	solteiro	42	Capital	negociante	italiano
Padre Braz Magaldi	Filiado: em 27/04/1868	solteiro	40	Lenções	padre	italiano
Padre José da Silva Figueiredo Caramurú	Inic.: em 21/04/1868	solteiro	36	Bragança	padre	brasileiro
Paulo Emigdio dos Santos Lobo	Inic.: em 04/04/1868	solteiro	24	Capital	estudante	brasileiro
Pedro Antônio Rodrigues de Oliveira	Inic.: em 01/04/1868	casado	34	Capital	empregado público	brasileiro
Pedro Hamikel Forster	-	-	-	-	-	-
Pedro Hannikel Forster	Inic.: em 12/08/1870	casado	31	Capital	negociante	brasileiro
Pedro Marret	Filiado: em 31/04/1869	casado	46	Capital	negociante	francês
Pedro Rodrigues Soares de Meirelles	Inic.: em 01/10/1868	solteiro	23	Capital	advogado	brasileiro
Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses	-	-	-	-	-	-
Roma Vidal	-	-	-	-	-	-
Rufino Mariano de Barros	Filiado: em 31/04/1869	casado	43	Capital	negociante	brasileiro
Ruy Barbosa	Inic.: em 01/06/1869	solteiro	22	Capital	estudante	brasileiro
Salvador Furtado de Mendonça Drummond	-	-	-	-	advogado	-
Salvador Furtado de Mendonça Drumond	-	casado	27	Capital	advogado	brasileiro
Ten. e. el Fortunato Pereira de Araujo	Inic.: em 12/03/1869	casado	40	Capital	fazendeiro	brasileiro
Tenente Carlos Augusto Ram.º da Luz	Inic.: em 01/06/1869	solteiro	32	Capital	militar	brasileiro
Tenente José Theophilo dos Santos	Inic.: em 09/06/1869	solteiro	26	Guaratinguetá	militar	brasileiro
Thomas Ribeiro das Dores	-	-	-	-	-	-
Thomaz Galhardo	-	-	-	-	-	-
Ulbolino do Amaral	-	-	-	-	-	-
Urbano Pompêo do Amaral	Inic.: em 03/06/1870	solteiro	21	Capital	estudante	brasileiro
Vicente Rodrigues da Silva	Inic.: em 03/06/1870	casado	30	Capital	negociante	africano
Victor Manuel Franco	Inic.: em 13/04/1877	casado	23	-	artista	-

Nome	Data de iniciação	Estado Conjugal	Idade	Local de origem	Profissão	Nacionalidade
MEMBROS HONORÁRIOS						
Antônio Duarte Pinto	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	35	Capital	guarda-livros	brasileiro
Antônio Gomes de Escobar	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	25	Minas Geraes	negociante	brasileiro
Bernardino de Campos	Inic.: Em 03/06/1870	casado	28	Amparo	advogado	brasileiro
Comendador José Severino Fernandes	Inic.: Em 03/06/1870	casado	43	Capital	empregado público	brasileiro
Daniel Campos de Gusman	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	55	Espanha	negociante	espanhol
Dediel Gabriel Alfaque	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	43	Capital	negociante	brasileiro
Francisco Rangel Pestana	Inic.: Em 03/06/1870	casado	28	Côrte	advogado	brasileiro
João Fernandes da Silva Junior	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	33	Jundiaí	negociante	brasileiro
João Guilherme de Aguiar Whitaker	Inic.: Em 03/06/1870	casado	42	Limeira	magistrado	brasileiro
Joaquim José de Sousa Breves Junior	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	26	Côrte	advogado	brasileiro
Joaquim Vicente da Silva Montepulciano	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	28	Paraná	negociante	brasileiro
Manoel Dias de Toledo Junior	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	31	Capital	empregado público	brasileiro
Manoel Maximino de Toledo	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	33	Capital	empregado público	brasileiro
Tenente coronel Bento Gomes d'Escobar	Inic.: Em 03/06/1870	solteiro	52	Minas Gerais	negociante	brasileiro
Tenente coronel Luiz Soares Viegas	Inic.: Em 03/06/1870	viuvo	67	Capital	oficial reformado	brasileiro
Theodoro Reichert	Inic.: Em 03/06/1870	viuvo	50	Capital	banqueiro	alemão